

MMA - IBAMA  
Documento:  
02001.067910/2012-30

Data: 13/12/12



Paranaíta-MT, 10 de dezembro de 2012.

**Carta CHTP – nº 352-2012**

**Ao**

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**  
**Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID.**  
**Sr. Thomas Miazaki de Toledo**  
**Brasília-DF.**

**Ref:** Processo IBAMA nº 02001.006711/2008-79 – Usina Hidrelétrica Teles Pires.

**Assunto:** Encaminhamento da revisão do Cadastro Socioeconômico, do público alvo do Programa de Compensação pela Perdas de Terras e Deslocamento Compulsório de População (P.40) e do Programa de Monitoramento das Atividades Minerárias (P.08), em atendimento à solicitação do Parecer Técnico nº 55/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações da Licença de Instalação nº 818/2011 para implementação das atividades dos programas ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos, em anexo, o Relatório Final da Revisão do Cadastro Socioeconômico, o qual visa fornecer subsídios a fim de que, com base nos critérios do CSE/2011, se possa verificar, por meio de cruzamento de informações, da verificação e comprovação e fagos, eventuais pessoas que deveriam ter sido cadastradas no ano de 2011, mas que, por algum motivo, não foram cadastradas. As cópias em meio digital, do cadastro original, individual, aplicado às famílias da área de influência, serão entregues quando do término da digitalização dos mesmos.

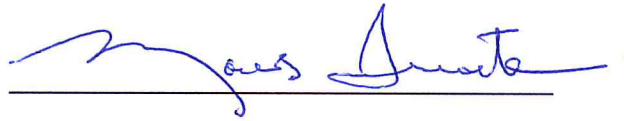
Apresentamos o atendimento a solicitação constante no Parecer Técnico 55/2012:  
***“Preste informação sobre o andamento da revisão do cadastro socioeconômico e envie cópia ao Ibama tão logo esteja finalizado.”***

Contamos com o apoio e parecer favorável de V.S.<sup>a</sup> à nossa postulação e colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

**Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A**

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.  
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.  
[www.uhetelepares.com.br](http://www.uhetelepares.com.br)

Atenciosamente,



**Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A**  
Marcos Azevedo Duarte  
**Diretor de Meio Ambiente**

**Anexos:**

**Anexo 01:** P.40 Programa de Compensação Perda de Terras - Plano de Compensação

**Anexo 02:** P.08 Programa de Acompanhamento da Atividade Minerária e P.40 Programa de Compensação Perda de Terras - Revisão do Cadastro Socioeconômico

**Anexo 03:** P.08 Programa de Acompanhamento da Atividade Minerária e P.40 Programa de Compensação Perda de Terras – Análise das Áreas Remanescentes

**Anexo 04:** P.43 Programa de Monitoramento de Atividade Pesqueira – Revisão do Cadastro Socioeconômico

**Cópia digital:**

- P.40 Programa de Compensação Perda de Terras - Plano de Compensação
- P.08 Programa de Acompanhamento da Atividade Minerária e P.40 Programa de Compensação Perda de Terras - Revisão do Cadastro Socioeconômico
- P.43 Programa de Monitoramento de Atividade Pesqueira – Revisão do Cadastro Socioeconômico
- P.08 Programa de Acompanhamento da Atividade Minerária – Cópias digitalizadas do Cadastro realizado em campo
- P.43 Programa de Monitoramento de Atividade Pesqueira - Cópias digitalizadas do Cadastro realizado em campo



**Anexo 01**  
**Plano de Compensação**  
**P.40 - Programa de Compensação Perda de Terras**

**Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A**

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.  
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 3253-0353 ou 3251-0252– Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.  
[www.uhetelespires.com.br](http://www.uhetelespires.com.br)

## **UHE TELES PIRES**

### **P.40 – Programa de Compensação Pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

<b>EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES</b>			
<b>INTEGRANTES</b>	<b>CONSELHO DE CLASSE</b>	<b>CTF IBAMA</b>	<b>ASSINATURA</b>
<b>GISELE LEOPOLDO</b>	<b>CREA 085765-6</b>	<b>2.372.722</b>	
<b>ÉLIO BATISTELLO</b>	<b>CORECON-SC n° 1.449</b>	<b>236.669</b>	

**Dezembro/2012**



**P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

**SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO .....	4
2	OBJETIVOS .....	4
3	PÚBLICO-ALVO .....	5
4	METAS .....	5
5	ÂMBITO DE APLICAÇÃO .....	6
6	DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE REMANEJAMENTO.....	6
6.1	Procedimentos Metodológicos.....	6
6.2	Definições das Categorias Sociais .....	7
6.3	Alternativas de Remanejamento .....	11
6.3.1	Indenização .....	11
6.3.2	Reassentamento Rural Coletivo.....	16
6.3.3	Autoreassentamento (Carta de Crédito) .....	24
6.3.4	Reassentamento em Áreas Remanescentes .....	25
7	MONITORAMENTOS.....	25
SUBPROGRAMA 40.1 - MONITORAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL E AVALIAÇÃO DA RECOMPOSIÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA.....		26
1	INTRODUÇÃO .....	26
2	OBJETIVOS.....	27
2.1	Objetivo Geral .....	27
2.2	Objetivos Específicos .....	27
3	PÚBLICO-ALVO .....	27
4	ESCOPO DO TRABALHO.....	27
5	NORMATIVAS DO TRABALHO.....	28
5.1	Monitoramento da Opção por Aquisição/Indenização de Áreas.....	28
5.2	Monitoramento da Opção por Reassentamento Rural Coletivo, Autoreassentamento (Carta de Crédito Rural) .....	28
6	ETAPAS DE TRABALHO .....	29
7	METODOLOGIA.....	30
7.1	Método de abordagem.....	30
7.2	Caracterização da pesquisa .....	30

**P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

7.3	Técnicas da coleta de dados .....	31
7.4	Técnicas da análise dos dados .....	31
8	EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA FAMÍLIA.....	32
9	ATIVIDADES BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	33
10	PRODUTO .....	33
SUBPROGRAMA 40.2 - MONITORAMENTO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE ATIVIDADES REORGANIZADAS.....		
1	INTRODUÇÃO .....	33
2	OBJETIVO.....	34
2.1	Objetivo Geral.....	34
2.2	Objetivos Específicos .....	34
3	PÚBLICO-ALVO .....	34
4	NORMATIVAS DO TRABALHO.....	34
5	PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA .....	35
6	CAPITALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INTERFERIDA.....	36
7	ETAPAS DE TRABALHO .....	36
8	METODOLOGIA.....	37
9	DA ANÁLISE .....	37
10	ATIVIDADES BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	39
11	PRODUTO .....	39

## **DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE TERRAS E DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE POPULAÇÃO**

### **1 INTRODUÇÃO**

Para a construção de uma usina hidrelétrica, um dos impactos mais significativos é o deslocamento compulsório de famílias advindo da necessidade de áreas para a construção da barragem e para a formação de um reservatório, com o conseqüente alagamento total ou parcial de propriedades rurais ou urbanas.

Este impacto assume especial relevância pelo fato de envolver diretamente as pessoas, seus meios de produção e de auferir renda para a sua sobrevivência e seu desenvolvimento econômico, além de seus laços afetivos e culturais. Neste sentido, duas linhas deverão ser adotadas para a resolução dos problemas gerados pela implantação do empreendimento, quais sejam: indenização em dinheiro e reassentamento. O reassentamento, por sua vez, adotará três alternativas: Reassentamento Rural Coletivo, Autoreassentamento (Carta de Crédito) e Reassentamento em Áreas Remanescentes.

O Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População elaborado em 2011 apresentou uma planilha de elegibilidade, onde constava o público alvo e os benefícios ao qual cada um se enquadrava. Contudo, ao desenvolver o detalhamento das ações deste Programa, constatou-se que havia necessidade de algumas alterações nestes enquadramentos, devido a peculiaridades identificadas na Revisão do Cadastro Socioeconômico de 2012.

Deste modo, o detalhamento do Programa e a definição dos monitoramentos da Reinserção Social após a Mudança e da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas justifica-se como um instrumento valioso e indispensável para o empreendedor no equacionamento das diversas situações que se originarão da necessidade de desocupação das áreas para a construção da hidrelétrica e formação de seu reservatório.

### **2 OBJETIVOS**

#### **2.1 Objetivo Geral**

Detalhar as ações e procedimentos de atendimento e monitoramento da população diretamente atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, de forma a repor ou compensar as perdas de áreas atingidas em condições no mínimo iguais às existentes anteriormente ao empreendimento.

#### **2.2 Objetivos Específicos**

- Proporcionar condições para melhoria da qualidade de vida da população atingida;
- Facilitar a adaptação das famílias à nova realidade, minimizando os impactos decorrentes do deslocamento compulsório;
- Criar modalidades alternativas de remanejamento populacional que assegurem à população atingida formas de tratamento adequadas às situações encontradas;

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

- Definir os procedimentos necessários para a execução de cada uma das modalidades de remanejamento;
- Definir a metodologia do Monitoramento da Reinserção Social após a Mudança;
- Definir a metodologia de monitoramento da Viabilidade Econômica de Atividades Reorganizadas.

### **3 PÚBLICO-ALVO**

De maneira geral, é considerado público-alvo deste Programa a população diretamente atingida pelo empreendimento, que preencha cumulativamente os seguintes requisitos: conste no Cadastro Socioeconômico realizado em 2011 (CSE-2011), que mantenha e continue mantendo vínculo efetivo até o Levantamento Físico da Propriedade (LFP) atingida pelo empreendimento, que resida na área necessária ao empreendimento ou em área remanescente considerada inviável, e que dependa economicamente da mesma como fonte de renda principal, destacando: proprietários, arrendatários, posseiros de boa fé, parceiros, agregados, assalariados, filhos de proprietários<sup>1</sup>.

Aqueles que tiverem perdas econômicas comprovadas em suas atividades, como pescadores, proprietários de estabelecimentos rurais, ilhas, pousadas e balsas que poderão sofrer redução em suas atividades econômicas, de lazer ou turísticas como consequência da substituição de uso do solo da AID da UHE Teles Pires. Essa perda econômica deverá ser objeto de avaliação ou monitoramento para verificar se algum impacto potencial chega a se materializar em um impacto econômico negativo atribuível ao empreendimento.

Tendo em vista as peculiaridades deste Programa, será definido um público-alvo para cada uma das modalidades de remanejamento.

Os mineradores e pescadores também serão público-alvo desse Programa, caso seja verificado que não será possível darem continuidade às suas atividades. O monitoramento para esta verificação ocorrerá nos Programas P.08 - Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias e P.43 – Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira.

### **4 METAS**

- Levantar e cadastrar público-alvo presente na área do reservatório, APP, canteiro de obras e áreas remanescentes, se couber.
- Minimizar conflitos nos processos de valoração, negociação e aquisição de propriedades e benfeitorias;
- Formalizar adesão das famílias atingidas às alternativas de remanejamento de sua escolha, dentre os critérios de elegibilidade;
- Implementar medidas de apoio ao empreendedorismo na área de comércio e serviços, com qualificação e assistência técnica para gestão de recursos financeiros, pesquisa de mercado, auxílio na formalização de empreendimentos e formação de preços, apoio na

---

<sup>1</sup> Com exceção dos proprietários, todo o público alvo, inclusive filhos de proprietários que constituem unidade familiar, poderá passar por estudo de caso para análise de direito ou não, no enquadramento deste Programa.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

obtenção de crédito, tudo no âmbito do P.37 - Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais;

- Monitorar a reinserção social e avaliar a recomposição da qualidade de vida do público-alvo por meio de metodologia participativa por três anos após a realocação;
- Monitorar a viabilidade econômica da atividade reorganizada por meio de metodologia participativa por três anos após a entrada em operação da UHE Teles Pires.

### **5 ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

O Programa de Remanejamento das Populações Atingidas abrangerá, no aspecto geográfico, todas as áreas que compõem a Área de Influência Direta (AID), que darão lugar ao reservatório, ao canteiro de obras e à APP.

As áreas que receberão os reassentamentos rurais coletivos e autoreassentamentos estão restritas aos municípios de Alta Floresta, Apiacás, Carlinda e Paranaíta, no estado do Mato Grosso, e Jacareacanga, no estado do Pará. Famílias que optarem pelo autoreassentamento (Carta de Crédito) em locais com distância fora dos municípios citados não receberão assistência técnica ou social e não serão objeto de monitoramento por parte do empreendedor.

No aspecto temporal, o Projeto Básico Ambiental (PBA) prevê atividades a serem executadas durante todas as fases do empreendimento, que incluem as seguintes ações: mobilização de mão-de-obra, construção de infraestrutura de apoio e estrutura da barragem, aquisição de terras e benfeitorias, desmatamento e limpeza das áreas dos reservatórios, desmobilização da mão-de-obra, enchimento dos reservatórios e operação do aproveitamento hidrelétrico.

As ações de remanejamento e reestruturação das atividades produtivas caminharão juntas e serão executadas de acordo com as propostas metodológicas. Isto, sempre sob a perspectiva de que a antecedência no planejamento, a transparência nas ações e eficiência na execução são vitais para o encaminhamento bem sucedido dos processos de mitigação, principalmente no que tange minimizar o tempo de espera das populações atingidas, gerador de sentimentos de intranquilidade e de especulações.

### **6 DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE REMANEJAMENTO**

#### **6.1 Procedimentos Metodológicos**

O detalhamento do Programa de Compensação pela Perda de Terras e Remanejamento da População Atingida envolve atividades atreladas a etapas, como a identificação, pela análise do CSE-2011, das categorias sociais existentes nas propriedades atingidas, bem como a sua caracterização e definição do perfil socioeconômico.

Após a análise, e considerando “data de corte” como sendo o CSE-2011, serão determinados os públicos potenciais para as modalidades de remanejamento, de acordo com critérios específicos e levando em consideração o perfil socioeconômico das famílias atingidas.

A opção pela alternativa de indenização ou reassentamento se dará após o levantamento físico para fins de avaliação patrimonial da propriedade a qual o atingido está vinculado, quer como proprietário ou outra categoria identificada no CSE-2011.



## P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População

O processo será desenvolvido de forma participativa e com a adoção de procedimentos de comunicação capazes de esclarecer aos atingidos sobre as etapas de levantamentos e de negociação.

### 6.2 Definições das Categorias Sociais

- **Proprietário** - Dono da terra por titulação.
- **Posseiro de boa fé** - Detentor de posse mansa e pacífica, habilitado à obtenção de titulação na forma da lei, que explora de forma independente uma determinada área, e que não sofre contestação de qualquer tipo.
- **Não-proprietário** - Residente de área rural de terceiros com vínculo de dependência econômica direta com a área atingida para manutenção da família, desde antes da conclusão do CSE-2011 até, pelo menos, o levantamento físico da propriedade atingida.
  - **Agregado** - Agricultor que vive em propriedade de terceiros, com ou sem remuneração.
  - **Arrendatário** - Detentor do direito de uso provisório dispendo de contrato, que explora a terra, mediante pagamento, com produção comprovada.
  - **Assalariado** - Trabalhador que exerce atividade em propriedade rural, recebendo remuneração.
  - **Parceiro/meeiro** - Explorador do todo ou de parte de uma propriedade mediante partilha de riscos e lucros nas proporções que entre si estipularem ele, parceiro/meeiro, e o proprietário da terra.

O enquadramento definitivo do atingido em uma modalidade de remanejamento se dará a partir de análise caso a caso, considerando o perfil socioeconômico e a opção individual por uma das modalidades em que possa ser enquadrado, de acordo com as diretrizes e critérios estabelecidos no quadro abaixo.

Propriedades Rurais			
Vínculos com a propriedade	Alternativas de Remanejamento	Apoios	Medidas de Reinserção Social
Proprietário residente de área rural (título legal).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indenização de terra e benfeitorias.</li> <li>- Relocação na propriedade com remanescentes viáveis economicamente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compensação por perdas temporárias, no caso de suspensão da atividade econômica por um determinado tempo.</li> <li>- Realocação das edificações atingidas – propriedades com remanescentes viáveis.</li> <li>- Apoio logístico de mudança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência Técnica e Social - 3 anos.</li> <li>- Monitoramento da reinserção social – 3 anos.</li> </ul>

## P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População

Propriedades Rurais			
Vínculos com a propriedade	Alternativas de Remanejamento	Apoios	Medidas de Reinserção Social
Assentado em Projeto de Assentamento Rural do INCRA <sup>2</sup> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização de terra e benfeitorias.</li> <li>– Reassentamento rural.</li> <li>– Carta de Crédito.</li> <li>– Relocação na propriedade com remanescentes viáveis economicamente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Negociação com o INCRA, caso o assentado, com cessão de uso da parcela do projeto, seja remanejado.</li> <li>– Título com menos de 10 anos o INCRA deverá participar da negociação. Com mais de 10 anos a negociação será direta com o assentado, salvo na hipótese de restrições que determinem a anuência do INCRA.</li> <li>– Apoio logístico de mudança (se necessário).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assistência Técnica e Social - 3 anos.</li> <li>– Compensação financeira (verba de manutenção) por nove meses.</li> <li>– Monitoramento de Reinserção Social - 3 anos.</li> </ul>
Ocupante ou posseiro de área rural – sem titulação legal ou imperfeita.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização de benfeitorias.</li> <li>– Reassentamento rural.</li> <li>– Carta de Crédito.</li> <li>– Relocação na propriedade com remanescentes viáveis economicamente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Compensação por perdas temporárias, no caso de suspensão da atividade econômica por um determinado tempo.</li> <li>– Realocação das edificações atingidas – propriedades com remanescentes viáveis.</li> <li>– Apoio na busca, seleção e compra de propriedade alternativa ou Reassentamento para uma unidade habitacional.</li> <li>– Apoio logístico de mudança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assistência Técnica e Social por 3 anos.</li> <li>– Compensação financeira temporária (verba de manutenção) por nove meses.</li> <li>– Monitoramento de Reinserção Social 3 anos.</li> </ul>
Gerentes ou caseiros de propriedade rural que moram na propriedade com a família; e empregados assalariados residentes em propriedade rural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio na reinserção no mercado de trabalho, através de qualificação profissional.</li> <li>– Carta de Crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Acompanhamento da situação de continuidade de emprego e moradia na nova propriedade do empregador.</li> <li>– Apoio na busca de emprego alternativo.</li> <li>– Reassentamento para uma unidade habitacional.</li> <li>– Apoio logístico de mudança.</li> <li>– Direito a participar em programas de capacitação para ocupações alternativas, inclusive na construção civil.</li> <li>– Direito de preferência para emprego na construção da UHE Teles Pires.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento de Reinserção Social e recomposição da qualidade de vida.</li> <li>– Acompanhamento da nova situação de emprego e moradia.</li> <li>– Apoio na busca de emprego alternativo.</li> </ul>

<sup>2</sup> Esta proposta de tratamento deverá ser acompanhada pelo INCRA.

**P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

<b>Propriedades Rurais</b>			
<b>Vínculos com a propriedade</b>	<b>Alternativas de Remanejamento</b>	<b>Apoios</b>	<b>Medidas de Reinserção Social</b>
Proprietário não residente – explora a propriedade com pessoal empregado, ou arrenda para terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Compensação por perdas temporárias, no caso de suspensão da atividade econômica por um determinado tempo.</li> <li>– Realocação na propriedade, a ser privilegiada como opção sempre que viável, ou Apoio logístico de mudança.</li> </ul>	
Arrendatário, meeiro ou similar, que explora propriedade rural de terceiros e reside na mesma.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização benfeitorias.</li> <li>– Reassentamento rural.</li> <li>– Carta de Crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio na busca de área alternativa para arrendamento.</li> <li>– Reassentamento para uma unidade habitacional.</li> <li>– Apoio logístico de mudança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assistência Técnica e Social por 3 anos.</li> <li>– Compensação financeira temporária (verba de manutenção) por nove meses.</li> <li>– Monitoramento de Reinserção Social 3 anos.</li> </ul>
Ocupante ou posseiro de ilhas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização benfeitorias.</li> <li>– Reassentamento rural.</li> <li>– Carta de Crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Compensação por perdas temporárias, no caso de suspensão da atividade econômica por um determinado tempo.</li> <li>– Reassentamento para uma unidade habitacional.</li> <li>– Apoio na busca e seleção de propriedade alternativa, ou Apoio logístico de mudança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assistência Técnica e Social por 3 anos.</li> <li>– Compensação financeira temporária (verba de manutenção) por nove meses.</li> <li>– Monitoramento de Reinserção Social 3 anos.</li> </ul>
Proprietários de pousadas instaladas na área de inundação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização de terras e benfeitorias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Compensação por perdas temporárias, no caso de suspensão da atividade atribuível ao empreendimento (caso houver).</li> <li>– Realocação na propriedade, a ser privilegiada como opção sempre que viável, ou Direito a participar de programas de assistência técnica específicos para atividades turísticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento econômico continuado (limitado a 2 anos).</li> <li>– Monitoramento da reinserção social (durante 3 anos).</li> </ul>
Proprietário de estabelecimento comercial instalado na área de inundação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Indenização de terras e benfeitorias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Realocação na propriedade, a ser privilegiada como opção sempre que viável, ou Reassentamento para unidade habitacional.</li> <li>– Direito a participar de programas de assistência técnica específicos para atividades turísticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento econômico continuado (limitado a 2 anos).</li> <li>– Monitoramento da reinserção social (durante 3 anos).</li> </ul>

**Quadro 1 - Tabela de Elegibilidade**

**P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

Propriedades Rurais			
Vínculos com a propriedade	Alternativas de Remanejamento	Apoios	Medidas de Reinserção Social
Pescadores profissionais registrados que atuam na AID e pessoas que praticam a pesca para subsistência (e que poderão continuar exercendo a pesca durante e após as obras).	– Indenização de benfeitorias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Acordos com IBAMA e setor privado para inserção dos pescadores profissionais em um programa “Guardião das Águas”, a exemplo do programa “Guardião da Floresta”, aplicado na região amazônica.</li> <li>– Convênio (empreendedor e Colônias de Pesca) para fortalecimento do sistema cooperativo, com vistas à colocação do produto no mercado local e regional.</li> <li>– Inclusão no programa de capacitação para emprego na construção da UHE Teles Pires.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento econômico continuado (limitado a 2 anos).</li> <li>– Monitoramento da reinserção social (durante 3 anos).</li> <li>– Programas de assistência técnica específicos para atividades pesqueiras.</li> </ul>
Proprietários de balsas de garimpo fluvial de ouro (título legal).		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Pagamento de compensação financeira, previamente estipulada em comum acordo entre empreendedor e a concessionária, os donos de balsas de garimpo fluvial de ouro e os mergulhadores, pela eventual restrição de garimpo em algum momento da obra.</li> <li>– Pagamento dos custos do traslado das balsas para outros trechos do rio, caso se caracterize a impossibilidade em prosseguir com a atividade no local.</li> <li>– Inclusão no programa de capacitação para emprego na construção da UHE Teles Pires.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento econômico continuado (limitado a 2 anos).</li> <li>– Monitoramento da reinserção social (durante 3 anos).</li> <li>– Programas de assistência técnica específicos para atividades minerárias.</li> </ul>
Proprietários das balsas flutuantes e da balsa de travessia (título legal).		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Compensação por perdas temporárias decorrentes de suspensão de atividade atribuível ao empreendimento (caso houver).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento econômico – 2 anos.</li> <li>– Monitoramento da reinserção social – 3 anos.</li> <li>– Programas de assistência técnica de Reinsereção e Fomento as Atividades Econômicas Locais.</li> </ul>
Empregados da balsa de travessia e de garimpo.		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio para busca de trabalhos alternativos.</li> <li>– Inclusão no programa de capacitação para emprego na construção da UHE Teles Pires.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento econômico – 2 anos.</li> <li>– Monitoramento da reinserção social – 3 anos.</li> </ul>

**Quadro 2 - Tabela de Elegibilidade**

## **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

### **6.3 Alternativas de Remanejamento**

O remanejamento da população atingida pela implantação da UHE Teles Pires será desenvolvido através de duas modalidades básicas, denominadas Indenização e Reassentamento, sendo esta última subdividida em três alternativas, conforme será visto adiante.

- **Indenização**, que consiste na aquisição, através de pagamento em dinheiro, dos imóveis atingidos e de áreas remanescentes inviáveis ou de interesse do empreendedor, através de acordo entre as partes, com aquisição total ou parcial da área.
- **Reassentamento**, que consiste em transferir o atingido para outra propriedade por meio de uma das seguintes alternativas:
  - **Reassentamento Rural Coletivo (RRC)** – áreas parceladas em lotes rurais individuais com infraestrutura individual e coletiva básica;
  - **Autoreassentamento (Carta de Crédito, CC)** – nesta modalidade, a família se responsabilizará pelo reassentamento, através da busca e aquisição de uma propriedade compatível com o seu direito;
  - **Reassentamento em Área Remanescente** – áreas de propriedades que foram adquiridas na sua totalidade, mas que não serão inundadas e não farão parte da APP, reorganizadas de forma a possibilitar a recomposição da estrutura fundiária, desde que haja viabilidade.

Tendo em vista que o desenvolvimento de cada uma das modalidades de remanejamento envolve procedimentos específicos, seu detalhamento será subdividido de acordo com tais modalidades.

O beneficiário que for contemplado com uma das modalidades de reassentamento deve repassar à CHTP todos os direitos que eventualmente possuir na área de abrangência do empreendimento, para fins de abatimento do valor do benefício.

Pessoas que atentarem contra áreas de posse ou propriedade da CHTP ou contra colaboradores vinculados à CHTP estão automaticamente excluídas do público-alvo de qualquer das modalidades acima descritas.

#### **6.3.1 INDENIZAÇÃO**

Consiste no pagamento em dinheiro dos imóveis atingidos pelo empreendimento. A determinação dos preços das terras e benfeitorias será realizada com base no caderno de preços, fruto de pesquisa nos municípios do entorno do empreendimento.

A avaliação será realizada utilizando os dados obtidos pelos levantamentos físicos nas propriedades, executados com o acompanhamento dos proprietários e/ou seus prepostos. Nesta modalidade se enquadram também as aquisições de áreas remanescentes inviáveis ou de interesse do empreendedor. Abrange também indenização de benfeitorias atingidas dos não proprietários de terra, que residam ou explorem o imóvel atingido.



## **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

### **6.3.1.1 Público-Alvo**

Constitui público-alvo para indenização o conjunto de proprietários e posseiros de boa fé, estes últimos desde que identificados no CSE-2011, que o proprietário concorde com o pagamento da terra e que tenham mantido vínculo até o levantamento físico, das terras e benfeitorias, reprodutivas e não reprodutivas, com as propriedades da área rural e núcleos populacionais atingidos pela implantação do empreendimento.

### **6.3.1.2 Procedimentos**

A indenização dos bens pressupõe o desenvolvimento, pelo empreendedor, de atividades a serem realizadas na forma e sequências a seguir descritas.

#### **a) Demarcação da Cota de Inundação e Área de Preservação Permanente**

As curvas demarcando a cota de inundação e áreas de preservação permanente deverão ser materializadas em campo para a correta identificação da área e benfeitorias atingidas.

#### **b) Demarcação de Propriedades**

A demarcação das propriedades em campo deverá permitir a elaboração das plantas cadastrais e de classificação da aptidão agropecuária do solo.

#### **c) Pesquisa e Determinação de Valores Unitários**

Foram realizadas pesquisas para a determinação dos custos de reposição das construções e culturas permanentes, diretamente no comércio local, onde foram levantados os preços de materiais de construção, mão-de-obra, frutos, insumos agropecuárias, etc.

Os valores das tabelas de preços obtidos através da pesquisa de preços serão aferidos expeditamente pela equipe técnica do empreendedor anualmente e apresentados aos representantes dos atingidos. Quando forem verificadas alterações significativas no preço da terra ou de benfeitorias, tanto para cima como para baixo, e desde que não influenciadas pela especulação relativa ao empreendimento, deverá ser realizada uma nova pesquisa de preços, onde é facultada a participação dos atingidos.

#### **d) Avaliação**

A metodologia a ser utilizada na avaliação observa as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para imóveis rurais - NBR 14.653-3/2004 - e os critérios adotados pelo empreendedor ou decorrentes de negociação com os atingidos.

O critério para avaliação das benfeitorias reprodutivas (culturas permanentes) será o definido pelo método de capitalização da renda, visando à reposição patrimonial; enquanto que para as benfeitorias não reprodutivas, o método aplicado será o da quantificação de custo que consiste na identificação do custo de reedição, ou seja, o custo necessário para a reprodução de um bem semelhante, sem descontar a depreciação.

Para a avaliação da terra nua será adotado o critério definido pelo Método Comparativo Direto, cujos fatores de homogeneização serão adotados por classe de capacidade de uso dos solos, aptidão agrícola dos solos e acessibilidade. Serão consideradas as seguintes classes de capacidade de uso do solo:

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

- **CLASSE I:** Terras cultiváveis, aparentemente sem problemas especiais de conservação.
- **CLASSE II:** terras cultiváveis com problemas simples de conservação.
- **CLASSE III:** terras cultiváveis com problemas complexos de conservação.
- **CLASSE IV:** terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação.
- **CLASSE V:** terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento, sem necessidade de práticas especiais de conservação, cultiváveis apenas em casos muito especiais.
- **CLASSE VI:** terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento, com problemas simples de conservação, cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo.
- **CLASSE VII:** terras adaptadas em geral somente para pastagens e/ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação.
- **CLASSE VIII:** áreas de preservação permanentes, terrenos marginais, terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, podendo servir apenas como abrigo e proteção da fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação, ou para fins de armazenamento de água.

As áreas de posse e/ou de marinha serão avaliadas dentro dos mesmos critérios adotados para a avaliação de áreas legalizadas, desde que fique constatado tratar-se de possuidor de boa fé. Em relação às matas e florestas existentes, estas não serão indenizadas em separado, pois seu valor está agregado ao valor da terra nua.

As culturas temporárias não serão avaliadas quando os proprietários forem avisados no mínimo 6 (seis) meses antes da necessidade de desocupação do imóvel, após a propriedade ser indenizada. Caso seja necessária a liberação da propriedade em menos de seis meses após a indenização e a partir do aviso ao proprietário, sem que exista tempo hábil para a colheita, as culturas temporárias serão indenizadas.

##### **e) Laudos Técnicos de Avaliação**

Os laudos técnicos de avaliação que comporão os valores finais das indenizações serão elaborados por propriedade, em separado, contemplando a avaliação dos bens patrimoniais.

##### **f) Negociação**

O procedimento a ser adotado para aquisição dos bens será o do entendimento direto com o proprietário, através do diálogo franco e cordial.

Será de livre arbítrio a indicação pelo proprietário de representante para acompanhá-lo no processo de negociação, caso entenda conveniente, desde que munido de documento legal respectivo. Também buscar-se-á afastar a intermediação de terceiros que possam, eventualmente, pretender tirar proveito econômico ou político da ocasião. A indenização será composta pelo valor do laudo técnico de avaliação dos bens patrimoniais.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

Nas negociações amigáveis, por liberalidade do empreendedor, o valor indenizatório será acrescido de 4% (quatro por cento), a título de custos para busca de nova propriedade e legalização dessa nova propriedade.

##### **g) Pagamento**

Os pagamentos serão realizados dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data do acordo, com cada proprietário, quanto ao valor da indenização, desde que toda a documentação permita a aquisição da área. Em caso da possibilidade de enquadramento e confirmação da opção do proprietário por uma das modalidades de reassentamento, o valor acordado para indenização será aplicado na redução do montante da dívida a ser assumida com a nova propriedade.

##### **h) Prazo para a Liberação da Propriedade**

Depois de efetivado o pagamento da indenização (ou reassentamento, se for o caso), o proprietário terá um prazo de até 6 (seis) meses para a desocupação do imóvel e remoção das benfeitorias da área, limitado a 31/12/2013, para negociações amigáveis, podendo ser acordado individualmente com cada proprietário.

Nos processos com desapropriações judiciais, a desocupação da área será executada de acordo com o mandado de imissão de posse.

##### **i) Imissão na Posse**

Nos casos em que o procedimento judicial para imissão na posse se fizer necessário, em decorrência da não aceitação dos valores oferecidos ou por absoluta impossibilidade de solução a respeito de controvérsias sobre títulos de propriedades, será proposta ação de desapropriação com pedido liminar de imissão na posse, o que deve ocorrer, via de regra, no máximo até 6 (seis) meses antes do início do enchimento do reservatório.

##### **j) Priorização das Propriedades a Adquirir**

As aquisições das áreas do reservatório serão desenvolvidas nos municípios de ambas as margens, preferencialmente de jusante para montante da barragem, e obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

- Áreas para canteiro e acessos;
- Propriedades cuja liberação é necessária para o desvio do rio;
- Propriedades totalmente atingidas, propriedades a serem adquiridas totalmente e propriedades parcialmente atingidas cujos proprietários tenham manifestado a opção pela indenização parcial;
- Propriedades parcialmente atingidas, objeto de estudo da viabilidade do remanescente.

##### **k) Critérios para Identificação de Remanescentes Inviáveis Economicamente**

A inviabilidade econômica do remanescente de uma propriedade ocorre quando a renda familiar passível de ser gerada no remanescente se torna insuficiente à subsistência da família proprietária, desde que essa subsistência já fosse tirada da propriedade atingida.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

Considera-se "renda familiar" o somatório das rendas passíveis de serem obtidas pela exploração da área remanescente. Serão analisados, em princípio, os remanescentes inferiores a 100 (cem) hectares, sendo que aqueles inferiores a 50 (cinquenta) hectares já são considerados inviáveis.

Qualquer remanescente será analisado, quando couber, associativamente com outros remanescentes e/ou áreas não atingidas, quer para fins de indenização, quer para a análise da viabilidade econômica das famílias a ele vinculadas.

A caracterização de inviabilidade de remanescentes será respaldada pelo estudo da "Análise de Viabilidade Econômica" com emissão de "Parecer Técnico" conclusivo.

Quando o indivíduo ou a família manifestarem-se decididos em permanecer com a área remanescente, independentemente do tamanho do mesmo ou do resultado do estudo de viabilidade, será firmado documento que formalize esta opção.

A inviabilidade por isolamento físico ocorrerá quando o custo para prover ou recompor a infraestrutura necessária for superior ao custo da relocação, ou quando esta situação acarretar expressivos prejuízos à família proprietária, decorrente das distâncias resultantes a fim de acessar os serviços básicos de que necessita.

Para determinar a viabilidade de áreas remanescentes das propriedades atingidas pela formação do reservatório, quando o uso atual da mesma é o da exploração agropecuária, leva-se em consideração a classe de capacidade de uso dos solos (Classe I a VIII), efetivamente exploradas pelo proprietário no momento dos estudos.

Os fatores limitantes a serem considerados na análise de viabilidade das áreas remanescentes serão a suscetibilidade à erosão, condições legais de abertura de novas áreas para implantação de pastagens e o impedimento à mecanização e/ou dificuldades de conservação do solo, estes relacionados com a declividade do terreno e os índices de pedregosidade. Observa-se que fatores por isolamento físico e social também devem ser considerados no estudo de viabilidade das áreas remanescentes.

O remanescente será considerado "viável" se a área não explorada do mesmo, considerados os demais fatores limitantes, apresentar quantidade igual ou superior à quantidade de área explorada atingida, desde que a área apta para exploração no remanescente ainda não tenha sido explorada.

O remanescente será considerado "inviável" se a área não explorada do mesmo, considerados os demais fatores limitantes, apresentar quantidade menor do que a quantidade de área atingida e efetivamente explorada, ou se a área remanescente não suprir o aporte de unidades animais existentes na área explorada.

Para definir o remanescente como inviável à exploração agropecuária deverá também sempre ser levado em conta o perfil da família do proprietário, objetivando fazer a análise sob o

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

aspecto da viabilidade de alternativas de exploração agropecuária do remanescente, além da análise física e documental de propriedades adjacentes.

Para as famílias de proprietários exercendo atualmente atividade agropecuária, cujo remanescente da propriedade é viável à continuidade de tal atividade, será recomendada a aquisição somente da área atingida.

Para as famílias de proprietários exercendo atualmente atividade agropecuária, cujo remanescente da propriedade é inviável e a área atingida viável, será recomendada a aquisição total.

#### **6.3.2 REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO**

Esta modalidade destina-se, basicamente, a evitar o comprometimento da condição socioeconômica do pequeno produtor, auxiliando-o na recomposição de suas relações produtivas e de trabalho através do acesso a terra e preservando tanto quanto possível suas características culturais originais. Contudo, a viabilidade de aplicação desta modalidade, depende da opção de, no mínimo, 20 famílias para serem reassentadas.

Será dada a opção de reassentamento a todas as famílias atingidas que se enquadrem nos critérios estabelecidos para o público-alvo do reassentamento, conforme normas de acesso e alternativas constantes do presente documento, através de uma das alternativas disponibilizadas pelo empreendedor.

##### **6.3.2.1 Público-Alvo**

Constitui público-alvo para as modalidades de reassentamento o conjunto de proprietários e posseiros de boa fé de imóveis com dimensão limitada ao estipulado em item próprio, da área rural e dos núcleos populacionais, bem como os não-proprietários vinculados às propriedades da área rural, atingidos pela implantação da UHE Teles Pires, identificados por ocasião do CSE-2011. Outras categorias ou situações que porventura se façam presentes na área atingida poderão ser objeto de Estudo de Caso e, eventualmente, incluídas no público-alvo. Além de se enquadrar nas condições acima, o candidato a reassentamento deve ser aquele que, apresente cumulativamente:

- exerça atividades agropecuárias na área atingida;
- não possua outra propriedade viável fora da área atingida pelo empreendimento, quer isoladamente quer considerando composição com área remanescente da propriedade atingida, se houver;
- seja vinculado à propriedade cujo remanescente, se houver, resulte inviabilizado para a atividade desenvolvida;
- mantenha vínculo físico com a fração do imóvel atingido, desde o CSE-2011 até o levantamento físico da propriedade;
- dependa principalmente da área atingida para a sua subsistência;
- não tenha vendido ou adquirido a propriedade após o fechamento do CSE/2011.

Especialmente, todo beneficiário de reassentamento, para ter seus direitos garantidos, passará a explorar e residir no lote assim obtido, sendo vedada a alienação da área a terceiros, pelo



#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

prazo de 05 (cinco) anos contados do efetivo ingresso na nova área, sob pena de perder o benefício concedido, revertendo a área para a CHTP.

A participação nos projetos de reassentamento se fará de acordo com a composição da unidade familiar, constituída legalmente ou devidamente reconhecida como tal pela comunidade, e, onde explicitado, também em função da Força de Trabalho da família, definida a seguir.

##### **a) Força de Trabalho**

A Força de Trabalho (FT) é um valor numérico atribuído à capacidade e disponibilidade de cada trabalhador para execução de tarefas vinculadas à exploração agropecuária, variando de acordo com a faixa etária, sexo e saúde, conforme definido na tabela a seguir. Para uma unidade familiar, é computado o somatório das FT de seus membros, conforme demonstrado no quadro 2.

FAIXA	FAIXA ETÁRIA	FT
01	05 a 10	0,25
02	11 a 15	0,60
03	16 a 65	1,00
04	mais de 65	0,50

**Quadro 2 – Força de Trabalho por faixa etária**

A inclusão dos índices relativos à FT contempla não só a capacidade de trabalho mas também o complemento de suas necessidades de consumo e custos relacionados à saúde e educação.

##### **b) Proprietários e Posseiros de Boa Fé**

Podem optar por qualquer das modalidades de reassentamento proprietários e posseiros de boa fé, de lotes rurais com áreas limite a ser definida por estudo específico, atingidos pelo empreendimento, desde que não tenham adquirido a propriedade após o fechamento do CSE-2011.

##### **c) Não Proprietários**

Podem optar por qualquer das modalidades de reassentamento, os não proprietários que comprovadamente mantinham, até o fechamento do CSE-2011, e continuam mantendo, até o levantamento físico da propriedade (LFP) atingida pelo empreendimento, vínculo efetivo e dependência econômica com a mesma, dela retirando seu sustento, nas seguintes categorias e condições:

- Arrendatários, meeiros, parceiros rurais, agregados, posseiros, gerentes, caseiros e ocupantes de ilhas;
- Filhos de proprietários ou não proprietários de áreas atingidas que tinham formado uma nova unidade familiar até o fechamento do CSE-2011;
- Filhos solteiros de proprietários ou não proprietários de áreas atingidas com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até o fechamento do CSE-2011, que comprovadamente sejam independentes economicamente, mas vinculados e dependentes da propriedade

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

atingida, os quais poderão, após estudo de caso a ser realizado pelo empreendedor, ter acesso a modalidade de remanejamento adequada às suas necessidades (reassentamento de Caso Especial);

- Filhos solteiros de proprietários ou não proprietários de áreas atingidas e pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, que não se enquadrem nos casos acima descritos, comporão o somatório da FT da unidade familiar a que estão vinculados, não tendo direito direto a reassentamento. Serão excluídos, os não proprietários que possuam outros imóveis não atingidos e viáveis economicamente.
- Pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, que já compunham, até o fechamento do CSE-2011, unidade familiar básica, sendo economicamente independentes e desenvolvendo atividades agropecuárias, pessoas essas que terão seus casos analisados para inclusão em planos especiais de reassentamento.

##### **d) Casos Especiais**

Pessoas sozinhas cuja FT não atinja 1,00 (um) ou unidades familiares cuja FT não atinja 2,00 (dois), com limitações em sua capacidade produtiva agropecuária e/ou com características extraordinárias, serão enquadradas e analisadas através de estudo específico como Caso Especial.

##### **e) Estudo de Caso**

O Estudo de Caso constitui-se num conjunto de ações que visam comprovar, através de análise, se o reivindicante tinha, quando da realização do CSE-2011, e continua tendo, até a ocasião da reivindicação e do Levantamento Físico da Propriedade - LFP, vínculo e dependência econômica com determinada propriedade atingida, enquadrando-se assim entre os beneficiários de alguma das opções de reassentamento.

Os indivíduos ou famílias não cadastradas no CSE-2011, por omissão involuntária, decorrente de informação incompleta ou devido a uma ausência eventual e comprovadamente temporária, terão as suas reivindicações submetidas a Estudo de Caso pela equipe técnica do empreendedor, desde que acompanhadas de documentação com indícios suficientes para justificar a indicação, conforme a seguir descrito.

##### **e.1) Enquadramento Preliminar**

Para enquadramento e caracterização preliminar como Estudo de Caso, o solicitante não contemplado no CSE-2011 deverá ser proprietário, não proprietário ou filho de um destes, com comprovada dependência e vínculo com a propriedade atingida, atendendo, no mínimo, a uma das situações a seguir elencadas:

- a propriedade atingida em que morava e/ou trabalhava não foi cadastrada pelos entrevistadores do CSE-2011;
- tenha sido identificado como população ausente da propriedade atingida na ocasião do CSE-2011;
- é filho de cadastrado;
- era jovem cumprindo serviço militar obrigatório na ocasião do CSE-2011;
- era jovem que se encontrava estudando fora na ocasião do CSE-2011;
- se encontrava internado devido a enfermidade na ocasião do CSE-2011;

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

- morava em área próxima, mas trabalhava e dependia da propriedade atingida cadastrada no CSE-2011.

##### **e.2) Análise do Direito**

A prova documental constitui-se na condição básica para o Estudo de Caso. Serão utilizados para análise do direito do reivindicante, sem a eles se limitar, os seguintes documentos:

- faturas de energia elétrica;
- contrato de arrendamento ou parceria, devidamente registrado ou com firma reconhecida desde antes do CSE-2011, em vigência até a data do levantamento físico ou a Revisão do CSE-2012;
- bloco de produtor rural, em nome do requisitante, anterior e posterior ao CSE-2011;
- históricos escolares, anteriores e posteriores ao CSE-2011;
- informações existentes em cooperativas, mercados, lojas, etc..
- registro de imóvel na área atingida.

##### **e.3) Enquadramento Final**

Uma vez julgada procedente a reivindicação do solicitante, este poderá ser enquadrado em uma das opções de reassentamento, desde que sejam cumpridos os demais critérios de enquadramento geradores do direito.

##### **f) Benefícios Comuns**

Os benefícios a seguir descritos aplicam-se a todas as modalidades de reassentamento.

##### **f.1) Despesas de Escritura e Registro do Novo Lote**

O empreendedor assumirá as despesas de escrituração e registro da área por ele adquirida.

##### **f.2) Despesa com Mudança**

O empreendedor se responsabilizará pelas despesas relativas à mudança do beneficiário para a nova propriedade.

##### **f.3) Verba de Manutenção**

É um repasse mensal de recursos que são calculados em função da composição familiar e do tempo necessário para viabilizar a autossustentação dos beneficiários.

O empreendedor pagará a cada unidade familiar reassentada, verba de manutenção mensal, por nove meses após a transferência para a nova propriedade, conforme valores a seguir definidos:

- Casos Especiais ou Casais sem filhos - 1,0 (um) Salário Mínimo/mês
- Casal com até dois filhos - 1,5 (um e meio) Salários Mínimos/mês
- Casais com três filhos ou mais - 2,0 (dois) Salários Mínimos/mês

#### **6.3.2.2 Desenvolvimento de Projetos e Construção de Reassentamentos**

Os Reassentamentos Rurais Coletivos (RRC) são formados por um conjunto de lotes individuais, com residências, benfeitorias de apoio, sistema viário e equipamentos sociais comunitários (centro comunitário e templo ecumênico). Toda compra de área de terra para RRC terá a

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

vistoria e anuência dos beneficiários. O empreendedor apresentará os projetos, via de regra, num prazo máximo de 6 (seis) meses após a aquisição da área.

O desenvolvimento de projetos de reassentamento coletivo inicia com a identificação, seleção e avaliação de áreas para sua instalação. Todos os possíveis locais têm de ser avaliados principalmente a partir sua capacidade de prover sustento das populações rurais em termos de adequação para habitação. Os impactos socioeconômicos e ambientais sobre as possíveis localidades anfitriãs decorrentes dos reassentamentos serão levantados.

Compõe o processo de busca de nova área para o remanejamento das famílias, a localização destas próximas a comunidades ou núcleos já existentes, com os apoios necessários às famílias relocadas. Nestes casos, a CHTP buscará entendimento junto a esta comunidade objetivando uma integração rápida e amigável, além de adequar os equipamentos comunitários, se necessário.

##### **a) Atividades Gerais**

##### **a.1) Avaliação de áreas para reassentamentos coletivos rurais**

Já foi abordada a importância do capital geográfico para os atingidos, que importa em uma série de variáveis básicas a partir dos quais os locais dos reassentamentos devem ser avaliados, são eles:

- Localização
- Tamanho
- Qualidade da terra
- Disponibilidade de água
- Recursos Florestais
- Proximidade com recursos hídricos (rios e igarapés)
- Condições de acesso
- Energia Elétrica
- Infraestrutura de transporte, saúde, educação etc.

As áreas serão selecionadas em função de laudo técnico elaborado por equipe especializada. Caberá uma análise das possíveis áreas de reassentamento para evitar locais passíveis de alagamento, com contaminação sanitária ou que sejam frágeis ambientalmente.

O empreendedor apresentará 3 opções de áreas para reassentamento rural para escolha dos atingidos, que terão prévio conhecimento das condições de cada área. As áreas selecionadas serão visitadas por pelo menos um membro de cada família afetada com acompanhamento da equipe técnica do empreendedor.

A escolha definitiva das áreas de reassentamento ocorrerá a partir de formalização de opção entre atingidos, empreendedor e equipes técnicas envolvidas nos laudos de avaliação das áreas.

##### **a.2) Elaboração e aprovação dos projetos de reassentamento coletivo.**

A metodologia para elaboração dos projetos obedecerá às seguintes fases:

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

- **Fase Preparatória:** processamento dos dados já existentes nas áreas de cartografia, geoprocessamento, solos, floresta, recursos hídricos e socioeconomia.
- **Fase de Estudos Temáticos:** trabalhos integrados de campo para mapeamento e prospecção de solos e coletas de amostras; estratificação da floresta, instalação e coleta de dados das parcelas de terra; diagnóstico socioeconômico dos trabalhadores/ produtores locais e da região de inserção e estudos de mercado; produção de mapas temáticos e relatórios técnicos.
- **Fase de Concepção de Projeto:** planejamento e definição das áreas de uso (parcelamento e infraestrutura); elaboração de planos e uso (modelos de manejo e uso da terra); formatos de assistência técnica e qualificação de acordo com perfil (linhas de investimento).

Os projetos de reassentamento coletivo rural deverão apresentar basicamente os seguintes itens:

- Zoneamento agrícola e levantamento planialtimétrico
- Delimitação de reserva legal e áreas de preservação permanente
- Divisão e dimensionamento dos lotes
- Proposta de localização de benfeitorias coletivas e individuais
- Estrutura viária
- Rede de distribuição de energia
- Saneamento básico e drenagem pluvial
- Definição e localização de equipamentos comunitários
- Opções de plantas e *layout* de casas
- Custos médios com serviços públicos básicos (água e energia elétrica) e com impostos territoriais para os reassentados.
- Medidas de acesso para pessoas com necessidades especiais como rampas, corrimões etc.

A validação dos projetos e a disposição dos grupos a serem relocados em reassentamento rural serão definidos por meio de reuniões com as comunidades, equipe técnica do empreendedor e os responsáveis pela elaboração dos projetos.

Quando legalmente previsto, a implantação dos projetos também ficará condicionada a aprovação do poder público e a emissão de licenças e autorizações necessárias. Os projetos de reassentamento deverão estar em consonância com os códigos de obras, de posturas e demais legislações pertinentes. Quando necessário, o empreendedor deve solicitar autorizações ambientais, como de desmatamento, entre outras.

As concessionárias de serviços públicos, responsáveis pela manutenção e operação da infraestrutura serão acionadas para obtenção de normas técnicas necessárias e certificação de que estão de acordo com essas.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

##### **a.3) Construção dos projetos de reassentamento coletivo, inclusive infraestrutura.**

Para a construção dos reassentamentos será contratada equipe especializada. A mão-de-obra local poderá ser acionada.

Entre as ações necessárias para a implantação dos projetos de reassentamento estão:

- Demarcação e cercamento de lotes
- Demarcação da área de Reserva Legal e das APP
- Preparação das novas áreas de cultivo, incluindo preparo do solo, calagem e adubação no caso do reassentamento rural, limitado à área total da lavoura de subsistência e à complementação da área de pastagem até o total de 50% do somatório destas.
- Mudas e sementes para melhoramento/implantação da lavoura/pastagem, limitado à primeira safra.
- Implantação de infraestrutura viária, energia elétrica comunitária e domiciliar, saneamento básico.
- Construção de equipamentos comunitários.
- Construção de moradias e benfeitorias (edificações auxiliares).
- Implantação de meios de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

##### **a.4) Despesas e apoio logístico na mudança**

O empreendedor arcará com as despesas de mudança para os reassentamentos e dará apoio logístico no armazenamento e transporte de mudança. Os prazos para mudança serão negociados com antecedência de modo que as famílias possam se preparar para a transferência. Famílias com idosos, crianças, deficientes e doentes terão prioridade e acompanhamento especial.

##### **b) Atividades individuais**

##### **b.1) Tamanho dos Lotes**

Os tamanhos dos lotes nos RRC serão determinados a partir da FT familiar, composta pela soma das FT de seus membros, seguindo a tabela para Determinação do Tamanho dos Lotes Básicos em RRC, a qual também define a distribuição de parcelas de terras nas diversas classes de aptidão agropecuária, em função de seu destino e uso.

Utilização da Parcela	Área (ha) Conforme FT Familiar		
	Até 2 FT	2,1 a 4 FT	> 4,1 FT*
Instalação e Acesso Interno	0,5	0,5	0,5
Lavoura de Subsistência	2,0	2,0	2,5
Pastagem	17,5	23,5	29,0
<b>Área de exploração</b>	<b>20,0</b>	<b>26,0</b>	<b>32,0</b>
Reserva Legal	80,0	104,0	128,0
<b>ÁREA TOTAL DO LOTE</b>	<b>100,0</b>	<b>130,0</b>	<b>160,0</b>

Quadro 3 – Determinação do Tamanho do Lote de Referência

#### P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População

A CHTP se responsabilizará pela limpeza das áreas destinadas a lavoura de subsistência e pastagem.

Em complementação, fica estabelecido o compromisso de fornecimento de insumos e sementes, restritos à área de lavoura e à complementação da área de pastagem até o total de 50% do somatório destas, exclusivamente para a primeira safra ou formação de pastagem.

#### b.2) Edificações

As edificações em cada lote dos RRC terão suas características e dimensões definidas em função da composição e tipo da unidade familiar, se convencional ou especial. O indivíduo ou unidade familiar considerada Caso Especial tem direito a edificações adequadas a seu caso, definidas após estudo.

Todos os lotes possuirão residência e galpão, com as características gerais descritas a seguir e características específicas apresentadas na tabela mais adiante, conforme a classificação da unidade familiar.

- Residência: edificação residencial em alvenaria, contendo sala, cozinha, banheiro, área de serviço e avarandado, com número de dormitórios e área útil total definida em função do tipo e da composição da unidade familiar;
- Galpão: metade da área livre e metade fechada, piso de terra batida, composto por pilares e telhado, coberto, para usos múltiplos, com área útil total definida em função do tipo da unidade familiar.

Tipo de Unidade Familiar	Pessoas na Unidade Familiar	Residência			Galpão
		Casa Tipo	Número de Dormitórios	Área Útil Total (M <sup>2</sup> )	Área Útil Total (M <sup>2</sup> )
Convencional	Até 5 pessoas, com filhos do mesmo sexo	I	2	54	48
	Até 7 pessoas	II	3	63	
	8 ou mais pessoas	III	3	72	
Especial	Até 2 pessoas, sendo marido e mulher ou pessoas do mesmo sexo	I-E	1	40	30
	Até 4 pessoas, exceto se casal com filhos de sexo diferente	II-E	2	45	
	4 pessoas, sendo casal com filhos de sexo diferente	III-E	3	50	

Quadro 4 - Áreas das Edificações - Referencia

Para a elaboração dos projetos das residências deverá ser considerada a cultura local, de modo que a edificação atenda as necessidades da família, sem alterar bruscamente o modo de vida destas.

#### b.3) Opção pelo RRC



#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

O beneficiário fará uma opção da sua intenção em participar da proposta de RRC, confirmando-a definitivamente após reconhecimento da área. Uma vez confirmada, a opção não mais poderá ser alterada, exceto quando houver impedimento à aquisição da área por parte do empreendedor e o projeto for desenvolvido em outro local, caso em que será oferecida nova oportunidade de optar.

As famílias que optarem por RRC e que possuem benfeitorias na área atingida não receberão qualquer indenização pelas mesmas, tendo em vista que já receberão seus lotes com toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades.

#### **b.4) Assistência Técnica e Social**

Será prestada, diretamente ou através de convênios, assistência técnica e social aos reassentados nos RRC pelo período de 3 (três) anos, a contar da implantação do reassentamento.

#### **6.3.3 AUTOREASSENTAMENTO (CARTA DE CRÉDITO)**

Na modalidade Autoreassentamento, também chamada de Carta de Crédito (CC), a família se responsabilizará pelo seu próprio reassentamento, através da busca e aquisição de uma propriedade compatível com o seu direito.

A CC é o documento emitido pelo empreendedor com o fim exclusivo de garantir recursos financeiros para que o beneficiário adquira um imóvel, sendo orçada com base nas definições de direito de terra e edificações a seguir descritas.

O empreendedor irá vistoriar o imóvel com o objetivo de verificar sua viabilidade e adequação às características do direito do beneficiário, antes de aprovar sua aquisição.

O eventual saldo positivo entre o valor do direito expresso na CC e o valor de aquisição da nova propriedade, será revertido em favor do beneficiário, devendo ser aplicado na melhoria ou ampliação da nova propriedade e sua produtividade, após anuência do empreendedor.

As famílias que optarem por Autoreassentamento e que possuem benfeitorias na área atingida terão as mesmas avaliadas para fins de dedução do saldo devedor e, portanto, não serão objeto de indenização em dinheiro.

Na modalidade de CC, quando da definição da propriedade objeto de reassentamento, a família beneficiada assinará junto ao empreendedor um Contrato de Comodato, onde terá o prazo de cinco anos para residir e explorar a propriedade. Findado este prazo e se confirmando que a família residiu e exerceu atividades produtivas na propriedade, o empreendedor expedirá o registro definitivo em favor da família reassentada.

#### **a) Público-Alvo**

Definições idênticas às do RRC.

#### **b) Tamanho dos Lotes**

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

A área do lote será igual ao RRC, conforme a FT familiar. A distribuição de parcelas de terras nas diversas classes de aptidão agropecuária é idêntica à prevista para os lotes do RRC, assim como a eventual conversão entre classes.

**c) Edificações**

Definições idênticas às do RRC.

**d) Opção pela CC**

O beneficiário formalizará uma opção da sua intenção em se beneficiar da CC. Uma vez formalizada a opção, a mesma não mais poderá ser alterada.

**e) Assistência Técnica**

Será prestada assistência técnica e social aos beneficiários de CC idêntica ao RRC.

#### **6.3.4 REASSENTAMENTO EM ÁREAS REMANESCENTES**

Área remanescente é a que resta da propriedade adquirida em sua totalidade, depois de excluídas a parcela atingida e APP. As áreas remanescentes serão objeto de reorganização fundiária, sempre que possível, incluindo a recomposição da infraestrutura, formando novos lotes que possibilitem o reassentamento de unidades familiares, convencionais e especiais. Poderão ainda ser utilizadas para permuta de áreas atingidas de proprietários lindeiros.

**a) Público-Alvo**

Definições idênticas às do RRC.

**b) Tamanho dos Lotes**

Definições idênticas às do RRC.

**c) Edificações**

Definições idênticas às do RRC.

**d) Opção pelo reassentamento em área remanescente**

O beneficiário formalizará sua opção, depois que a mesma for formalizada não mais poderá ser alterada.

**e) Assistência Técnica**

Definições idênticas às do RRC.

## **7 MONITORAMENTOS**

A Linha de Monitoramento prevê a implantação de dois subprogramas:

- Monitoramento de Reinserção Social e Avaliação da Recomposição da Qualidade de Vida;
- Monitoramento da Viabilidade Econômica das Atividades Produtivas.

Ambos estão interrelacionados e regularão os processos de remanejamento e reestruturação das atividades produtivas. O presente item demonstrará em linhas gerais como estão sendo

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

pensadas essas atividades. Os dados, obtidos por meio do cadastro socioeconômico realizado antes do remanejamento (2011), servirão de parâmetros para a definição de indicadores qualitativos e quantitativos, funcionando como marco-zero ou ponto de partida referencial a partir do qual as mudanças serão observadas.

Para a reinserção social, o foco do monitoramento será o acesso à educação e à saúde, infraestrutura para moradia e atividades produtivas considerando assistência técnica e renda em relação a gastos com serviços públicos e impostos. Já os parâmetros que serão priorizados no monitoramento da viabilidade econômica dizem respeito à mensuração de mudanças na segurança alimentar e nutrição e mensuração de mudanças na renda e estão relacionadas ao acesso aos meios de produção comercial e de subsistência.

Caso o monitoramento identifique dificuldades de restabelecimento dos níveis anteriores ao remanejamento, o empreendedor implementará medidas adicionais.

O monitoramento e a avaliação funcionarão como um subprocesso do programa como um todo, necessário para retroalimentação da fase de gestão/implementação e têm como principais etapas:

- Formulação de questões a serem respondidas pelo monitoramento e avaliação;
- Definição de indicadores a serem monitorados/avaliados para compor o sistema de avaliação;
- Identificação de fontes de informações;
- Definição de instrumentos e procedimentos adequados a cada tipo de monitoria (atividades, orçamento, pressupostos) e avaliação (processo, resultados e impacto);
- Estabelecimento de cronograma de atividades;
- Identificação de responsabilidades e de participantes.

O monitoramento é o acompanhamento sistemático, cotidiano das atividades. Já a avaliação analisa o cumprimento dos objetivos, seus resultados e impactos. Assim, avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo definido de acordo com a natureza do processo avaliado. Será estabelecida uma rotina de monitoramento e avaliação para criar uma dinâmica de controle social e possibilitar redefinição de atribuições e responsabilidades.

#### **SUBPROGRAMA 40.1 - MONITORAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL E AVALIAÇÃO DA RECOMPOSIÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA**

##### **1 INTRODUÇÃO**

O processo de remanejamento da população atingida pela UHE Teles Pires pressupõe um acompanhamento cíclico e uma avaliação das ações desencadeadas a partir da implantação dos projetos de remanejamento populacional, de tal forma que permita uma leitura dos aspectos que merecem especial atenção, tais como: retomada do processo produtivo (atividades agropecuárias, atividades complementares, abastecimento e comercialização); interação social (retomada das atividades comunitárias e reconstituição do tecido social) e a adequação da infraestrutura básica (moradia, educação, saúde, transporte, etc.). Além das ações práticas previstas, este programa proporcionará uma avaliação final de todo o processo de

## **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

remanejamento populacional, do planejamento e da própria política da empresa para esse assunto.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Monitorar as famílias remanejadas, com intervalos de tempo, em todas as modalidades, com o objetivo de buscar dados quantitativos e qualitativos que subsidiem a fundamentação para a indicação com relação à modalidade de remanejamento mais bem sucedida, o processo de inserção das famílias nas novas propriedades, a recriação das redes de sociabilidade, bem como a retomada dos processos produtivos e a obtenção de parâmetros que permitam avaliar o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos reassentados nos aspectos relacionados à evolução socioeconômica e cultural.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Analisar o processo de inserção social das famílias na nova realidade;
- Avaliar a evolução do padrão de vida da população e;
- Acompanhar a evolução dos indicadores sociais: saúde, educação, habitação, alimentação, lazer etc.

## **3 PÚBLICO-ALVO**

O público-alvo objeto desse monitoramento serão todas as famílias atingidas pela construção da UHE Teles Pires, que foram beneficiadas por uma das modalidades de remanejamento.

## **4 ESCOPO DO TRABALHO**

Os trabalhos, objeto do monitoramento, deverão permitir que, no término de todas as etapas, seja realizado um comparativo entre as diferentes modalidades de remanejamento, permitindo estabelecer a análise com relação a situação de origem e a reinserção da família, considerando a caracterização geográfica e as implicações decorrentes da interferência das características locais e regionais referente aos aspectos sociais e culturais. Para tanto, tem como escopo básico, os seguintes trabalhos:

- Desenvolver e aplicar metodologia adequada para a realização do monitoramento e avaliação das famílias rurais optantes pelas modalidades de indenização, carta de crédito e reassentamento coletivo considerando indicadores de qualidade de vida, grau de satisfação, percepção das famílias em relação à melhoria de suas condições de vida e IDH comparativo entre índices anteriores a atuais.
- Desenvolver e aplicar análise quali-quantitativa dos resultados da opção por aquisição/indenização, considerando os dados secundários existentes referentes à execução do programa.
- Estabelecer parâmetros de avaliação compatíveis com o público e os requisitos de cada opção.

Considerando a necessidade do estabelecimento do marco zero tanto para a análise comparativa das melhorias das condições de vida da população remanejada, quanto para os resultados dos processos de negociação das famílias optantes por aquisição, o trabalho de monitoramento deverá ocorrer em dois momentos, gerando produtos distintos.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

Num primeiro momento deverão ser manipulados os dados existentes, para o estabelecimento do marco zero, com o perfil das famílias em sua área de origem e, num segundo momento, deverá ser gerado o primeiro relatório do monitoramento com as informações atuais das famílias em suas áreas definitivas objeto de remanejamento. Para tanto, deverão fazer parte do trabalho de monitoramento, todas as famílias remanejadas, contemplando as seguintes etapas:

- Seleção de fontes e métodos de informação;
- Definição de indicadores e instrumental metodológico;
- Mapeamento das famílias beneficiárias;
- Aplicação do instrumental de coleta de informações;
- Análise dos resultados e;
- Divulgação dos resultados por meio de relatórios.

No que se refere à opção por aquisição/indenização, a análise acontecerá também em dois momentos, porém com base nos dados secundários existentes resultantes dos processos de negociação para aquisição das áreas.

## **5 NORMATIVAS DO TRABALHO**

### **5.1 Monitoramento da Opção por Aquisição/Indenização de Áreas**

Para as famílias optantes por essa modalidade, a análise acontecerá com base nos dados secundários existentes resultantes dos processos de negociação para aquisição das áreas. Deverão ser monitoradas pelo menos 20% das famílias que optaram por essa modalidade.

O monitoramento deve diagnosticar a situação das famílias no momento anterior à indenização, Etapa T0 (local de origem) e em momentos posteriores a indenização, Etapa T1, T2 e T3, buscando identificar a aplicação da indenização e se efetivamente ocorreu uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias.

Além daqueles comuns para todas as modalidades de remanejamentos, para aqueles que optaram pela indenização em dinheiro é importante os levantamentos dos seguintes indicadores:

- Propriedades cadastradas.
- Propriedades adquiridas.
- Regularização fundiária das propriedades adquiridas.
- Condição dominial das propriedades.
- Ações na justiça com questionamento de posse de propriedades.
- Processos de notificação e ajuizamentos.
- Utilização da área remanescente.

### **5.2 Monitoramento da Opção por Reassentamento Rural Coletivo, Autoreassentamento (Carta de Crédito Rural)**

O monitoramento das famílias remanejadas da população rural será executado, de forma que permita realizar o diagnóstico situacional nas várias etapas que permitam a comparação entre

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

elas, ou seja, da situação anterior ao recebimento do benefício, denominada etapa T0 (local de origem) em relação às etapas posteriores do monitoramento.

O monitoramento deverá apontar as mudanças ocorridas e os fatores que interferiram na alteração das condições socioeconômicas e culturais das famílias. Todas as etapas do programa serão realizadas através de entrevistas e aplicação de questionários às famílias, que deverá, no mínimo, levantar os seguintes indicadores:

- Propriedades cadastradas / propriedades adquiridas.
- Categoria de uso da propriedade.
- Condições habitacionais e infraestrutura (incluindo água e energia).
- Aspectos educacionais (acesso, escolaridade, profissionalização, acesso ao mercado de trabalho, entre outros).
- Acesso a serviços básicos, serviços públicos, comércio e empresas em geral.
- Infraestrutura de transporte e acesso.
- Segurança.
- Acesso aos meios de comunicação.
- Composição da renda.
- Patrimônio (bens materiais, móveis e imóveis, incluindo equipamentos e utensílios).
- Manutenção de laços culturais e de parentescos.
- Organização e participação em entidades representativas.
- Cultura e lazer.
- Grau de satisfação.

#### **6 ETAPAS DE TRABALHO**

A avaliação dos efeitos específicos do remanejamento seja ele por indenização ou reassentamento da população atingida será desenvolvida por meio de levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos serão obtidos com a aplicação de questionários, enquanto que os qualitativos, através de entrevistas com lideranças locais e moradores. Para tanto serão adotadas as seguintes etapas:

**1ª Etapa (T0)** – O levantamento de dados será realizado antes que a família atingida receba os recursos da indenização. Esses dados serão obtidos através de pesquisa com todas as famílias constantes no Cadastro Socioeconômico – CSE-2011 ou sua Revisão – CSE-2012, e servirá como base de um banco de dados para comparações das etapas posteriores.

**2ª Etapa (T1)** – Esta etapa será realizada 6 meses após a mudança e terá como objetivo avaliar a situação social e econômica na nova realidade em que se encontram. A metodologia desenvolvida nesta etapa T1 será avaliada levando-se em consideração as variáveis levantadas para a etapa T0, mediante aplicação de questionário similar, porém referenciado a nova propriedade.

**3ª Etapa (T2)** – Os dados desta etapa serão levantados 6 meses após a realização da Etapa T1.

**4ª Etapa (T3)** – Os dados desta etapa serão levantados 1 ano após a realização da Etapa T2.

## **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

**5ª Etapa (T4)** - Os dados desta etapa serão levantados 1 ano após a realização da Etapa T3.

### **7 METODOLOGIA**

Durante a execução de um plano de remanejamento, as interações entre os vários organismos e a complexidade inerente de coordenar muitas tarefas simultâneas podem criar dificuldades.

Nos programas mais substanciais de reassentamento, o processo deve incluir disposições sobre monitoramento independente e concentrar-se nas condições sociais e econômicas das pessoas afetadas. Pode também servir como mecanismo para a compilação de dados a serem usados na avaliação do programa, depois da sua execução.

O plano não termina quando a população afetada é fisicamente instalada num novo ambiente.

O período de adaptação e de reabilitação social que se segue é mais difícil de administrar e de avaliar, embora seja essencial para o sucesso do plano. A fim de avaliar o que o programa de reassentamento conseguiu os alvos pós-execução devem ser avaliados usando indicadores qualitativos e quantitativos claramente definidos. Os dados devem continuar a ser compilados por um período adequado após a execução do projeto e, nos casos de programas de reassentamento maiores, deve ser efetuada uma avaliação após a execução do mesmo de tal forma que o empreendedor possa discutir a necessidade de outras medidas adicionais de alívio e aprender com a experiência, a fim de melhorar operações futuras.

#### **7.1 Método de abordagem**

Este trabalho, pela sua complexidade, será abordado através da Teoria Sistêmica. Segundo essa teoria, analisar e explicitar um objeto complexo em termos de sistema é, em primeiro lugar, delimitá-lo.

Analisar e explicitar um objeto em termos de sistema é também estudar a sua dinâmica de evolução através do tempo nos seus diferentes estágios de evolução. Para estudar a evolução no tempo das várias formas passadas é preciso classificá-las em etapas e espécies (ou sistemas).

Enfim, considerar o funcionamento de um objeto como um todo é pensá-lo como uma combinação de funções complementares que asseguram a circulação interna de todos os fluxos (de matéria, de energia, de valor, etc.).

#### **7.2 Caracterização da pesquisa**

Para a caracterização desta pesquisa, toma-se como base a qualificação em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa será exploratória e explicativa. Exploratória porque não existem trabalhos dessa natureza realizada no empreendimento proposto. Salientando que o estudo exploratório aumenta a experiência em torno de um problema específico, aprofundando seus estudos nos limites da realidade estudada. Sua principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores.



#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

O estudo explicativo, por sua vez, procura investigar possíveis relações causa-efeito, observando as consequências de um fenômeno em amostras relativamente grandes (mais de 200 casos).

Quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, pois examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, com profundidade e detalhamento.

#### **7.3 Técnicas da coleta de dados**

Existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais. Os mais usuais são: observação, análise de documentos, entrevistas e a história de vida. Geralmente utiliza-se mais de um. Neste estudo serão utilizadas a pesquisa documental e a entrevista estruturada, ou questionários.

As fontes de dados são constituídas por materiais diversificados e que podem encontrar-se dispersos. Os documentos podem ser cartas pessoais, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, relatórios, relatórios de outras pesquisas já realizadas, tabelas estatísticas, entre outros.

Desta forma, o questionário aplicado na população amostral será elaborado, com perguntas abertas e fechadas, de forma a obter informações sociodemográficas e de identificação, além de aprofundar as opiniões do entrevistador. As entrevistas serão realizadas, de forma amostral, com as famílias proprietárias remanejadas involuntariamente pela construção da UHE Teles Pires.

Os diagnósticos que utilizam exclusivamente questionários fechados demandam, geralmente, um grande trabalho, tanto na sua preparação quanto, principalmente, na sua análise, devido à grande quantidade de variáveis que exigem. Além disso, questionários fechados dificilmente permitem estabelecer correlações entre os diferentes elementos levantados (o que é fundamental na análise sistêmica) ou incluir um elemento novo que apareça durante a pesquisa. A experiência também mostra que a entrevista aberta, que permite acompanhar o fio condutor do pensamento da própria pessoa pesquisada, é capaz de revelar informações qualitativas preciosas para o diagnóstico. Essas entrevistas são mais ricas se forem realizadas no campo - nas parcelas ou nas instalações do produtor - ou quando seguem o calendário de trabalho, o itinerário técnico adotado, etc.

O objetivo dessas entrevistas não é só o de estabelecer uma cronologia dos fatos técnicos e sociais relatados, mas, sobretudo, estabelecer relações de causa e efeito entre esses fatos. Deve-se, em especial, tentar identificar as trajetórias de acumulação ou de descapitalização que levaram à diferenciação dos produtores, relacionando-as com os diferentes fatos levantados e com a sua localização.

#### **7.4 Técnicas da análise dos dados**

Na primeira etapa do trabalho será realizado a compilação e o tratamento dos documentos históricos, estatísticos e cartográficos já existentes. O objetivo desse esforço será, com os dados já disponíveis, fazer uma correlação entre as diferentes variáveis (clima, solos, estrutura

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

fundiária, dados demográficos, infraestrutura, etc.). Entretanto, esses documentos muitas vezes não estão disponíveis, e de difícil acesso ou demandam uma compilação demorada. Por outro lado, a maior parte deles não foi elaborada com a mesma finalidade a que se destina o objetivo desse trabalho.

As análises dos dados coletados serão feitas de forma quantitativa, pois se caracterizam pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coletas de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

O método de avaliação será em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Começando pelos fenômenos e pelos níveis de análises regionais e terminando nos níveis mais específicos, ou seja, o proprietário remanejado.

Será também possível, com essa análise geral da região, explicar como os principais fatores, técnicos e sociais determinaram a evolução passada e condicionam as tendências presentes das diferentes categorias sociais e de suas práticas agropecuárias.

A análise do sistema de interação da família dentro do contexto social e suas interações é ferramenta fundamental para um diagnóstico das interferências sofridas pela família com o processo de relocação adotado pelo empreendimento. Através desta análise, devemos formular estratégias de desenvolvimento, e medidas que poderão ser adotadas visando a contribuição para a melhoria da reinserção da família, bem como a busca de sua qualidade de vida, considerando indicadores objetivos que apontem melhorias com relação a condições materiais de vida das famílias e indicadores qualitativos que articula aspecto valorativo, opiniões, subjetividade. Devemos buscar o entendimento de todos os fatores, sejam eles técnicos, econômicos, sociais ou culturais que estarão interagindo junto à família e que terão influência direta ou indireta sobre o maior ou menor desempenho do sistema de remanejamento.

Neste sentido, quanto da aplicação do questionário, este deverá fornecer subsídios para que o monitoramento possa responder a estas questões. Para tanto, no seu bojo, deve trazer informações que possibilitem:

- demonstrar e identificar as características sócios culturais das regiões de origem e destino dos remanejados, com dados dos principais agentes envolvidos no desenvolvimento local (indústria, comércio, poder público, agroindústrias, setor financeiro, entre outros.);
- recomendar apontadores de avaliação de futuros projetos e programas, como por exemplo, a Assistência Técnica e Social.
- fornecer subsídios para a avaliação posterior, onde se buscará o entendimento da situação do remanejado antes e depois do empreendimento.

#### **8 EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA FAMÍLIA.**

Uma das principais finalidades do monitoramento é avaliar o processo de evolução socioeconômica e cultural das famílias. Estas informações serão obtidas através da avaliação dos diferentes aspectos do ambiente sócio-espacial, dentre eles: padrão de moradia (acesso aos bens de consumo duráveis para o uso da residência), serviços de Infraestrutura, de

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

educação, saúde, (no acesso aos serviços e equipamentos públicos) e renda, permitindo constatar se as mudanças foram alternadas de maneira positiva, buscando avaliar o grau de satisfação com relação à nova propriedade.

A ocorrência do processo de recriação das redes de sociabilidade (na comunidade, na relação de vizinhança, nos grupos sociais organizados, com os agentes locais, as atividades religiosas e de lazer), deverá permitir a identificação da interação dos diferentes aspectos percebidos no espaço, registrando-se os fatores determinantes nas diferentes formas de inserção socioeconômicas e culturais das famílias reassentadas. Esse processo permitirá ainda, identificar a presença de referências socioculturais não estranhos a realidade de suas localidades de origem e suas interferências na propriedade atual.

### **9 ATIVIDADES BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.**

Para cada etapa da pesquisa, as atividades resumem-se às seguintes:

- elaboração do instrumento de investigação;
- coleta dos dados;
- tabulação dos dados;
- análise dos resultados;
- emissão de relatório.

### **10 PRODUTO**

Os relatórios técnicos de cada etapa deverão conter os resultados dos trabalhos realizados, a análise dos resultados, discussão e conclusões, obedecendo às normas metodológicas previstas pela ABNT e serão entregues ao empreendedor, em meio digital e 02 vias impressas em papel.

- **Relatórios Mensais** – Informações acerca das atividades efetivamente realizadas, previstas no Plano de Trabalho.
  - Os relatórios mensais de atividades deverão ser sistematizados a partir das informações de campo e outros registros, com o objetivo de demonstrar o desenvolvimento das atividades e permitir a avaliação do desempenho, visando mensurar a qualidade dos serviços prestados.
- **Relatório Semestral** – Informações acerca das atividades realizadas a cada semestre.
  - Os relatórios semestrais de atividades deverão ser sistematizados a partir das informações contidas nos relatórios mensais, nestes devem constar o resumo de todas as atividades realizadas, das famílias atendidas e outras informações que se julguem necessárias ou que forem solicitadas pelo empreendedor, acompanhados de registros fotográficos que evidenciem a realização das ações.

## **SUBPROGRAMA 40.2 - MONITORAMENTO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE ATIVIDADES REORGANIZADAS**

### **1 INTRODUÇÃO**

O diagnóstico dos sistemas rural/urbano não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta. Seu principal objetivo é contribuir para a elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento, trazendo respostas a perguntas importantes, tais como: quais são as técnicas, sociais e

## **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

econômicas praticadas pelos agropecuaristas e os seus sistemas de produção? Quais são as razões que explicam a existência dessas práticas; quais são as suas principais tendências de evolução? Quais são os principais problemas que vêm enfrentando? Como se pode contribuir para superar esses problemas e quais seriam os sistemas de produção e os tipos de produtores mais adequados a essa sociedade? Para buscar as respostas desses problemas é preciso entender que uma região raramente é homogênea. Ela pode ser composta de espaços que apresentam características distintas ou terem sido ocupados de forma diferenciada.

Essas diferenças condicionam de forma também diferente as atividades agropecuárias. Há, em geral, vários tipos de atores sociais envolvidos na produção agropecuária: fazendeiros, agricultores familiares mais ou menos capitalizados, agroindústrias, trabalhadores sem-terra, etc. Existem, também, diversos agentes que determinam o entorno dessa produção: comerciantes, governos municipais, estadual e federal, prestadores de serviços, etc. Em consequência, as formas de exploração dos espaços agrários são, em geral, heterogêneas.

## **2 OBJETIVO**

### **2.1 Objetivo Geral**

O Subprograma de Monitoramento da Viabilidade Econômica das Atividades Reorganizadas tem como objetivo acompanhar o processo de reestruturação produtiva da População Atingida do ponto de vista de sua sustentabilidade econômica e ambiental, entendendo-se por sustentabilidade a capacidade de manter níveis de renda e subsistência melhores ou equivalentes aos anteriores conjugados à preservação dos recursos naturais.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Verificar o nível de desenvolvimento tecnológico na nova realidade;
- Verificar o nível de incremento da produtividade e o grau de diversificação da produção;
- As transformações na composição de mão de obra;
- Avaliar o nível de ocupação do lote adquirido e/ou recomposto;
- Avaliar a evolução da renda monetária familiar;

## **3 PÚBLICO-ALVO**

O público-alvo objeto desse monitoramento serão todas as famílias atingidas pela construção da UHE Teles Pires, que foram beneficiadas por uma das modalidades de remanejamento.

## **4 NORMATIVAS DO TRABALHO**

Todas as atividades econômicas a serem direta ou indiretamente afetadas terão as suas características operacionais e financeiras pesquisadas como parte do cadastro social.

Isso incluirá o dimensionamento e classificação das receitas, despesas e resultados operacionais, assim como a variabilidade e/ou sazonalidade dos mesmos. Quando disponíveis, os livros caixa ou outros registros contábeis serão verificados para comprovação de veracidade. Na falta dessa documentação, as informações fornecidas serão avaliadas quanto à sua coerência com a realidade observada nos negócios, além do comprovante de recolhimento de tributos, legalidade da atividade, entre outros.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

O objetivo desse levantamento será o de constituir uma linha base econômica contra a qual o desempenho futuro das atividades econômicas possa ser comparado, verificando se problemas de perda de sustentabilidade econômica atribuível ao empreendimento.

Para tanto, é previsto o monitoramento econômico contínuo durante dois anos após a reorganização da atividade, propondo-se, nos casos que requerem ação corretiva, a implantação de programas de assistência técnica. Excepcionalmente em casos de grupos vulneráveis, o período de monitoramento econômico poderá se estender por até cinco (05) anos.

Registra-se que o monitoramento econômico aqui descrito constituirá condição prévia para a verificação de elegibilidade para as medidas compensatórias e/ou de apoio propostas no presente programa somente no caso daquelas atividades que poderão ter continuidade durante e após a implantação da UHE Teles Pires, porém não necessariamente com o mesmo nível de intensidade e/ou lucratividade. Atividades econômicas a serem necessariamente remanejadas serão elegíveis para compensação e apoio independentemente do monitoramento.

Registra-se também que o monitoramento das atividades pesqueiras e do garimpo será conduzido no âmbito de outros programas integrantes do PBA, sendo que somente aqueles casos em que se verifique efetiva deterioração econômica serão elegíveis para as medidas integrantes do presente Programa e serão encaminhados à Unidade de Gerenciamento do Programa.

#### **5 PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA**

Deve ser avaliada a evolução socioeconômica da família remanejada, e para isso, embora a renda por si só não seja um indicador dessa evolução, ela nos fornece subsídios e dados concretos para análise. O desempenho econômico da família é de extrema importância para identificarmos e analisarmos a evolução social da mesma. O questionário deve identificar com precisão todas as fontes possíveis de renda da família, conforme relacionado abaixo, a cada etapa de avaliação.

- **Renda agropecuária:** Normalmente, esta será a maior fonte de renda da família, sendo a renda obtida através dos processos produtivos da propriedade.
- **Renda de autoconsumo:** Esta renda é aquela produzida para a família e utilizada para seu sustento, ou seja, para seu consumo na propriedade. As quantidades consumidas deverão ser avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção, representando a renda que o agropecuarista obteria se vendesse, ao invés de consumir essa parcela da produção.
- **Renda de outras atividades:** Neste contexto estão as receitas obtidas por outras atividades fora da propriedade, como os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

- **Renda de outras receitas:** são as vendas ocasionais de produtos não agropecuários, como por exemplo: madeira, carvão, extrativismo, pequeno comércio, artesanato, pensão, aposentadoria etc.

#### **6 CAPITALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INTERFERIDA**

Trata-se de comparar o capital inicial trazido pelos beneficiários no momento de sua entrada na área com as aquisições de bens pessoais e de meios de produção efetivadas desde esse momento até a data da entrevista. Cabe esclarecer alguns pontos metodológicos:

- Tanto o capital inicial como os bens adquiridos serão avaliados tomando como base os preços de venda mais baixos das regiões respectivas e deduzindo um percentual para aqueles bens comprados de segunda mão (camas, armários, etc.).
- As depreciações dos bens iniciais e dos adquiridos não serão consideradas, o que não afeta o raciocínio, na medida em que os dois termos da equação serão calculados de forma semelhante.
- Os bens pessoais serão incluídos no índice de capitalização por se tratarem, em boa parte, de itens que, em economia agropecuária, são de difícil classificação em termos do seu uso para fins pessoais ou produtivos, como por exemplo: cavalo, bicicleta, veículos e outros.

#### **7 ETAPAS DE TRABALHO**

A avaliação dos efeitos específicos do remanejamento, seja ele por indenização ou reassentamento da população atingida, será desenvolvida por meio de levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos serão obtidos com a aplicação de questionários, enquanto que os qualitativos, através de entrevistas com lideranças locais e moradores. Para tanto serão adotadas as seguintes etapas:

**1ª Etapa (T0)** – O levantamento de dados será realizado antes que a família atingida receba os recursos da indenização e terá dois instrumentos de investigação. O primeiro deles diz respeito à identificação do processo de desocupação da área do reservatório. O segundo instrumento visa levantar informações que permitam identificar o perfil socioeconômico e produtivo da família antes de ser remanejada. Esses dados serão obtidos através de pesquisa dos dados existentes Cadastro Socioeconômico – CSE-2011 ou em sua Revisão-2012, e servirá como base de um banco de dados para comparações das etapas posteriores.

**2ª Etapa (T1)** – Esta etapa será realizada na primeira safra que a família realizar na nova propriedade ou, no caso de indenização, a primeira safra após a indenização, e terá como objetivo avaliar a situação social e econômica na nova realidade em que se encontram. A metodologia desenvolvida nesta etapa T1 será avaliada levando-se em consideração as variáveis levantadas para a etapa T0, mediante aplicação de questionário similar, porém referenciado a nova propriedade.

**3ª Etapa (T2)** – Os dados desta etapa serão levantados 6 meses após a realização da Etapa T1.

**4ª Etapa (T3)** - Os dados desta etapa serão levantados 1 ano após a realização da Etapa T2.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

**5ª Etapa (T4)** - Os dados desta etapa serão levantados 1 ano após a realização da Etapa T3.

### **8 METODOLOGIA**

Todas as atividades econômicas a serem direta ou indiretamente afetadas terão as suas características operacionais e financeiras pesquisadas como parte do cadastro social.

Isso incluirá o dimensionamento e classificação das receitas, despesas e resultados operacionais, assim como a variabilidade e/ou sazonalidade dos mesmos. Quando disponíveis, os livros caixa ou outros registros contábeis serão verificados para comprovação de veracidade. Na falta dessa documentação, as informações fornecidas serão avaliadas quanto à sua coerência com a realidade observada nos negócios, além do comprovante de recolhimento de tributos, legalidade da atividade, entre outros.

O objetivo desse levantamento será o de constituir uma linha base econômica contra a qual o desempenho futuro das atividades econômicas possa ser comparado, verificando-se problemas de perda de sustentabilidade econômica atribuível ao empreendimento. Para tanto, é previsto o monitoramento econômico contínuo durante 03 (três) anos após a reorganização da atividade, propondo-se, nos casos que requerem ação corretiva, a implantação de programas de assistência técnica ou atendimento através de outros programas em desenvolvimento.

Registra-se que o monitoramento econômico aqui descrito constituirá condição prévia para a verificação de elegibilidade para as medidas compensatórias e/ou de apoio propostas no presente programa somente no caso daquelas atividades que poderão ter continuidade durante e após a implantação da UHE Teles Pires, porém não necessariamente com o mesmo nível de intensidade e/ou lucratividade. Atividades econômicas a serem necessariamente remanejadas serão elegíveis para compensação e apoio independentemente do monitoramento.

### **9 DA ANÁLISE**

A análise do sistema de interação da família dentro do contexto social e suas interações é ferramenta fundamental para um diagnóstico das interferências sofridas pela família com o processo de relocação adotado pelo empreendimento. Através desta análise, devemos formular estratégias de desenvolvimento, e medidas que poderão ser adotadas visando à contribuição para a melhoria da reinserção da família, bem como a busca de sua qualidade de vida, considerando indicadores objetivos que apontem melhorias com relação a condições materiais de vida das famílias e indicadores qualitativos que articula aspecto valorativo, opiniões, subjetividade. Devemos buscar o entendimento de todos os fatores, sejam eles técnicos, econômicos, sociais ou culturais que estarão interagindo junto à família e que terão influência direta ou indireta sobre o maior ou menor desempenho do sistema de remanejamento.

Neste sentido, quando da aplicação do questionário, este deverá fornecer subsídios para que o monitoramento possa responder a estas questões. Para tanto, no seu bojo, deve trazer informações que possibilitem:



#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

- Demonstrar e identificar as características sócio culturais das regiões de origem e destino dos remanejados, com dados dos principais agentes envolvidos no desenvolvimento local (indústria, comércio, poder público, agroindústrias, setor financeiro, entre outros).
- Abordar a situação socioeconômica das famílias, bem como os sistemas de produção adotados por esses produtores, suas principais dificuldades e vantagens oferecidas pelo meio.
- Caracterizar as tendências para a agricultura na região, como fonte de atividades e potencialidades de renda para a família.
- Sugerir ações e programas de desenvolvimento para os remanejados que possam ser adotados pelo empreendedor.
- recomendar apontadores de avaliação de futuros projetos e programas, como por exemplo, a Assistência Técnica e Social.
- fornecer subsídios para a avaliação posterior, onde se buscará o entendimento da situação do remanejado antes e depois do empreendimento.

##### **9.1 Processo de Geração de Renda da População Remanejada**

Deve ser avaliada a evolução socioeconômica da família remanejada, e para isso, embora a renda por si só não seja um indicador dessa evolução, ela nos fornece subsídios e dados concretos para análise. O desempenho econômico da família é de extrema importância para identificarmos e analisarmos a evolução social da mesma. O questionário deve identificar com precisão todas as fontes possíveis de renda da família, a cada etapa de avaliação, conforme relacionado abaixo.

- **Renda agropecuária:** Normalmente, esta será a maior fonte de renda da família, sendo a renda obtida através dos processos produtivos da propriedade, sejam eles agropecuários ou pecuários.
- **Renda de autoconsumo:** Esta renda é aquela produzida para a família e utilizada para seu sustento, ou seja, para seu consumo na propriedade. As quantidades consumidas deverão ser avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção, representando a renda que o agropecuarista obteria se vendesse, ao invés de consumir essa parcela da produção.
- **Renda de outras atividades:** Neste contexto estão as receitas obtidas por outras atividades fora da propriedade, como os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família.
- **Renda de outras receitas:** são as vendas ocasionais de produtos não agropecuários, como por exemplo: madeira, carvão, extrativismo, pequeno comércio, artesanato, pensão, aposentadoria etc.

##### **9.2 Evolução Socioeconômica e Cultural da Família**

Uma das principais finalidades do monitoramento é avaliar o processo de evolução socioeconômica e cultural das famílias. Estas informações serão obtidas através da avaliação dos diferentes aspectos do ambiente sócio-espacial, dentre eles: padrão de moradia (acesso aos bens de consumo duráveis para o uso da residência), serviços de Infraestrutura (acesso aos serviços e equipamentos públicos), de educação, saúde e renda, permitindo constatar se as

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---

mudanças foram alteradas de maneira positiva, buscando avaliar o grau de satisfação com relação à nova propriedade.

A ocorrência do processo de recriação das redes de sociabilidade (na comunidade, na relação de vizinhança, nos grupos sociais organizados, com os agentes locais, nas atividades religiosas e de lazer), deverá permitir a identificação da interação dos diferentes aspectos percebidos no espaço, registrando-se os fatores determinantes nas diferentes formas de inserção socioeconômicas e culturais das famílias reassentadas. Esse processo permitirá ainda, identificar a presença de referências socioculturais não estranhos à realidade de suas localidades de origem e suas interferências na propriedade atual.

#### **9.3 Capitalização da População Interferida**

Trata-se de comparar o capital inicial trazido pelos beneficiários no momento de sua entrada na área com as aquisições de bens pessoais e de meios de produção efetivados desde esse momento até a data da entrevista. Cabe esclarecer alguns pontos metodológicos:

- Tanto o capital inicial como os bens adquiridos serão avaliados tomando como base os preços de venda mais baixos das regiões respectivas e deduzindo um percentual para aqueles bens comprados de segunda mão (camas, armários, etc.).
- As depreciações dos bens iniciais e dos adquiridos não serão consideradas, o que não afeta o raciocínio, na medida em que os dois termos da equação serão calculados de forma semelhante.
- Os bens pessoais serão incluídos no índice de capitalização por se tratarem, em boa parte, de itens que, em economia agropecuária, são de difícil classificação em termos do seu uso para fins pessoais ou produtivos, como por exemplo: cavalo, bicicleta, veículos e outros.

#### **10 ATIVIDADES BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.**

Para cada etapa da pesquisa, as atividades resumem-se às seguintes:

- elaboração do instrumento de investigação;
- coleta dos dados;
- tabulação dos dados;
- análise dos resultados;
- emissão de relatório.

#### **11 PRODUTO**

Os relatórios técnicos de cada etapa deverão conter os resultados dos trabalhos realizados, a análise dos resultados, discussão e conclusões, obedecendo às normas metodológicas previstas pela ABNT e serão entregues ao empreendedor, em meio digital e 02 vias impressas em papel.

- **Relatórios Mensais** – Informações acerca das atividades efetivamente realizadas, previstas no Plano de Trabalho.
  - Os relatórios mensais de atividades deverão ser sistematizados a partir das informações de campo e outros registros, com o objetivo de demonstrar o desenvolvimento das atividades e permitir a avaliação do desempenho, visando mensurar a qualidade dos serviços prestados.

#### **P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População**

---


- **Relatório Semestral** – Informações acerca das atividades realizadas a cada semestre.
  - Os relatórios semestrais de atividades deverão ser sistematizados a partir das informações contidas nos relatórios mensais. Nestes devem constar o resumo de todas as atividades realizadas, das famílias atendidas e outras informações que se julguem necessárias ou que forem solicitadas pelo empreendedor, acompanhados de registros fotográficos que evidenciem a realização das ações.



**Anexo 02**  
**Revisão do Cadastro Socioeconômico - CSE**  
**P.08 Programa de Acompanhamento da Atividade Minerária e P.40 Programa de Compensação Perda de Terras**

# UHE TELES PIRES

## Revisão do Cadastro Socioeconômico

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES			
INTEGRANTES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
DENISE MARIE GERENT	CRESS SC 4475	3593910	
GISELE LEOPOLDO	CREA 085765-6	2372722	
FABIAN BUSNARDO	CREA 089285-4	5252610	

**Agosto/2012**

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	4
2	JUSTIFICATIVA .....	4
3	OBJETIVO .....	5
4	METODOLOGIA.....	5
5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) .....	7
5.1	Localização .....	7
5.2	Breve Contextualização Histórica .....	9
5.3	Distribuição Populacional .....	10
6	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) .....	12
6.1.	IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES.....	14
a)	Propriedades e Famílias Cadastradas .....	14
b)	Condição Legal das Propriedades .....	15
c)	População Entrevistada .....	16
6.2.	PERFIL DE PRODUÇÃO NAS PROPRIEDADES CADASTRADAS .....	16
a)	Estratificação das Áreas .....	16
b)	Benfeitorias.....	17
c)	Comércio.....	18
d)	Garimpo Sequeiro .....	19
e)	Produção Agropecuária .....	20
a)	Equipamentos para Usos Agropecuários.....	21
6.3.	PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS UNIDADES PRODUTIVAS.....	22
a)	Atividade Produtiva dos Moradores.....	22
b)	Fonte de Renda das Famílias Cadastradas.....	22
c)	Associativismo de Integração .....	23
d)	Mão de Obra Contratada nas Propriedades .....	24
e)	Faixa de Renda Mensal .....	24
f)	Crédito Agrícola .....	25
g)	Tipologia das Casas .....	26
h)	Energia Elétrica .....	28
i)	Abastecimento de Água.....	28
j)	Esgotamento Sanitário.....	28
k)	Lixo Doméstico.....	29

l)	Lixo Agrotóxico .....	29
6.4.	PERFIL SOCIOCULTURAL DAS FAMÍLIAS .....	29
a)	Classificação da População por Gênero e Faixa Etária .....	30
b)	Estado Civil dos Moradores .....	30
c)	Vínculo com a Propriedade.....	30
d)	Tempo de Vínculo com a Propriedade .....	31
e)	População Ausente .....	32
f)	Educação.....	33
g)	Saúde .....	34
h)	Religião.....	35
i)	Lazer.....	35
j)	Usos da Água do Rio .....	36
k)	Meios de Comunicação.....	37
l)	Expectativas dos Entrevistados quanto à UHE Teles Pires .....	37
7	ILHAS DE UTILIZAÇÃO ANTRÓPICA.....	39
a)	Proprietários e Famílias Cadastradas.....	39
b)	Benfeitorias.....	42
c)	Atividade Produtiva dos Cadastrados .....	43
8	TRANSPORTE FLUVIAL – Balsa de Travessia .....	45
9	BALSAS DE GARIMPO FLUVIAL DE OURO .....	46
9.1	IDENTIFICAÇÃO DAS BALSAS DE GARIMPO .....	47
a)	Proprietários e Trabalhadores Vinculados.....	47
b)	Atividade Produtiva da População Cadastrada .....	51
10	POUSADAS FLUTUANTES.....	55
10.1	IDENTIFICAÇÃO DAS POUSADAS FLUTUANTES.....	55
a)	Pousadas Flutuantes e Vinculados Cadastrados.....	55
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
12	REFERÊNCIAS .....	62
13	LISTA DE ANEXOS .....	63



## **1 INTRODUÇÃO**

O Cadastro Socioeconômico é instrumento capaz de caracterizar o contexto em que se dão as relações sociais, culturais e econômicas da população moradora e a interface dessas relações com as propriedades cadastradas, incluindo a dependência em relação às mesmas.

O mesmo visa complementar a análise dos impactos por meio dos resultados obtidos pelo levantamento socioeconômico, realizado com as famílias que residem em áreas diretamente atingidas pela UHE Teles Pires.

De acordo com levantamento realizado no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da UHE Teles Pires (setembro/2010), o cenário socioeconômico da área de estudo apresenta propriedades rurais, divididas em fazendas/sítios e lotes de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, além de ilhas; pescadores profissionais; pousadas flutuantes; balsas de garimpo; e balsa de travessia.

Conforme citado no Termo de Referência emitido pela Hidrelétrica Teles Pires (TPDS 019-2012-TR-P.40 CSE), o público alvo é aquele já identificado por ocasião do CSE/jan/2011, incluindo-se público de atividades minerárias (em atendimento ao P.08 – Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias) e, excluindo-se os pescadores, porque estes serão objeto de Cadastro Socioeconômico próprio, previsto no P.43 – Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira.

No presente caso da Usina Hidrelétrica Teles Pires, segundo o Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório da População do Projeto Básico Ambiental, o cadastro socioeconômico foi realizado no ano de 2011, sendo esse o cadastro a ser considerado para fins de definição das alternativas de remanejamento e futuro enquadramento nos programas de remanejamento previstos para implantação do empreendimento.

Entretanto, o precitado programa do Projeto Básico Ambiental, que será implantado para atender a condicionante 2.1 da Licença de Instalação n. 818/2011 expedida pelo IBAMA, prevê a realização de Estudos de Caso com o objetivo de verificar situações pontuais em que determinadas atividades não foram consideradas no CSE de 2011.

A presente revisão do Cadastro Socioeconômico, portanto, visa fornecer subsídios a fim de que, com base nos critérios do Cadastro Socioeconômico de 2011, se possa verificar, por meio do cruzamento de informações, da verificação e comprovação e fatos, eventuais pessoas que deveriam ter sido cadastradas no ano de 2011, mas que, por algum motivo, não foram cadastradas.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Considerando a realidade atual que se apresenta face ao período de início das atividades de implantação do P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População, fez-se necessária a revisão a campo para definição exata do público alvo e, dentro deste escopo, realizar o Cadastro Socioeconômico do público alvo previsto também no Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias (P.08).

Esta atualização do Cadastro Socioeconômico atende as diretrizes do Decreto nº 7342, de 26 de outubro de 2010, que institui este instrumento para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, o qual cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

Em atendimento ao Decreto, também serão desenvolvidos estudos de comprovação (ou não) dos prejuízos provocados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento (Artigo 2, inciso 5); e comprovação (ou não) dos prejuízos provocados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida das populações (Artigo 2, inciso 7).

Diante disso, a Revisão do Cadastro Socioeconômico dos imóveis e benfeitorias potencialmente atingidos, e atividades econômicas a serem afetadas, foi realizada entre os meses de junho e julho de 2012 por esta empresa que se apresenta, utilizando como base as listas das populações cadastradas identificadas no EIA (EPE/LEME-CONCREMAT, 2010) e, também, no Cadastro Socioeconômico realizado em janeiro de 2011, pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires, em atendimento ao Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010.

### **3 OBJETIVO**

A Revisão do Cadastro Socioeconômico consiste em identificar e caracterizar a população diretamente afetada pela construção da UHE Teles Pires, bem como avaliar as questões socioeconômicas e culturais nas propriedades cadastradas, considerando suas expectativas diante do empreendimento. Este roteiro atende o Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010.

Tem como objetivo principal fornecer subsídios para a realização do estudo de caso para a revisão do Cadastro Socioeconômico realizado em janeiro de 2011, considerando que o CSE de 2011 já atende aos objetivos expostos no parágrafo anterior.

### **4 METODOLOGIA**

A Revisão do Cadastro Socioeconômico baseia-se em dados secundários e primários, levantados na Área de Influência Indireta (AII) e Direta e (AID) do empreendimento.

O questionário formulado para o cadastro socioeconômico foi reestruturado pela equipe técnica da ETS, com o apoio da gerência de socioeconomia da CHTP, a fim de adequá-lo às resoluções do Decreto supracitado, incluindo questões que contemplassem os novos contextos de análise.

As atividades ocorreram na região do empreendimento, com capacitação e treinamento prévio, ministrados por assistente social e engenheira agrônoma, responsáveis pelos estudos. Foram abordados aspectos gerais do empreendimento para melhor conhecimento e interação da equipe com o projeto, bem como, método de abordagem dos entrevistados, postura da equipe e preenchimento dos questionários. A visita de reconhecimento da área foi realizada por todos os profissionais envolvidos.

A equipe responsável pelo Programa de Comunicação Social da Companhia Hidrelétrica Teles Pires – CHTP estabeleceu contato com o público atingido, de forma que os objetivos propostos fossem conhecidos por todos os envolvidos.

Os questionários qualiquantitativos foram aplicados com a finalidade de caracterizar a propriedade, o perfil socioeconômico das famílias, as características físicas das residências, perda da capacidade produtiva das áreas de parcelas remanescentes, estratificação socioeconômica, nível tecnológico da produção, assim como, os dados sobre educação, saúde, entre outros (Anexo I).

Proprietários de pousadas flutuantes ligadas ao uso do rio Teles Pires na Área de Influência Direta – AID foram identificados e as benfeitorias caracterizadas de acordo com seu tamanho, estrutura de acomodações, entre outros. Ilhas de utilização antrópica, balsa de travessia e balsas de garimpo fluvial em operação atuantes na AID também foram identificadas, assim como os proprietários, garimpeiros e empregados vinculados as mesmas.

As visitas para a aplicação dos questionários ocorreram entre os dias 19 de junho e 06 de julho de 2012. As famílias foram entrevistadas em suas propriedades, exceto nos casos em que o proprietário possuía residência fixa em outro local. Este processo foi realizado por assistente social e técnicos agrícolas, que atuaram com uma equipe formada por 10 pessoas.

Por fim, a etapa seguinte ocorreu após a inserção das informações obtidas em um banco de dados, analisadas qualiquantitativamente. O cruzamento desses dados possibilitou maior compreensão da realidade socioeconômica vivenciada pelo público alvo da pesquisa.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

A AII é composta pelos municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA, circunvizinhos ao empreendimento, bem como, Alta Floresta/MT, considerado município de apoio para os serviços de educação, saúde e comércio, pela sua proximidade e facilidade de acesso.

### 5.1 Localização

A UHE Teles Pires está sendo implantada no baixo curso do rio Teles Pires, divisa entre os estados de Mato Grosso e do Pará, nos respectivos municípios de Paranaíta (localizado nas margens esquerda e direita do rio Teles Pires) e Jacareacanga (localizado na margem direita do rio Teles Pires), conforme apresenta a Figura 2.

O barramento localiza-se na divisa dos estados de Mato Grosso e do Pará, a 46 km acima da foz do rio dos Apicás. O reservatório ocupará áreas dos municípios de Jacareacanga/PA (16% do reservatório) e Paranaíta/MT (84% do reservatório).

O principal acesso se dá por via aérea, em voo comercial, partindo de Cuiabá até Alta Floresta. A partir deste ponto, segue-se pela rodovia estadual MT-206 até Paranaíta, por um trecho de aproximadamente 55 km (35 km asfaltados e 20 km sem pavimentação). De Paranaíta até o eixo da UHE Teles Pires percorre-se 78 km de estrada de chão (Figura 1), aproveitando o acesso em direção à Apicás, pela margem esquerda do rio.



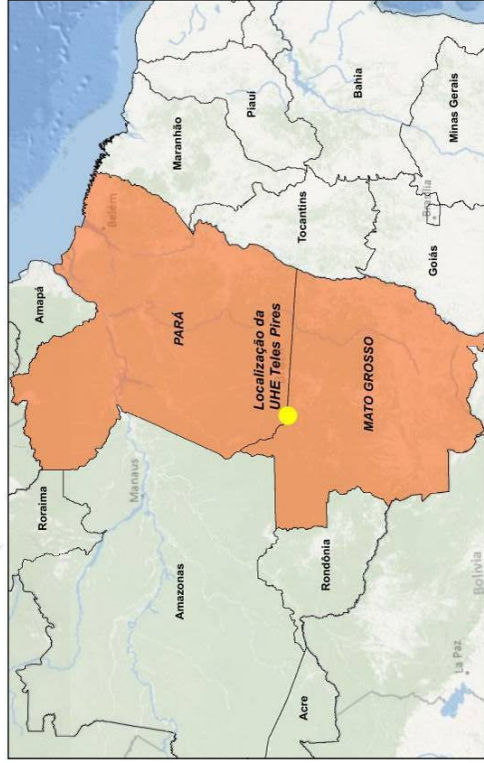
FIGURA 1 – Estrada de acesso à UHE Teles Pires.

O acesso terrestre pode ser feito pela rodovia federal BR-163, de Cuiabá até a cidade de Nova Santa Helena/MT, em um percurso de 600 km, e desta pela rodovia estadual MT-320 até Alta Floresta, por um percurso de aproximadamente 180 km.

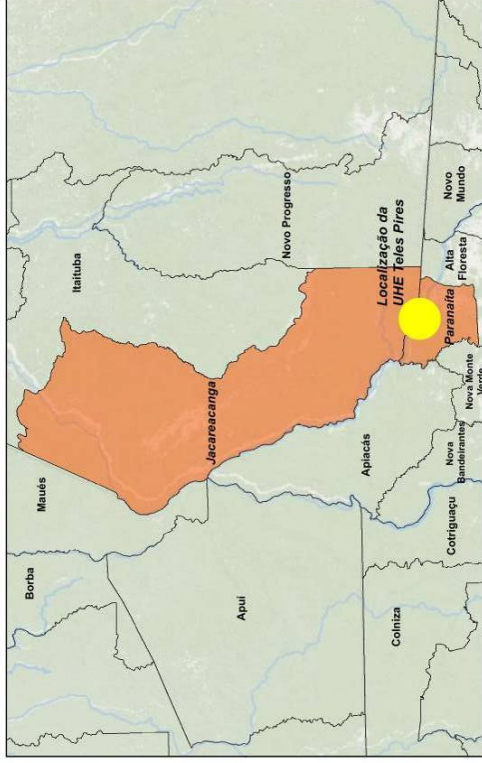
O acesso a Jacareacanga só é possível partindo de Altamira/PA. Não é possível acessar o centro urbano de Jacareacanga/PA por via terrestre partindo de Paranaíta ou da área do canteiro de obras, pois não existe estrada fazendo esta ligação. Calculando em linha reta, a distância entre a AID do empreendimento e o centro urbano de Jacareacanga é de aproximadamente 380 km.



Localização da UHE Teles Pires - Nível de Estado



Localização da UHE Teles Pires - Nível de Município



Localização da UHE Teles Pires - Nível Local

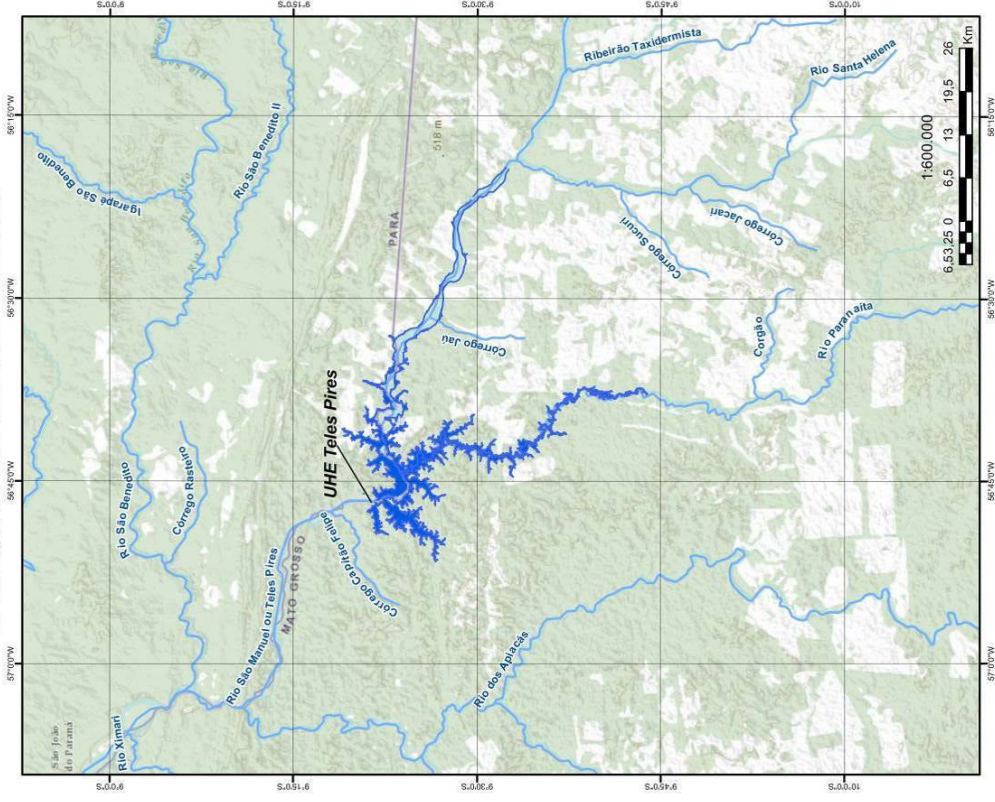


FIGURA 2 – Mapa de localização da UHE Teles Pires.

## 5.2 Breve Contextualização Histórica

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires (EIA/RIMA, 2010), os municípios de Alta Floresta e Paranaíta, localizados na região centro-norte do estado de Mato Grosso, diferentemente da região sudoeste do Pará, onde se localiza o município de Jacareacanga, situam-se no âmbito de uma rede urbana estruturada a partir da BR-163, rodovia pavimentada. Essa região é também servida pelas rodovias MT-320, igualmente pavimentada, e MT-206, sem pavimentação.

A base econômica dessa região, sobretudo nos municípios localizados em Mato Grosso, esteve centrada na atividade garimpeira durante toda a década de 1970. Essa atividade, no entanto, sofreu forte declínio nas décadas seguintes, até se transformar, já há vários anos, em uma atividade marginal.

Durante o auge do garimpo de ouro houve um intenso e constante fluxo populacional à região, conferindo significativa expressão à cidade de Alta Floresta que, na década de 80, era considerada a capital nortista do ouro.

O município de Alta Floresta começou a ser colonizado na década de 1970, durante o processo de abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), a qual tinha como objetivo integrar a produção de grãos do centro-oeste à economia nacional. Ao longo dessa rodovia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) instalou diversos núcleos de colonização oficial. Outros núcleos foram criados por empresas particulares, como a Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO S/A), que escolheu, em 1976, o local onde seria fundado o município de Alta Floresta.

No fim da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 houve a chegada de milhares de garimpeiros, que contribuíram para o crescimento da região. A ocupação de Paranaíta deu-se de forma semelhante à de Alta Floresta.

A principal característica do solo é o seu uso regular para o cultivo de lavouras e a atividade garimpeira de ouro. Atualmente, grande parte das frentes de garimpo da região encontra-se inativa, sendo que as poucas ainda existentes, são desenvolvidas por meio de balsas (leito do rio) ou escavações (planície de inundação). O declínio da atividade garimpeira na região decorre de fatores diversos, entre eles a baixa cotação do ouro, sinais de exaustão dos depósitos e ações efetivas de fiscalização por parte dos órgãos ambientais.

Ainda de acordo com o EIA/RIMA (2010), as principais atividades de turismo e lazer que ocorrem na área do futuro reservatório da UHE Teles Pires são: pesca esportiva, uso de pousadas flutuantes e o festival Fest Praia<sup>1</sup> (Figuras 3 e 4) que ocorre anualmente em uma ilha sob concessão da Prefeitura Municipal de Paranaíta. Também foram citados os usos de ilhas para exploração turística e como ponto de apoio da pesca comercial.

---

<sup>1</sup> A Fest Praia ocorre na primeira semana do mês de setembro, procurando conciliar com o feriado de 07 de setembro, pois nesta época as águas estão baixas. A ilha onde é realizada a festa foi escolhida por oferecer condições seguras para um evento de grande porte (aproximadamente 5000 pessoas visitam o local), por apresentar margens rasas para a prática de banho, entre outros. O Festival tem o apoio da prefeitura municipal, que monta uma passarela flutuante de acesso até a ilha onde a festa é realizada.



**FIGURAS 3 e 4** – Ilha da Fest Praia e passarela flutuante de acesso à ilha (mês de setembro).

Fonte: Prefeitura Municipal de Panaíta

A região de Jacareacanga, de modo diferente, começou a ser ocupada já no século XVII, quando uma expedição chefiada pelo capitão Pedro Teixeira atingiu, pela primeira vez, o rio Tapajós. Consta que no local existia, na época, uma aldeia indígena. Desde então, a região, que fazia parte do território de Itaituba, consolidou-se como um importante centro de exploração e comércio de especiarias no Alto Tapajós.

No século XX, a partir da década de 1950, a descoberta de ouro atraiu grande fluxo de pessoas para Jacareacanga, processo que foi incrementado com a abertura das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém). No entanto, Jacareacanga só deixou de ser distrito de Itaituba, passando a município, no ano de 1991.

Importante informar que, em Jacareacanga existem três Terras Indígenas: Munduruku, Sai-Cinza e Kayabi, sendo que nenhuma delas será diretamente afetada pela Usina Hidrelétrica Teles Pires.

A infraestrutura existente na região do empreendimento é deficiente, assim como os equipamentos sociais de educação, saúde, cultura e lazer, que não atendem de modo satisfatório toda a população. Entre os três municípios, destaca-se Alta Floresta, que possui infraestrutura mais consolidada, e por isso atrai parte da população de outras cidades da região.

### **5.3 Distribuição Populacional**

De acordo com o Censo do IBGE (2010) os três municípios que fazem parte da Área de Influência Indireta da Usina Hidrelétrica Teles Pires – Alta Floresta, Jacareacanga e Paranaíta – possuem juntos, 73.951 habitantes. A Tabela 1 ilustra essa relação de forma detalhada.

Municípios da AII	Ano	N° de habitantes	População		Densidade demográfica populacional (hab/km <sup>2</sup> )
			Urbana	Rural	
<b>Município Pólo</b>					
Alta Floresta	2000	46.982	37.287	9.695	5,2 (hab/km <sup>2</sup> )
	<b>2010</b>	<b>49.164</b>	<b>42.718</b>	<b>6.446</b>	<b>5,34 (hab/km<sup>2</sup>)</b>
<b>Municípios Circunvizinhos ao Empreendimento</b>					
Paranaíta/MT	2000	10.254	5.505	4.749	2,1 (hab/km <sup>2</sup> )
	<b>2010</b>	<b>10.684</b>	<b>5.652</b>	<b>5.032</b>	<b>2,23 (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Jacareacanga/PA	2000	24.024	5.670	18.354	0,4 (hab/km <sup>2</sup> )
	<b>2010</b>	<b>14.103</b>	<b>4.930</b>	<b>9.173</b>	<b>0,26 (hab/km<sup>2</sup>)</b>

**TABELA 1** – Distribuição populacional em relação a área urbana e rural.

Fonte: Atlas 2000 / IBGE, 2010

Considerando os censos do IBGE (2000 e 2010), observa-se uma pequena variação de crescimento ocorrido nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, no Mato Grosso. Já, em Jacareacanga, ocorreu uma variação negativa de 41%, decorrente da redução populacional de 24 para 14 mil habitantes, ocasionada por motivos, até o momento, desconhecidos.

Em relação à população rural e urbana, Jacareacanga possui mais de 65% das residências em áreas rurais. Em Paranaíta, 53% das residências se localizam em áreas urbanas. Coerentemente com sua posição de município polo, Alta Floresta é o município mais urbanizado entre os três, com 87% das residências situadas em áreas urbanas.



## **6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)**

Para a Área de Influência Direta (AID) são consideradas todas as propriedades localizadas nas áreas necessárias ao empreendimento (área do reservatório, da casa de força, canteiro de obra e estradas de serviço, entre outros).

Dessa forma, a metodologia proposta para a caracterização da AID (que engloba os municípios de Jacareacanga/PA e Paranaíta/MT, os quais sediam o empreendimento), consiste basicamente na subdivisão da sua delimitação, considerando o posicionamento das propriedades rurais em relação ao rio Teles Pires, rio principal de instalação do empreendimento, compondo o seguinte:

- a) **Margem Esquerda do rio Teles Pires:** Composta pelo conjunto de **89 propriedades** potencialmente atingidas pela formação do reservatório e respectiva Área de Preservação Permanente – APP, sendo **62 propriedades** rurais e **27 lotes** do Assentamento São Pedro (INCRA), todos localizados no município de Paranaíta/MT, e seu afluente, o rio Paranaíta.
  
- b) **Margem Direita do rio Teles Pires:** Composta pelo conjunto de **24 propriedades** potencialmente atingidas pela formação do reservatório e respectiva Área de Preservação Permanente – APP, das quais, **9 propriedades** rurais estão instaladas no território de Jacareacanga/PA e **15 propriedades** rurais no território de Paranaíta/MT, uma vez que a área necessária ao empreendimento encontra-se atualmente sob a jurisdição destes dois municípios.

Salienta-se que essa subdivisão não interfere neste estudo, visto que a população atingida pela UHE Teles Pires não utiliza qualquer serviço público ou privado localizado na área urbana de Jacareacanga, uma vez que não existe ligação que possibilite o acesso desta ao mesmo. Também, por não haver núcleos comunitários na AID, os moradores têm que se deslocar ao centro urbano de Paranaíta, sempre que necessário, onde ficam os serviços públicos e privados mais próximos, conforme ilustração a seguir (Figura 5).

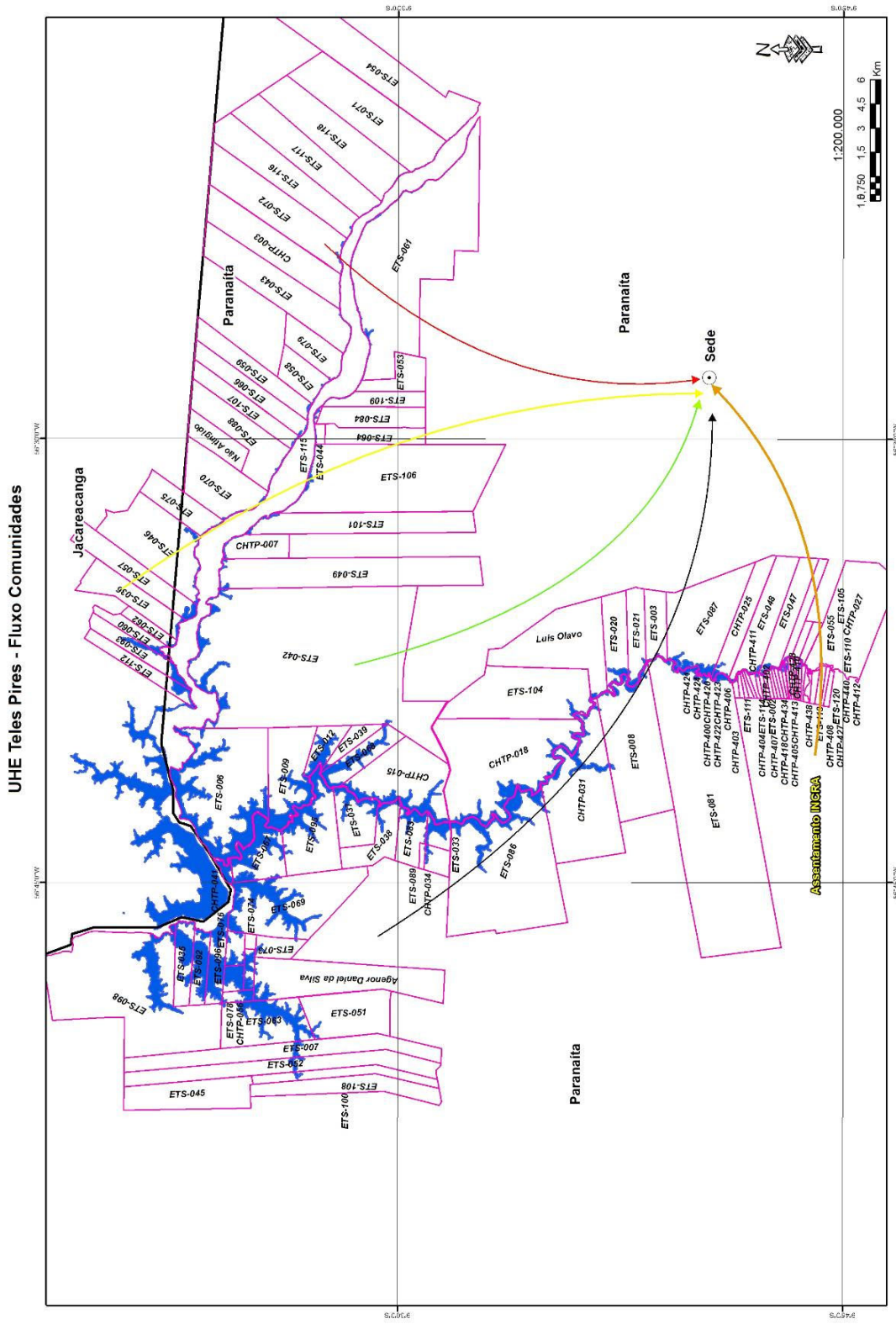


FIGURA 5 – Mapa de Fluxo das Localidades: Comércio, Saúde, Educação e Lazer.

Proprietários de pousadas flutuantes ligadas ao uso do rio Teles Pires na AID foram identificados e as benfeitorias caracterizadas de acordo com seu tamanho, estrutura, entre outros. Ilhas de utilização antrópica, balsa de travessia e balsas de garimpo fluvial em operação, instaladas na AID, também foram identificadas, assim como os proprietários, garimpeiros e empregados vinculados as mesmas.

As análises foram divididas em tópicos e seguem assim distribuídas:

- Propriedades;
- Ilhas de utilização antrópica;
- Balsa de travessia;
- Balsas de garimpo fluvial;
- Pousadas flutuantes.

### 6.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES

Considera-se potencialmente atingida toda a população cadastrada, vinculada às propriedades atingidas pela instalação da UHE Teles Pires. Todavia, esta confirmação só será possível após a finalização do levantamento físico dos imóveis atingidos.

#### a) Propriedades e Famílias Cadastradas

Uma das prerrogativas para a realização do cadastro socioeconômico era de que as entrevistas fossem realizadas diretamente com os proprietários e/ou com os chefes das famílias cadastradas (não proprietários). Porém, isso nem sempre foi possível pela ausência ou indisponibilidade dos mesmos no momento da aplicação do cadastro.

A distribuição do número de propriedades cadastradas pode ser observada na Tabela 2.

Localidades	Nº de Propriedades	Margens dos Rios		Nº de Famílias Cadastradas
		Teles Pires (rio principal)	Paranaíta (afluente)	
ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	27	-	Esquerda	35
BEIRA RIO	1	-	Esquerda	1
CAJUEIRO	8	Esquerda	-	45
FAZENDA PONTAL	2	Esquerda	-	4
GETÚLIO VARGAS	1	-	Esquerda	1
GLEBA P 8	1	-	Direita	1
GUARITA QUEIMADA	1	Esquerda	-	4
MANDACARU	17	Esquerda	-	27
	8	-	Esquerda	20
	2	-	Direita	7
NOVA UNIÃO	2	-	Esquerda	7
PONTAL DO PARANAÍTA	1	Esquerda	-	2
	3	-	Direita	4
REPOUSO TAVARES	1	-	Esquerda	3
RIO JORDÃO	2	-	Esquerda	2
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	9	-	Direita	13
SETE QUEDAS	1	Esquerda	-	4
VICINAL 3º OESTE	1	-	Direita	2
ZONA RURAL	1	Esquerda	-	1
AGRODITO	4	Direita	-	9
SÃO BENEDITO	12	Direita	-	29

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Localidades	Nº de Propriedades	Margens dos Rios		Nº de Famílias Cadastradas
		Teles Pires (rio principal)	Paranaíta (afluente)	
SÃO LUIZ	3	Direita	-	3
TRIANGULO	3	Direita	-	18
VACA BRANCA	2	Direita	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>			<b>250</b>

TABELA 2 – Total de propriedades e famílias cadastradas de acordo com a localidade.

De modo geral, foram cadastradas **113 propriedades**, com **250 famílias vinculadas** no total, sendo: 104 propriedades em Paranaíta, com 234 famílias, e 9 propriedades em Jacareacanga, com 16 famílias vinculadas.

No Assentamento São Pedro (INCRA)<sup>2</sup> foram identificadas 27 propriedades potencialmente atingidas, com 35 famílias cadastradas.

Ressalta-se que as 5 propriedades do Sr. Nilo Weber, localizadas nas proximidades do canteiro de obras, na margem direita do rio Teles Pires, em Jacareacanga, não foram cadastradas porque o mesmo recusou-se a responder o questionário socioeconômico. Não fosse isso, existiriam no total, 118 propriedades potencialmente atingidas pelo empreendimento.

O mapa de identificação das propriedades está disposto no Anexo II. Os proprietários, entrevistados e toda a população cadastrada (moradora, não moradora ou ausente das propriedades) encontram-se no Anexo III.

**b) Condição Legal das Propriedades**

A Tabela 3 apresenta a condição legal das propriedades cadastradas de acordo com o número de propriedades.

Condição Legal	Rio Teles Pires		Total
	Margem Esquerda	Margem Direita	
<b>Certidão do INCRA</b>	<b>20</b>	-	<b>20</b>
<b>Contrato particular de compra e venda</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>25</b>
Documento de posse	3	1	4
Escritura não registrada	5	3	8
Escritura pública	1	-	1
<b>Escritura registrada</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>37</b>
Esc. sessão direito	1	-	1
<b>Espólio</b>	<b>3</b>	-	<b>1</b>
Planta e Memorial Descritivo	8	-	8
Processo usucapião	1	-	1
Título definido	-	4	4
Não informou	3	-	3
<b>Total de Propriedades</b>	<b>89</b>	<b>24</b>	<b>113</b>

TABELA 3 – Condição legal das propriedades cadastradas.

<sup>2</sup> O Assentamento São Pedro (INCRA) está localizado em Paranaíta, a 56 km da sede do município. Parte do assentamento, representada por 27 lotes, está localizada na margem esquerda do rio Paranaíta, em local que poderá ser atingido pelo remanso do reservatório.

Do total de propriedades cadastradas, 23 possuem escritura registrada em Cartório, e 20 possuem certidão do INCRA, configurando situação legal com a propriedade.

Existem casos em que os proprietários possuem apenas o registro do contrato particular de compra e venda, geralmente utilizado quando se adquire imóveis de financiamento bancário, imóveis em inventário, entre outros. Dessa forma, o comprador obtém o direito sobre o imóvel, mas como a escritura não pode ser alterada, ela continua em nome do antigo proprietário. Nesta situação encontram-se 21 propriedades.

Há também aqueles que possuem escritura sem registro de matrícula (único documento legal do imóvel, que comprova quem é o proprietário). Neste caso, o imóvel não se transfere para o nome do comprador, que terá a posse do mesmo. Estes totalizam 5 propriedades.

Existem ainda, 3 propriedades em processo de espólio, e as 41 propriedades restantes estão distribuídas entre as que possuem documento de posse, planta e memorial descritivo, processo de usucapião, escritura não registrada, entre outros. Alguns entrevistados (3) não informaram a respeito da documentação.

### c) População Entrevistada

A Tabela 4 apresenta o vínculo da população entrevistada com as propriedades cadastradas.

Rio Teles Pires	POPULAÇÃO ENTREVISTADA			
	Proprietários/Posseiros/Herdeiros <sup>3</sup>	Arrendatário	Parente ou Cônjuge do Proprietário	Outros <sup>4</sup>
Margem Esquerda	81	1	21	80
Margem Direita	25	-	2	40
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>120</b>

TABELA 4 – Vínculo da população entrevistada com a propriedade.

Dos 250 cadastros efetuados, 106 foram respondidos pelos proprietários (também pode ser considerado proprietário aquele que possui direito real como herdeiro – usufruto, linha de herança, etc.), 23 por diferentes membros das famílias (parentes ou cônjuges dos proprietários), 1 pelo arrendatário e 120 por parceiros/meeiros, moradores, administradores, funcionários/empregados, entre outros.

## 6.2. PERFIL DE PRODUÇÃO NAS PROPRIEDADES CADASTRADAS

Este item discorre sobre a área total das propriedades, o uso da terra, a quantificação das benfeitorias e as produções agropecuárias existentes.

### a) Estratificação das Áreas

As propriedades cadastradas estão organizadas em dois grupos: o primeiro representado por sítios e fazendas particulares de médio e grande porte, e o segundo representado por lotes do assentamento rural do INCRA (Assentamento São Pedro), caracterizado por uma estrutura fundiária de minifúndios, com 3 propriedades na faixa de 13 a 25 hectares e 24 propriedades na faixa de 26 e 50 hectares.

<sup>3</sup> Uma mesma propriedade pode ter mais de um proprietário ou um mesmo proprietário pode aparecer em mais de uma propriedade.

<sup>4</sup> Parceiro/meeiro; Morador; Administrador; Funcionário/Empregado; etc.

A Tabela 5 apresenta a estratificação das áreas de acordo com a localidade.

Áreas das Propriedades	Rio Teles Pires				Total
	Margem Esquerda		Margem Direita		
	Localidades	Nº de Propriedades	Localidades	Nº de Propriedades	
< 10 hectares	-	-	-	-	0
10 a 100 hectares	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	27	-	-	32
	CAJUEIRO	1	-	-	
	MANDACARU	2	-	-	
	RIO JORDÃO	1	-	-	
	ZONA RURAL	1	-	-	
100 a 1.000 hectares	CAJUEIRO	3	SÃO BENEDITO	9	45
	PONTAL DO PARANAÍTA	2	AGRODITO	2	
	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	8	-	-	
	RIO JORDÃO	1	-	-	
	REPOUSO TAVARES	1	-	-	
	BEIRA RIO	1	-	-	
	MANDACARU	15	-	-	
	VICINAL 3º OESTE	1	-	-	
	GLEBA P 8	1	-	-	
GETÚLIO VARGAS	1	-	-		
1.000 a 10.000 hectares	MANDACARU	10	SÃO BENEDITO	6	36
	FAZENDA PONTAL	2	AGRODITO	1	
	NOVA UNIÃO	2	TRIANGULO	3	
	PONTAL DO PARANAÍTA	2	VACA BRANCA	2	
	CAJUEIRO	4	SÃO LUIZ	1	
	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	1	-	-	
	SETE QUEDAS	1	-	-	
GUARITA QUEIMADA	1	-	-		
<b>TOTAL</b>		<b>89</b>		<b>24</b>	<b>113</b>

TABELA 5 – Estratificação das propriedades cadastradas.

#### b) Benfeitorias

Em termos quantitativos, as benfeitorias mais significativas registradas foram galpões, açudes, currais, paióis, galinheiros. A presença dessas benfeitorias está relacionada com as atividades agropecuárias praticadas na maioria das propriedades.

Benfeitorias	Quantidade
<b>Açudes</b>	<b>44</b>
Alambique	2
Casa de Pesca	8
<b>Chiqueiros</b>	<b>48</b>
<b>Currais</b>	<b>72</b>
Engenho de cana	2
Escola	1
Estábulos/Estrebarias	14
<b>Galinheiros</b>	<b>53</b>
<b>Galpões</b>	<b>43</b>
Outros	3
<b>Paióis</b>	<b>28</b>



Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Benefitorias	Quantidade
CGH <sup>5</sup>	1
Pousada Flutuante	1
Tanque para Peixes	6
<b>Total</b>	<b>325</b>

TABELA 6 – Benefitorias existentes nas propriedades.



FIGURAS 6 e 7 – Escola localizada na propriedade de Hygino Hildebrando Pitelli Junior

c) Comércio

Foram identificados quatro tipos de comércio nas propriedades cadastradas, todos no município de Paranaíta: 1 bar, 1 lanchonete, 1 bar e lanchonete e 2 pousadas, conforme a Tabela 7.

Proprietário	Tipo de Comércio	Abrangência		Empregados		
		Nº de famílias que atende	Localidades Atendidas	Nº	São da Família	Origem
MARCELA AP. DE OLIVEIRA FERREIRA	BAR	7	Fazendas próximas e aqueles que utilizam a balsa do cajueiro	2	Sim	-
JOSÉ ALVES MOTA (DEDÉ)	LANCHONETE	10	Da própria região	Não Informou	Não	Não Informou
HYGINO HILDEBRANDO PITELLI JUNIOR	BAR E RESTAURANTE do Sr. Eduardo Vieira (Pipoca)	2000	Alta Floresta, Paranaíta e Comunidades Vizinhas: Mandacarú, Apiacás, entre outras.	4	Não	Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás
JOÃO DOS SANTOS LOPES CARRASCO	2 POUSADAS	Não informou	Várias regiões	32	Não	De outras regiões

TABELA 7 – Tipos de comércio existentes nas propriedades.

As duas pousadas localizadas na propriedade do Sr. João dos Santos Lopes Carrasco são destinadas ao lazer e ao turismo: uma com 10 cômodos e área total de 180 m<sup>2</sup>, e a outra com 12 cômodos e área de 1000 m<sup>2</sup>. Contrata mão de obra temporária e permanente.

<sup>5</sup> CGH – Central Geradora Hidrelétrica (CGH) é uma alternativa de geração de energia de baixo custo largamente utilizada para o suprimento de cargas isoladas na área rural e em comunidades isoladas.

Na propriedade existe ainda, uma Central Geradora Hidrelétrica – CGH que gera energia para abastecer as pousadas, que segundo o Sr. João, costumam ser frequentadas nos finais de semana e/ou em época de férias por pessoas de várias regiões que procuram o local para a prática da pesca esportiva.



FIGURAS 8 e 9 – Pousada e CGH localizada na propriedade do Sr. João Carrasco.



FIGURAS 10 e 11 – Bar e restaurante do Sr. Eduardo Vieira (Bar do Pipoca), localizado na propriedade do Sr. Hygino Hildebrando Pitelli Junior e Bar do Adriano, localizado na propriedade de Marcela Ap. de Oliveira Ferreira.

#### d) Garimpo Sequeiro

O Sr. Edmar Pereira está explorando o trabalho de garimpagem na propriedade, segundo ele de forma legalizada. A jazida fica localizada em parte, na área atingida pela área de preservação do empreendimento.

A exploração ocorre de forma mecanizada, utilizando-se equipamentos como pás-carregadeiras, tratores de esteiras, retro-escavadeiras etc. Os maquinários são de propriedade do Sr. Darcy Winter e dos garimpeiros que lá trabalham, os quais foram entrevistados e estão vinculados ao cadastro do Sr. Edmar.





FIGURAS 12 e 13 – Área de garimpo sequeiro e maquinário para exploração.

### e) Produção Agropecuária

A principal atividade pecuária declarada pelos entrevistados se refere à criação e engorda de bovinos, conforme a Tabela 8.

Rio Teles Pires	Produto	Produção <sup>6</sup>	Propriedades
Margem Esquerda	Aves	3.320	44
	<b>Bovinos de corte</b>	<b>44.058</b>	<b>76</b>
	Bovinos de leite	210	15
	Caprinos	576	6
	Cavalos	154	14
	Ovinocultura	278	6
	Suínos	431	33
Margem Direita	Aves	406	5
	<b>Bovinos de corte</b>	<b>17.442</b>	<b>15</b>
	Bovinos de leite	9	2
	Caprinos	70	1
	Cavalos	98	9
	Ovinocultura	21	2
	Suínos	49	5

TABELA 8 – Produção pecuária de acordo com o nº de propriedades por município.

Outras produções também encontram receptividade nas propriedades, como o gado leiteiro, aves e caprinos, não pela escala de produção, como ocorre com o gado de corte, mas por serem encontrados em grande parte das propriedades cadastradas.

Quanto a produção agrícola, as propriedades cadastradas se destacam pelo cultivo de milho, café, mandioca, cana de açúcar e arroz distribuídos diversificadamente nos municípios e localidades consideradas, conforme a Tabela 9.

<sup>6</sup> Pode haver mais de um tipo de produção por propriedade. Nem todas as propriedades comercializam suas produções.

Rio Teles Pires	Localidades	Produção Agrícola / Nº de Famílias						
		Arroz	Café	Cana de açúcar	Mandioca	Milho	Hortaliças	Outros
Margem Esquerda	Assentamento São Pedro	01	05	01	02	04	-	-
	Cajueiro	-	-	01	01	01	01	-
	Fazenda Pontal	-	-	-	-	-	-	01
	Mandacaru	-	-	-	01	02	02	-
<b>Total</b>		<b>01</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>07</b>	<b>03</b>	<b>01</b>
Margem Direita	São Luiz	01	-	-	-	-	-	-
	Triângulo	-	-	-	-	01	-	-
<b>Total</b>		<b>01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DE FAMÍLIAS</b>		<b>02</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>08</b>	<b>03</b>	<b>01</b>

TABELA 9 – Produção agrícola nas propriedades.

São poucas as famílias que se dedicam a produção agrícola. Observa-se que não são todas as comunidades que apresentam produção.

Ao fazer uma análise por localidade, observa-se que o milho está presente na maioria das propriedades de uso agropecuário, possivelmente voltados à alimentação do gado (silagem do milho). Na sequência aparece o café e a mandioca, possivelmente voltados à comercialização e ao consumo familiar.

Outras produções agrícolas citadas, como arroz e cana de açúcar, aparecem em menor proporção (em duas ou três propriedades).

#### a) Equipamentos para Usos Agropecuários

O tipo e o total de equipamentos de usos agropecuários existentes nas propriedades cadastradas são apresentados na Tabela 10. De modo geral, a população cadastrada está bem equipada.

Equipamentos	Quantidade	Nº de Famílias que utilizam
<b>ARADO</b>	<b>15</b>	<b>14</b>
CARREGADEIRA	1	1
CARRO DE BOI/CARROÇA	4	4
COLHEITADEIRA/CEIFADEIRA	9	6
<b>DESINTEGRADOR</b>	<b>30</b>	<b>17</b>
<b>GRADE</b>	<b>30</b>	<b>17</b>
MOTOSERRA	4	2
PATOLA	1	1
PÉ DE PATO	1	1
<b>PLANTADEIRA</b>	<b>12</b>	<b>9</b>
<b>PULVERIZADOR</b>	<b>17</b>	<b>11</b>
ROÇADEIRA	1	1
<b>TRATOR</b>	<b>50</b>	<b>28</b>
TRILHADEIRA	3	3

TABELA 10 – Equipamentos de usos agropecuários existentes nas propriedades.

### 6.3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS UNIDADES PRODUTIVAS

Este tópico discorre sobre a composição das unidades familiares vinculadas às propriedades cadastradas. Essas unidades foram caracterizadas quanto à ocupação principal dos membros, à procedência e à quantificação da renda familiar.

No total foram cadastrados **356 moradores** nas propriedades potencialmente atingidas pela UHE Teles Pires, sendo 109 no Assentamento São Pedro (INCRA).

#### a) Atividade Produtiva dos Moradores

Dentre as principais atividades declaradas pelos entrevistados e que devem ser enfatizadas neste item estão **66 agricultores/pecuaristas e 75 trabalhadores nas propriedades cadastradas**, que representam 40% dos moradores cadastrados, como segue.

Atividade Produtiva	Moradores
<b>ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b>	<b>66</b>
<b>ATIVIDADE NA PROPRIEDADE (SERVIÇOS GERAIS, COZINHEIRO, VAQUEIRO, ETC.)</b>	<b>75</b>
ATIVIDADES URBANAS	10
AUTÔNOMOS/COMERCIANTES	14
DOMÉSTICOS/DIARISTAS	2
<b>DO LAR</b>	<b>57</b>
APOSENTADOS	15
<b>ESTUDANTES</b>	<b>76</b>
AINDA NÃO ESTUDAM	20
OUTROS	7
NÃO INFORMARAM	14
<b>Total</b>	<b>356</b>

TABELA 11 – Atividade produtiva dos moradores.

A atividade agropecuária na região tem na mão de obra contratada a sua principal característica, além de uma produção de gado de corte satisfatória, conforme supracitado, favorecendo a renda da família.

Os estudantes e as mulheres do lar formam o segundo maior grupo, com 75 e 57 moradores, respectivamente, e representam 37% dos moradores. Aparecem também, outros seguimentos: 15 aposentados, 14 autônomos/comerciantes, 10 trabalhadores em áreas urbanas, 2 domésticas/diaristas, entre outros.

#### b) Fonte de Renda das Famílias Cadastradas

Por meio das informações constantes na Tabela 12 constata-se que a fonte de renda das famílias cadastradas provém do trabalho rural em outras propriedades, trabalho urbano, aposentadoria, entre outros, não tendo a propriedade cadastrada como única fonte de renda da família.

Fonte de Renda	Famílias <sup>7</sup>
<b>OUTRAS PROPRIEDADES RURAIS</b>	<b>34</b>
APOSENTADORIAS	16
ALUGUEL DE IMÓVEIS	1

<sup>7</sup> Pode haver mais de uma fonte de renda por entrevistado.

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Fonte de Renda	Famílias <sup>7</sup>
ARRENDAMENTO	5
<b>TRABALHO URBANO</b>	<b>41</b>
POLÍTICAS ASSISTENCIAIS (BOLSA FAMÍLIA, AUXÍLIO DOENÇA, ETC.)	5
DIARISTAS/EMPREGADAS	1
OUTROS	11

TABELA 12 – Atividade produtiva dos moradores.

**c) Associativismo de Integração**

Associação é uma organização de pessoas com objetivos definidos e comuns, de caráter social, com complexas estruturas organizativas e importantes funções estabelecidas por seus membros. No meio rural, o sindicato tem sua importância na luta pela legitimação dos pequenos produtores rurais e na criação de políticas públicas específicas para a categoria. A associação dos agricultores se torna importante por contribuir para um melhor enfrentamento das leis de mercado e das intempéries do clima. Com isso, as formas de organização agregam mais segurança à reprodução social do pequeno agricultor.

Observa-se na Tabela 13 que, dentre os entrevistados, um número significativo de 75 pessoas está associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato da Federação da Agricultura de Mato Grosso, o que, de certa forma, já era esperado, visto que o agropecuarista precisa ser sindicalizado para poder se beneficiar das políticas públicas destinadas ao meio rural.

Tipo	Instituição	Cadastrados
Associação	ASSOCIAÇÃO APEP	1
<b>Total</b>		<b>1</b>
Assistência Técnica	AGROAMAZÔNIA	1
	EMPAER	1
	EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	1
	PARTICULAR	1
	VETERINARIA	15
<b>Total</b>		<b>19</b>
Cooperativa	COOPERALFA	8
	COOPERATIVA DOS PESCADORES	1
	COOPERATIVA OURO VERDE	1
	COOPERVALE	1
<b>Total</b>		<b>42</b>
Sindicato	AGRICULTORES	1
	ASSOCIAÇÃO	1
	COLÔNIA DE PESCADORES DE ALTA FLORESTA	3
	CONFEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUARIA	2
	DOS VETERINARIOS	1
	FAMAT PATRONAL	11
	INSS	1
	DOS ODONTOLÓGICOS	1
	DOS TRABALHADORES RURAIS	11
	RURAL	24
	RURAL NOVO MUNDO MT	1
	SINTEP	1
<b>Total</b>		<b>85</b>

TABELA 13 – Participação em associativismo e sistema de integração.

As famílias cadastradas recebem assistência técnica de órgãos públicos e empresas particulares. A EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural está presente na região.

Transações financeiras, compra, venda, financiamentos, entre outros, são realizados entre moradores e cooperativas existentes nos municípios; a mais presente é a COOPERALFA.

#### d) Mão de Obra Contratada nas Propriedades

A Tabela 14 apresenta o número de propriedades que utilizam mão de obra auxiliar.

Rio Teles Pires	Mão de obra Permanente	Mão de obra temporária	Mão de obra permanente e temporária
Margem Esquerda	15	30	14
Margem Direita	3	2	8
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>22</b>

TABELA 14 – Contratação de mão de obra por família cadastrada.

A proporção de propriedades que contratam mão de obra temporária representa 28% do total, sendo mais expressiva do que a proporção dos que contratam mão de obra permanente e temporária (19%) ou só permanente (16%). A forma de pagamento é em dinheiro.

#### e) Faixa de Renda Mensal

A faixa de renda familiar mensal declarada pelos entrevistados é incerta porque muitos não sabem informar ou preferem não repassar esta informação no momento da entrevista ou, até mesmo, alterá-la por motivos alheios.

Dentre os cadastrados que informaram a faixa de renda mensal, a que mais sobressai é a faixa de 1 a 2 salários mínimos, seguida de 2 a 5 salários mínimos, todavia a quantidade de pessoas atreladas a faixa de renda mensal estimada entre 5 e 10, ou acima de 10 salários mínimos também é significativa, como pode ser observado na Tabela 15.

Faixa de Renda Familiar	Cadastrados
Menos de 1 salário mínimo	12
<b>1 - 2 salários mínimos</b>	<b>198</b>
<b>2 - 5 salários mínimos</b>	<b>135</b>
5 - 10 salários mínimos	50
Acima de 10 salários mínimos	86
Não informado	44
<b>Total</b>	<b>525</b>

TABELA 15 – Faixa de renda mensal dos cadastrados.

Outra metodologia que pode ser utilizada para analisar a renda das famílias cadastradas é a quantificação dos bens domésticos da propriedade. Por ela, é possível criar indicadores de padrões de consumo das famílias. Contudo, esta análise deve ser cautelosa, pois uma maior quantidade de bens não implica necessariamente em maior renda, justamente por não explicitar o comprometimento da mesma. Mas, de qualquer forma, a presença destes bens confere um status de vida adquirido pelas famílias moradoras. O contrário, ou seja, a ausência

de bens, também não implica em pouca renda familiar, apenas na falta deste tipo de investimento.

Em geral, as famílias estão bem providas de bens domésticos, aparecendo, com frequência considerável, itens que geram praticidade e conforto doméstico, conforme Tabela 16.

Bens duráveis	Cadastrados
ANTENA PARABÓLICA	121
APARELHO DE SOM	67
APARELHO DVD	70
BATEDEIRA	62
CELULAR	6
CENTRÍFUGA DE ROUPA	34
COMPUTADOR	19
FILTRO D'ÁGUA	96
FOGÃO A GÁS	198
FOGÃO À LENHA	104
FORNO DE BARRO	14
FORNO ELÉTRICO	20
FORNO METÁLICO À LENHA	7
FREEZER	120
GELADEIRA	129
LIQUIDIFICADOR	116
MÁQUINA DE LAVAR ROUPA	110
MÁQUINA LAVAR LOUÇA	7
MICRO-ONDAS	19
RÁDIO	151
TELEFONE	137
TELEVISOR	126
NÃO INFORMOU	36

TABELA 16 – Bens duráveis existentes nas residências.

#### f) Crédito Agrícola

O financiamento agrícola vem sendo estimulado pelo Governo Federal por meio da ampliação das políticas agrícolas, sobretudo o PRONAF. Ele aparece de forma significativa entre os cadastrados que solicitaram crédito agrícola. Outras entidades ficaram distribuídas conforme demonstrado na Tabela 17.

Tipo	Entidade	Cadastrados
COM CRÉDITO AGRÍCOLA	BANCO DA AMAZÔNIA	3
	BANCO DO BRASIL	7
	BRADESCO	5
	BV FINANCEIRA	1
	PRONAF	10
	SICREDI	2
<b>Total de propriedades</b>		<b>28</b>

TABELA 17 – Entidades fornecedoras de créditos aos cadastrados.

O destino da utilização do crédito agrícola foi destinado especialmente para a melhoria do rebanho, como consta na Tabela 18.

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Uso do Crédito	Cadastrados
AQUISIÇÃO DE ANIMAIS	1
EQUIPAMENTOS	2
<b>MELHORIA DO REBANHO</b>	<b>14</b>
OBRAS E MELHORIAS	5
PREPARO DO SOLO	6
<b>Total</b>	<b>28</b>

TABELA 18 – Crédito agrícola utilizado pelos cadastrados.

**g) Tipologia das Casas**

Nem todas as propriedades cadastradas são habitadas. Das 113 propriedades cadastradas, 94 possuem edificações, totalizando 197 casas. As 19 propriedades restantes não possuem casas.

A Tabela 19 confirma o número de casas existentes nas propriedades.

Nº de Casas	Nº de propriedades	Total de Casas
01	47	47
02	24	48
03	07	21
04	07	28
05	05	25
06	01	06
07	02	14
08	01	08
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>197</b>

TABELA 19 – Número de casas por propriedade.

Na sequência, a Tabela 20 apresenta o total de casas existentes em cada comunidade, informando, ainda, a quantidade de casas habitadas e não habitadas.

Rio Teles Pires	Localidades	Total de casas	Habitadas	Não habitadas
<b>Margem Esquerda</b>	Assentamento São Pedro	36	30	06
	Cajueiro	30	16	14
	Comunidade Beira Rio (Pipoca)	02	01	01
	Comunidade Getúlio Vargas	01	-	01
	Comunidade Guarita Queimada	-	-	-
	Comunidade Nova União	10	05	05
	Fazenda Pontal	08	02	06
	Gleba P8	01	-	01
	Mandacaru	45	28	17
	Pontal do Paranaíta	04	02	02
	Repouso Tavares	04	03	01
	Rio Jordão	03	02	01
	Sagrado Coração de Jesus	07	05	02
	Sete Quedas	04	03	01
	Vicinal 3º Oeste	02	02	-
Zona Rural	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>157</b>	<b>99</b>	<b>58</b>
<b>Margem Direita</b>	Agrodito	05	02	03
	São Benedito	20	10	10
	São Luis	01	-	01



Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Rio Teles Pires	Localidades	Total de casas	Habitadas	Não habitadas
	Triângulo	05	04	01
	Vaca Branca	09	06	03
	<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>22</b>	<b>18</b>
	<b>TOTAL DE CASAS</b>	<b>197</b>	<b>121</b>	<b>76</b>

TABELA 20 – Total de casas habitadas ou não, de acordo com a localidade.

Das 197 casas existentes nas propriedades, 121 possuem moradores, enquanto 76 não têm morador fixo. Destas últimas, 2 são pousadas de propriedade de João dos Santos Lopes Carrasco, apresentadas mais acima, no item Comércio.

Embora sejam dados informais, pode-se estimar que o cálculo aritmético de habitantes por casa é de, em média, **01 casa para cada grupo de 2,9 pessoas**, levando-se em conta que existem 356 pessoas moradoras em 121 casas.

A maioria das casas cadastradas possui estrutura de madeira (131), correspondendo a 66,5% do total, 41 são casas de alvenaria (21%) e 25 são mistas (12%), como mostra o Gráfico 8.

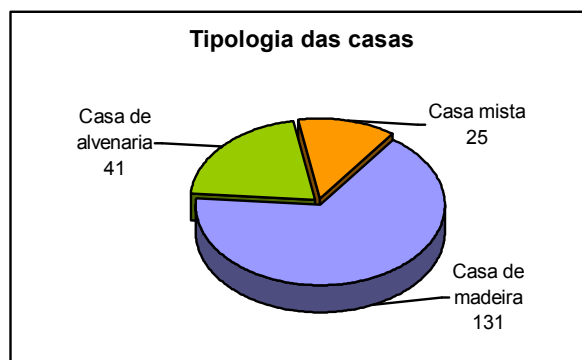


GRÁFICO 8 – Tipologia das Casas.



FIGURAS 14 e 15 – Casas identificadas nas propriedades cadastradas.

De modo geral, as casas de madeira, remetem às tradições dos imigrantes italianos e alemães que, inicialmente tiveram passagem por estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, e no período de colonização, construíram suas casas de madeira, material abundante na região. As casas mistas refletem a ampliação das antigas moradias, provavelmente em



função dos filhos casados, que permaneceram junto às unidades familiares. E as casas de alvenaria possivelmente pertencem às unidades familiares que, de alguma forma, obtiveram condições econômicas superiores às desenvolvidas pelas famílias consideradas anteriormente.

#### h) Energia Elétrica

A vida das famílias rurais está condicionada ao acesso limitado ou inexistentes a serviços de habitação, como, por exemplo, acesso à energia elétrica, aos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico (rede de drenagem de esgotos nas áreas rurais).

Das 197 casas que possuem energia elétrica, 88 são abastecidas pelo Programa Luz no Campo, 30 por meio de Grupo Gerador (Motor) e 8 por meio de CGH. As 45 casas restantes não possuem tal informação e 26 casas não possuem energia elétrica, conforme Tabela 21.

Energia Elétrica	Total de casas	Fonte de Abastecimento	
		Nº de casas	Forma
Possui	171	88	Programa Luz no Campo
		30	Grupo Gerador (Motor)
		8	PCH
		45	Não Informou
Não possui	26	-	-
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>171</b>	<b>-</b>

TABELA 21 – Número de casas por propriedade.

#### i) Abastecimento de Água

Nenhuma residência cadastrada possui abastecimento de água tratada, proveniente da rede pública. A maioria das residências é abastecida por meio de poços artesianos e/ou tubulares.

Estas e outras formas de abastecimento de água podem ser observadas na Tabela 22.

Abastecimento de Água	Casas
Fonte natural (riacho)	06
Fonte natural (vertente)	06
<b>Poço artesiano</b>	<b>75</b>
<b>Poço tubular</b>	<b>85</b>
Poço cacimba	16
Rio	09
<b>Total</b>	<b>197</b>

TABELA 22 – Forma de abastecimento de água nas propriedades.

#### j) Esgotamento Sanitário

As formas de esgotamento sanitário nas casas cadastradas podem ser observadas na Tabela 23.

Esgotamento sanitário	Casas
A céu aberto	09
<b>Fossa negra</b>	<b>117</b>
Direto no rio	01
<b>Fossa séptica</b>	<b>70</b>
Não informou	01
<b>Total</b>	<b>197</b>

TABELA 23 – Esgotamento sanitário nas propriedades.

O esgotamento sanitário caracteriza-se como um dos pontos mais críticos já observados, pois nenhuma das residências cadastradas tem ligação com a rede pública de esgoto, inexistente no local. Dessa forma, a solução encontrada em 117 residências foi a construção da fossa negra e, em 70 residências, a fossa séptica; 9 ainda lançam seus esgotos a céu aberto e direto no rio; 5 não informaram.

#### k) Lixo Doméstico

Nas propriedades cadastradas, assim como na maioria das áreas rurais, o descarte do lixo doméstico se dá, de maneira geral, pela prática da queima ou da escavação de buracos, nos quais os resíduos são acomodados. Outros destinos do lixo são apresentados na Tabela 24.

Destino do lixo doméstico	Residências
<b>Enterrado, queimado ou jogado no mato</b>	<b>168</b>
Coleta Pública	22
Coleta e leva para a cidade	01
Têm coleta pública, mas queimam, enterram e/ou jogam em terrenos baldios	02
Não informou	04
<b>Total</b>	<b>197</b>

TABELA 24 – Destino do lixo doméstico nas propriedades cadastradas.

#### l) Lixo Agrotóxico

O destino errado do lixo agrotóxico ainda ocorre entre os moradores. Por força da Resolução Nº. 257/99 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os estabelecimentos que vendem produtos tóxicos ao meio ambiente são responsáveis pela coleta de suas embalagens e o consumidor deve-se obrigar a devolvê-las. A aplicação da legislação tem a intenção de evitar a contaminação das águas dos rios e os consequentes malefícios para a natureza e para a saúde da população.

A Tabela 25 aponta o destino dado ao lixo agrotóxico pelos moradores cadastrados.

Destino do Lixo Agrotóxico	Residências
<b>Devolvido no local da compra</b>	<b>74</b>
Enterrado	07
Jogado no mato ou na roça	03
Queimado	16
Não informou	01
Não utiliza	96
<b>Total</b>	<b>197</b>

TABELA 25 – Destino do lixo agrotóxico nas propriedades cadastradas.

O procedimento de descarte correto da coleta do lixo agrotóxico já pode ser observado entre os moradores cadastrados, porque, das 101 residências que fazem uso de produto tóxico, 74 fazem a correta devolução das embalagens nos locais de compra.

#### 6.4. PERFIL SOCIOCULTURAL DAS FAMÍLIAS

As questões referentes à educação, saúde, lazer, religião e principais meios de comunicação utilizados pelas famílias cadastradas são abordadas neste tópico.

**a) Classificação da População por Gênero e Faixa Etária**

Quanto à classificação por gênero e faixa etária dos moradores, constata-se que a população masculina é significativamente maior do que a população feminina, como demonstra a Tabela 26.

POPULAÇÃO MORADORA					
Faixa Etária			Moradores		
Até 09 anos			45		
De 10 a 17 anos			49		
<b>De 18 a 35 anos</b>			<b>87</b>		
<b>De 36 a 59 anos</b>			<b>134</b>		
De 60 anos em diante			41		
<b>Total</b>			<b>356</b>		
Masculino			Feminino		
Faixa Etária	Quant.	%	Faixa Etária	Quant.	%
Até 09 anos	22	61%	Até 09 anos	23	39%
De 10 a 17 anos	24		De 10 a 17 anos	25	
<b>De 18 a 35 anos</b>	<b>49</b>		<b>De 18 a 35 anos</b>	<b>38</b>	
<b>De 36 a 59 anos</b>	<b>94</b>		<b>De 36 a 59 anos</b>	<b>40</b>	
De 60 anos em diante	29		De 60 anos em diante	12	
<b>Total</b>	<b>218</b>		<b>Total</b>	<b>138</b>	

TABELA 26 – Gênero e faixa etária da população moradora.

O gênero masculino representa aproximadamente 61% e o gênero feminino 39% do total dessa população, apresentando, assim, um desequilíbrio entre gêneros no meio rural. Este processo é mais significativo na faixa de idade dos 36 aos 59 anos.

De outra forma, a faixa etária de maior concentração da população moradora é a de 36 a 59 anos, que, somada à faixa da população que tem entre 18 e 35 anos, atinge a proporção de 62% da população total. Dessa forma, constata-se que a população moradora é uma população predominantemente ativa.

**b) Estado Civil dos Moradores**

Dentre os moradores cadastrados, o maior índice apresentado se refere ao público da categoria “solteiro”, seguido pelo grupo dos casados e por aqueles que mantêm uma união estável. Os menores grupos são compostos por viúvos e desquitados/separados.

Estado Civil	Moradores
Amasiado/juntado	90
Casado	102
<b>Solteiro</b>	<b>143</b>
Viúvo	9
Desquitado/separado	12
<b>Total</b>	<b>356</b>

TABELA 27 – Estado civil dos moradores.

**c) Vínculo com a Propriedade**

Foram analisados os vínculos dos moradores com as propriedades, bem como, os vínculos dos moradores com o titular da família.

Observa-se na Tabela 28, que aproximadamente 24,5% dos moradores têm vínculo de parentesco com o proprietário das terras, mostrando que as unidades de produção são fontes de obtenção de renda familiar.

Vínculo com a Propriedade	Moradores
Agregados	8
<b>Assalariados</b>	<b>82</b>
Herdeiros	10
Parceiros	14
Parentes/cônjuges do agregados	9
<b>Parentes/cônjuges do assalariado</b>	<b>66</b>
Parentes/cônjuges do Arrendatario/Parceiro	1
<b>Parentes/cônjuges do proprietário</b>	<b>87</b>
<b>Proprietários</b>	<b>45</b>
Residentes (só moram)	19
Outros	15
<b>Total</b>	<b>356</b>

TABELA 28 – Vínculo dos moradores com as propriedades.

Como pode ser observado, os graus de parentescos identificados não se referem apenas às famílias proprietárias, mas também àquelas não proprietárias, como famílias de funcionários assalariados, agregados etc. No montante, os dados mais significativos são os dos titulares e seus respectivos cônjuges e filhos/enteados, como mostra a Tabela 29.

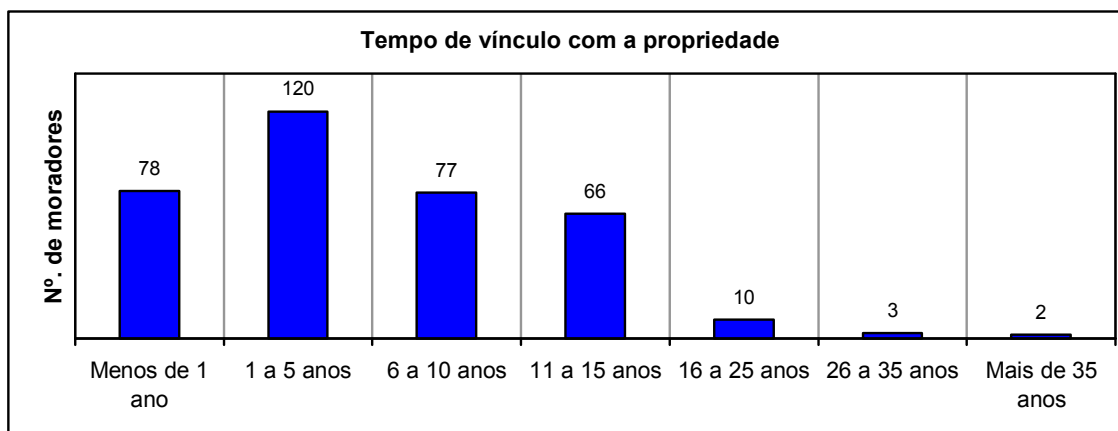
Vínculo com o Titular da Família	Moradores
<b>Cônjuges</b>	<b>74</b>
Cunhados	2
<b>Filhos e/ou enteados</b>	<b>101</b>
Genros/noras	3
Irmãos	1
Netos/netas	5
Pais	5
Sobrinhos	2
Sogros	2
<b>Titular</b>	<b>132</b>
Não há parentesco algum	29
<b>Total</b>	<b>356</b>

TABELA 29 – Vínculo dos moradores com o titular da família.

Para se ter conhecimento, os **filhos** de proprietários **maiores de 16 anos** somam **30**. Destes, 10 trabalham nas propriedades dos pais e 4 trabalham em outras propriedades rurais (1 em propriedade atingida e 3 em propriedades não atingidas); 9 não trabalham e 6 trabalham na área urbana, mesmo morando na área rural; 1 não informou.

#### d) Tempo de Vínculo com a Propriedade

O tempo do vínculo dos moradores com as propriedades cadastradas é apresentado no Gráfico 10.



**GRÁFICO 10** – Tempo de vínculo dos moradores com as propriedades.

Pouco mais da metade dos moradores (55%) possui vínculo com a propriedade há pelo menos 5 anos (198), dos quais, 78 estão nas propriedades a menos 1 ano.

O restante aparece distribuído nas outras faixas consideradas pelo estudo: 77 moradores possuem entre 6 e 10 anos; 66 entre 11 e 15 anos; 10 entre 16 e 25 anos; 3 entre 26 e 35 anos; e 2 acima de 35 anos.

#### e) População Ausente

O grupo de população ausente é constituído pelas pessoas que mantêm vínculos com as propriedades, mesmo que não estejam mais residindo nela, seja permanentemente ou temporariamente. Dentre a população cadastrada, os ausentes são, sobretudo, filhos(as) dos chefes de famílias.

Os motivos que levaram essa população a se ausentar de suas propriedades são apontados na Tabela 30. Apresenta-se também a taxa percentual comparada ao total de homens e mulheres ausentes.

POPULAÇÃO AUSENTE			
Masculino		Feminino	
Motivo	Quantidade	Motivo	Quantidade
Casamento	1	Casamento	3
Emprego	5	Emprego	1
Estudo	8	Estudo	3
Separação conjugal	2	Separação conjugal	-
Outros	3	Outros	3
Não informado	4	Não informado	1
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>Total</b>	<b>11</b>
<b>TOTAL GERAL - 34</b>			

**TABELA 30** – População ausente, conforme motivo de ausência.

No grupo apresentado, predomina a ausência do gênero masculino numa proporção de 23 pessoas para 11 do gênero feminino. De maneira geral, esse grupo saiu das propriedades de seus familiares para estudar e/ou trabalhar.

A ausência das filhas é motivada também, pelo casamento, numa proporção de 3 para 1 do grupo masculino. Isto afirma a necessidade das mulheres rurais saírem da propriedade dos pais no intuito de constituírem o patrimônio familiar.

A Tabela 31, abaixo, demonstra que a população ausente está distribuída diferentemente nas diferentes faixas consideradas, o que nos permite induzir que, por um lado ocorre o denominado “êxodo rural seletivo<sup>8</sup>” (Schneider *apud* Anjos, 2003. p. 233), caracterizado pela saída das parcelas mais importantes da população ativa do meio rural (grupo entre 16 e 49 anos de idade). E, por outro lado, que há o predomínio de uma população ativa envelhecendo nas propriedades cadastradas, como visto na Tabela 26.

POPULAÇÃO AUSENTE	
Idade	Quantidade
Até 09 anos	2
<b>De 10 a 17 anos</b>	<b>10</b>
<b>De 18 a 35 anos</b>	<b>14</b>
<b>De 36 a 50 anos</b>	<b>6</b>
De 51 anos em diante	2
<b>Total</b>	<b>34</b>

TABELA 31 – Faixa etária da população ausente.

#### f) Educação

As Tabelas 32 e 33 apresentam grau de alfabetização e escolaridade dos moradores, relacionados à faixa etária dos mesmos.

Grau de Alfabetização	Moradores <sup>9</sup>	Faixa etária
Ainda não estudam	23	Menos de 4 anos
<b>Analfabetos</b>	<b>13</b>	<b>29 – 88 anos</b>
<b>Assinam o nome</b>	<b>24</b>	<b>32 – 80 anos</b>
<b>1ª a 4ª série do Ensino Fundamental incompleto</b>	<b>53</b>	<b>7 – 69 anos</b>
<b>1ª a 4ª série do Ensino Fundamental completo</b>	<b>41</b>	<b>8 – 67 anos</b>
5ª a 9ª série do Ensino Fundamental incompleto	43	13 – 65 anos
5ª a 9ª série do Ensino Fundamental completo	33	11 – 54 anos
Ensino Médio incompleto	13	17 – 61 anos
Ensino Médio completo	28	18 – 64 anos
Superior incompleto	4	23 – 55 anos
Superior completo	4	52 – 57 anos
Não informaram	1	50 anos
<b>Total</b>	<b>280</b>	-

TABELA 32 – Grau de alfabetização e escolaridade dos moradores.

A taxa de analfabetismo entre os moradores é de aproximadamente 10% e o nível de escolaridade de 26,5% dos moradores é consideravelmente baixo (ensino fundamental até a 4ª série), podendo ser explicado por causa de alguns fatores que criam dificuldades: o abandono dos estudos em troca do trabalho agrícola ou urbano, em grande parte dos casos em que se comprova baixa remuneração; a falta e, também, a centralização de estabelecimentos de

<sup>8</sup> A autora citada põe grande ênfase na possibilidade de que, no longo prazo, mantidos os termos do atual ritmo do êxodo rural seletivo, podem surgir claras rupturas nos mecanismos tradicionais de transmissão hereditária do patrimônio familiar.

<sup>9</sup> Contabiliza somente aqueles que não estão estudando no momento, nunca estudaram ou já pararam de estudar.

ensino e transporte escolar, em virtude da inexistência do incentivo das políticas públicas no que se refere à educação de tempos atrás.

No entanto, o incentivo à educação vem se modificando para estas famílias com o passar dos anos, estando, hoje, totalmente integrado nestas localidades, onde todas as crianças/jovens em idade escolar frequentam as escolas da região, totalizando 76 estudantes, nos diferentes níveis de ensino, conforme Tabela 33.

Nível de ensino	Estudantes	Faixa etária
Creche	1	2 anos
Cursando pré-escolar	1	6 anos
<b>Cursando 1ª a 4ª série</b>	<b>34</b>	<b>05 - 70 anos</b>
<b>Cursando 5ª a 9ª série</b>	<b>32</b>	<b>9 – 68 anos</b>
Cursando Ensino Médio	7	15 – 21 anos
Cursando supletivo	1	33 anos
<b>Total</b>	<b>76</b>	

**TABELA 33** – Distribuição dos estudantes cadastrados.

#### g) Saúde

O primeiro item sobre a saúde, pesquisado entre os entrevistados, refere-se ao tipo de atendimento médico-hospitalar procurado pela família em caso de necessidade, bem como a distância percorrida para chegar ao ponto de atendimento.

Para determinar a distância, foram apresentadas para os entrevistados quatro classificações de respostas: “próxima” (para distâncias de até 30 km), “longe” (entre 31 e 50km), “muito longe” (acima de 50km). Foram consideradas também as respostas dos proprietários que não residem nas propriedades cadastradas, sendo que, nestes casos, as distâncias estimadas referem-se unicamente às propriedades cadastradas, objeto deste estudo.

Cada um dos entrevistados pôde declarar mais de um tipo de atendimento procurado na área da saúde já que a mesma abrange várias formas de composição. Alguns não informaram ou não souberam informar por não precisarem de atendimento.

O local pelo qual as famílias costumam buscar atendimento nas unidades básicas de saúde é Paranaíta, considerado próximo para 43 famílias, longe para 58 famílias e muito longe para uma única família. O Hospital utilizado também é o de Paranaíta, considerado próximo para 16 famílias e longe para 31 famílias.

Quanto às doenças mais comuns ou que fazem parte do histórico de doenças familiares, obtiveram-se respostas bem diversificadas, conforme a Tabela 34.

Tipo de doença	Nº de respostas
Anemia	1
Câncer	4
Coluna	1
Dengue	21
Derrame	2
Diabetes	1
Doença mental	1

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Tipo de doença	Nº de respostas
Doenças respiratórias	42
Esgotamento Físico	1
Glaucoma	1
Gripe	10
Hanseníase	1
Hipertensão	2
Malária	41
Pressão Alta	1
Não ocorreram doenças	214

**TABELA 34** – Doenças já ocorridas nas famílias cadastradas.

Os problemas originados pela incidência de animais transmissores ou não de doenças também foram abordados, porque são concernentes à área da saúde e podem ser configurados como um problema de saúde pública em determinadas circunstâncias. Tais informações estão contidas, de forma detalhada, na Tabela 35.

Animais	Nº de respostas
<b>Aranhas</b>	<b>51</b>
<b>Caramujos</b>	<b>51</b>
<b>Carrapato</b>	<b>74</b>
Cigarrinha	1
<b>Cobras</b>	<b>79</b>
Escorpião	11
Formiga	1
Lacraia	3
Marimbondos	1
<b>Morcegos</b>	<b>50</b>
Moscas	49
<b>Mosquitos</b>	<b>121</b>
Muriçocas	60
Ratos	14
Sapos	15
Não informou	3
Não tem	82

**TABELA 35** – Incidência de animais vistos como fator-problema nas propriedades.

O maior problema ocasionado na AID, se refere a incidência de mosquitos transmissores de doenças como a dengue e a malária, bem como, o carrapato e o caramujo, muito comuns na região, além de cobras e aranhas, que, como toda a escala de animais peçonhentos, podem ser letais à vida humana, principalmente a das crianças.

#### **h) Religião**

Dos 356 moradores, 247 declararam ser católicos, sendo que 53 são evangélicos, 1 protestante e 1 espírita. Os 54 restantes não informaram a respeito.

#### **i) Lazer**

As principais atividades de recreação e formas de lazer mencionadas pelos entrevistados foram estão listadas na Tabela 36.



## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Atividades de recreação e formas de lazer	Entrevistados
Bailes	24
Bocha	1
Cartas	23
Conversas com vizinhos	10
Corrida de cavalo	12
<b>Culto/Missa</b>	<b>117</b>
Dominó	9
<b>Festas</b>	<b>95</b>
<b>Futebol</b>	<b>50</b>
<b>Pesca</b>	<b>133</b>
Praia	3
Reuniões comunitárias	12
<b>Rodeio</b>	<b>41</b>
Ver televisão	10
Viajar	2
Não participa	11
Não informou	21

**TABELA 36** – Principais atividades de recreação e formas de lazer dos entrevistados.

**j) Usos da Água do Rio**

A Tabela 39 informa as especificidades dos usos da água do rio, de acordo com a quantidade de propriedades que a utilizam.

Rio Teles Pires	Localidades	Nº de propriedades		
		Dessedentação de animais	Irrigação	Recreação
Margem Esquerda	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	8	-	2
	CAJUEIRO	1	-	2
	COMUNIDADE BEIRA RIO (PIPOCA)	1	-	-
	COMUNIDADE GETÚLIO VARGAS	1	-	-
	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	1	-	-
	FAZENDA PONTAL	1	-	-
	GUARITA QUEIMADA	-	-	1
	MANDACARU	11	-	2
	PONTAL DO PARANAÍTA	1	-	-
	RIO JORDÃO	1	-	-
	REPOUSO TAVARES	-	-	-
	VICINAL 3º OESTE	-	-	1
	GLEBA P. 8	-	-	-
	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	3	-	-
SETE QUEDAS	1	-	-	
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
Margem Direita	AGRODITO	-	-	2
	SÃO BENEDITO	4	-	-
	SÃO LUIZ	1	-	-
	TRIANGULO	1	-	2
	VACA BRANCA	2	-	-
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>		<b>38</b>	<b>0</b>	<b>12</b>

**TABELA 37** – Usos da água do rio de acordo com o número de propriedades.

Vale informar que em algumas propriedades a água do rio é utilizada para mais de uma finalidade. As formas de utilização da água do rio declaradas pelos entrevistados se referem a dessedentação dos animais (38 propriedades) e recreação das famílias (12 propriedades). A irrigação não foi citada pelos entrevistados, constituindo, assim, um reflexo da produção pecuária nestas propriedades.

Quanto à atividade pesqueira, 1 entrevistado tira da pesca a sua atividade comercial principal (Sr. Natalino Cardoso) e 1 tem como atividade comercial complementar; 58 entrevistados praticam a pesca como forma de lazer e 59 para o consumo da família.

Cabe aqui informar que o Sr. Natalino Cardoso, não possui propriedade na AID, porém mora sozinho em uma casa flutuante aportada na margem do rio Teles Pires, próximo a Balsa do Cajueiro. A casa de madeira flutua sobre garrafas pets e tem 50 m<sup>2</sup> e 6 cômodos. O mesmo não é aposentado e sobrevive da pesca. Sua esposa e neto moram na cidade de Paranaíta/MT.



**FIGURA 16** – Casa flutuante do Sr. Natalino Cardoso .

#### **k) Meios de Comunicação**

Dentre os que utilizam meios de comunicação, 92 entrevistados declararam que costumam ouvir o rádio e 56 possuem o hábito de ler jornal. Os demais não informaram.

As estações de rádio mais ouvidas estão: AM Progresso de Alta Floresta, FM de Paranaíta, entre outras. Os jornais mais lidos estão o Jornal de Paranaíta, Jornal da Cidade (Alta Floresta), Jornal MT Norte, Folha de São Paulo, Jornal Gazeta, entre outros.

#### **l) Expectativas dos Entrevistados quanto à UHE Teles Pires**

Este tópico foi abordado com questões abertas para saber qual a expectativa do entrevistado quanto a implantação da UHE Teles Pires e se já havia participado de alguma reunião sobre a mesma. Questionou-se também a aceitação do empreendimento pelo entrevistado, as possíveis mudanças em suas vidas e de seus familiares e a satisfação em relação à propriedade e à localidade.

**Quando questionados se o empreendimento pode provocar alguma mudança nas condições de vida de sua família**, as respostas mais citadas foram em relação a expectativas positivas no que se refere às melhorias no sistema de atendimento social, educacional, de saúde e de infraestrutura, como, por exemplo, a melhoria nas estradas de acesso principal ao município diante da perspectiva de desenvolvimento do mesmo, oportunidades de emprego, mais segurança, etc. As expectativas negativas dizem respeito à diminuição de renda, ao aumento de população da cidade, e aos prejuízos ao meio ambiente.

**Os planos futuros citados pelas famílias** se referem aquisição de casa, sítio ou pousada, continuar com o trabalho na propriedade, investir na propriedade, bem como no ramo agropecuário e em terras produtivas; aquisição e, também, troca de carro; viagem, etc.

**A maioria das famílias (203) está satisfeita com a propriedade** enquanto 47 se dizem insatisfeitos.

## 7 ILHAS DE UTILIZAÇÃO ANTRÓPICA

Considera-se potencialmente atingidas benfeitorias existentes nas ilhas do rio Teles Pires, especificamente na área destinada ao reservatório da UHE Teles Pires, e a população entrevistada, a estas vinculadas.

Segundo o EIA/RIMA (2010), a maioria das ilhas da AID foram ocupadas por meio de apropriação ou compra de terceiros que haviam tomado posse do território anteriormente, ou seja, nenhum dos ocupantes tem autorização prévia da União. Sendo assim, os proprietários referenciados ao longo do estudo são assim considerados pelas benfeitorias que possuem nestes territórios, e não pela posse do território em si.



FIGURA 17 – Benfeitoria do Sr. Sérgio José de Andrade.

### a) Proprietários e Famílias Cadastradas

Da mesma forma que se deu o cadastramento das propriedades localizadas na AID, uma das prerrogativas para a realização do cadastro socioeconômico dos proprietários de benfeitorias existentes em ilhas era de que as entrevistas fossem realizadas diretamente com os mesmos e/ou com os chefes das famílias cadastradas (não proprietários). Porém, nem sempre foi possível pela ausência ou indisponibilidade no momento da aplicação do cadastro.

Salienta-se que algumas benfeitorias, são constituídas por mais de um proprietário, podendo ser vários sócios ou amigos, ou até mesmo familiares, que costumam frequentar o local aleatoriamente. No questionário, apenas se identificou o nome do proprietário responsável.

A Tabela 38 apresenta o nome dos proprietários e responsáveis pelas famílias cadastradas, vinculadas às benfeitorias existentes em ilhas da AID, uma vez que não possuem documento legal das áreas ocupadas, como segue.

Utilização Antrópica em Ilhas da AID				
Item	Cód. de Identificação	Nome do Proprietário	Entrevistado	Documento Legal
1	ILHA-035	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	O MESMO	Nenhum documento
2	ILHA-040	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	O MESMO	Nenhum documento
3	ILHA-020	ANGELO DIOSNEL BERLANDA	O MESMO	Nenhum documento
			CARLOS A. P. MACUGLIA	
4	ILHA-027	DIOCEL TAVARES DOS SANTOS	O MESMO	Nenhum documento
5	ILHA-021	FELIX MARIN	O MESMO	Nenhum documento
6	ILHA-037	IVO RIBEIRO DA SILVA	O MESMO	Nenhum documento
7	ILHA-028	JOSÉ VICENTE DA SILVA	O MESMO	Nenhum documento
8	ILHA-038	MAURO ZANETTE	O MESMO	Nenhum documento
9	ILHA-029	NAILTON HERNANDES CAVALHEIRO	O MESMO	Nenhum documento
10	ILHA-102	PAULO CÉSAR BEZERRA	O MESMO	Nenhum documento
11	ILHA-032	RAFAEL AUGUSTO	GESSICA M. RODRIGUES SILVA	Nenhum documento
12	ILHA-025	SÉRGIO JOSÉ DE ANDRADE	O MESMO	Nenhum documento
13	ILHA-033	SÉRGIO RIBEIRO	O MESMO	Nenhum documento
14	ILHA-026	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	FLÁVIA ATAIDE	Nenhum documento

**TABELA 38** – Proprietários de benfeitorias existentes nas ilhas da AID.

No total, foram identificados **14 proprietários de benfeitorias existentes em ilhas** localizadas na AID, dos quais **6 são moradores** e 8 não (estes residem na cidade de Paranaíta).

Os núcleos familiares são compostos por uma única família, com exceção do Sr. Ângelo Diosnel Berlanda que possui duas famílias vinculadas à benfeitoria: a família proprietária (não moradora) e o ocupante Carlos A. P. Macuglia (família não proprietária).

A população cadastrada totaliza **28 pessoas**, sendo **13 moradores** e 15 não moradores. Os nomes, idades e o tempo de vínculo com o local são apresentados na Tabela 39.

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Identificação	Nome do Proprietário	Família Cadastrada	População Moradora	População Não Moradora	Idade	Tempo de vínculo c/ o local
ILHA DO AGENOR	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	A MESMA	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	-	63 anos	11 a 15 anos
ILHA DO AMAURI	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	A MESMA	AMAURI JUSTINO GONÇALVES DEVISON JÚNIOR GONÇALVES	-	53 anos 27 anos	1 a 5 anos - de 1 ano
ILHA DINORÁ	ANGELO DIOSNEL BERLANDA	A MESMA	-	ANGELO DIOSNEL BERLANDA SÔNIA ALCATRARA BERLANDA	45 anos 48 anos	11 a 15 anos 11 a 15 anos
ILHA DA PEDRA	DIOCEL TAVARES DOS SANTOS	A MESMA	CARLOS A. PICININ MACUGLIA DIOCEL TAVARES DOS SANTOS MARINA PETROS	-	55 anos 45 anos 51 anos	1 a 5 anos 1 a 5 anos 1 a 5 anos
ILHA DAS FORMIGAS	FELIX MARIN	A MESMA	-	FELIX MARIN EMILIA MARIN LEONARDO MARIN	57 anos 46 anos 16 anos	16 a 25 anos 16 a 25 anos 11 a 15 anos
ILHA DO CACHIMBO	IVO RIBEIRO DA SILVA	A MESMA	-	IVO RIBEIRO DA SILVA	46 anos	11 a 15 anos
ILHA SÃO JORGE	JOSÉ VICENTE DA SILVA	A MESMA	JOSÉ VICENTE DA SILVA	-	55 anos	1 a 5 anos
ILHA DO CAJUEIRO	MAURO ZANETTE	A MESMA	-	MAURO ZANETTE	46 anos	- de 1 ano
ILHA JACUTINGA	NAILTON HERNANDES CAVALHEIRO	A MESMA	-	NAILTON HERNANDES CAVALHEIRO MARIA AP. ARAGUN CAVALHEIRO	72 anos 44 anos	26 a 35 anos 26 a 35 anos
ILHA DO PAULO	PAULO CÉSAR BEZERRA	A MESMA	-	PAULO CÉSAR BEZERRA	39 anos	6 a 10 anos
ILHA DO DAVI	RAFAEL AUGUSTO	A MESMA	RAFAEL AUGUSTO GESSICA MARIAN RODRIGUES SILVA MARINA R. RODRIGUES AUGUSTO	-	21 anos 19 anos 1 anos	1 a 5 anos 1 a 5 anos - de 1 ano
ILHA DO SÉRGIO	SÉRGIO JOSÉ DE ANDRADE	A MESMA	-	SÉRGIO JOSÉ DE ANDRADE SÉRGIO RIBEIRO DARCI BENEDITO RIBEIRO ANDERSON ROGÉRIO RIBEIRO ROSILEY SOLANGE RIBEIRO	54 anos 53 anos 52 anos 30 anos 32 anos	26 a 35 anos 1 a 5 anos 1 a 5 anos 1 a 5 anos 1 a 5 anos
ILHA DOS PÁSSAROS	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	A MESMA	SIDNEI MACHADO AUGUSTO FLÁVIA ATAIDE JOÃO RICARDO ATAIDE AUGUSTO	-	34 anos 25 anos 4 anos	6 a 10 anos 6 a 10 anos 1 a 5 anos
<b>TOTAL</b>	<b>14 Proprietários</b>	<b>15 Famílias</b>	<b>7 Famílias Moradoras</b> <b>13 Pessoas Cadastradas</b>	<b>8 Famílias Não Moradoras</b> <b>15 Pessoas Cadastradas</b>		<b>-</b>

TABELA 39 – Proprietários de benfeitorias existentes nas ilhas da AID.



**b) Benfeitorias**

A Tabela 40 apresenta as benfeitorias identificadas nas ilhas da AID de acordo com a tipologia, quantidade e situação em que se encontram.

Item	Cód. de Identificação	Benfeitorias				
		Proprietário	Tipologia	Quant.	Situação	
					Habitada	Não Habitada
1	ILHA-035	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	Casa de Madeira	1	X	
2	ILHA-040	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	Casa de Madeira	1	X	
3	ILHA-020	ANGELO DIOSNEL BERLANDA	Casa de Madeira	1	X	
4	ILHA-027	DIOCEL TAVARES DOS SANTOS	Casa de Madeira	1	X	
5	ILHA-021	FELIX MARIN	Casa de Alvenaria	1		X
6	ILHA-037	IVO RIBEIRO DA SILVA	Casa de Madeira	1		X
7	ILHA-028	JOSÉ VICENTE DA SILVA	Casa de Madeira	1	X	
8	ILHA-038	MAURO ZANETTE	Casa de Madeira	1		X
9	ILHA-029	NAILTON HERNANDES CAVALHEIRO	Casa de Madeira	1		X
			Casa de motor	1	-	
10	ILHA-102	PAULO CÉSAR BEZERRA	Casa de Madeira	1		X
11	ILHA-032	RAFAEL AUGUSTO	Casa de Madeira	1	X	
12	ILHA-025	SÉRGIO JOSÉ DE ANDRADE	Casa de Madeira	1		X
13	ILHA-033	SÉRGIO RIBEIRO	Casa de Madeira	1		X
14	ILHA-026	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	Casa de Madeira	1	X	
<b>TOTAL</b>			<b>14 Casas</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

**TABELA 40** – Benfeitorias existentes nas propriedades.

Uma única casa de alvenaria foi registrada nas ilhas da AID, a qual pertence ao Sr. Felix Marin. As 13 casas restantes possuem estrutura de madeira. Existe também, uma casa de motor, de propriedade do Sr. Nailton Hernandes Cavalheiro.

Das 14 casas existentes, 7 possuem moradores e outras 7 estão desocupadas. A presença dessas benfeitorias nas ilhas está relacionada às atividades de lazer e pesca comercial ou esportiva.

Além das ilhas de ocupação antrópica acima citadas, o reservatório da UHE Teles Pires atingirá também a ilha onde acontece a Fest Praia, de concessão da Prefeitura Municipal de Paranaíta, com uma casa de madeira ocupada pela Polícia Militar durante os três ou quatro dias de Festival (Figuras 18 e 19).





**FIGURAS 18 e 19** – Ilha da Fest Praia durante as cheias do rio e casa de madeira ocupada pela Polícia Militar durante o Festival.

### c) **Atividade Produtiva dos Cadastrados**

A Tabela 41 apresenta as atividades produtivas declaradas pelos entrevistados, bem como local de trabalho e renda familiar mensal.

Em relação à atividade dos cadastrados, foram identificados: 7 comerciantes, 6 pescadores, 3 pecuaristas, 1 funcionário público, 1 motorista e 1 joalheiro. Mulheres que cuidam do lar somam 6 e existem também, 1 estudante e 2 crianças.

Dos 6 moradores das ilhas, 5 trabalham na propriedade e 1 é funcionário público<sup>10</sup> da prefeitura de Paranaíta e também utiliza a área para levar pescadores turistas nos finais de semana, a saber: Carlos A. P. Macuglia. A renda mensal estimada é de 1 a 2 salários mínimos.

Os proprietários que não moram na área, trabalham na área urbana e possuem renda mensal estimada entre 5 e 10 salários mínimos e alguns casos, superior a 10 salários mínimos.

<sup>10</sup> O Sr. Carlos A. P. Macuglia mora na ilha e trabalha como motorista do ônibus escolar: linha Balsa do Cajueiro – Paranaíta (funcionário público).

POPULAÇÃO CADASTRADA, VINCULADA ÀS BENEFITÓRIAS EXISTENTES NAS ILHAS						
Identificação	Nome do Proprietário	População Cadastrada	Atividade	Local de Trabalho		
ILHA DO AGENOR	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	PESCADOR	TRABALHA NA PROPRIEDADE		
ILHA DO AMAURI	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	PESCADOR	TRABALHA NA PROPRIEDADE		
		DEIVISON JÚNIOR GONÇALVES	MOTORISTA	TRABALHA EM OUTRA PROP. ATINGIDA		
ILHA DINORÁ	ANGELO DIOSNEL BERLANDA	ANGELO DIOSNEL BERLANDA	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
		SÔNIA ALCATRARA BERLANDA	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
		CARLOS A. PICININ MACUGLIA	MOTORISTA	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
ILHA DA PEDRA	DIOCEL TAVARES DOS SANTOS	DIOCEL TAVARES DOS SANTOS	PESCADOR	TRABALHA NA PROPRIEDADE		
		MARINA PETROS	DO LAR	NÃO TRABALHA		
ILHA DAS FORMIGAS	FELIX MARIN	FELIX MARIN	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
		EMILIA MARIN	DO LAR	NÃO TRABALHA		
		LEONARDO MARIN	ESTUDANTE	NÃO TRABALHA		
ILHA DO CACHIMBO	IVO RIBEIRO DA SILVA	IVO RIBEIRO DA SILVA	JOALHEIRO	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
ILHA SÃO JORGE	JOSÉ VICENTE DA SILVA	JOSÉ VICENTE DA SILVA	PESCADOR	TRABALHA NA PROPRIEDADE		
ILHA DO CAJUEIRO	MAURO ZANETTE	MAURO ZANETTE	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
ILHA JACUTINGA	NAILTON HERNANDES CAVALHEIRO	NAILTON HERNANDES CAVALHEIRO	PECUARISTA	TRABALHA NESTA E EM OUTRA PROP. NÃO ATINGIDA		
ILHA DO PAULO	PAULO CÉSAR BEZERRA	MARIA AP. ARAGUN CAVALHEIRO	DO LAR	NÃO TRABALHA		
		PAULO CÉSAR BEZERRA	PECUARISTA	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
ILHA DO DAVI	RAFAEL AUGUSTO	RAFAEL AUGUSTO	PESCADOR	TRABALHA NESTA E EM OUTRA PROP. ATINGIDA		
		GESSICA MARIAN RODRIGUES SILVA	DO LAR	NÃO TRABALHA		
ILHA DO SÉRGIO	SÉRGIO JOSÉ DE ANDRADE	MARINA RAISSA R. AUGUSTO	CRIANÇA	NÃO TRABALHA		
		SÉRGIO JOSÉ DE ANDRADE	PECUARISTA	TRABALHA NESTA E EM OUTRA PROP. ATINGIDA		
ILHA DO CAJUEIRO	SÉRGIO RIBEIRO	SÉRGIO RIBEIRO	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
		DARCI BENEDITO RIBEIRO	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
		ANDERSON ROGÉRIO RIBEIRO	COMERCIANTE	TRABALHA NA ÁREA URBANA		
ILHA DOS PÁSSAROS	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	ROSILEY SOLANGE RIBEIRO	DO LAR	NÃO TRABALHA		
		SIDNEI MACHADO AUGUSTO	PESCADOR	TRABALHA NA PROPRIEDADE		
		FLÁVIA ATAIDE	DO LAR	NÃO TRABALHA		
		JOÃO RICARDO ATAIDE AUGUSTO	CRIANÇA	NÃO TRABALHA		
<b>TOTAL</b>	<b>14 Proprietários</b>		<b>28 Cadastrados</b>			

TABELA 41 – Atividade produtiva da população cadastrada.

## 8 TRANSPORTE FLUVIAL – Balsa de Travessia

Considera-se potencialmente atingidas as balsas de travessia que estiverem em operação no rio Teles Pires, especificamente na área destinada ao reservatório da UHE Teles Pires, e a população entrevistada, a estas vinculadas.

Na AID do empreendimento há apenas uma balsa de travessia, denominada Balsa do Cajueiro, registro nº 4830138114, que opera há pelo menos 18 anos no rio Teles Pires, de propriedade da empresa Centro Oeste Navegação. A operação da balsa cobre uma distância de aproximadamente 580 metros entre as duas margens do rio, ligando o município de Paranaíta às propriedades ribeirinhas de Jacareacanga.

Estão vinculados à atividade 5 funcionários contratados com carteira assinada, à saber: Oliver Porperio dos Santos, Raimundo Nonato Miranda, Wilson Silva Andrade, Josivaldo Cosmo e Ubirani Clésio Serra Teixeira. Os mesmos foram cadastrados e estão identificados na relação da População Cadastrada, Anexo III, pois residem na AID.



**FIGURA 20** – Balsa do Cajueiro.

De acordo com o EIA/RIMA (2010), a movimentação mensal da balsa era de 1.650 veículos, dentre os quais 27% eram caminhões, principalmente de cargas agrícolas, 36% eram carros particulares e outros 36% eram motos. Tal informação não foi obtida durante a revisão do Cadastro Socioeconômico.

## 9 BALSAS DE GARIMPO FLUVIAL DE OURO

O garimpo fluvial de ouro, caracterizado no EIA/RIMA (2010) como garimpo de mergulho é realizado em rios de navegação, por meio de mangueiras de sucção que extraem o material do fundo do rio, com o apoio de balsa devidamente equipada, operada por mergulhadores.

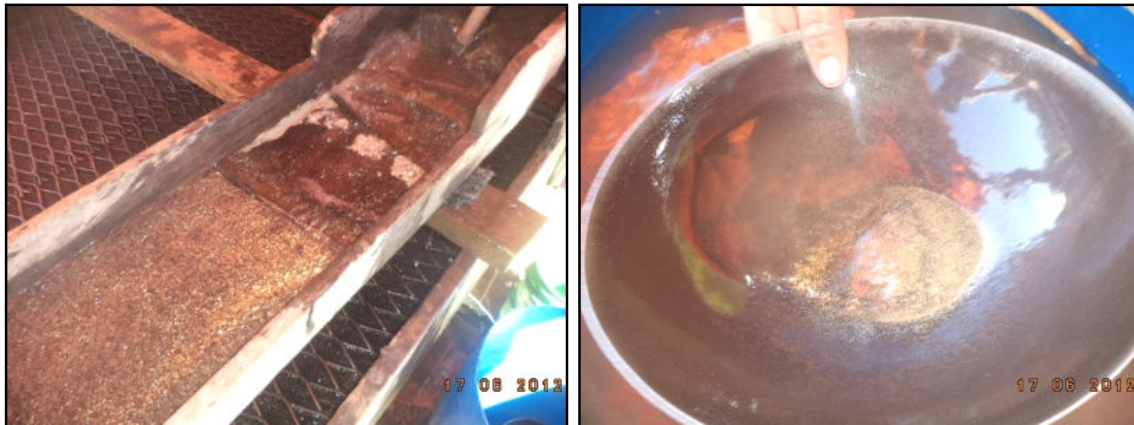
A operação da balsa de mergulho apoia-se, basicamente, em quatro mergulhadores, que mantêm a sucção ininterrupta por 24 horas, com cada mergulhador realizando um ciclo de até 6 horas por dia de mergulho.

Esta prática funcionou, por muitos anos, de forma clandestina. Há três anos, a atividade foi regularizada e formalizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que autorizou a operação de balsas em alguns trechos do rio. Com o enchimento do reservatório da usina, boa parte do trecho vai ganhar mais profundidade, sendo que um mergulhador alcança até 20 metros de profundidade. Além dessa profundidade, a prática torna-se inviável com os equipamentos usados atualmente.

As Figuras seguintes ilustram a atividade de extração de ouro no rio por meio de balsas de mergulho.







FIGURAS 21 a 26 – Extração de ouro no rio Teles Pires.

### 9.1 IDENTIFICAÇÃO DAS BALSAS DE GARIMPO

Considera-se potencialmente atingidas as balsas de garimpo fluvial atuantes no rio Teles Pires, especificamente na área destinada ao reservatório da UHE Teles Pires, e a população entrevistada, a estas vinculadas.



FIGURA 27 – Balsa de Garimpo atuante na AID da UHE Teles Pires.

#### a) Proprietários e Trabalhadores Vinculados

Segundo o presidente da Cooperativa de Garimpeiros de Alta Floresta, Sr. Darcy Winter, aproximadamente 40 balsas cooperadas estão em operação no rio Teles Pires, mas somente **12 atuam no trecho do rio necessário ao empreendimento**, as quais estão cadastradas. Destas, 7 apresentaram o número de registro e licença de operação emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA (Tabela 42).

Em cada balsa há uma equipe formada por 4 ou 5 garimpeiros e 1 cozinheira, que ficam até 6 dias no rio (geralmente de segunda à sábado). Todos residem em Paranaíta. As pessoas envolvidas no garimpo incluem: mergulhadores, proprietários das balsas, cozinheiras e concessionário.

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

---

A atividade constitui a principal fonte de renda de **66 pessoas** e ou famílias vinculadas às balsas de garimpo, sendo: 12 proprietários e 54 trabalhadores.

Porém, dentre os cadastrados, 8 apresentam apenas o nome para registro, pois se recusaram a responder o questionário, sob orientação do advogado da Cooperativa, a saber: Anderson Dias Martinhão, Israel Coquero, Sebastião, Polaco, Djalma Martinhão, João Rodrigues Reis, Raimundo Valter da Silva e Sr. Jorge.

A Tabela 42 que se apresenta contém as informações supracitadas de forma detalhada.

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES VINCULADOS ÀS BALSAS DE GARIMPO DE OURO						
Item	Identificação da Balsa	Nome do Proprietário	Registro <sup>11</sup>	Trabalhadores Vinculados	Área de Atuação	
1	BALSA DE GARIMPO Nº 23	ANDERSON DIAS MARTINHÃO	SEMA - LO Nº 298841/2010 Recusaram-se a responder o CSE sob orientação do advogado da cooperativa.	ISRAEL COQUERO SEBASTIÃO POLACO	RIO TELES PIRES	
2	BALSA DE GARIMPO BOAS NOVAS Nº 13	CESARIO JOSÉ RODRIGUES	SEMA - LO Nº 299454/2010	RONALDO DO NASCIMENTO SILVA ARLINDO SILVA PIMENTEL ANGELO NATAN DA SILVA PEDRO PEREIRA DOS SANTOS HARLIJON VIERA DA SILVA	CACHOEIRA DO PARAFUSO	
3	BALSA DE GARIMPO DO CLÁUDIO Nº 19	CLÁUDIO MARCELO SONNENBERG	SEMA - LO Nº 299454/2010	ISÍDIO ALVES DE SOUSA ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS LIMA MANOEL ARAÚJO SILVA CLÁUDIO APALECIR PATRIOTINO ALVES FERREIRA PAULO CARVALHO DE OLIVEIRA GEANES DA SILVA PEREIRA DONIZETE PEREIRA DA SILVA EVERALDO CAETANO SAULO MARTINS MARCOS ANTONIO ALVES VALDIVINO MOREIRA DOS ANJOS ORISVALDO SIANO MARTINS TIAGO APARECIDO MARTINHÃO DENILSON MATEUS GOMES DIAS CICERO CARLOS DA SILVA WILLIAN WESLEY MOTA GEZUÉ MATOS DOS SANTOS	RIO TELES PIRES	
4	GARIMPO Nº 29	DARCY WINTER	NÃO INFORMADO	JOÃO RODRIGUES REIS RAIMUNDO VALTER DA SILVA JOÃO ARAÚJO DE SOUZA	CACHOEIRA DO JAÚ	
5	BALSA DE GARIMPO	DEVANIR MARTINHÃO	NÃO INFORMADO		CACHOEIRA DO JAÚ	
6	BALSA DE GARIMPO DJALMA	DJALMA MARTINHÃO	Recusaram-se a responder o CSE sob orientação do advogado da cooperativa		CACHOEIRA DO JAÚ	
7	BALSA DE GARIMPO	JORGE	O Sr. Jorge recusou-se a responder o CSE		RIO TELES PIRES	

<sup>11</sup> SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente / LO – Licença de Operação / Atividade: Extração Mineral sem Uso de Mercúrio / Localidade: Rio Teles Pires.



Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES VINCULADOS ÀS BALSAS DE GARIMPO DE OURO					
Item	Identificação da Balsa	Nome do Proprietário	Registro <sup>11</sup>	Trabalhadores Vinculados	Área de Atuação
			sob orientação do advogado da cooperativa.	DAVID ROCHA E SILVA JOSÉ MOREIRA LIMA NETO	
8	BALSA DE GARIMPO SANTO ANTONIO DO TELES PIRES	JORGE AP. DE LIMA SALVADOR	NÃO INFORMADO	LEANDRO PINHEIRO SALVADOR ATEVALDO SILVA CARVALHO JOSÉ ALMIRO GOMES RODRIGUES LUIZ BRASIL SOUSA NASCIMENTO ROBERTO HENRIQUE CASTALDELLI CARLITO BATISTA DA SILVA ARNALDO ALVES JOACY SILVA LEMOS ANANIAS VIEIRA PEREIRA JOSÉ MARIA NUNES RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA	RIO TELES PIRES
9	BALSA DE GARIMPO DO GENERAL	JOSÉ ITAMIR DOS SANTOS	SEMA - LO Nº 299454/2010	ANTONIO FERREIRA CARVALHO RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA FEITOSA CARLOS PEREIRA SANTOS JULIO CESAR PASQUALINOTO JOSÉ MARTIN MENDONÇA	RIO TELES PIRES
10	BALSA DE GARIMPO Nº 12	LAIRTON LUIZ KONRATH	SEMA - LO Nº 298841	LUIZ CANDIDO DE SOUSA JOSÉLIO GOMES DE SOUSA	PRÓXIMO A CACHOEIRA
11	BALSA DE GARIMPO Nº 31	VANDERLEI DOMINGUES DA SILVA	SEMA - LO Nº 299454	VALDECIR PEREIRA DIAS DARY MANOEL DE SOUSA MILTO DOS SANTOS JOAQUIM OSORIO DA SILVA LUIZ MARQUES DE SOUSA	RIO TELES PIRES
12	BALSA DE GARIMPO COOPERALFA Nº 15	VOLMAR FERREIRA BRANDÃO	SEMA - LO Nº 2984821/2009		RIO TELES PIRES
<b>TOTAL</b>			-	<b>54 Trabalhadores</b>	-

TABELA 42 – Proprietários e trabalhadores vinculados às balsas de garimpo de ouro.

**b) Atividade Produtiva da População Cadastrada**

A população cadastrada inclui, além dos trabalhadores e proprietários vinculados às balsas de garimpo, as famílias destes, somando 68 cadastrados. A Tabela 43 apresenta as atividades produtivas declaradas pelos entrevistados e o tempo de vínculo com a atividade.

Observa-se que a maioria dos garimpeiros trabalha no ramo entre 1 e 5 anos, como autônomos. A média da renda mensal declarada gira em torno de 2 e 5 salários mínimos. As únicas trabalhadoras com renda mensal fixa são as cozinheiras. Os demais recebem percentual de produção.

ATIVIDADE PRODUTIVA DA POPULAÇÃO CADASTRADA, VINCULADA ÀS BALSAS DE GARIMPO						
Cód. de Identificação	Nome do Proprietário	População Cadastrada	Sexo	Idade (Anos)	Atividade	Tempo de Vínculo
BAL-GAR-005	CESARIO JOSÉ RODRIGUES	CESARIO JOSÉ RODRIGUES	Masculino	46	Garimpeiro	11 a 15 anos
		RONALDO DO NASCIMENTO SILVA		24		- de 1 ano
		ARLINDO SILVA PIMENTEL		46		6 a 10 anos
		ANGELO NATAN DA SILVA		24		- de 1 ano
		PEDRO PEREIRA DOS SANTOS		52		11 a 15 anos
		HARLISON VIERA DA SILVA		22		1 a 5 anos
BAL-GAR-010	CLÁUDIO MARCELO SONNENBERG	CLÁUDIO MARCELO SONNENBERG	Masculino	32	Garimpeiro	1 a 5 anos
		HAIDE W.SONNENBERG	Feminino	32	Contadora	-
		ANE CRISTINE SONNENBERG	Feminino	2	Criança	-
		DAVID SONNENBERG	Masculino	11	Estudante	-
		ISÍDIO ALVES DE SOUSA	Masculino	49	Garimpeiro	- de 1 ano
		ANTÔNIO JOSÉ DE JESUS LIMA		52		1 a 5 anos
		MANOEL ARAÚJO SILVA		51		1 a 5 anos
		CLÁUDIO APALECIR	Masculino	28	Garimpeiro	- de 1 ano
		PATRIOTINO ALVES FERREIRA		44		1 a 5 anos
		PAULO CARVALHO DE OLIVEIRA		32		1 a 5 anos
GEANES DA SILVA FERREIRA	30	- de 1 ano				
DONIZETE PEREIRA DA SILVA	35	1 a 5 anos				
BAL-GAR-050	DARCY WINTER	DARCY WINTER	Masculino	40	Minerador	6 a 10 anos
		EVERALDO CAETANO	Masculino	41	Garimpeiro	1 a 5 anos
		SAULO MARTINS		31		1 a 5 anos
		MARCOS ANTONIO ALVES		50		1 a 5 anos
		VALDIVINO MOREIRA DOS ANJOS		43		- de 1 ano
		ORISVALDO SIANO MARTINS		70		1 a 5 anos
DEVANIR MARTINHÃO	44	Garimpeiro		- de 1 ano		
BAL-GAR-082	DEVANIR MARTINHÃO	TIAGO APARECIDO MARTINHÃO	Masculino	24	Gerente	1 a 5 anos
		DENILSON MATEUS GOMES DIAS		44	Garimpeiro	- de 1 ano
		CICERO CARLOS DA SILVA		47	Garimpeiro	1 a 5 anos
		WILLIAN WESLEY MOTA		26	Garimpeiro	1 a 5 anos
		GEZUÉ MATOS DOS SANTOS		44	Garimpeiro	1 a 5 anos
BAL-GAR-077	JORGE	JOÃO ARAÚJO DE SOUZA	Masculino	49	Garimpeiro	26 a 35 anos

ATIVIDADE PRODUTIVA DA POPULAÇÃO CADASTRADA, VINCULADA ÀS BALSAS DE GARIMPO						
Cód. de Identificação	Nome do Proprietário	População Cadastrada	Sexo	Idade (Anos)	Atividade	Tempo de Vínculo
BAL-GAR-077	JORGE	DAVID ROCHA E SILVA	Masculino	50	Garimpeiro	1 a 5 anos
		JOSÉ MOREIRA LIMA NETO		51		26 a 35 anos
BAL-GAR-011	JORGE APARECIDO DE LIMA SALVADOR	JORGE APARECIDO DE LIMA SALVADOR	Masculino	46	Garimpeiro	Menos de 1 ano
		LEANDRO PINHEIRO SALVADOR		26		Menos de 1 ano
		ATEVALDO SILVA CARVALHO		33		1 a 5 anos
		JOSÉ ALMIRO GOMES RODRIGUES		46		Menos de 1 ano
		LUIS BRASIL SOUSA NASCIMENTO		51		menos de 1 ano
		ROBERTO HENRIQUE CASTALDELLI		58		26 a 35 anos
BAL-GAR-014	JOSÉ ITAMIR DOS SANTOS	JOSÉ ITAMIR DOS SANTOS	Masculino	43	Garimpeiro	1 a 5 anos
		CARLITO BATISTA DA SILVA		51		Menos de 1 ano
		ARNALDO ALVES		43		1 a 5 anos
		JOACY SILVA LEMOS		50		1 a 5 anos
		ANANIAS VIEIRA PEREIRA		49		1 a 5 anos
		JOSÉ MARIA NUNES		43		Menos de 1 ano
		RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA		40		Menos de 1 ano
		RAIMUNDO LUIZ KONRATH		39		11 a 15 anos
BAL-GAR-013	LAIRTON LUIZ KONRATH	SANDRA REGINA DA SILVA KONRATH	Feminino	37	Do Lar	11 a 15 anos
		ESTEFANI REGINA KONRATH	Feminino	10	Estudante	-
		ROGER LUIZ KONRATH	Masculino	17	Estudante	-
		WELISON ALEX KONRATH		13	Estudante	-
		ANTONIO FERREIRA CARVALHO		52	Garimpeiro	6 a 10 anos
		RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA FEITOSA	39	Garimpeiro	1 a 5 anos	
		CARLOS PEREIRA SANTOS	37	Garimpeiro	1 a 5 anos	
		JULIO CESAR PASQUALINOTO	37	Garimpeiro	1 a 5 anos	
		JOSÉ MARTIN MENDONÇA	56	Garimpeiro	6 a 10 anos	
		VANDERLEI DOMINGUES DA SILVA	41	Masculino	41	Garimpeiro
LUIS CANDIDO DE SOUSA	56	1 a 5 anos				
BAL-GAR-004	VANDERLEI DOMINGUES DA SILVA	JOSÉIO GOMES DE SOUSA	Masculino	40	Garimpeiro	6 a 10 anos
		VOLMAR FERREIRA BRANDÃO		37		11 a 15 anos
		VALDECIR PEREIRA DIAS		46		26 a 35 anos
		DARY MANOEL DE SOUSA		50		6 a 10 anos
BAL-GAR-080	VOLMAR FERREIRA BRANDÃO	VALDECIR PEREIRA DIAS	Masculino	46	Garimpeiro	26 a 35 anos
		DARY MANOEL DE SOUSA		50		6 a 10 anos

ATIVIDADE PRODUTIVA DA POPULAÇÃO CADASTRADA, VINCULADA ÀS BALSAS DE GARIMPO						
Cód. de Identificação	Nome do Proprietário	População Cadastrada	Sexo	Idade (Anos)	Atividade	Tempo de Vínculo
BAL-GAR-080	VOLMAR FERREIRA BRANDÃO	ALESSANDRA SOARES DE SOUSA	Feminino	32	Cozinheira	1 a 5 anos
		ITELVÂNIO SOARES DE SOUSA	Masculino	14	-	-
		MILTO DOS SANTOS	Masculino	42	Garimpeiro	1 a 5 anos
		CARLOS DANIEL RAMOS DOS SANTOS	Masculino	13	Estudante	-
		EMILLY DANIELE RAMOS DOS SANTOS	Feminino	10	Estudante	-
		LUIZ HENRIQUE RAMOS DOOS SANTOS	Masculino	7	Estudante	-

TABELA 43 – Atividade produtiva da população cadastrada.

## 10 POUSADAS FLUTUANTES

As pousadas flutuantes possuem estruturas semelhantes às de uma casa de moradia. Construídas sobre tubos de aço, sem motor, são rebocadas com o auxílio de dois barcos e transportadas de lugar, conforme as cheias do rio. Não se prendem a um local fixo, ficam atracadas em ilhas ou às margens do rio, onde a água é mais tranqüila, amarradas com cordas, cabos de aço ou até mesmo âncoras.

São alugadas por pessoas de outras regiões para a prática da pesca esportiva no período em que a mesma é permitida (entre os meses de março e outubro). Em época de piracema (período de reprodução das espécies), quando a pesca está proibida (Novembro a Fevereiro), as pousadas flutuantes são para o uso de lazer das famílias e amigos (esquiar, tomar banho de rio, passar finais de semana, etc.).



FIGURA 28 – Pousada Flutuante localizada na AID da UHE Teles Pires.

### 10.1 IDENTIFICAÇÃO DAS POUSADAS FLUTUANTES

Considera-se potencialmente atingidas as pousadas flutuantes aportadas no rio Teles Pires, especificamente na área destinada ao reservatório da UHE Teles Pires, e a população entrevistada, a estas vinculadas.

#### a) Pousadas Flutuantes e Vinculados Cadastrados

A Tabela 44 apresenta o nome dos proprietários e entrevistados responsáveis pelas Pousadas Flutuantes. Na sequência desta, as Tabelas 45 e 46 apresentam os nomes dos vinculados, idade, renda mensal, atividade produtiva, tempo de vínculo, bem como a tipologia dos flutuantes.

Das 4 pousadas flutuantes cadastradas, a única com registro na marinha é a do Sr. Roberto Cesar Gracino. As demais não possuem documento de registro.

Considerando os proprietários e famílias cadastradas, estão envolvidas com essa atividade econômica 4 famílias, que totalizam 12 pessoas, vinculadas as pousadas flutuantes. A maioria

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

---

possui renda mensal declarada entre 2,5 e 5 salários mínimos, e tempo de vínculo com os flutuantes entre 6 e 10 anos. Todos os cadastrados residem no município de Paranaíta.

Os flutuantes foram caracterizados de acordo com seu tamanho, estrutura de acomodações, capacidade de hospedagem, entre outros. As embarcações variam entre 50 a 138 m<sup>2</sup> e a capacidade de hospedagem varia de dez a vinte pessoas. O aluguel fica em torno de R\$ 250,00 por dia. Essas embarcações também possuem cozinha e banheiro.



Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Item	PROPRIETÁRIOS E ENTREVISTADOS RESPONSÁVEIS PELAS POUSADAS FLUTUANTES					
	Identificação da Pousada Flutuante	Registro	Nome do Proprietário	Nome do Entrevistado	Vínculo do Entrevistado	Localidade
1	POUSADA FLUTUANTE EMANUELLE	REGISTRADA NA MARINHA	ROBERTO CESAR GRACINO	O MESMO	PROPRIETÁRIO	RIO TELES PIRES
2	POUSADA FLUTUANTE SANTOS GAZONE	NÃO POSSUI	WANDERLEY PEDRO P. DOS SANTOS	O MESMO	PROPRIETÁRIO	RIO TELES PIRES
3	POUSADA FLUTUANTE	NÃO POSSUI	MICHEL ALEXSANDRO FARIAS FRIZON	ASSIS FRIZON	PAI PROPRIETÁRIO	RIO TELES PIRES
4	POUSADA FLUTUANTE MARÉ ALTA	NÃO POSSUI	ROBSON ALBERTON DA SILVA	OTILIO RIBEIRO DA S. NETTO	PAI PROPRIETÁRIO	CAJUEIRO

**TABELA 44** – Proprietários e entrevistados responsáveis pelas Pousadas Flutuantes.

Item	Identificação da Pousada Flutuante	Proprietário	Família Vinculada	Sexo	Idade (anos)	Parentesco	Ativ. Produtiva	Renda	Tempo de Vínculo
1	POUSADA FLUTUANTE EMANUELLE	ROBERTO CESAR GRACINO	ROBERTO CESAR GRACINO	Masc.	56	Titular	Comerciante	2,5 a 5 SM	11 a 15 anos
2	POUSADA FLUTUANTE SANTOS GAZONE	WANDERLEY PEDRO PEREIRA DOS SANTOS	TERESINHA DO NASCIMENTO OLIVEIRA	Fem.	46	Cônjuge	Comerciante	5 a 10 SM	6 a 10 anos
			EMANUELLE GRACINO	Fem.	12	Filha	Estudante		
			WANDERLEY PEDRO PEREIRA DOS SANTOS	Masc.	58	Titular	Odontologista		
3	POUSADA FLUTUANTE	MICHEL ALEXSANDRO FARIAS FRIZON	MARILENE GAZONE PEREIRA DOS SANTOS	Fem.	45	Cônjuge	Empresária	2,5 a 5 SM	6 a 10 anos
			WILMAR GAZONE PEREIRA DOS SANTOS	Masc.	24	Filho	Empresário		
4	POUSADA FLUTUANTE MARÉ ALTA	ROBSON ALBERTON DA SILVA	MICHEL ALEXSANDRO FARIAS FRIZON	Masc.	29	Titular	Técnico de enfermagem	2,5 a 5 SM	6 a 10 anos
			VIVIAN DE JESUS FRIZON	Fem.	26	Cônjuge	Professor		
			ROBSON ALBERTON DA SILVA	Masc.	23	Titular	Comerciante		
TOTAL	4	12	OTILIO RIBEIRO DA SILVA NETTO	Masc.	45	Pai	Comerciante	2,5 a 5 SM	6 a 10 anos
			ANALICE ALBERTON DA SILVA	Fem.	41	Mãe	Comerciante		
			ANNE CAROLINE DA SILVA	Fem.	18	Irmã	Estudante		

**TABELA 45** – População cadastrada vinculada às Pousadas Flutuantes.

Item	Identificação da Pousada Flutuante	Nome do Proprietário	Tipologia	Tipo Esgoto	Lixo Doméstico	Abastecimento de Água	Área (m <sup>2</sup> )
1	POUSADA FLUTUANTE EMANUELLE	ROBERTO CESAR GRACINO	Madeira	Direto no rio	Coleta para a cidade	Água Mineral	138
2	POUSADA FLUTUANTE SANTOS GAZONE	WANDERLEY PEDRO P. DOS SANTOS	Madeira	Direto no rio	Coleta para a cidade	Água Mineral	96
3	POUSADA FLUTUANTE	MICHEL ALEXSANDRO FARIAS FRIZON	Madeira	Não informou	Coleta para a cidade	Água Mineral	60
4	POUSADA FLUTUANTE MARÉ ALTA	ROBSON ALBERTON DA SILVA	Madeira	Não informou	Coleta para a cidade	Água Mineral	50

**TABELA 46** – Características das Pousadas Flutuantes.

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório teve por objetivo a caracterização das famílias e das propriedades existentes na área potencialmente atingida pela UHE Teles Pires. Assim, as informações e análises contidas neste estudo são capazes de embasar futuros planejamentos e decisões de cunho socioeconômico referentes à área de estudo.

De acordo com informações do EIA/RIMA (2010), foram cadastrados um total de 162 estabelecimentos, dentre os quais, 109 estabelecimentos agropecuários (86 fazendas/sítios e 23 lotes no Assentamento São Pedro – INCRA), 8 ilhas de utilização antrópica, 15 balsas de garimpo fluvial de ouro, 1 balsa de travessia e 4 pousadas flutuantes.

O cadastro socioeconômico realizado em fevereiro de 2011 registrou a existência de 130 estabelecimentos, sendo 113 agropecuários (84 fazendas/sítios e 30 lotes no Assentamento São Pedro – INCRA), 8 ilhas de utilização antrópica, 5 pousadas flutuantes, 1 balsa de travessia, 2 balsas de garimpo e 1 sede de associação de pescadores esportistas – EPEP.

A Revisão do Cadastro Socioeconômico realizada no período de 26 de março a 01 de junho de 2012, em cumprimento ao Decreto 7.342/2010, de 26 de outubro de 2010, registrou **113 propriedades** rurais (parcial ou totalmente atingidas) divididas em 86 fazendas/sítios e 27 lotes no Assentamento São Pedro (INCRA), totalizando **250 famílias cadastradas<sup>12</sup>** e **356 moradores**.

Além destes, foram cadastrados 14 proprietários de benfeitorias existentes em ilhas de utilização antrópica e a população vinculada. Também foram registradas: 4 pousadas flutuantes, 1 balsa de travessia, 12 balsas de garimpo fluvial de ouro, 1 garimpo sequeiro (propriedade de Edmar Pereira), 1 sede de associação de pescadores esportistas – EPEP (propriedade de Wilson Ribeiro), 1 escola (propriedade de Hygino Hildebrando Pitelli Junior), 1 bar, 1 lanchonete, 1 bar e lanchonete e 2 pousadas, bem como, a população a elas vinculadas.

Destas 113 propriedades, 104 propriedades estão situadas no município de Paranaíta/MT e 09 em Jacareacanga/PA. Para melhor entendimento do exposto, haverá no final destas considerações, um quadro comparativo dos estabelecimentos cadastrados na AID, nas diferentes etapas de levantamento socioeconômico (Quadro 1).

No mais, foi identificado um número expressivo de propriedades que contêm casas residenciais, sendo habitadas ou não, porque, das 113 propriedades, 94 possuem casas, somando 197 casas ao todo. Deste total, verificou-se que 121 residências são de fato habitadas.

Em relação à condição legal das propriedades cadastradas, 23 possuem escritura registrada em Cartório e 20 possuem certidão do INCRA, configurando situação legal com a propriedade; as demais 70 propriedades apresentam outras formas de vínculo, sendo que 3 destas não informaram a respeito.

A população ausente soma, ao todo, 34 indivíduos. Esse grupo é constituído por pessoas que mantêm vínculos com as propriedades, geralmente os filhos dos proprietários. Os motivos

---

<sup>12</sup> A **população cadastrada** considera as **525 pessoas** vinculadas às 250 famílias, sendo 356 moradores e 169 não moradores, nas propriedades potencialmente atingidas pela UHE Teles Pires.

pelos quais estas pessoas se ausentaram das propriedades de seus familiares justificam-se pelo casamento, pela busca por emprego e pelo estudo, o que não deixa de ser uma estratégia de reprodução da unidade familiar.

Tratando-se da população residente, observa-se que a distribuição de faixa etária concentra-se entre os jovens adultos, com predominância da faixa etária entre os 36 a 59 anos de idade (37,6%) e entre os 18 a 35 anos de idade (24,4%).

Quanto à estratificação das áreas, as propriedades cadastradas estão organizadas em dois grupos: o primeiro representado por sítios e fazendas particulares de médio e grande porte, e o segundo representado por lotes do assentamento rural do INCRA (Assentamento São Pedro), caracterizado por uma estrutura fundiária de minifúndios.

A produção agropecuária desenvolvida por grande parte das propriedades cadastradas caracteriza-se, sobretudo, pela criação de bovinos. Outras produções também encontram podem ser encontradas nas propriedades, como o gado leiteiro, aves e caprinos. Essas atividades são complementares a renda familiar das famílias, além de benefícios previdenciários, trabalhos em outras propriedades rurais, comercialização da produção, entre outros.

O número de estudantes entre a população cadastrada também é significativo, com 75 indivíduos, representando 21%.

Identificou-se que, das 250 famílias cadastradas, 24 utilizam mão de obra temporária para auxiliar nas atividades produtivas, 19 utilizam mão de obra temporária e permanente, e 9 possuem mão de obra permanente. A forma de pagamento é realizada em dinheiro.

A utilização de crédito agrícola não se configura como uma opção comum entre estas famílias, já que, das 250 famílias cadastradas, 28 recorreram a este recurso no último ano, correspondendo a 11,3%. Entre as motivações que levaram à obtenção deste recurso, destaca-se o investimento na melhoria do rebanho.

Em relação ao uso da água do rio, as formas de utilização da água do rio declaradas pelos entrevistados se referem a dessedentação dos animais (38 propriedades) e recreação das famílias (12 propriedades). A irrigação não foi citada pelos entrevistados, constituindo, assim, um reflexo da produção pecuária nestas propriedades.

Identificou-se que, entre as 197 casas registradas, a água que as abastece provém predominantemente de poços artesianos, em 75 casas seguidas de poços tubulares, em 85 casas. As formas restantes de abastecimento configuram-se fonte natural, poço cacimba, entre outras. Nenhuma residência cadastrada possui abastecimento de água tratada, proveniente da rede pública.

Levando em consideração os dados apresentados, é possível perceber que as alterações na configuração e distribuição das famílias cadastradas, evidenciadas por meio das mudanças nos indicadores registrados entre o cadastro realizado em 2010 e sua atualização em 2011, e no presente ano de 2012 (configurando um leve acréscimo de 4,5% no número de propriedades),

ocorreram em função da dinâmica das famílias, podendo estar associadas à implantação do empreendimento.

Verificou-se que houve mudança em relação ao nome de proprietários em apenas duas áreas, a saber: Roberto Souza Sá passou a ser de Rosângela Saraiva de Arruda Sá; e Alípio Cândido da Silva passou a ser Espólio de Alípio Cândido da Silva. As demais áreas estão com os mesmos nomes de proprietários identificados no material de apoio encaminhado pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires.

Cabe informar que o Sr. Raul José da Silva está adquirindo a propriedade do Sr. Neri José Tochetto (código ETS-060) e foi cadastrado em razão dessa possível aquisição, conforme solicitação do empreendedor.

Por fim, sob análise do mapa utilizado em campo, a equipe técnica responsável, considerou que 5 propriedades não serão atingidas: Antonio Roque da Silva, Estanislau Lopes Queiroz, Josias Serra de Oliveira, Nestor Fortino da Silva, as quais não foram cadastradas.

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

QUADRO 1 – COMPARATIVO DE PROPRIEDADES, EDIFICAÇÕES E MORADORES CADASTRADOS NA AID DA UHE TELES PIRES									
Estabelecimentos/Propriedades	EIA/RIMA (2010)			Decreto 7.342/2010 CSE (2011)			Revisão do Cadastro Socioeconômico (2012)		
	Estabelecimento/Propriedades	Edificações	Moradores	Estabelecimento/Propriedades	Edificações	Moradores	Estabelecimento/Propriedades	Edificações	Moradores
<b>AGROPECUÁRIO</b>	109	NI	NI	113	41	30	113	197	356
Fazendas/Sítios	86	NI	NI	83	41	30	86	161	247
Assentamento São Pedro (INCRA)	23	NI	NI	30	NI	NI	27	36	109
<b>TURISMO E LAZER</b>	12	18	1	13	12	0	19	21	13
Ilhas com uso particular	7	7	1	7	7	-	13	14	13
Ilha da Fest Praia - sob concessão da Prefeitura Paranaíta	1	1	0	1	1	0	1	1	-
Pousadas Flutuantes	4	4	0	5	5	0	4	4	-
Pousadas	0	0	0	0	0	0	1	2	-
<b>TRANSPORTE FLUVIAL</b>	1	NSA	0	0	4	16	1	NSA	NSA
Balsa de travessia (Balsa do Cajueiro)	1	NSA	16	1	4	16	1	NSA	NSA
<b>GARIMPO FLUVIAL DE OURO</b>	15	NI	79	2	2	NI	12	1	66
Balsas de garimpo	15	NI	79	2	2	NI	12	1	66
<b>OUTROS</b>	0	0	0	1	2	8	6	5	5
Associação dos Pescadores Esportivos de Paranaíta - EPEP	0	0	0	1	2	8	1	1	-
Garimpo Sequieiro	0	0	0	0	0	0	1	1	6
Escola	0	0	0	0	0	0	1	1	-
Bar / Lanchonete / Bar e Restaurante	0	0	0	0	0	0	3	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>137</b>			<b>130</b>	<b>61</b>	<b>54</b>	<b>151</b>	<b>224</b>	<b>440</b>

Fonte: EIA/RIMA (EPE/LEME-CONCREMAT, 2010); Cadastro Socioeconômico – CSE (CHTP - 2011) e Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE (ETS - 2012).  
NI = Não informado / NSA = Não se aplica

## **12 REFERÊNCIAS**

ANJOS, Flávio S. dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Editora EGUFPEL, 2003, 374p.

EPE/LEME-CONCREMAT – **EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires**. Setembro de 2010.

JGP – Consultoria e Participações Ltda. **Cadastro Socioeconômico de Famílias e Propriedades Atingidas**. Fevereiro de 2011.

### **13 LISTA DE ANEXOS**

**ANEXO I:** Modelo do Questionário Socioeconômico aplicado.

**ANEXO II:** Mapa de localização das propriedades cadastradas.

**ANEXO III:** Relação da população cadastrada (moradores e não moradores).



**ANEXO I:** Modelo do Questionário Socioeconômico aplicado.

## QUESTIONÁRIO CADASTRO SOCIOECONÔMICO – UHE TELES PIRES

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

Código de identificação: \_\_\_\_\_ Grupo: \_\_\_\_\_

Nome do Proprietário (Apelido): \_\_\_\_\_

Nome do Entrevistado (Apelido): \_\_\_\_\_

O Entrevistado é:

( ) Proprietário/Posseiro      ( ) Ocupante      ( ) Parceiro/Meeiro      ( ) Filho do prop.

( ) Pai do proprietário      ( ) Arrendatário      ( ) Empregado      ( ) Agregado

( ) Filho do prop. e arrendatário      ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Endereço da Propriedade: \_\_\_\_\_

Nome da Propriedade: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

Município/Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Pessoa:      Física       Jurídica

Margem do rio: \_\_\_\_\_  Direita       Esquerda       Ilha

Seqüencial da Obra (GPS) \_\_\_\_\_

Responsáveis Técnicos:

Denise Marie Gerent – Assistente Social – Registro: CRESS SC 4475 – CTF IBAMA 3593910

Gisele Leopoldo – Engenheira Agrônoma – Registro: CREA 0857656 – CTF IBAMA 2372722

Cadastrador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Digitador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### 2. ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO: (Quando residir fora da propriedade)

O proprietário reside na propriedade?      Sim       Não

Endereço: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Obs.: \_\_\_\_\_

### 3. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

a) Área Total da Propriedade (ha): \_\_\_\_\_

Área atingida (ha): \_\_\_\_\_ Área remanescente<sup>1</sup> (ha): \_\_\_\_\_

b) A propriedade está situada na área:  Urbana  Rural

c) Finalidade principal da propriedade (múltipla escolha):

( ) Moradia ( ) Produção ( ) Comércio ( ) Turismo ( ) Serviços ( ) Lazer ( ) Não utiliza

d) Existe na propriedade:

( ) Cemitério ( ) Igreja ( ) Escola

( ) Posto de saúde ( ) Salão comunitário ( ) Nenhuma das alternativas

e) É assentado do INCRA?  Sim  Não

f) Qual o documento de comprovação de propriedade do imóvel?

- |  |
|--|
| 1) ( ) Contrato particular de compra e venda |
| 2) ( ) Documento de posse                    |
| 3) ( ) Escritura não registrada              |
| 4) ( ) Escritura registrada                  |
| 5) ( ) Nenhum documento                      |
| 6) ( ) Recibo de pagamento                   |
| 7) ( ) Requerimento de usucapião             |
| 8) ( ) Termo de doação                       |
| 9) ( ) Espólio                               |
| 10) ( ) Outros: _____                        |
| 12) ( ) Formulário do INCRA                  |
| 13) ( ) Contrato de arrendamento             |

**Pousada:** Possui Alvará de Licença?  
( ) Sim. Qual a validade: \_\_\_\_\_ ( ) Não

**Pousada Flutuante:** Possui registro?  
( ) Sim. Qual a forma de regulamentação? ( ) Não

**Balsa de ( ) Garimpo ( ) Travessia:** Possui registro?  
( ) Sim. Qual? ( ) Não

Em nome de quem? \_\_\_\_\_

Nº registro: \_\_\_\_\_

g) Documento abrange toda a área?  Sim  Não

h) Se a resposta for negativa, qual a área não incluída no documento? (ha) \_\_\_\_\_

i) A propriedade possui arrendatário(s)?  Sim  Não

j) Em caso afirmativo, descrever o nome do arrendatário e assinalar o tamanho da área arrendada:

< 20ha  Entre 20 e 100 ha  Entre 100 e 500 ha  Entre 500 e 1000 ha

> 1000 ha  Área total da propriedade

Possui contrato de arrendamento?  Sim  Não

k) A área arrendada está situada na área atingida?  Sim  Não

<sup>1</sup> Área que não será atingida pela cota de alagamento e de APP, ou seja, aquela que resta.







**b)** Número de cômodos da casa 1 (casa principal): \_\_\_\_\_

Se for pousada flutuante, qual a capacidade de hospedagem? \_\_\_\_\_

Valor da diária: R\$ \_\_\_\_\_ Em que época do ano aluga? \_\_\_\_\_

**c)** Área total da casa 1: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>

**d) Tipologia:**

- Alvenaria  
 Madeira  
 Mista  
 Outra \_\_\_\_\_

**e) Luz elétrica:**

- Sim  
 Não

**f) Abastecimento de água:**

- Rede pública  
 Poço artesiano  
 Poço tubular  
 Poço cacimba  
 Fonte natural (riacho)  
 Fonte natural (vertente)  
 Outra forma: \_\_\_\_\_

**e1)** Fonte de energia elétrica: ( ) Programa Luz no Campo ( ) PCH ( ) Grupo Gerador (motor)

**g) Esgoto:**

- A céu aberto  
 Fossa séptica  
 Fossa negra  
 Rede comunitária  
 Direto no rio

**h) Lixo doméstico:**

- Enterrado  
 Coleta pública  
 Queimado  
 Jogado no mato/roça

**i) Lixo tóxico (embalagens de agroquímicos)**

- Enterrado  
 Coleta pública  
 Queimado  
 Jogado no mato/roça  
 Devolvido local de compra  
 Não utiliza

**j) Disposição final dos resíduos produzidos pelos animais da propriedade:**

- Esterqueira  Adubo  Direto p/ o rio  N.S.A  Outros: \_\_\_\_\_

## 7. ACESSO E USOS DA ÁGUA

**a)** Quais as fontes de abastecimento de água da propriedade?

- Rio  Poço Cacimba  Poço Artesiano  Poço Tubular  Fonte  Rede pública

Outra forma: \_\_\_\_\_

**IMPORTANTE:** Pegar ponto de localização no GPS e fotografar o(s) local(is).

Ponto GPS: \_\_\_\_\_

Ponto GPS: \_\_\_\_\_

Ponto GPS: \_\_\_\_\_



b) Uso da água do rio:

Irrigação     Recreação     Dessedentação de animais     Não utiliza

c) Caso utilize a água para irrigação, este uso destina-se a qual cultivo?

---

---

Ocorre em que época do ano (mês)? \_\_\_\_\_

d) Propriedade possui acesso ao rio?

Sim     Não

e) Existe aguapé (plantas aquáticas) ou similar em algum local da propriedade?

Sim     Não

## 8. ATIVIDADE PESQUEIRA

a) Desenvolve atividade pesqueira?  Sim     Não

b) Esta atividade é:  Atividade comercial principal     Atividade comercial complementar  
 Lazer     Consumo Familiar

## 9. SAÚDE

a) Na propriedade, tem problemas com:

Aranha     Caramujos     Cobras     Morcegos     Moscas  
 Mosquitos     Muriçocas     Ratos     Sapos     Carrapato  
 Não tem

Outros \_\_\_\_\_

b) Doenças que já ocorreram na família:

Dengue     Doença respiratória     Doença mental     Derrame cardiovascular  
 Câncer     Tuberculose     Hanseníase     Malária  
 Febre Amarela     Não ocorreram doenças

Outras \_\_\_\_\_

c) Atendimento Médico mais utilizado pela família: (utilizar código de distância referente à questão “e”)

Tipo		Localidade	Município	Distância da propriedade
Particular				
Posto de Saúde				
Hospital				
Farmácia				
Outros:				

1. Muito próximo (Até 5 km)
2. Próximo (6 a 15 km)
3. Longe (16 a 30 km)
4. Muito longe (acima 30 km)

d) Distância da propriedade ao posto de saúde mais próximo: \_\_\_\_\_

e) Qual o Núcleo Comunitário mais próximo? \_\_\_\_\_

## 10. EDUCAÇÃO

a) Possui estudantes na família?  Sim  Não

Em caso afirmativo, identificar os membros da família que estudam e o local:

Nome do estudante	Série	Nome da Escola	Rede	Localidade	Município

Utiliza transporte escolar?  Sim  Não

Se a resposta for afirmativa, a qualidade do transporte é considerada:

( ) Ótima      ( ) Boa      ( ) Regular      ( ) Ruim      ( ) Péssima

Qual o tempo de deslocamento até a escola?

( ) < 10 min.      ( ) 10 a 40 min.      ( ) 40 a 60 min.      ( ) 90 min.      ( ) > 90 min.

b) Considera importante que seus filhos concluam os estudos?  Sim. Por quê?

- Melhor capacitação para administrar a propriedade rural;
- Aquisição de novos conhecimentos;
- Sair do trabalho da roça;
- Melhor capacitação para participar da vida comunitária;
- Outros: \_\_\_\_\_

Não. Por quê?

- Não adianta estudo para quem trabalha na roça;
- Continuar a estudar vai prejudicar o trabalho na roça;
- Para evitar a saída do trabalho na roça;
- Outros: \_\_\_\_\_

c) Alguém da família já realizou algum curso relacionado a:

- Administração Rural;
- Técnico Agrícola;
- Beneficiamento de produtos;
- Artesanato/Turismo;
- Outros: \_\_\_\_\_

Teria interesse em participar de algum curso de capacitação? ( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

d) Há possibilidade de seus filhos continuarem trabalhando na atividade agropecuária?

Sim  Não

d) Em caso negativo, justificar o motivo.

- Tamanho da propriedade
- Baixa renda
- Baixa produtividade
- Falta de alternativa
- Outro: \_\_\_\_\_

## 11. LAZER E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

a) Lazer que a família participa:

- |  |                                      |  |
|--|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Festas                | <input type="checkbox"/> Bailes      | <input type="checkbox"/> Bocha         |
| <input type="checkbox"/> Futebol               | <input type="checkbox"/> Cartas      | <input type="checkbox"/> Rodeio        |
| <input type="checkbox"/> Corrida de cavalo     | <input type="checkbox"/> Dominó      | <input type="checkbox"/> Pesca         |
| <input type="checkbox"/> Reuniões comunitárias | <input type="checkbox"/> Culto/Missa | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

**b)** Em sua opinião o que falta para o lazer e diversão no local/região:

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Quadra de esportes     | <input type="checkbox"/> Campo de Futebol  | <input type="checkbox"/> Bailes/Festas |
| <input type="checkbox"/> Rampa no rio p/ barcos | <input type="checkbox"/> Locais p/ a pesca | <input type="checkbox"/> Falta Tudo    |
| <input type="checkbox"/> Não falta nada         | <input type="checkbox"/> Outros: _____     |  |

**c)** Alguém da família participa de grupos comunitários?  Sim  Não

**d)** Caso a resposta seja positiva, quem da família?

- Chefe da família  Cônjuge  Filhos  Família  Outros \_\_\_\_\_

**e)** Qual o grupo comunitário?

- Associação comunitária  Clube de mães  Grupo de idosos  Grupo de jovens  
 Grupo de igreja  Outros: \_\_\_\_\_

**g)** Qual a rádio mais ouvida pela família? \_\_\_\_\_

**g)** Alguém da família lê jornal?

- Frequentemente  Raramente  Não lê

Qual? \_\_\_\_\_

## 12. RELIGIÃO

- |  |                                       |                                  |
|--|---------------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Católica                  | <input type="checkbox"/> Protestante  | <input type="checkbox"/> Ateu    |
| <input type="checkbox"/> Evangélica                | <input type="checkbox"/> Espírita     | <input type="checkbox"/> Budista |
| <input type="checkbox"/> Assembléia de Deus/Crente | <input type="checkbox"/> Outra: _____ |                                  |

## 13. ACESSIBILIDADE DA PROPRIEDADE

**1) A propriedade é servida por:**

**1-a)** Serviço de linha de ônibus?

- 1 - Sim, transporte escolar diariamente.  
2 - Sim, transporte público coletivo diariamente.  
3 - Sim, transporte público coletivo semanalmente.  
4 - Não.

**1-b) Serviço dos correios?**

- 1 - Sim  
 2 - Não

**1-c) Serviço telefônico?**

- 1 - Sim  
 2 - Não  
3 - Particular  
4 - Público  
5 - Celular

**2.a) Distância do Núcleo Urbano**

**Núcleo**

**Urbano:** \_\_\_\_\_

1. Próximo (até 30 km)  
 2. Longe (31 a 50 km)  
 3. Muito longe (acima de 51 km)

**2.b) Distância do Núcleo Comunitário:**

**Núcleo**

**Comunitário:** \_\_\_\_\_

1. Próximo (até 30 km)  
 2. Longe (31 a 50 km)  
 3. Muito longe (acima 51 km)

**2.c) Qualidade do acesso:**

- Péssimo (estrada sem cascalho), considerando ( ) período de seca ( ) período chuvoso  
 Ótimo (asfalto), considerando ( ) período de seca ( ) período chuvoso  
 Bom (estrada de terra, com manutenção) - ( ) período de seca ( ) período chuvoso  
 Regular (estrada de terra, sem manutenção) - ( ) período de seca ( ) período chuvoso

**2.d) Transporte utilizado pela família:**

- A pé  
 Carroça  
 Ônibus (coletivo)  
 Transporte escolar  
 Particular  
 Jirico

Outros: \_\_\_\_\_

**BLOCO 14. PROPRIETÁRIO RURAL** (Somente para quem respondeu RURAL no item 3.2).

Caso a propriedade seja **URBANA** passe direto para o **BLOCO 15**.

**14.A) PERFIL DA PROPRIEDADE**

1) A propriedade está sendo explorada?  Sim  Não

2) A área atingida permite exploração?  Sim  Não

Está sendo explorada?  Sim. Qual % de área: \_\_\_\_\_  Não

3) Se houver área remanescente, permite exploração?  Sim. Qual % de área: \_\_\_\_\_  Não

Está sendo explorada?  Sim. Qual % de área: \_\_\_\_\_  Não

4) A exploração desenvolvida na área atingida pode ser desenvolvida na área remanescente?

Sim. Qual % de área: \_\_\_\_\_  Não

5) Possui comércio na propriedade? Ex: bar, armazém, indústria, mercado, etc.

Sim  Não

Especificar o tipo: \_\_\_\_\_

Faturamento mensal bruto: R\$ \_\_\_\_\_

Nº de famílias que atende: \_\_\_\_\_

De quais localidades? \_\_\_\_\_

6) Nº de empregados da propriedade: \_\_\_\_\_

São pessoas da família

São pessoas da própria comunidade

São pessoas de comunidades vizinhas. Quais? \_\_\_\_\_

São pessoas de outra região. Qual? \_\_\_\_\_

7) Para qual localidade a família se dirige à procura de mercado, oficina mecânica, correio, lojas de calçados e vestuário, etc.? \_\_\_\_\_

8) Quantidade de benfeitorias existentes na propriedade:

Benfeitoria	Total	Próxima ao rio (nº)
Casa		
Galinheiro		
Chiqueiro		
Estábulo/Estrebaria		
Curral		
Alambique		
Engenho de Cana		
Casa de pesca		

Benfeitoria	Total	Próxima ao rio (nº)
Paio		
Galpão		
Açude		
Tanques p/ peixes		
Silo		
Outro:		

**9) Usos da terra na propriedade – Área de Cultivo:**

Tipo de Cultivo	Área (ha*)		Tempo de exploração	Total (ha)
	Atingida	Remanescente		
Lavoura temporária (soja, milho, feijão, etc.)				
Lavoura permanente (pomar, cupuaçu, pupunha, etc.)				
Área não utilizada (banhado, mata)				
Pastagem natural				
Pastagem plantada				
Reflorestamento (eucalipto, teka, ipê, etc.)				
Extrativismo (castanha, seringa, palmito, açai, buriti, etc.)				
<b>TOTAL (ha)</b>			-	

\*Valores aproximados

**10) Qual o sistema de Preparo, Plantio e Colheita utilizado na propriedade?**

Preparo do Solo		
<input type="checkbox"/> Tradicional	<input type="checkbox"/> Mecanizada	<input type="checkbox"/> Tração Animal
Plantio		
<input type="checkbox"/> Direto (a terra não é nua)	<input type="checkbox"/> Tradicional (revira a terra)	
Colheita		
<input type="checkbox"/> Manual	<input type="checkbox"/> Mecanizada	

**11) Máquinas e equipamentos utilizados:**

Equipamentos	Quantidade	Condição*
Arado		
Carro de Boi / Carroça		
Colheitadeira/ Ceifadeira		
Grade		
Trator		
Plantadeira		
Pulverizador		
Trilhadeira		
Outro:		

\*Código da Condição: 1. Alugado 2. Cedido 3. Próprio 4. Comunitário



12) Utiliza insumos agrícolas?

Inseticidas                       Herbicidas                       Fungicidas  
 Outros: \_\_\_\_\_

13) Utiliza fertilizantes e/ou corretivos?

Adubo Químico (NPK)                       Adubo Orgânico                       Calcário

**14.B) PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Quantidade da última safra)**

1) A propriedade possui produção agrícola?  Sim     Não

Plantação	Área plantada (ha)	Produção consumida	Produção vendida	Valor da venda (R\$)	Total da produção
Milho (saca)					
Feijão (saca)					
Soja (saca)					
Arroz (saca)					
Café (saca)					
Pupunha (unidade)					
Hortaliças (kg)					
Mandioca (tonelada)					
Cana de açúcar (t)					
Laranja (tonelada)					
Castanha (kg)					
Outro:					
<b>TOTAL</b>					

Principal destinatário da produção agrícola (nome/empresa e localidade): \_\_\_\_\_

Possui inscrição de Produtor Rural:  Sim     Não

**14.C) PRODUÇÃO PECUÁRIA (Produção anual)**

1) A propriedade possui produção pecuária?  Sim     Não

Tipo	Quantidade	Consumido	Comercializado	Valor da venda (R\$)
Bovinos de corte (cabeças)				
Bovinos de leite (cabeças)				
Suínos (cabeças)				
Aves (cabeças)				
Ovinos (cabeças)				
Caprino (cabeças)				
Outro:				

Principal destinatário da produção pecuária (nome/empresa e localidade): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 14.D) COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A produção da propriedade é comercializada para: (Identificar os nomes)

Cooperativa(s): \_\_\_\_\_

Comércio(s): \_\_\_\_\_

Indústria(s): \_\_\_\_\_

Qual a origem da matéria prima para atividade de beneficiamento (de onde vem?)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 14.E) OUTROS PRODUTOS E PRODUÇÃO

1) Produtos beneficiados pela família:

Produto	Valor da Venda Anual (R\$)	Comercializa
Mel		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Compota de doces		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Melado de Cana		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ovos		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Açúcar mascavo		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cachaça		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Sabão		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Outros:		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

2) Produção pecuária e derivados:

Produto	Valor da Venda Anual (R\$)	Comercializa
Banha		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Torresmo		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lingüiça		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Queijo		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Leite		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Manteiga		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Outro:		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

#### 14.F) MÃO DE OBRA NA PROPRIEDADE: (Além da família)

1) Utiliza outra mão de obra, sem ser da família, para auxiliar nas atividades da propriedade?

\* Em caso afirmativo, responder também o item 6 da página 12.

Sim, Temporária.

Sim, Permanente.

Não.

Sim, Temporária e permanente.

Se houver mão de obra permanente, os empregados possuem vínculo empregatício com o proprietário?

Sim  Não

2) Qual a forma de remuneração da mão de obra contratada?

Troca de serviços.

Dinheiro.

Outros: \_\_\_\_\_

#### 14.G) ASSOCIATIVISMO/INTEGRAÇÃO

1) Filia-se a algum sindicato?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

2) Filia-se a alguma cooperativa?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

3) Recebe assistência técnica?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

#### 14.H) CRÉDITO AGRÍCOLA

1) Obteve crédito agrícola no último ano?  Sim  Não

1.a) Se sim, qual?  Cooperativa  Incra  Pronaf  Banco da Amazônia

Banco do Brasil  Outro: \_\_\_\_\_

1.b) Crédito utilizado para:

Preparo do solo

Plantio

Obras e melhorias

Comercialização

Colheita

Equipamentos

Inseminação

Melhoria do rebanho

Outro: \_\_\_\_\_

1.c) Saldo devedor atual: R\$ \_\_\_\_\_

#### 14.I) RENDA FAMILIAR

1) A propriedade se constitui como única fonte de renda da família?  Sim  Não

1.a) Se não, quais as outras fontes de renda?

- Aposentadoria: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Venda de Produtos artesanais: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Trabalho em outras propriedades rurais: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Arrendamento de outras propriedades rurais: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Trabalho assalariado urbano: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Trabalho em comércio da região: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Bolsa Família: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_
- Outros: \_\_\_\_\_ Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

2) Qual a Renda Mensal da família?

- Menos de 1 SM  de 1-2 SM  de 2,5-5 SM  de 5-10 SM  + de 10 SM
- Não quis informar

#### BLOCO 15. PROPRIETÁRIO URBANO (Somente para quem respondeu URBANO no item 3.2).

1) Qual a Renda Mensal da família?

- Menos de 1 SM  de 1-2 SM  de 2,5-5 SM  de 5-10 SM  + de 10 SM
- Não quis informar

#### 16 BENS DOMÉSTICOS DA FAMÍLIA

1) Eletrodomésticos

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Rádio             | <input type="checkbox"/> Aparelho de Som                      |
| <input type="checkbox"/> Televisão P&B     | <input type="checkbox"/> Televisão a Cores                    |
| <input type="checkbox"/> Antena Parabólica | <input type="checkbox"/> Aparelho de DVD                      |
| <input type="checkbox"/> Telefone          | <input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupas              |
| <input type="checkbox"/> Fogão a Gás       | <input type="checkbox"/> Máquina de Secar Roupas (Centrífuga) |
| <input type="checkbox"/> Fogão a Lenha     | <input type="checkbox"/> Máquina Lavar Louça                  |
| <input type="checkbox"/> Geladeira         | <input type="checkbox"/> Filtro de Água                       |
| <input type="checkbox"/> Freezer           | <input type="checkbox"/> Forno Elétrico                       |
| <input type="checkbox"/> Liquidificador    | <input type="checkbox"/> Forno Metálico a Lenha               |
| <input type="checkbox"/> Batedeira         | <input type="checkbox"/> Forno de Barro                       |
| <input type="checkbox"/> Micro-ondas       | <input type="checkbox"/> Computador                           |

2) Possui veículo?  Sim  Não

Carro

Caminhonete

Motocicleta

Barco a ( ) motor ou ( ) sem motor

Caminhão

Jirico

## 17 . ASPECTOS PSICOLOGICOS E EXPECTATIVAS

1) Você está satisfeito com sua vida nesta propriedade? 1. Sim  2. Não

Por quê? (deverá ser justificado tanto para a resposta positiva quanto negativa)

---

---

---

2) Quais os planos futuros da família?

---

---

---

3) Acha que o empreendimento pode provocar alguma mudança nas condições de vida de sua família? Quais?

---

---

---

\*Tentar fazer essas questões de modo indireto, casual ao longo da entrevista.



18. CROQUI DA PROPRIEDADE E FOTOS (apontar área atingida e área remanescente):

---

Assinatura do Entrevistado



Código de Identificação da Propriedade: \_\_\_\_\_ Grupo: \_\_\_\_\_

Nome do Proprietário: \_\_\_\_\_

### 7.A) HABITAÇÃO E SANEAMENTO (CASA NÃO OCUPADA / SEM MORADOR)

Número da casa excedente<sup>1</sup> existente na propriedade (sem morador): \_\_\_\_\_

b) Número de cômodos na casa:

c) Área total da casa: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>

**d) Tipologia:**

Alvenaria

Madeira

Mista

Outra \_\_\_\_\_

**e) Luz elétrica:**

Sim

Não

**f) Abastecimento de água:**

Rede pública

Poço artesiano

Poço tubular

Poço cacimba

Fonte natural (riacho)

Fonte natural (vertente)

Outra forma: \_\_\_\_\_

**g) Esgoto:**

A céu aberto

Fossa séptica

Fossa negra

Rede comunitária

**h) Lixo doméstico:**

Enterrado

Coleta pública

Queimado

Jogado no mato/roça

**i) Lixo tóxico (embalagens de agroquímicos)**

Enterrado

Coleta pública

Queimado

Jogado no mato/roça

Devolvido local de compra

Não utiliza

<sup>1</sup> Este item se refere à casa excedente, de número 2, 3 ou 4, informada na página 5 deste questionário.

**e) Vínculo c/ a propriedade/balsa/ilha/pousada flutuante**

- 1) Proprietário
- 2) Posseiro
- 3) Arrendatário
- 4) Assalariado
- 5) Agregado
- 6) Parceiro/Meeiro
- 7) Parente ou cônjuge do proprietário
- 8) Parente ou cônjuge do arrendat/parceiro
- 9) Parente ou cônjuge do posseiro
- 10) Parente ou cônjuge do assalariado
- 11) Parente ou cônjuge do agregado
- 12) Herdeiro
- 13) Residente (só mora)
- 14) Gerente/administrador
- 15) Outros

**f) Parentesco com o titular**

- 1) Titular
- 2) Cônjuge
- 3) Filho (a) enteado (a)
- 4) Irmão
- 5) Pais
- 6) Sogro
- 7) Avós
- 8) Genros/noras
- 9) Netos (as)
- 10) Cunhados
- 11) Primos
- 12) Sobrinhos
- 13) Tios
- 14) Não há parentesco

**i) Estado civil**

- 1) Casado
- 2) Amasiado/juntado
- 3) Solteiro
- 4) Desquitado/separado
- 5) Viúvo

**j) Escolaridade**

- 1) Analfabeto
- 2) Assina o nome
- 3) Ainda não estuda (menor de 3 anos)
- 4) Creche
- 5) Cursando pré-primário
- 6) Cursando 1ª a 4ª série
- 7) 1ª a 4ª série incompleta
- 8) 1ª a 4ª série completo
- 9) Cursando 5ª a 9ª série
- 10) 5ª a 8ª série incompleta
- 11) 5ª a 8ª série completo
- 12) Cursando Ensino Médio
- 13) Ensino Médio completo
- 14) Ensino Médio incompleto
- 15) Cursando Superior
- 16) Superior incompleto
- 17) Superior completo
- 18) Cursando supletivo
- 19) Supletivo incompleto
- 20) Supletivo completo
- 21) Não sabe/não declarado
- 22) Outros

**l) Local de Trabalho**

- 1) Trabalha na propriedade
- 2) Trabalha nesta e em outra prop. atingida
- 3) Trabalha nesta e em outra prop. não atingida
- 4) Trabalha em outra prop. atingida
- 5) Trabalha em outra prop. não atingida
- 6) Trabalha na área urbana
- 7) Trabalha na Balsa de Garimpo
- 8) Trabalha no Garimpo sequeiro
- 9) Não trabalha
- 10) Outros

**m) Tempo de vínculo com a propriedade.**

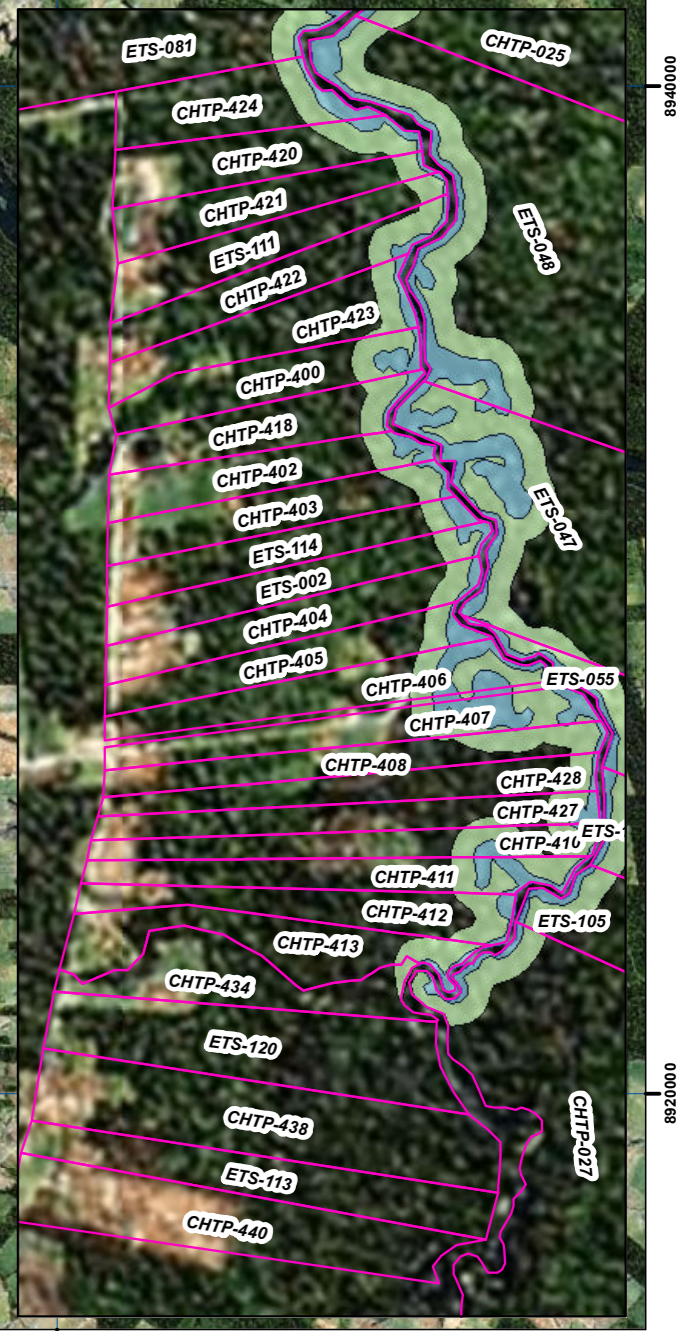
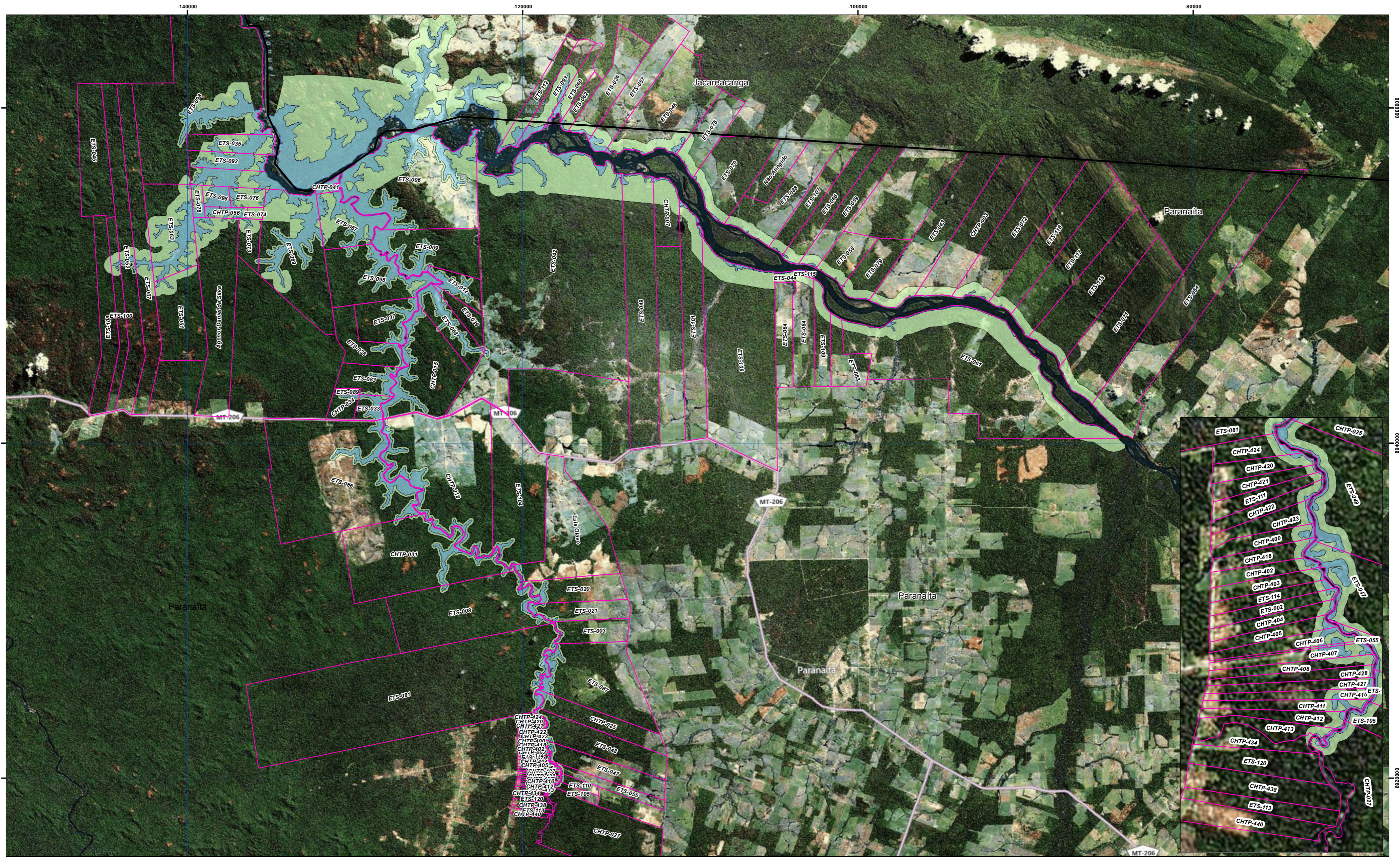
- 1) Menos de 1 ano
- 2) 1 a 5 anos
- 3) 6 a 10 anos
- 4) 11 a 15 anos
- 5) 16 a 25 anos
- 6) 26 a 35 anos
- 7) Mais de 35 anos

**n) Forma empregatícia**

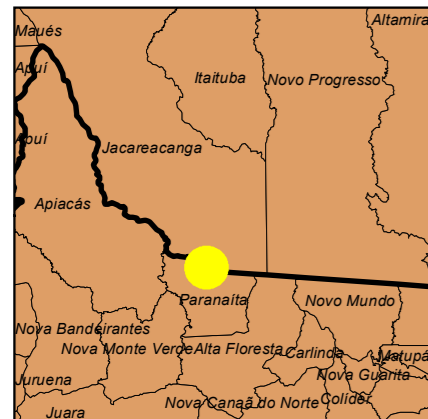
- 1) Produtor rural – proprietário
- 2) Produtor rural – parceiro (meeiro, terceiro)
- 3) Produtor rural – arrendatário
- 4) Do lar
- 5) Em idade escolar
- 6) Empregado permanente c/cart. assinada
- 7) Empregado permanente s/cart.assinada
- 8) Empregado temporário (diarista)
- 9) Autônomo
- 10) Trabalhador não remunerado da família
- 11) Desempregado
- 12) Não trabalha (inativo)
- 13) Aposentado/pensionista
- 14) Vive de juros
- 15) Locador de imóveis
- 16) Outros

**ANEXO II:** Mapa de localização das propriedades cadastradas.



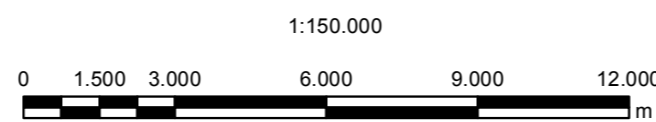


LOCALIZAÇÃO REGIONAL  
Entre Pará e Mato Grosso



**Legenda**

- Limites Municipais
- Limite das Propriedades
- APP
- Área de Reservatório



Sistema de Projeção UTM  
 Datum Horizontal SIRGAS 2000  
 Datum Vertical Imbuza-SC  
 Meridiano Central 51°W / Fuso 22 Sul  
 Latitude: 27°34'44,96350" S  
 Longitude: 50°53'31,85079" W  
 Data: 07/07/2008  
 Coeficiente de Escala (K): 0,99980140  
 Convergência Meridiana (c): 0°02'59,7030"  
 Declinação Magnética (d): -16°33'01"  
 Variação Anual: -0°07'59"

<b>UHE TELES PIRES</b>			
<b>UHE TELES PIRES</b>		<b>MAPA DE DELIMITAÇÃO DAS PROPRIEDADES</b>	
<b>Fase de Implantação</b>		ESCALA: <b>1:150.000</b>	Responsável Técnico:
MUNICÍPIOS: PARANAÍTA/MT E JACAREACANGA/PA		DATA: <b>22/08/2012</b>	<b>FABIAN BUSNARDO DOS SANTOS</b> ENGº AGRÔNOMO CREA/SC: 089.285-4
APROVADO POR:	DATA:	DESENHISTA: <b>JULIANA</b>	
		CONTRATO: <b>045.20</b>	Nº DES.: <b>UHETP-001</b>



**ANEXO III:** Relação da população cadastrada (moradores e não moradores).

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

Cód. de Identificação	Proprietário	Família	Morador	Posição Familiar	Reside na propriedade	Localidade	Município
ETS-066	ADEMAR FRANCISCO DUTRA	1	ADEMAR FRANCISCO DUTRA	Titular	Não	AGRODITO	Jacareacanga
		1	ADEMAR FRANCISCO DUTRA	Titular	Sim	AGRODITO	Jacareacanga
ETS-107	ADEMAR FRANCISCO DUTRA	2	ADRIANO ROBERTO JOCHIMS	Titular	Não	AGRODITO	Jacareacanga
			RAIMUNDO NONATO QUEIROZ MINEIRO	Titular	Sim	AGRODITO	Jacareacanga
		3	GERLENE BORGES MINEIRO	Cônjuge	Sim	AGRODITO	Jacareacanga
ETS-009	AGENOR DANIEL DA SILVA		DIEGO BORGES MINEIRO	Filho(a) enteado(a)	Sim	AGRODITO	Jacareacanga
			LAERCIO DANTES MINEIRO	Filho(a) enteado(a)	Sim	AGRODITO	Jacareacanga
		1	TAIS BORGES MINEIRO	Filho(a) enteado(a)	Sim	AGRODITO	Jacareacanga
CHTP-034	ALICE ESCOLÁSTICA DAS DORES		AGENOR DANIEL DA SILVA	Titular	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta
		1	LUCINEIDE PARREIRA FLAGRA	Cônjuge	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta
ETS-021	ALTAIR JOSÉ NODARI		ALICE ESCOLÁSTICA DAS DORES	Titular	Sim	COMUNIDADE BEIRA RIO	Paranaíta
			SÍLVIO FLÁVIO SOARES	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE BEIRA RIO	Paranaíta
			ALTAIR JOSÉ NODARI	Cônjuge	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
		1	CELINA NODARI	Cônjuge	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
			CRISTINA NODARI	Filho(a) enteado(a)	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
			DENIS JOSÉ NODARI	Filho(a) enteado(a)	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
			ADENILSON DA SILVA CAMPO	Titular	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
		2	ELISANGELA SUSANA MARTINS	Cônjuge	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
			GEOVANA MARTINS DOMINGOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
			RAFAEL MARTINS CAMPOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
ETS-057	ALVARO TAVARES	1	ALVARO TAVARES	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
			MARIA CERLY TAVARES	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		2	VALDINEI DA SILVA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
ETS-035	AMAURI JOSÉ RODIO		ADRIELI DA CRUZ DIAS	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
			CAUJAN VICTOR DIAS DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		3	ALEX DE LIMA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
ETS-071	ANDRÉ LUIZ PACH	1	ERICA GABRIELLI DO ESPIRITO SANTO	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		2	AMAURI JOSÉ RODIO	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-071	ANDRÉ LUIZ PACH	1	NERI PAULO RODIO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
		2	ANDRÉ LUIZ PACHE	Titular	Não	VACA BRANCA	Jacareacanga
		3	HERMELINDA VIEIRA PACHE	Pais	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			ROSALVO LEONARDO DOS SANTOS	Titular	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

			SANTA ILDA PEREIRA DOS SANTOS	Cônjuge	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			MARIO PEREIRA DOS SANTOS	Titular	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			ANA CÉLIA DE SOUZA	Cônjuge	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
	4		DANIEL PEREIRA SOUZA SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			MUNIQUE PEREIRA SOUZA SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			NICOLE PEREIRA SOUZA SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			VALDECI DA GLÓRIA DE SOUZA	Sogro	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga
			ANDRÉ PIMENTEL DA SILVA	Titular	Sim	RIO JORDÃO	Paranaíta
			HELENA PIMENTEL DA SILVA	Pais	Sim	RIO JORDÃO	Paranaíta
CHTP-410		1	JOSÉ MARIO PIMENTEL DA SILVA	Pais	Sim	RIO JORDÃO	Paranaíta
			PABLO VINICIUS LIMA DA SILVA	Sobrinhos	Sim	RIO JORDÃO	Paranaíta
			PAULO VENAÇO LIMA DA SILVA	Sobrinhos	Sim	RIO JORDÃO	Paranaíta
ETS-002		1	JOSÉ RAIMUNDO BARBOSA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			ANTONIA LUIZA BARBOSA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-068		1	ANTÔNIO ACORDE	Titular	Não	GLEBA P 8	Paranaíta
			ANTÔNIO OLIVEIRA FILHO	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
CHTP-438		1	MARIA RITA PIGOSO DE OLIVEIRA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			DOUGLAS DE OLIVEIRA MURARU	Netos (as)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			APARECIDO ERNESTO PIGOSO	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
	2		ERNESTO PIGOSO	Pais	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			APARECIDO LOPES DE CAMARGO	Titular	Não	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
ETS-020		1	HAROLDLO LOPES CARMARGO	Filho(a) enteado(a)	Sim	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
			ELIANE CRISTINA GOMES	Genros/noras	Sim	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
			MARCOS APARECIDO DE SOUZA	Titular	Sim	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
	2		SIRLANDIA MUNIZ DE SOUZA	Cônjuge	Sim	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
			ITOR BRUNO MUNIZ DE SOUZA	Filho(a) enteado(a)	Sim	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
			MAÍRA MUNIZ DE SOUZA	Filho(a) enteado(a)	Sim	VICINAL 3º OESTE	Paranaíta
CHTP-405		1	APOLINÁRIO JORGE DE OLIVEIRA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			LUZETE FRANCISCO DE ALMEIDA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
CHTP-421		1	ARMANDO CAMARA DE SOUZA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			ELIA DE SOUZA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
CHTP-037		1	BENEDITO AMÂNCIO NAZÁRIO FILHO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
			TATIANE COVARTE DOERNER	Titular	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
ETS-115		1	RODRIGO DOERNER	Cônjuge	Não	CAJUEIRO	Paranaíta



Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

				Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
	2	OLIVIR PORPERIO DOS SANTOS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
		EDENA WILCZAK	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
		ENILTON PORPERIO DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
		REGIANE PORPERIO DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
	3	RAIMUNDO NONATO MIRANDA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
	4	WILSON SILVA ANDRADE	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
	5	JOSIVALDO COSMO	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
	6	UBERANI CLÉSIO SERRA TEIXEIRA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta	
CHTP-027	1	CIRINO HARTWIG	Titular	Não	RIO JORDÃO	Paranaíta	
ETS-045	1	CLAÚDIO BOFFO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta	
		DIEGO AUGUSTO BOFFO	Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta	
		CLEUNICE MARIA ALVES DA SILVA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
		ADRIANO ALVES DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
		ALDINEI ALVES DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
	1	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
		LEONIZIA ROSA DE OLIVEIRA	Pais	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
		ARINALDO ALVES DE OLIVEIRA	Irmão	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
		CLÓVIS PATEL	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
	1	MARIA DE LURDES GAMBA PATEL	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
		LUCIANO PATEL	Filho(a) enteado(a)	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
	2	SEBASTIÃO SOARES DE OLIVEIRA	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
		FRANCIMAR ANDRADE OLIVEIRA	Cônjuge	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
	3	VALDÍCIO OLIVEIRA FERREIRA	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
		DAVID DIVINO BATISTA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
CHTP-422	1	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS BATISTA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
		REGIANE DOS SANTOS BATISTA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
	1	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta	
ETS-076	2	EXPEDITO FRANCISCO DA SILVA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta	
		DIRCEU MICHAECZESZEN	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta	
	1	IRENE LOPES DE AZEVEDO	Cônjuge	Não	MANDACARU	Paranaíta	
ETS-096	2	JOSE RODRIGUIS DE SOUZA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta	
	1	MÁRIO LUIZ BREDA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
	2	WILSON DE SOUSA BERNADIN	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	
ETS-072	3	JOSÉ MENDES	Não há parentesco	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga	

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

ETS-092	EDER CLEITON PELOI	1	EDER CLEITON PELOI	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
CHTP-007	EDMAR PEREIRA	1	EDMAR PEREIRA	Titular	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		2	JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		3	CARLOS HENRIQUE DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		4	EDIVALDO DOS SANTOS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		5	JOSÉ CÍCERO DE OLIVEIRA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		6	CLEONICEA DA SILVA DIAS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
CHTP-403	ELIAS DA SILVA	1	ELIAS DA SILVA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			LUCIA PAULA DA SILVA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			GEREMIAS ROCK DA SILVA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-113	ELIZEU MOREIRA DA SILVA	2	VALDINEIA DE PAULA DA SILVA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			LILIA DA SILVA DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			LUDIMILA DA SILVA COSTA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			MICHEL DA SILVA COSTA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		1	ELIZEU MOREIRA DA SILVA	Titular	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
CHTP-412	ESMAEL LUIZ PEREIRA	1	JOÃO MARTINS DA CRUZ	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			CLEUNICEMENDES DA CRUZ	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		2	CLAUDIA MARTINS DA CRUZ	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			LAERCIO MARTINS DA CRUZ	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			PEDRO HENRIQUE MARTINS	Netos (as)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			ESMAEL LUIZ PEREIRA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-064	ESPÓLIO AUGUSTINHO DE ANDRADE	1	MARIA DE ALMEIDA PEREIRA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			ODIRLEY DE LUIZ PEREIRA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		2	LEONEL SILVA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			GUILHERME PEREIRA DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-061	ESPÓLIO DE ALIPIO CÂNDIDO DA SILVA	1	LARISSA PEREIRA DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			SOLANGE LUIZ PEREIRA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		2	JOSÉ CARLOS LIBORIO	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
ETS-061	ESPÓLIO DE ALIPIO CÂNDIDO DA SILVA	1	SERGIO JOSÉ ANDRADE	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			SEBASTIANA NÍVIA DA SILVA BATISTA	Filho(a) enteado(a)	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
ETS-061	ESPÓLIO DE ALIPIO CÂNDIDO DA SILVA	1	MARIA DE LOURDES DA SILVA REIS	Titular	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		2	JOSÉ EDUARDO ROSÁRIO DOS REIS	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
ETS-061	ESPÓLIO DE ALIPIO CÂNDIDO DA SILVA	1	ANGELICA NIZA DA SILVA DOS REIS	Filho(a) enteado(a)	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		2	PEDRO PAULO ROSÁRIO DOS REIS	Cunhados	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

		GUSTAVO TAVARES	Não há parentesco	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		JOÃO	Não há parentesco	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
3		ARMANDO CÂNDIDO DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
4		ODAIR RIBEIRO DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
5		JULIO CÂNDIDO DOS ANJOS SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
6		PEDRO PAULO ROSÁRIO DOS REIS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
7		RAIMUNDO NONATO DE SOUSA LEITE	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
8		ANTÔNIO LAURO SOBRINHO	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		MARIA HELENA PEDROSO	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		LEIZIANE PEDROSA	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		LEANDRO SBOMPATO	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
9		ANA PAULA MALHADO SBOMPATO	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		ANA VITÓRIA MALHADO SBOMPATO	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		EMERSON CÂNDIDO DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		LUCIANA SOUZA LEITE	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
10		CARLOS HENRIQUE S. CÂNDIDO DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		EMILLY S. CÂNDIDO DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
11		ROBERTO PETRY	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
12		JOSE LIMA DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
13		REGINALDO CARDOSO DA COSTA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
14		VALDENOR CÂNDIDO DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
15		CICERO FERNANDES	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
16		SEBASTIÃO RODRIGUES	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
17		ANTONIO NILSON DA SILVA COUTINHO	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
18		BENEDITO LISBOA DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
19		OSMAR DA LUZ SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
		GILBERTO JOSÉ DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
20		IRACIR PEREIRA DOS SANTOS	Cônjuge	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		JOÃO COSTA DE SOUSA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
21		MARIA DORALICE FEITOSA DA SILVA	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
1	ESPÓLIO ITAMAR APARECIDO MOREIRA	CLARICE DE OLIVEIRA ESTROIS MOREIRA	Titular	Não	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
		RAFAEL ESTROIS MOREIRA	Filho(a) enteado(a)	Não	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
2		DELSON PEDRO DE LIMA	Titular	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
		LECILDO DAVIDE LIMA	Cônjuge	Não	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

		TIAGO PEDRO DE LIMA	Filho(a) enteado(a)	Não	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
ETS-088	3	ALMIRO SCARPARO	Titular	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
	4	MÁRCIO VALENTIM	Titular	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
	1	EURIPIDES DO PRADO JUNQUEIRA	Titular	Não	AGRODITO	Jacareacanga
	2	MARIA ELENA RODRIGUES JUNQUEIRA ANIVALDO PAULINO DE AUIAR LUCIANA ALVES DA SILVA DIEGO DA SILVA AGUIAR	Cônjuge Titular Cônjuge Filho(a) enteado(a)	Não Sim Sim Sim	AGRODITO AGRODITO AGRODITO AGRODITO	Jacareacanga Jacareacanga Jacareacanga Jacareacanga
ETS-047	1	FAUSTO RICHTER	Titular	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
	2	JOSÉ BENEDITO SANTOS FIDELLI	Titular	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
ETS-104	1	FAUSTO RICHTER	Titular	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
	1	FERNANDO ANTONIO VIEIRA	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
	2	REGINALDO CLIRIO DOS SANTOS	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
	3	JONE APARECIDO DE SOUZA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-120	4	JAIR DE SOUZA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
	1	MARIA DOLORES MORAES DE SOUZA FRANCISCO DIAS MOURA	Cônjuge Titular	Sim Sim	MANDACARU ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta Paranaíta
	1	TEREZINHA BATISTA DOS SANTOS MOURA	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
	1	TATIANE DOS SANTOS MOURA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
CHTP-413	1	IZAQUE TABORDA	Genros/noras	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
	1	GELAINÉ SHOMPATO STRADA DIONE STRADA	Titular Cônjuge	Não Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-112	1	GENEIS DUTRA DE OLIVEIRA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
	1	LUCAS DUTRA DE OLIVEIRA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-108	1	GEOVAN NOGUEIRA DE LIMA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
	2	MARIA SOCORRO DE LIMA GILBERTO VIRGINO DE SOUZA	Cônjuge Titular	Não Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
CHTP-427	1	CARLOS ROBERTO MARTINS DA SILVA FRANCISCA ELIANE AUGUSTO	Titular Cônjuge	Sim Sim	MANDACARU	Paranaíta
	1	GILSON MARTINS DA CRUZ	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-054	1	BEMVINA RUIVO ALVES HÉLIO GERALDO CHIODELLI	Cônjuge Titular	Sim Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Jacareacanga
	2	FABIANO SOUZA CARNEIRO	Titular	Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

ETS-083	HIGINO DE SOUZA OLIVEIRA	1	ROSIMEIRE MOREIRA DE BRITO										Jacareacanga
			ELIO BATISTA DA SILVA		Titular		Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga				
			ROSICLÉIA DA SILVA FRANKS		Cônjuge		Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga				
			EVERTON FRANKS DA SILVA		Filho(a) enteado(a)		Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga				
ETS-038	HUMBERTO CARLOS CAMPOS	1	RAFAEL LEITE DA SILVA		Titular		Sim	VACA BRANCA	Jacareacanga				
			HIGINO DE SOUZA OLIVEIRA		Titular		Não	MANDACARU	Paranaíta				
ETS-086	HUMBERTO CARLOS CAMPOS	1	ACÁCIO GOMES DE SOUZA		Titular		Sim	MANDACARU	Paranaíta				
			HUMBERTO CARLOS CAMPOS		Titular		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			ROSÂNGELA APARECIDA BOLONHEZI CAMPOS		Cônjuge		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			FRANCIELLE DA SILVA PEREIRA		Cônjuge		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			HYGINO HILDEBRANDO PITELLI JUNIOR		Titular		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			EDUARDO VIEIRA		Titular		Sim	MANDACARU	Paranaíta				
			MARCIA CRISTINA DE SOUSA		Cônjuge		Sim	MANDACARU	Paranaíta				
			GUSTAVO DE SOUSA VIEIRA		Filho(a) enteado(a)		Sim	MANDACARU	Paranaíta				
			MILENE DE SOUSA VIEIRA		Filho(a) enteado(a)		Sim	MANDACARU	Paranaíta				
			ROSEMARY APARECIDA CRUZ LOPES		Titular		Não	MANDACARU	Paranaíta				
ETS-086	HYGINO HILDEBRANDO PITELLI JUNIOR	2	VAUQUIR FRANCISCO LOPES		Cônjuge		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA LOPES		Netos (as)		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			RAMO FRANCISCO LOPES		Filho(a) enteado(a)		Não	MANDACARU	Paranaíta				
CHTP-434	IRANI CANDIDO DE SOUZA	1	VAUQUIR FRANCISCO LOPES FILHO		Filho(a) enteado(a)		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			MARIA DE LOURDES GOMES COSTA		Titular		Sim	MANDACARU	Paranaíta				
			IRANI CÂNDIDO DE SOUZA		Titular		Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta				
			ILDECI DIAS DE SOUZA		Cônjuge		Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta				
			ERIANE DE SOUSA PEREIRA		Titular		Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta				
			MARCOS ALVES PEREIRA		Cônjuge		Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta				
			MARCOS ANTONIO SOUSA PEREIRA		Filho(a) enteado(a)		Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta				
			NATALIA DE SOUSA PEREIRA		Filho(a) enteado(a)		Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta				
			JOÃO CARVALHO		Titular		Não	MANDACARU	Paranaíta				
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO		Cônjuge		Não	MANDACARU	Paranaíta				
CHTP-041	JOÃO CARVALHO	1											

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

				Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta
CHTP-056	JOÃO CARVALHO	1	VALDECIR ALVES JOÃO CARVALHO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO	Cônjuge	Não	MANDACARU	Paranaíta
			VALDECIR ALVES	Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta
ETS-051	JOÃO CARVALHO	1	JOÃO CARVALHO	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-063	JOÃO CARVALHO	1	VALDECIR ALVES	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta
			JOÃO CARVALHO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO	Cônjuge	Não	MANDACARU	Paranaíta
ETS-073	JOÃO CARVALHO	1	VALDECIR ALVES	Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta
			JOÃO CARVALHO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO	Cônjuge	Não	MANDACARU	Paranaíta
ETS-074	JOÃO CARVALHO	1	VALDECIR ALVES	Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta
			JOÃO CARVALHO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO	Cônjuge	Não	MANDACARU	Paranaíta
ETS-078	JOÃO CARVALHO	1	VALDECIR ALVES	Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta
			JOÃO CARVALHO	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta
			ODELIRA FREGHETTO DE CARVALHO	Cônjuge	Não	MANDACARU	Paranaíta
			VALDECIR ALVES	Filho(a) enteado(a)	Não	MANDACARU	Paranaíta
		1	JOÃO DOS SANTOS LOPES CARRASCO	Titular	Sim	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
			VANDA SUELI DAM	Cônjuge	Não	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
			JOSÉ GABRIEL CARRASCO LOPES	Irmão	Sim	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
ETS-006	JOÃO DOS SANTOS LOPES CARRASCO	2	CARLOS ROBERTO MOROTTI	Titular	Não	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
			THIAGO ROBERTO MOROTTI	Titular	Não	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
		3	JERONIMO HELENO DA SILVA	Titular	Sim	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
			LUCIENE RODRIGUES DOS SANTOS DA SILVA	Cônjuge	Sim	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
ETS-070	JOEL VICENTE CORREA	1	JOEL VICENTE CORREA	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		2	ISAC VICENTE CORREA	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		3	MANOEL FERRAGEM DOS SANTOS	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga



Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

					ROSENILDA DOS SANTOS							SÃO BENEDITO	Jacareacanga
					JOSÉ ALVES DOS SANTOS							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					TEREZINHA ALVES DOS SANTOS							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					DEILANE ALVES DOS SANTOS							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					DELICIONE ALVES DOS SANTOS							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					DELIELTON ALVES DOS SANTOS							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					ELOÁ KAUANE DOS SANTOS ROSSO							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					LEOPOLDO MARINO CHISNER							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					ANGÉLICA DE SOUZA ROSSO							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					JOSÉ ALVES MOTA							MANDACARU	Paranaíta
					ORLANDINA BRIVIS							MANDACARU	Paranaíta
					JOSÉ BANDEIRA DA SILVA							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					NEUSA MARTINS FARIAS							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					JOSÉ DO NASCIMENTO							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					LUZIA CÂNDIDA DA SILVA							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					JOSÉ GIMENEZ VIANA FILHO							PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta
					ALBA VALÉRIA GOMES DE MELO VIEIRA							PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta
					MAYLA GIMENES DE MELO							PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta
					NAYARA GIMENES DE MELO							PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta
					JOSÉ MARIO GUEDES							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					LAUDEMIRA JANKI GUEDES							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					ARIEL JANKI GUJEDES							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					JOSUEL JANKI GUEDES							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					SAULO GABRIEL JAGUEDES							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					JOSÉ PAULO DOS SANTOS							CAJUEIRO	Paranaíta
					MARIA APARECIDA PRADO DOS SANTOS							CAJUEIRO	Paranaíta
					JOSÉ TEIXEIRA CHAVES							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
					JOSÉ VALDOMIRO VOLPE ( ZÉ MAGRO)							MANDACARU	Paranaíta
					MARIA GORETTE ALVES VOLPE							MANDACARU	Paranaíta

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

				Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-049	LUCINEIDE PARREIRA FRAGA	2	JUVENAL MUNIZ DE MELO	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
			NEUCI DA SILVA MELO	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		3	BRUNA ELOIZA DA SILVA MELO	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-033	LUCINEIDE PARREIRA FRAGA		DINELSO BEZERRA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		1	LUCINEIDE PARREIRA FRAGA	Titular	Não	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
			AGENOR DANIEL DA SILVA	Cônjuge	Não	FAZENDA PONTAL	Paranaíta
ETS-069	LUIZ ROBERTO PAVÉS	1	ARIVALNIL FERNANDES (SÓCIO)	Titular	Não	COMUNIDADE GETÚLIO VARGAS	Paranaíta
			LUIZ ROBERTO PAVÉS	Titular	Não	COMUNIDADE GETÚLIO VARGAS	Paranaíta
ETS-069	LUIZ CARLOS EVANGELISTA	1	LUIZMAR JOSÉ DA SILVA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
			JUCINEI DE SOUZA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		2	MARINES AUXILIADORA DA SILVA	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta
			NATALI AUXILIADORA DA SILVA LAZAVO	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta
ETS-036	LUIZ CARLOS EVANGELISTA	3	SEBASTIÃO RODRIGUES DO NASCIMENTO	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		4	MANOEL JOAQUIM DO NASCIMENTO	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		1	LUIZ CARLOS EVANGELISTA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		2	LUIZ BARBOSA DE ARAÚJO	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
CHTP-411	LUIZ CARLOS LOMBARDO	3	RONALDO MENDES DA SILVA	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
			WERICA RIBEIRO BESSA SOUSA	Cônjuge	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		1	LUIZ CARLOS LOMBARDO	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-079	LUIZ FERNANDO DA SILVA	2	CLEONICE DE SOUSA DOS SANTOS	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		1	GERALDO LOMBARDO	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-007	LUIZ MARQUEZAM	1	LUIZ FERNANDO DA SILVA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
			LUIZ MARQUEZAM	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		1	NEIVA MARIA MARQUEZAM	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		2	VANDERLEI LUIZ MARQUEZAM	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
CHTP-420	MANOEL JOSÉ DA COSTA		ELIANE RIZZI MARQUEZAM	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta
			ANDERSON RIZZI MARQUEZAM	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		1	ANDRÉ LUIZ RIZZI MARQUEZAM	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta
		1	MANOEL JOSÉ DA COSTA	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

			ADEGINA DE SOUSA COSTA									ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			JOSÉ SOUSA DA COSTA		Filho(a) enteado(a)							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			SEBASTIÃO SOUSA DA COSTA		Filho(a) enteado(a)							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			MARIA APARECIDA SALES DA COSTA		Titular							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		2	NILTON DE SOUSA DA COSTA		Cônjuge							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			NABILA APARECIDA DA COSTA		Filho(a) enteado(a)							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			NADIÁ SOUZA DA COSTA		Filho(a) enteado(a)							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
			NILSIVAN SOUZA DA COSTA		Filho(a) enteado(a)							ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
ETS-044	MARCELA APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA	1	MARCELA APARECIDA OLIVEIRA		Titular						CAJUEIRO	Paranaíta	
			ADRIANO ROBERTO JOCHIMS		Cônjuge						CAJUEIRO	Paranaíta	
			YOHAMA JOCHIMS		Filho(a) enteado(a)						CAJUEIRO	Paranaíta	
ETS-105	MARCELO DA SILVA LEITE	1	MARCELO DA SILVA LEITE		Titular						SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta	
			KELLY FRACIOLI LEITE		Cônjuge						SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta	
			MAISTELA FRANCIOLI LEITE		Filho(a) enteado(a)						SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta	
			RAFAELA FRANCIOLI LEITE		Filho(a) enteado(a)						SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta	
CHTP-400	MARIA CLENILDA EVANGELISTA DO VALE	1	MARIA CLENILDA EVANGELISTA DO VALE		Titular						ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
			JAIDLE IRASMIN EVANGELISTA DO VALE		Filho(a) enteado(a)						ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
			JÉSSICA RAILINE EVANGELISTA DO VALE		Filho(a) enteado(a)						ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
			JOINE KARIELI EVANGELISTA DO VALE		Filho(a) enteado(a)						ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta	
ETS-089	MARIA DE FÁTIMA NUNES	1	MARIA DE FÁTIMA NUNES		Titular						MANDACARU	Paranaíta	
			PEDRO SOARES VIEIRA		Cônjuge						MANDACARU	Paranaíta	
			MARIA LUIZA SANGALETTI		Titular						TRIANGULO	Jacareacanga	
		1	ILTO QUINTIANO CONCA		Cônjuge						TRIANGULO	Jacareacanga	
			GERALDO MONTABLEN NETO		Filho(a) enteado(a)						TRIANGULO	Jacareacanga	
ETS-116	MARIA LUIZA SANGALETTI e AURORA ANA SANGALETTI	2	AURORA ANA SANGALETTI		Titular						TRIANGULO	Jacareacanga	
		3	EMILI RODRIGUES DA SILVA		Não há parentesco						TRIANGULO	Jacareacanga	
			FRANCINEILDE RODRIGUES DA SILVA		Não há parentesco						TRIANGULO	Jacareacanga	
		4	JOÃO DE OLIVEIRA		Não há parentesco						TRIANGULO	Jacareacanga	
		5	FERNANDA TEXEIRA RIBEIRO		Não há parentesco						TRIANGULO	Jacareacanga	

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

		JOSÉ APARECIDO RIBEIRO	Não há parentesco	Sim	TRIANGULO	Jacareacanga
		MARCIA DE LATORE TEXEIRA RIBEIRO	Não há parentesco	Sim	TRIANGULO	Jacareacanga
	6	SIMONE DOS SANTOS	Não há parentesco	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
		UMERSON SILVA DOS SANTOS	Não há parentesco	Sim	TRIANGULO	Jacareacanga
		MARIA LUIZA SANGALETTE	Titular	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
ETS-117	1	MARIA LUIZA SANGALETTI e AURORA ANA SANGALETTI	Cônjuge	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
	2	GERALDO MONTABLEN NETO	Filho(a) enteado(a)	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
		AURORA ANA SANGALETTI	Titular	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
ETS-118	1	MARIA LUIZA SANGALETTI e AURORA ANA SANGALETTI	Titular	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
	2	AURORA ANA SANGALETTI	Titular	Não	TRIANGULO	Jacareacanga
CHTP-003	1	MÁRIO LUIZ BREDA	Titular	Sim	SÃO LUIZ	Jacareacanga
	2	WILSONN DE SOUSA BERNARDIN	Titular	Não	SÃO LUIZ	Jacareacanga
	3	JOSÉ MENDES	Titular	Sim	SÃO LUIZ	Jacareacanga
		MAURÍCIO PEREIRA DINIZ	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		GUIDA APARECIDA CHAVES	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
CHTP-406	1	JOSÉ MARLON DA SILVA DINIZ	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		LEIDE NARA DA SILVA DINIZ	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		LEIDIANE DA SILVA DINIZ	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta
		GABRIELA ZANETTE	Filho(a) enteado(a)	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		MAURO ZANETTE	Titular	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
ETS-101	1	LEILA LIANE BENINI ZANETTE	Cônjuge	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
		MAURO ZANETTE JUNIOR	Filho(a) enteado(a)	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
	2	MAURICIO SANTOS MARTINS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
	3	SILVAN BATISTA FERREIRA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
ETS-060	1	NERI JOSÉ TOCHETTO	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		NEUZA PATEL	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
ETS-058	1	LAUDO GAISEL DE ABREU PEREIRA	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
		SEBASTIÃO SOARES DE OLIVEIRA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga
	2	FRANCIMAR ANDRADE OLIVEIRA	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga

## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

CHTP-428	NILSON SOARES	3	VALDÍCIO OLIVEIRA FERREIRA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
			NILSON SOARES	Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			LUIZ ANTONIO ALVES FIEL	Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
ETS-098	ODENIR DOMINGOS ARALDI	1	CLEONICE DE FATIMA ALVES	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			GISELE DE FATIMA FIEL	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			GUILHERME JUNIOR ALVES FIEL	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			VITOR FRANCISCO SOARES FONSECA	Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			ODENIR DOMINGOS ARALDI	Titular	Não	SETE QUEDAS	Paranaíta						
			CLELIA TEREZINHA ARALDI	Cônjuge	Não	SETE QUEDAS	Paranaíta						
ETS-111	ODETE VIEIRA DOS SANTOS	1	CATIA ARALDI	Filho(a) enteado(a)	Não	SETE QUEDAS	Paranaíta						
			FABIANO ARALDI	Filho(a) enteado(a)	Não	SETE QUEDAS	Paranaíta						
			DIVINO CAMILO FERREIRA	Titular	Sim	SETE QUEDAS	Paranaíta						
CHTP-031	ORESTINO HIGINO DA COSTA	1	JOSÉ APARECIDO DA PENHA	Titular	Sim	SETE QUEDAS	Paranaíta						
			ANTÔNIO TEIXEIRA	Titular	Sim	SETE QUEDAS	Paranaíta						
			ODETE VIEIRA DOS SANTOS	Titular	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
ETS-048	OSMAR RICHTER	1	SANDRA MARA FARIAS	Cônjuge	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			ELZA CRISTINA VOLPONI	Filho(a) enteado(a)	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			GUILHERME ESTEVAM VOLPONI	Filho(a) enteado(a)	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			HOMERO HENRIQUE FARIAS NETO	Filho(a) enteado(a)	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta						
			ORISTINO HIGINO DA COSTA	Titular	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
			ELIZENE GOMES SILVA HIGINO	Cônjuge	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
ETS-111	ODETE VIEIRA DOS SANTOS	1	ORISTINO HIGINO DA COSTA JUNIOR	Filho(a) enteado(a)	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
			JOSÉ LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS	Titular	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
			GISELE KASIA DOS SANTOS	Cônjuge	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
CHTP-031	ORESTINO HIGINO DA COSTA	2	CARDINA RIBEIRO DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
			CARINA RIBEIRO DOS SANTOS	Filho(a) enteado(a)	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
			ADRIANO NEPACENO DE LIMA	Titular	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
ETS-048	OSMAR RICHTER	1	INDIANARA VAZUITA DA SILVA	Cônjuge	Sim	REPOUSO TAVARES	Paranaíta						
			OSMAR RICHTER	Titular	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta						

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

ETS-087	OTTO CESAR BARBOSA	1	OTTO CESAR BARBOSA		Titular	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
			JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA		Titular	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
			LUCIENE DE OLIVEIRA MENDES		Cônjuge	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
ETS-039	OTTO CESAR BARBOSA	2	JOINE MENDES DE OLIVEIRA		Filho(a) enteado(a)	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
			JOYCI MENDES DE OLIVEIRA		Filho(a) enteado(a)	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
			JUCIMARA MENDES DE OLIVEIRA		Filho(a) enteado(a)	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
			MARIA EDUARDA MENDES DE OLIVEIRA		Filho(a) enteado(a)	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
		3	LOURIVALDO DE OLIVEIRA MENDES		Titular	Sim	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta											
ETS-075	PAULO CESAR BEZERRA		GEOVANNA VOLP NAVARO		Filho(a) enteado(a)	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta											
		1	PAULO CESAR BEZERRA		Titular	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta											
			KELLY MARIAN VOLP BEZERRA		Cônjuge	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta											
			PAULA VOLP BEZERRA		Filho(a) enteado(a)	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta											
		2	JOÃO BATISTA BARÃO		Não há parentesco	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta											
CHTP-018	PAULO GERALDO ZANETTE	1	PAULO DE TARSO DO VAL-SERAFIM		Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga											
			PAULO GERALDO ZARRETE		Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta											
			ARDIVINA ZARRETE		Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta											
		2	ALISSON LIMA NASCIMENTO		Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta											
CHTP-424	PAULO SERGIO SANTOS	3	NIVALDO FERREIRA DA SILVA		Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta											
			MIGUEL PEDROSA DA SILVA		Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta											
		1	PAULO SERGIO SANTOS		Titular	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
			ANA MARCONDES LOPES DOS SANTOS		Cônjuge	Não	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
ETS-043	RAUL CARLOS BREDA		ROSIMEIRE FRANQUIS		Titular	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
			ADRIANO PIMENTEL DA SILVA		Cônjuge	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
		2	ADREA DE SOUSA PIMENTEL DA SILVA		Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
			ADRIEL DE SOUSA PIMENTEL DA SILVA		Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
			ADRIELE VITÓRIA FRANQUIS PIMENTEL		Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
ETS-095	RAUL DE OLIVEIRA PINTO		ELLEN CRISTINE FRANQUIS GARCIA		Filho(a) enteado(a)	Sim	ASSENTAMENTO SÃO PEDRO	Paranaíta											
		2	RAUL CARLOS BREDA		Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga											
		1	RAUL DE OLIVEIRA PINTO		Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta											





## Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

			ADRIELE RODRIGUES DA CUNHA	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
			ROSELI RODRIGUES DA CUNHA	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
			CLAUDINEY VIDOTTO DOS REIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
			EDNEY BARBOSA DOS REIS	Titular	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
	3		GENIR LOCALTO VIDOTTO	Cônjuge	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
			MARCELO VIDOTTO DOS REIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
			RENAN VIDOTTO DOS REIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE GUARITA QUEIMADA	Paranaíta						
	1		SEBASTIÃO OVIDEO PEREIRA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
			EUNICE RAMOS PEREIRA	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
			LUJZ CARLOS DE OLIVEIRA	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
	2	SEBASTIÃO OVIDEO PEREIRA	FATMA OLIVEIRA	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
			NATHIELE OLIVEIRA	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
			TIAGO OLIVEIRA	Filho(a) enteado(a)	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
	3		JOSÉ VIEIRA RAMOS	Cunhados	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
	4		JOSIAS	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta						
	1	TÂNIA MARISA MATTER BARBOSA	TÂNIA MARISA MATTER BARBOSA	Titular	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
			ROBERVALDO MANOEL BARBOSA	Cônjuge	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
			TARCILA CAROLINE MATTER MUMBACH	Filho(a) enteado(a)	Não	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
			VALDIR MUMBACH	Titular	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
	1	VALDIR MUMBACH	KAROLINA MUMBACH	Filho(a) enteado(a)	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
			AMABÍLIA APARECIDA FERREIRA	Cônjuge	Sim	SÃO BENEDITO	Jacareacanga						
			VALTER LEAL FILIZZOLA	Titular	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			AUREA LÚCIA DE SOUZA FILIZZOLA	Cônjuge	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
	1		CRISTIANE FILIZZOLA	Filho(a) enteado(a)	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			DESIRÉÉ FILIZZOLA	Filho(a) enteado(a)	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			RAIZZA FILIZZOLA	Filho(a) enteado(a)	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			IZABELA FILIZZOLA ALEGRE	Netos (as)	Não	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
		VALTER LEAL FILIZZOLA	NELSON VIDAL	Titular	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			IVONE BATISTA NOGUEIRA VIDAL	Cônjuge	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
	2		ELSON KAIO NOGUEIRA VIDAL	Filho(a) enteado(a)	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			IGOR NOGUEIRA VIDAL	Filho(a) enteado(a)	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			IVERSON NOGUEIRA VIDAL	Filho(a) enteado(a)	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
			IZABELA NOGUEIRA VIDAL	Filho(a) enteado(a)	Sim	PONTAL DO PARANAÍTA	Paranaíta						
	1	VALTER RICHETE JUNIOR	VALTER JUNIOR RICHETE	Titular	Não	MANDACARU	Paranaíta						

Revisão do Cadastro Socioeconômico – CSE

			EDER CLEITON PELOI	Titular	Sim	MANDACARU	Paranaíta
	2		SANDELLY SAMSATTI DE ARAUJO	Cônjuge	Sim	MANDACARU	Paranaíta
	1		VITOR LEAL FILIZZOLA	Titular	Não	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
	2		ADEMIR CARDOSO DA SILVA	Titular	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			ELIANE SLENDOR DA SILVA	Cônjuge	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			ALAN SPLENDOR DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			LUDIMILA SPLENDOR DA SILVA	Filho(a) enteado(a)	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			JOSÉ GUSTAVO WANZUITA	Titular	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
	3		CLEUSA FERREIRA WANZUITA	Cônjuge	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			IVAN MARCOS M. WANZUITO DA SILVA	Netos (as)	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			IVELYN MARIA WAZUJITA DA SILVA	Netos (as)	Sim	COMUNIDADE NOVA UNIÃO	Paranaíta
			WILSON RIBEIRO	Titular	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
	1		IVA PEDREIRA	Cônjuge	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
			WILLIAN RIBEIRO	Filho(a) enteado(a)	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
			WILSON RIBEIRO FILHO	Filho(a) enteado(a)	Não	CAJUEIRO	Paranaíta
	2		JOÃO BATISTA DA SILVA	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			MARIA JOSÉ NOCENTE	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			DORVALINO MUNHOIS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			DURCELINA DE PAULA MUNHOIS	Cônjuge	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
	3		DANIEL DE PAULA MUNHOIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			DANIELA DE PAULA MUNHOIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			DARLENE DE PAULA MUNHOIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			DEIVID DE PAULA MUNHOIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			DIEGO DE PAULA MUNHOIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
	4		DOUGLAS DE PAULA MUNHOIS	Filho(a) enteado(a)	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			OLIBIO TAVARES DOS SANTOS	Titular	Sim	CAJUEIRO	Paranaíta
			WILSON RÚPOLO	Titular	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
	1		ISALDE MARIA RÚPOLO	Cônjuge	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
			RARINE RÚPOLO	Filho(a) enteado(a)	Não	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Paranaíta
ETS-081		VITOR LEAL FILIZZOLA					
ETS-084		WILSON RIBEIRO					
ETS-003		WILSON RÚPOLO					



**Anexo 03**  
**Análise das Áreas Remanescentes**  
**P.08 Programa de Acompanhamento da Atividade Minerária e P.40 Programa de Compensação Perda de Terras**



**Anexo 04**  
**Revisão do Cadastro Socioeconômico - CSE**  
**P.43 Programa de Monitoramento de Atividade Pesqueira**

# UHE TELES PIRES

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES			
INTEGRANTES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
DENISE MARIE GERENT	CRESS SC 4475	3593910	
LUCIANA FERNANDES DA SILVA	0000197 SC	5315405	

**Outubro/2012**



## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	3
2	JUSTIFICATIVA .....	3
3	OBJETIVO .....	4
4	METODOLOGIA.....	4
5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII) .....	5
5.1	Localização .....	5
5.2	Breve Contextualização Histórica .....	7
5.3	Distribuição Populacional .....	8
6	PESCADORES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA .....	10
6.1.	IDENTIFICAÇÃO DOS PESCADORES .....	11
6.2.	CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS. ....	15
6.3.	ATIVIDADE PESQUEIRA .....	32
6.4.	EXPECTATIVAS DOS PESCADORES .....	43
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
8	REFERÊNCIAS.....	47
9	ANEXOS .....	48

## **1 INTRODUÇÃO**

O Cadastro Socioeconômico fundamenta-se como um instrumento basilar para a construção e o entendimento do contexto social, cultural e econômico de uma determinada comunidade. Através das informações obtidas revelam-se as características gerais do cenário sob análise, assim como as relações sociais, modos de vida e de produção estabelecidos.

Compreendendo os modos de vida da população cadastrada torna-se possível inferir a relação destes com o meio que habitam, e, dessa forma, complementar a análise dos impactos levantados no Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA da UHE Teles Pires (setembro/2010).

Este estudo foi realizado com o objetivo de fornecer subsídios para a implantação do P.43 - Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira, que consta no Programa Básico Ambiental – PBA da UHE Teles Pires (janeiro de 2011) e, atende também a condicionante mencionada no Parecer Técnico nº 111/2010 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

De acordo com o PBA, foi realizado um cadastro socioeconômico preliminar pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires – CHTP que registrou somente um pescador profissional atuante na ADA/AID do empreendimento. Anteriormente, havia sido registrado no EIA a existência de 15 pescadores profissionais filiados a regional de Alta Floresta da Colônia de Pescadores Z-16, que são legalmente habilitados ao desenvolvimento da atividade na região da Área de Influência Direta e Área Diretamente Afetada da UHE Teles Pires.

Para este estudo foi realizado novamente um levantamento de informações, por meio de contato com lideranças locais, comerciantes e representantes da colônia Z-16, onde foram constatados 33 pescadores atuantes na área de interesse.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Este relatório propõe atender as diretrizes do Decreto nº 7342, de 26 de outubro de 2010, que institui este instrumento para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, o qual cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

De acordo com o Art. 2º desse Decreto, o cadastro socioeconômico deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos a determinados impactos, dentre eles, a perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva.

Além disso, sua elaboração é imprescindível para a implantação do P-43, visto que este consiste em um de seus instrumentos metodológicos norteadores, traçando a trajetória do público alvo a partir do marco inicial, ou seja, antes da inserção do empreendimento na região.

Uma vez conhecida esta realidade, contemplando as características socioeconômicas dos pescadores e suas famílias e como se desenvolve a atividade pesqueira para este grupo, torna-se possível prever os possíveis impactos que a UHE Teles Pires poderá inferir a esta prática, a influência sobre as famílias que dependem ou não da pesca, e assim construir instrumentos adequados para o monitoramento deste segmento.

### **3 OBJETIVO**

O objetivo deste estudo é identificar e caracterizar os pescadores profissionais, associados ou não à Colônia de Pescadores Z-16 de Alta Floresta, atuantes na área de influência do empreendimento, bem como avaliar as questões socioeconômicas e culturais da população cadastrada e sua prática, por meio do Cadastro Socioeconômico

### **4 METODOLOGIA**

A primeira etapa dos trabalhos consistiu em reuniões com representantes das comunidades pesqueiras pertinentes, visando o conhecimento prévio da população cadastrada e facilitar o diálogo entre os técnicos e o público alvo. Sendo assim a inserção em campo ocorreu em conformidade com o planejado.

A capacitação e treinamento da equipe de campo foram ministrados por uma assistente social e uma técnica em piscicultura, abordando aspectos gerais do empreendimento para melhor conhecimento e interação da equipe com o projeto, bem como, métodos de abordagem dos entrevistados, postura da equipe e preenchimento dos questionários.

A aplicação dos questionários ocorreu entre os dias 17 e 25 de julho de 2012, com a finalidade de caracterizar os pescadores profissionais, o perfil socioeconômico das famílias, as características físicas das residências, perda do exercício da atividade pesqueira, estratificação socioeconômica, assim como, os dados sobre educação, saúde, entre outros (Anexo I).

O questionário formulado para o Cadastro Socioeconômico dos Pescadores foi reestruturado pela equipe técnica da ETS, com o apoio da gerência de socioeconomia da CHTP, a fim de adequá-lo às resoluções do Decreto supracitado, incluindo questões que contemplassem os novos contextos de análise.

A etapa seguinte ocorreu após a inserção das informações obtidas em um banco de dados, analisadas quali e quantitativamente. O cruzamento desses dados possibilitou maior compreensão da realidade socioeconômica vivenciada pelo público alvo da pesquisa.

Por fim, o Cadastro realizado estará sujeito a possíveis atualizações tendo em vista reuniões com os pescadores e a constatação de alterações no grupo de pescadores. Conforme preconiza o P.43 – Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

A AII é composta pelos municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA, circunvizinhos ao empreendimento, bem como, Alta Floresta/MT, considerado município de apoio para os serviços de educação, saúde e comércio, pela sua proximidade e facilidade de acesso.

### 5.1 Localização

A UHE Teles Pires está sendo implantada no baixo curso do rio Teles Pires, divisa entre os estados de Mato Grosso e do Pará, nos respectivos municípios de Paranaíta (localizado na margem esquerda do rio Teles Pires) e Jacareacanga (localizado na margem direita do rio Teles Pires), conforme apresenta a Figura 2.

O barramento localiza-se na divisa dos estados de Mato Grosso e do Pará, a 46 km acima da foz do rio dos Apicás. O reservatório ocupará áreas dos municípios de Jacareacanga/PA (16% do reservatório) e Paranaíta/MT (84% do reservatório).

O principal acesso se dá por via aérea, em vôo comercial, partindo de Cuiabá até Alta Floresta. A partir deste ponto, segue-se pela rodovia estadual MT-206 até Paranaíta, por um trecho de aproximadamente 55 km (35 km asfaltados e 20 km sem pavimentação). De Paranaíta até o eixo da UHE Teles Pires percorre-se 78 km de estrada de chão (Figura 1), aproveitando o acesso em direção à Apicás, pela margem esquerda do rio.



FIGURA 1 – Estrada de acesso à UHE Teles Pires.

O acesso terrestre pode ser feito pela rodovia federal BR-163, de Cuiabá até a cidade de Nova Santa Helena/MT, em um percurso de 600 km, e desta pela rodovia estadual MT-320 até Alta Floresta, por um percurso de aproximadamente 180 km.

O acesso a Jacareacanga só é possível partindo de Altamira/PA. Não é possível acessar o centro urbano de Jacareacanga/PA por via terrestre partindo de Paranaíta ou da área do canteiro de obras, pois não existe estrada fazendo esta ligação. Calculando em linha reta, a distância entre a AID do empreendimento e o centro urbano de Jacareacanga é de aproximadamente 380 km.

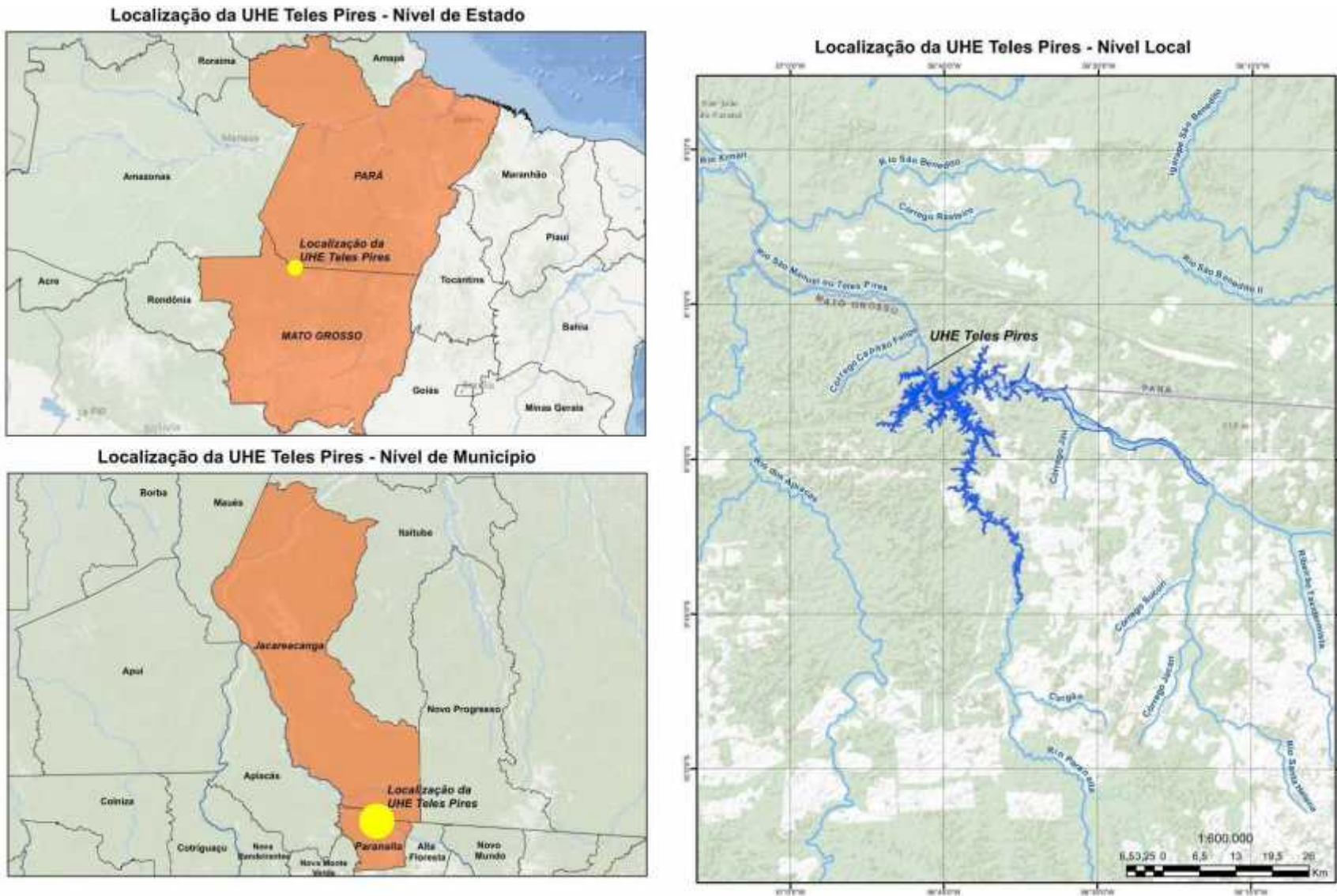


FIGURA 2 – Mapa de localização da UHE Teles Pires.



## 5.2 Breve Contextualização Histórica

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires (EIA/RIMA, 2010), os municípios de Alta Floresta e Paranaíta, localizados na região centro-norte do estado de Mato Grosso, diferentemente da região sudoeste do Pará, onde se localiza o município de Jacareacanga, situam-se em uma área de rede urbana estruturada a partir da BR-163, rodovia pavimentada. Essa região é também servida pelas rodovias MT-320, igualmente pavimentada, e MT-206, sem pavimentação.

A base econômica dessa região, sobretudo nos municípios localizados em Mato Grosso, esteve centrada na atividade garimpeira durante toda a década de 1970. Essa atividade, no entanto, sofreu forte declínio nas décadas seguintes, até se transformar, já há vários anos, em uma atividade marginal.

Durante o auge do garimpo de ouro houve um intenso e constante fluxo populacional à região, conferindo significativa expressão à cidade de Alta Floresta que, na década de 80, era considerada a capital nortista do ouro.

O município de Alta Floresta começou a ser colonizado na década de 1970, durante o processo de abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), a qual tinha como objetivo integrar a produção de grãos do centro-oeste à economia nacional. Ao longo dessa rodovia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) instalou diversos núcleos de colonização oficial. Outros núcleos foram criados por empresas particulares, como a Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO S/A), que escolheu, em 1976, o local onde seria fundado o município de Alta Floresta.

No fim da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 houve a chegada de milhares de garimpeiros, que contribuíram para o crescimento da região. A ocupação de Paranaíta deu-se de forma semelhante à de Alta Floresta.

Atualmente, grande parte das frentes de garimpo da região encontra-se inativa, sendo que as poucas ainda existentes são desenvolvidas por meio de balsas (leito do rio) ou escavações (planície de inundação). O declínio da atividade garimpeira na região decorre de fatores diversos, entre eles a baixa cotação do ouro, sinais de exaustão dos depósitos e ações efetivas de fiscalização por parte dos órgãos ambientais.

Ainda de acordo com o EIA/RIMA (2010), as principais atividades de turismo e lazer que ocorrem na área do futuro reservatório da UHE Teles Pires são: pesca esportiva, uso de pousadas flutuantes e o festival Fest Praia<sup>1</sup> (Figuras 3 e 4) que ocorre anualmente em uma ilha sob concessão da Prefeitura Municipal de Paranaíta. Também foram citados os usos de ilhas para exploração turística e como ponto de apoio da pesca comercial.

---

<sup>1</sup> A Fest Praia ocorre na primeira semana do mês de setembro, procurando conciliar com o feriado de 07 de setembro, pois nesta época as águas estão baixas. A ilha onde é realizada a festa foi escolhida por oferecer condições seguras para um evento de grande porte (aproximadamente 5000 pessoas visitam o local), por apresentar margens rasas para a prática de banho, entre outros. O Festival tem o apoio da prefeitura municipal, que monta uma passarela flutuante de acesso até a ilha onde a festa é realizada.





**FIGURAS 3 e 4** – Ilha da Fest Praia e passarela flutuante de acesso à ilha (mês de setembro).

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaíta

A região de Jacareacanga, de modo diferente, começou a ser ocupada já no século XVII, quando uma expedição chefiada pelo capitão Pedro Teixeira atingiu, pela primeira vez, o rio Tapajós. Consta que no local existia, na época, uma aldeia indígena. Desde então, a região, que fazia parte do território de Itaituba, consolidou-se como um importante centro de exploração e comércio de especiarias no Alto Tapajós.

No século XX, a partir da década de 1950, a descoberta de ouro atraiu grande fluxo de pessoas para Jacareacanga, processo que foi incrementado com a abertura das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém). No entanto, Jacareacanga só deixou de ser distrito de Itaituba, passando a município, no ano de 1991.

A infraestrutura existente na região do empreendimento é deficiente, assim como os equipamentos sociais de educação, saúde, cultura e lazer, que não atendem de modo satisfatório toda a população. Entre os três municípios, destaca-se Alta Floresta, que possui infraestrutura mais consolidada, e por isso atrai parte da população de outras cidades da região.

Contudo, a prática e exercício da pesca amadora e esportiva na região fomentam o turismo e atraem muitos visitantes, tanto no âmbito nacional como no internacional, por meio das pousadas flutuantes e aluguel de casas flutuantes para pescadores. Outro interesse turístico de destaque ocorre em Alta Floresta, por meio da observação de pássaros, sendo que o estado apresenta alta diversidade de espécies de aves. Há uma torre de observação instalada na Reserva Particular do Patrimônio Natural Cristalino.

### **5.3 Distribuição Populacional**

De acordo com o Censo do IBGE (2010) os três municípios que fazem parte da Área de Influência Indireta da Usina Hidrelétrica Teles Pires – Alta Floresta, Jacareacanga e Paranaíta – possuem juntos, 73.951 habitantes. A Tabela 1 ilustra essa relação de forma detalhada.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Municípios da AI	Ano	N° de habitantes	População		Densidade demográfica populacional (hab/km <sup>2</sup> )
			Urbana	Rural	
<b>Município Pólo</b>					
Alta Floresta	<b>2000</b>	46.982	37.287	9.695	5,2 (hab/km <sup>2</sup> )
	<b>2010</b>	49.164	42.718	6.446	5,34 (hab/km <sup>2</sup> )
<b>Municípios Circunvizinhos ao Empreendimento</b>					
Paranaíta/MT	<b>2000</b>	10.254	5.505	4.749	2,1 (hab/km <sup>2</sup> )
	<b>2010</b>	10.684	5.652	5.032	2,23 (hab/km <sup>2</sup> )
Jacareacanga/PA	<b>2000</b>	24.024	5.670	18.354	0,4 (hab/km <sup>2</sup> )
	<b>2010</b>	14.103	4.930	9.173	0,26 (hab/km <sup>2</sup> )

**TABELA 1** – Distribuição populacional em relação a área urbana e rural.

Fonte: Atlas 2000 / IBGE, 2010

Considerando os censos do IBGE (2000 e 2010), observa-se uma pequena variação de crescimento ocorrido nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, no Mato Grosso. Já, em Jacareacanga, ocorreu uma variação negativa de 41%, decorrente da redução populacional de 24 para 14 mil habitantes, ocasionada por motivos, até o momento, desconhecidos.

## 6 PESCADORES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

A atividade pesqueira é parte constituinte da formação da identidade das comunidades ribeirinhas, sendo considerada uma das práticas humanas mais importantes da Bacia Amazônica, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte da população que reside nas margens de rios de médio e grande porte.

Dessa forma, a partir da localização do empreendimento (entre os municípios de Jacareacanga/PA e Paranaíta/MT) e definição da AID, foi realizado o levantamento inicial dos pescadores que potencialmente serão impactados pelas possíveis alterações inferidas nos ecossistemas aquáticos, que desencadeiam mudanças na pesca comercial, esportiva e de subsistência.

### a) A Colônia de Pescadores Z-16

A atividade pesqueira no estado do Mato Grosso é regida, entre outras, pela Lei nº 9.096 de 16 de janeiro de 2009, que institui as diretrizes da política de pesca no tocante aos métodos de captura, transporte e comercialização, esta define colônia como: “Grupo de pescadores profissionais, constituído legalmente e tendo sua área de atuação delimitada, respeitados os espaços comuns (...)”

Partindo deste pressuposto a Colônia Z-16 do município de Sinop abrange 33 municípios da região incluindo Paranaíta e Alta Floresta, onde se insere o segmento social sob análise, e tem a finalidade de representar e defender os direitos e interesses dos seus associados, sendo subordinada à Federação dos Pescadores do Estado de Mato Grosso e à Confederação Nacional dos Pescadores.

Entre as diretrizes do estatuto da Colônia Z-16, está a valorização da atividade pesqueira por meio da defesa dos direitos dos seus associados, prestação de apoio e suporte à categoria, tendo em vista os interesses da cooperativa e a preservação dos ecossistemas aquáticos, de forma que sejam adotadas medidas conservacionistas para que o uso dos recursos não seja incoerente com a realidade ambiental (COSTA, 2009, p. 45).

De acordo com o autor supracitado, a comunidade de pescadores filiados a cooperativa não se caracterizam primordialmente como uma comunidade tradicional e sim, como um grupo de indivíduos que reconhecem na pesca uma atividade produtiva comercial, visto que a maioria destes reside em áreas urbanas.

Contudo, estes sujeitos vivenciam e compartilham de traços e valores tradicionais quanto à vivência de sua prática, visto que a pesca desenvolvida é artesanal e os pescadores podem passar dias instalados em regiões ribeirinhas. Vale lembrar que no estado do Mato Grosso, a única modalidade de pesca profissional permitida é a artesanal.

A contextualização traçada pelo autor condiz com o que foi observado em campo: o grupo de pescadores entrevistado reside em sua maioria em núcleos urbanos, atuam de maneira autônoma, individualmente ou em pequenos grupos (familiares ou não).

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Logo, este estudo contempla um universo de 33 pescadores e suas famílias, totalizando uma população de 102 pessoas. O relatório tratará sistematicamente das informações que se julgam necessárias aos objetivos propostos e está dividido em: identificação dos pescadores, caracterização das famílias em seus contextos socioeconômicos e socioculturais, atividade pesqueira (envolvendo aspectos de produção e comércio) e expectativas dos pescadores.

### 6.1. IDENTIFICAÇÃO DOS PESCADORES

Considera-se pertinente para o cadastramento todos os pescadores que atuam na Área de Influência da UHE Teles Pires e que serão potencialmente atingidos pela sua instalação. Ressalta-se que foi constatado que todos estes atuam no rio Teles Pires.

É importante ressaltar que o cadastro socioeconômico é um instrumento de pesquisa que se baseia na declaração dos entrevistados, sendo assim este fator deve ser levado em consideração na medida em que o documento for utilizado durante o monitoramento da atividade pesqueira.

Inicia-se a apresentação deste segmento identificando que dos **33 pescadores cadastrados**, 12 são filiados a cooperativa Colônia dos Pescadores Z-16, e 16 declaram a pesca como única fonte de renda.

Entre aqueles que complementam a renda com outra fonte (17 pescadores), a tabela 2 apresenta as principais.

Fonte de renda	Nº de respostas*
APOSENTADORIA	05
POLÍTICAS ASSISTENCIAIS	07
TRABALHO ASSALARIADO URBANO	03
OUTROS	03
<b>Total</b>	<b>18</b>

\* O valor ultrapassou os 17 pescadores, pois um deles possui 02 fontes de renda extra, no caso a bolsa escolar do filho e o trabalho assalariado urbano.

**TABELA 2 –** Relação das atividades produtivas complementares dos pescadores.

A tabela 3 a seguir, identifica os pescadores, local e município de residência e se são ribeirinhos ou não.

RELAÇÃO DOS PESCADORES CASTRADOS E LOCAL DE RESIDÊNCIA					
Cód. Identificação	Nome do pescador	Residência		Ribeirinho do rio Teles Pires	Ribeirinho do rio Paranaíta
		Município	Localidade		
1	TADEU WILCZAK	PARANAÍTA	URBANA	-	-
2	HELI ROBERTO DOS SANTOS	ALTA FLORESTA	URBANA	X	-
3	CEDENIR MACHADO AUGUSTO	PARANAÍTA	RURAL	X	-
4	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	PARANAÍTA	URBANA	X	-
5	ROBERTO CARLOS DA SILVA	PARANAÍTA	RURAL	X	-
6	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	PARANAÍTA	URBANA	-	-
7	ANTONIO FERREIRA DE JESUS	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
8	NELSON MACHADO	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-

Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

RELAÇÃO DOS PESCADORES CASTRADOS E LOCAL DE RESIDÊNCIA					
Cód. Identificação	Nome do pescador	Residência		Ribeirinho do rio Teles Pires	Ribeirinho do rio Paranaíta
		Município	Localidade		
9	OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	PARANAÍTA	URBANA	-	-
10	JACKSON CHAVES ELIAS	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
11	FRANCISCO TARGANSKI	PARANAÍTA	URBANA	-	-
12	MANOEL FRANSCISCO DE SALES	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
13	ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	PARANAÍTA	RURAL	X	-
14	MARCONDES CASTILHO	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
15	JOÃO BILISSTKI	PARANAÍTA	URBANA	-	-
16	ROBERTO LEME DA SILVA	PARANAÍTA	URBANA	-	-
17	NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
18	REINALDO GOMES DA SILVA	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
19	JORGE VICENTE DA SILVA	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
20	ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	PARANAÍTA	URBANA	-	-
21	LEOPOLDODINO RIBEIRO	ALTA FLORESTA	URBANA	-	-
22	EDINALDO RAMPAZO	ALTA FLORESTA	URBANA	X	-
23	RAIMUNDO NONATO MIRANDA	PARANAÍTA	RURAL	X	-
24	SEBASTIÃO DOMINGOS	PARANAÍTA	URBANA	X	-
25	RAFAEL AUGUSTO	PARANAÍTA	RURAL	X	-
26	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	PARANAÍTA	URBANA	X	-
27	SEBASTIÃO AROLDI RODRIGUES SILVA	ALTA FLORESTA	URBANA	X	-
28	DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	PARANAÍTA	RURAL	X	-
29	NATALINO CARDOSO	PARANAÍTA	URBANA	-	-
30	MANOEL GICELIO DA SILVA	ALTA FLORESTA	URBANA	X	X
31	ELEUTERIO COUTO DE MELO	ALTA FLORESTA	URBANA	X	-
32	MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	ALTA FLORESTA	URBANA	X	X
33	JOSÉ ROBERTO FREIRE	ALTA FLORESTA	URBANA	X	-

**TABELA 3** – Relação dos pescadores cadastrados e local de residência.

Observa-se que dos 33 pescadores, 16 moram em Alta Floresta e 17 em Paranaíta, 27 residem em zona urbana, enquanto 06 residem em zona rural. Ainda, nota-se que 16 dos pescadores (48%) são ribeirinhos do rio Paranaíta, do rio Teles Pires ou de ambos.

A tabela 4 a seguir apresenta a relação dos pescadores com a própria atividade pesqueira, o tempo de exercício da atividade e a documentação registrada.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

PESCADORES, TEMPO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE E REGISTRO DE PESCA					
Cód.	Nome do pescador	Forma como pratica a atividade	Tempo de exercício (anos)	Possui registro	Nº do registro
1	TADEU WILCZAK	ATIV. COMERCIAL COMPLEMENTAR	> 05	LICENÇA PESCA-AMADOR	CATEGORIA B EMBARCADA
2	HELI ROBERTO DOS SANTOS	ATIV. COMERCIAL COMPLEMENTAR	> 10	NÃO RESPONDEU	-
3	CEDENIR MACHADO AUGUSTO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	NÃO RESPONDEU	-
4	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	135930
5	ROBERTO CARLOS DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	710432
6	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	ATIV. COMERCIAL COMPLEMENTAR	> 10	NÃO	-
7	ANTONIO FERREIRA DE JESUS	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 20	SIM	16090505529
8	NELSON MACHADO	ATIV. COMERCIAL COMPLEMENTAR	> 20	SIM	3279
9	OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	556668
10	JACKSON CHAVES ELIAS	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	02	NÃO	-
11	FRANCISCO TARGANSKI	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	829556
12	MANOEL FRANCISCO DE SALES	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	43922 Z-4
13	ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 20	NÃO	-
14	MARCONDES CASTILHO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 5	NÃO	-
15	JOÃO BILISSTKI	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	04	SIM	9096 AZ16
16	ROBERTO LEME DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 20	SIM	28304
17	NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	887665 Z-16
18	REINALDO GOMES DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 20	NÃO	NÃO POSSUI
19	JORGE VICENTE DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	754365 Z-16
20	ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	754360 Z-16
21	LEOPOLDODINO RIBEIRO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	05	SIM	1091920 2-16
22	EDINALDO RAMPAZO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL/CONSUMO FAMILIAR	> 05	NÃO	-
23	RAIMUNDO NONATO MIRANDA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	NÃO	-
24	SEBASTIÃO DOMINGOS	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	NÃO	-
25	RAFAEL AUGUSTO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	NÃO	-
26	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 20	NÃO	-
27	SEBASTIÃO AROLDO RODRIGUES SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL/CONSUMO FAMILIAR	> 10	SIM	754363
28	DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	LICENÇA PESCA-AMADOR	CATEGORIA B
29	NATALINO CARDOSO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	NÃO	-



## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

PESCADORES, TEMPO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE E REGISTRO DE PESCA					
Cód.	Nome do pescador	Forma como pratica a atividade	Tempo de exercício (anos)	Possui registro	Nº do registro
30	MANOEL GICELIO DA SILVA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	485632
31	ELEUTERIO COUTO DE MELO	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	NÃO	-
32	MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 05	NÃO	-
33	JOSÉ ROBERTO FREIRE	ATIV. COMERCIAL PRINCIPAL	> 10	SIM	113438

**TABELA 4** – Pescadores, Tempo de Exercício da Atividade e Registro de Pesca.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

Observa-se a relevância da atividade pesqueira para o público alvo deste estudo, sendo que 29 dos pescadores afirmam ser esta a sua atividade comercial principal e, dentre estes, 02 entrevistados se utilizam da pesca também como fonte de subsistência familiar.

Outro fator pertinente trata-se do tempo de exercício da atividade, mostrando que o longo período da prática para a maioria dos pescadores pode indicar aspectos tradicionais para as famílias contempladas neste cadastro; visto que dos 33 pescadores, 26 trabalham neste campo de atuação, no mínimo há 10 anos.

### **6.2. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.**

Neste tópico serão apresentadas as principais informações referentes às famílias entrevistadas, caracterizando-as de forma que seja possível contextualizar o cenário inicial para análises posteriores.

Compreende-se o número de famílias levando em consideração o núcleo familiar centrado por pescador cadastrado, onde se tem 33 famílias. A tabela 5 apresenta a relação dos pescadores e suas famílias, atividade produtiva, vínculo e se contribuem ou não com a renda familiar.

Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

IDENTIFICAÇÃO DOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS, EM RELAÇÃO À IDADE, ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL E VÍNCULO						
Cód.	Nome do pescador	População cadastrada	Idade	Principal ativ. produtiva	Vínculo/parentesco	Contribui com a renda familiar
1	TADEU WILCZAK	TADEU WILCZAK	68	APOSENTADO	TITULAR	SIM
		RITA GUSMÃO WILCZAK	61	APOSENTADO	CÔNJUGE	SIM
2	HELI ROBERTO DOS SANTOS	HELI ROBERTO DOS SANTOS	56	PESCADOR	TITULAR	SIM
		SUELI FERNANDES DOS SANTOS	50	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
3	CEDENIR MACHADO AUGUSTO	CEDENIR MACHADO AUGUSTO	31	PESCADOR	TITULAR	SIM
4	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	SIDNEI MACHADO AUGUSTO	34	PESCADOR	TITULAR	SIM
		FLAVIA ATAIDE AUGUSTO	25	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		JOÃO RICARDO ATAIDE AUGUSTO	04	MENOR	FILHO	NÃO
5	ROBERTO CARLOS DA SILVA	ROBERTO CARLOS DA SILVA	45	PESCADOR	TITULAR	SIM
		SILVANA LOPES CAMARGO	34	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		FABRICIO LOPES DA SILVA	14	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		RAILANE LOPES DA SILVA	17	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
6	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	AMAURI JUSTINO GONÇALVES	53	PENSIONISTA	TITULAR	SIM
		DEVISON JUSTINO GONÇALVES	27	MOTORISTA	FILHO	SIM
7	ANTONIO FERREIRA DE JESUS	ANTONIO FERREIRA DE JESUS	55	PESCADOR	TITULAR	SIM
		PERCILIA BARBASA MARCELINA	56	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		THÚLIO BARBASA DE JESUS	17	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
8	NELSON MACHADO	NELSON MACHADO	64	APOSENTADO	TITULAR	SIM
		MARIA DO CARMO MACHADO	55	APOSENTADO	CÔNJUGE	SIM
		DANTINA DA SILVA	103	APOSENTADO	SOGRO	SIM
		JOELSON MACHADO	34	PEDREIRO	FILHO	SIM
		MÓNICA MACHADO	28	DO LAR	GENRO/NORA	NÃO
		JOÃO VINICIOS MACHADO	01	MENOR	NETO	NÃO
9	OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	44	PESCADOR	TITULAR	SIM
		INES APARECIDA VORISEK DA SILVA	47	CABELEIREIRA	CÔNJUGE	SIM
		THAINA VORISEK DA SILVA	13	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		KAUA VORISEK DA SILVA	21	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
10	JACKSON CHAVES ELIAS	JACKSON CHAVES ELIAS	26	PESCADOR	TITULAR	SIM
		CLAUDIOANE NOGUEIRA DE OLIVEIRA	26	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		EDUARDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	12	ESTUDANTE	FILHO	NÃO

Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

IDENTIFICAÇÃO DOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS, EM RELAÇÃO À IDADE, ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL E VÍNCULO						
Cód.	Nome do pescador	População cadastrada	Idade	Principal ativ. produtiva	Vínculo/parentesco	Contribui com a renda familiar
		GABRIELA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	09	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		YURI DE OLIVEIRA ELIAS	04	MENOR	FILHO	NÃO
11	FRANCISCO TARGANSKI	FRANCISCO TARGANSKI	40	PESCADOR	TITULAR	SIM
		ROSICREIA SILVA PETRI	27	SERVIÇOS GERAIS	CÔNJUGE	SIM
		TAINA PETRI TARGANSKI	04	MENOR	FILHO	NÃO
		MAYANA QUADROS TARGANSKI	15	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		TAYANE SAMARA Q. TARGANSKI	13	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
12	MANOEL FRANCISCO DE SALES	MANOEL FRANCISCO DE SALES	60	PESCADOR	TITULAR	SIM
		ANA CRISTINA DE SALES	12	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
13	ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	39	PESCADOR	TITULAR	SIM
		MARCELA APARECIDA DE OLIVEIRA	30	COMERCIANTE	CÔNJUGE	SIM
		YOHANA JOCHIMES	15	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
14	MARCONDES CASTILHO	MARCONDES CASTILHO	36	PESCADOR	TITULAR	SIM
		ANDRÉIA MOREIRA CASTILHO	34	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		ANDRECIANE MOREIRA DE JESUS	8	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
15	JOÃO BILISSTKI	JOÃO BILISSTKI	65	APOSENTADO	TITULAR	SIM
		VERÔNICA BILISSTKI	64	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		JOSMAR BILISSTKI	33	MAQUINISTA	FILHO	SIM
		DANILO BILISSTKI	19	SERVIÇOS GERAIS	NETO	SIM
16	ROBERTO LEME DA SILVA	ROBERTO LEME DA SILVA	67	APOSENTADO	TITULAR	SIM
		CREULZA DE BRITO DA SILVA	34	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
17	NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	38	PESCADOR	TITULAR	SIM
		ELIZÂNGELA SILVINO ANTUNES	30	PESCADOR	CÔNJUGE	SIM
		TALYTA ANTUNES RODRIGO SILVA	16	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		TAYANE ANTUNES RODRIGO SILVA	15	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		WELLINGTON ANTUNES RODRIGO SILVA	12	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		STEFANE SILVINO SILVA	10	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
18	REINALDO GOMES DA SILVA	REINALDO GOMES DA SILVA	48	PESCADOR	TITULAR	SIM
		AURENI GUEDES PEREIRA	41	PESCADOR	CÔNJUGE	SIM
19	JORGE VICENTE DA SILVA	JORGE VICENTE DA SILVA	51	PESCADOR	TITULAR	SIM
		RIOSELY APARECIDA ELIAS	34	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO

Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

IDENTIFICAÇÃO DOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS, EM RELAÇÃO À IDADE, ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL E VÍNCULO						
Cód.	Nome do pescador	População cadastrada	Idade	Principal ativ. produtiva	Vínculo/parentesco	Contribui com a renda familiar
		SABRINA DAIANA DA SILVA	16	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		JORGE GABRIEL DA SILVA	09	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		JOSÉ VICENTE DA SILVA	55	PESCADOR	IRMÃO	SIM
20	ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	26	PESCADOR	TITULAR	SIM
		SUELI FILHA VIDOTO	31	COMERCIANTE	CÔNJUGE	SIM
		PAULO HENRIQUE GOUVEIA VIDOTO	08	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		PEDRO AUGUSTO VIDOTO DA SILVA	2 MESES	MENOR	FILHO	NÃO
21	LEOPOLDODINO RIBEIRO	LEOPOLDODINO RIBEIRO	51	PESCADOR	TITULAR	SIM
22	EDINALDO RAMPAZO	EDINALDO RAMPAZO	54	PESCADOR	TITULAR	SIM
		SOLANGE MARIANA DE OLIVEIRA	34	PESCADOR	CÔNJUGE	SIM
		INGRID MARIANA DOS SANTOS	14	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		SABRINA MARIANA RAMPAZO	04	MENOR	FILHO	NÃO
		LEONARDO MARIANO RAMPAZO	01	MENOR	FILHO	NÃO
23	RAIMUNDO NONATO MIRANDA	RAIMUNDO NONATO MIRANDA	40	PILOTO DE BALSA	TITULAR	SIM
24	SEBASTIÃO DOMINGOS	SEBASTIÃO DOMINGOS	40	PESCADOR	TITULAR	SIM
		NOEMIA PORPÉRIO DOS SANTOS	32	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		JADIEL JUNIOR DOS SANTOS DOMINGOS	14	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		GLEISON IGOR DOS SANTOS DOMINGOS	12	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		SILVIA DE DEUS DOMINGOS	18	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
25	RAFAEL AUGUSTO	RAFAEL AUGUSTO	20	PESCADOR	TITULAR	SIM
		JÉSSICA MARIAN RODRIGUES SILVA	19	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		MARINA RAYSSA RODRIGUES	9 MESES	MENOR	FILHO	NÃO
26	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	61	PESCADOR	TITULAR	SIM
27	SEBASTIÃO AROLDO RODRIGUES SILVA	SEBASTIÃO AROLDO RODRIGUES SILVA	42	PESCADOR	TITULAR	SIM
		MARCILENE MARTINS DE ARRUDA	23	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		NAYARA SABRINA RODRIGUES SILVA	15	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		LARISSA VICTORIA VIDAL SILVA	07	ESTUDANTE	FILHO	NÃO
		ERICK DOUGLAS MARTINS SILVA	04	MENOR	FILHO	NÃO
		WALLAN MARTINS SILVA	02	MENOR	FILHO	NÃO
28	DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	45	PESCADOR	TITULAR	SIM
		MARINA DA SILVA PETRES	53	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO

Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

IDENTIFICAÇÃO DOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS, EM RELAÇÃO À IDADE, ATIVIDADE PRODUTIVA PRINCIPAL E VÍNCULO						
Cód.	Nome do pescador	População cadastrada	Idade	Principal ativ. produtiva	Vínculo/parentesco	Contribui com a renda familiar
29	NATALINO CARDOSO	NATALINO CARDOSO	60	PESCADOR	TITULAR	SIM
		IRACEMA COBIAS CARDOSO	55	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
		LUIZ FERNANDO CARDOSO	13	ESTUDANTE	NETO	NÃO
30	MANOEL GICELIO DA SILVA	MANOEL GICELIO DA SILVA	50	PESCADOR	TITULAR	SIM
		CLEMILDA FERREIRA DA SILVA	50	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
31	ELEUTERIO COUTO DE MELO	ELEUTERIO COUTO DE MELO	52	PESCADOR	TITULAR	SIM
		MARIA APARECIDA DA SILVA	52	DO LAR	CÔNJUGE	NÃO
32	MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	44	PESCADOR	TITULAR	SIM
33	JOSÉ ROBERTO FREIRE	JOSÉ ROBERTO FREIRE	48	PESCADOR	TITULAR	SIM
		LEACIL ALVES DE LIMA	60	FUNC. PÚBLICO	CÔNJUGE	SIM
<b>33 PESCADORES</b>		<b>102 PESSOAS</b>				

TABELA 5 – Identificação dos pescadores e suas famílias, em relação à idade, atividade produtiva principal e vínculo.



## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Lembrando que para serem cadastrados os pescadores deveriam declarar a prática da pesca comercial, não sendo necessariamente a principal atividade desenvolvida, como é possível observar na tabela acima, onde alguns deles relataram outras atividades produtivas como sendo a principal.

A prática da pesca é regida, entre outras, pela Lei nº 9.096 de 16/01/2009 (Estadual - Mato Grosso) que institui no Artº 2 que pesca profissional é:

(...) IV – pesca profissional artesanal: é aquela exercida por pescadores profissionais que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar, ou ainda com o auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício;

VI - pesca profissional: é aquela praticada por pescadores que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida; (...)

Contudo, essa modalidade só é permitida para aqueles que estejam devidamente registrados pelo órgão competente, no caso o Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA (Artº 18, da mesma lei). Sendo assim, considerando que a pesca profissional deve ser regularizada para se classificar como tal, alguns dos indivíduos entrevistados não se adequam nesta categoria apesar de se declararem dessa forma, portanto esta é uma questão que deverá ser identificada e confirmada no processo de monitoramento da atividade pesqueira.

Pode-se citar de exemplo, o Sr. Raimundo Nonato Miranda, que além de se declarar pescador trabalha como piloto de balsa, com carteira assinada, e foi contemplado pelo Cadastro Socioeconômico (2012) da UHE Teles Pires como população atingida, relacionada ao Transporte Fluvial – Balsa de Travessia.

Na ocasião da realização do estudo, o Sr. Raimundo solicitou ser cadastrado também como pescador, apesar de que a sua atividade produtiva se prevaleça como piloto de balsa. Durante o desenvolvimento do P-43 esta questão deverá ser acompanhada.

A tabela 6 apresenta a distribuição da população cadastrada por idade e gênero.

POPULAÇÃO CADASTRADA, GÊNERO E FAIXA ETÁRIA					
Faixa Etária			Moradores		
Até 09 anos			15		
De 10 a 17 anos			19		
De 18 a 35 anos			26		
De 36 a 59 anos			31		
De 60 anos em diante			11		
<b>Total</b>			<b>102</b>		
Masculino			Feminino		
Faixa Etária	Quant.	%	Faixa Etária	Quant.	%
Até 09 anos	09	<b>54%</b>	Até 09 anos	06	<b>46%</b>
De 10 a 17 anos	07		De 10 a 17 anos	12	
De 18 a 35 anos	10		De 18 a 35 anos	16	
De 36 a 59 anos	22		De 36 a 59 anos	09	
De 60 anos em diante	07		De 60 anos em diante	04	

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

<b>Total</b>	<b>55</b>		<b>Total</b>	<b>47</b>	
--------------	-----------	--	--------------	-----------	--

**TABELA 6** – Distribuição da população cadastrada por faixa etária e gênero.

Nota-se que os índices em relação ao gênero dos entrevistados demonstram-se divididos equivalentemente, sendo 54% masculino e 46% feminino, enquanto no tocante à faixa etária observa-se uma leve concentração da população na idade adulta e avançada, sendo que aqueles que se encontram entre os 36 aos 59 anos e acima de 60 anos, totalizam aproximadamente 40% dos entrevistados.

**a) Perfil socioeconômico das famílias**

Nesta sessão do relatório será realizada uma caracterização socioeconômica das famílias, tratando-se dos bens de consumo, bens adquiridos, renda, entre outros. A tabela 7 apresenta a distribuição da renda mensal por famílias.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR	
Faixa de Renda Familiar	Famílias
Menos de 1 salário mínimo	2
1 - 2 salários mínimos	11
2 - 5 salários mínimos	15
5 - 10 salários mínimos	3
Acima de 10 salários mínimos	2
<b>Total</b>	<b>33</b>

**TABELA 7 – Distribuição da renda familiar.**

Por meio da análise dos dados expostos, ressalva-se que a faixa salarial das famílias cadastradas encontra-se concentrada entre 1 e 2, e 2 e 5 salários mínimos, contudo deve-se atentar ao fato que o número de integrantes por famílias varia, apontando a necessidade de uma análise da renda mensal mais criteriosa.

Outra metodologia que pode ser utilizada para analisar a renda das famílias cadastradas é a quantificação dos bens domésticos da propriedade. Por ela, é possível criar indicadores de padrões de consumo das famílias. Contudo, esta análise deve ser cautelosa, pois uma maior quantidade de bens não implica necessariamente em maior renda, justamente por não explicitar o comprometimento da mesma.

A próxima questão levantou todos os bens que as famílias possuem, sendo assim a quantidade não retrata a distribuição dos mesmos por núcleo familiar, conforme a tabela a seguir.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

QUANTIDADE DE BENS DOMÉSTICOS	
Bens domésticos	Quanti./Cadastrados
RÁDIO	27
ANTENA PARABÓLICA	15
TELEFONE	29
FOGÃO A GÁS	32
FOGÃO A LENHA	11
GELADEIRA	27
FREEZER	25
LIQUIDIFICADOR	23
BATEDEIRA	13
MICRO-ONDAS	09
APARELHO DE SOM	12
TELEVISÃO	24
APARELHO DE DVD	18
MÁQUINA DE LAVAR ROUPA	27
MÁQUINA DE SECAR ROUPA (CENTRÍFUGA)	08
MÁQUINA LAVAR LOUÇA	0
FILTRO DE ÁGUA	18
FORNO METÁLICO A LENHA	0
FORNO DE BARRO	02
COMPUTADOR	05

**TABELA 8** – Quantidade de bens domésticos.

A respeito das questões de moradia das famílias, a tabela 9 que se segue, apresenta as principais características no que consta à infraestrutura. A maioria das famílias reside na moradia e a propriedade é própria conforme se observa abaixo.

CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO DAS FAMÍLIAS			
Cadastrado	Condição de moradia	Reside	Tipologia
ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
AMAURI JUSTINO GONÇALVES	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	ALUGADA	SIM	ALVENARIA
ANTONIO FERREIRA DE JESUS	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
CEDENIR MACHADO AUGUSTO	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
EDINALDO RAMPAZO	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
ELEUTERIO COUTO DE MELO	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
FRANCISCO TARGANSKI	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
HELI ROBERTO DOS SANTOS	PRÓPRIA	SIM	MISTA
JACKSON CHAVES ELIAS	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
JOÃO BILISSTKI	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
JORGE VICENTE DA SILVA	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
JOSÉ ROBERTO FREIRE	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
LEOPOLDODINO RIBEIRO	ALUGADA	SIM	MADEIRA
MANOEL FRANCISCO DE SALES	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
MANOEL GICELIO DA SILVA	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
MARCONDES CASTILHO	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
NATALINO CARDOSO	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

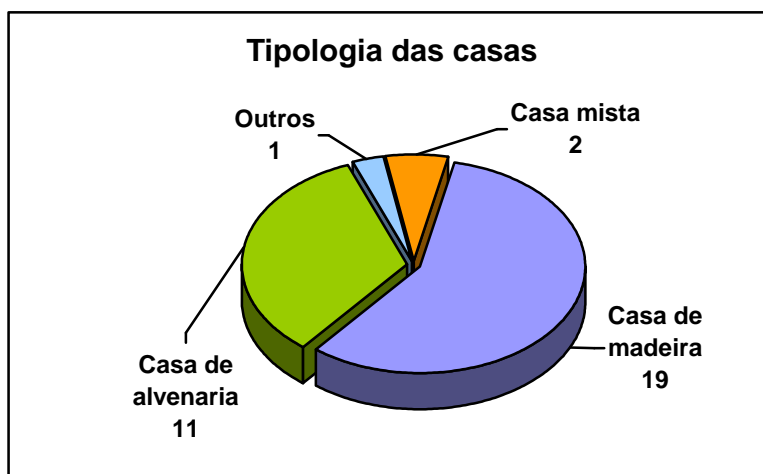
CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO DAS FAMÍLIAS			
Cadastrado	Condição de moradia	Reside	Tipologia
NELSON MACHADO	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
RAFAEL AUGUSTO	PRÓPRIA	SIM	LONA
RAIMUNDO NONATO MIRANDA	ALUGADA	SIM	MADEIRA
REINALDO GOMES DA SILVA	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
ROBERTO CARLOS DA SILVA	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
ROBERTO LEME DA SILVA	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
SEBASTIÃO AROLDO RODRIGUES SILVA	PRÓPRIA	SIM	ALVENARIA
SEBASTIÃO DOMINGOS	PRÓPRIA	SIM	MISTA
SIDNEI MACHADO AUGUSTO	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA
TADEU WILCZAK	PRÓPRIA	SIM	MADEIRA

**TABELA 9** – Características da habitação das famílias

Os dados expostos acima contribuem para compreender a situação socioeconômica das famílias, principalmente no que consta a estabilidade referente à moradia e direcionamento de alguns custos mensais, a exemplo da isenção de aluguel para a maioria.

Ressalta-se que o Sr. Manoel Gicelio da Silva, que reside em Alta Floresta, passa a semana em seu ofício acampado com uma barraca de lona, em diferentes pontos das ilhas de acordo com a pesca, e, no fim de semana retorna para sua residência em Alta Floresta para realizar a venda de seus produtos.

O gráfico 1 abaixo ilustra a distribuição por constituição material das residências.



**GRÁFICO 1** – Tipologia das Casas.

A única incidência da categoria “outros” se refere à uma casa de lona. O caso pertence ao Sr. Rafael Augusto e diferencia-se dos demais, na ocasião da entrevista o mesmo relatou que possuía uma casa de madeira, no entanto quando a família estava ausente toda a estrutura foi roubada, inclusive os bens pessoais. A família relatou que de acordo com as suas possibilidades financeiras reestruturaram a residência com material de lona.

## b) Perfil Sociocultural das famílias

As questões referentes à educação, saúde e lazer, utilizados pelas famílias cadastradas são abordadas neste tópico.

A próxima tabela referencia-se ao tempo de moradias nas residências mencionadas.

TEMPO DE MORADIA	
Tempo de moradia	Famílias
Menos de 5 anos	06
5 - 10 anos	09
10 - 20 anos	08
Mais de 20 anos	10
<b>Total</b>	<b>33</b>

TABELA 10 – Condições de moradia.

Nota-se que a maioria das famílias (54%) reside na moradia citada por um longo período, de 10 anos acima, este fator pode revelar aspectos de pertencimento significativos com o local e vizinhança.

As tabelas 11 e 12 apresentam o grau de alfabetização e escolaridade dos moradores, relacionando à faixa etária dos mesmos. Foram somente registrados aqueles que não se encontravam inseridos em nenhum sistema de ensino na ocasião deste estudo, estudantes não constam.

Grau de Alfabetização	Moradores <sup>2</sup>	Faixa etária
Analfabetos/Assina o nome	08	48 – 103 anos
1ª a 4ª série do Ensino Fundamental incompleto	28	28 - 67 anos
1ª a 4ª série do Ensino Fundamental completo	06	30 – 55 anos
5ª a 9ª série do Ensino Fundamental incompleto	13	15 – 56 anos
5ª a 9ª série do Ensino Fundamental completo	06	14 – 51 anos
Ensino Médio incompleto	03	27 – 54 anos
Ensino Médio completo	04	31 – 60 anos
<b>Total</b>	<b>68</b>	-

TABELA 11 – Grau de alfabetização e escolaridade dos moradores.

Nota-se que aproximadamente 8% dos entrevistados se enquadram na categoria dos analfabetos. O nível de escolaridade é consideravelmente baixo, sendo que 33,3% da população frequentou a escola até o 4º ano do ensino fundamental. A faixa etária desse grupo destaca-se por ser avançada, retratando a realidade do sistema educacional brasileiro até algumas décadas atrás.

As principais motivações e dificuldades que levam a esse cenário podem ser justificadas pelo abandono dos estudos em troca do trabalho agrícola ou urbano, o histórico da família, a falta de políticas públicas de incentivo à educação, a centralização dos estabelecimentos de ensino e dificuldades de acesso pela precariedade do transporte escolar, entre outras.

<sup>2</sup> Contabiliza somente aqueles que não estão estudando no momento, nunca estudaram ou já pararam de estudar.



## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Entretanto este panorama vem se alterando nas últimas décadas com a criação de políticas públicas de incentivo à educação, a facilidade de acesso e mobilidade e a própria valorização da educação no núcleo familiar. Sendo assim, dos 34 cadastrados que se encontram em idade escolar (dos 06 aos 18 anos) ou ainda não estão inseridos no sistema de ensino em seus respectivos níveis, nota-se que 01 (uma) criança frequenta creche conforme ilustra a tabela abaixo.

ESTUDANTES E ESCOLARIDADE		
Nível de ensino	Estudantes	Faixa etária
Ainda não estudam	09	Menos de 4 anos
Creche	01	4 anos
Cursando 1ª a 4ª série ensino fundamental	06	07 - 10 anos
Cursando 5ª a 9ª série ensino fundamental	12	12 – 17 anos
Cursando Ensino Médio	05	14 – 18 anos
Cursando Superior	01	21 anos
<b>Total</b>	<b>34</b>	-

**TABELA 12** – Distribuição dos estudantes cadastrados.

Em relação à saúde são apresentados nas tabelas a seguir os tipos de doenças ocorridas nas famílias, bem como o atendimento médico-hospitalar procurado em caso de necessidade e, por fim, a distância percorrida para chegar ao ponto de atendimento.

DOENÇAS JÁ OCORRIDAS NAS FAMÍLIAS CADASTRADAS	
Tipo de doença	Nº de respostas
DENGUE	09
MALÁRIA	13
DERRAME CARDIOVASCULAR/PROBLEMAS CARDÍACOS	02
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS/PNEUMONIA	03
HEPATITE	03
OUTROS	02
NÃO OCORRERAM DOENÇAS	13

**TABELA 13** – Doenças já ocorridas nas famílias cadastradas.

Não foi observada uma vasta diversificação nos tipos de ocorrências, salientando ainda que o número de famílias que declarou a não incidência de doença é significativa. Destacam-se as doenças causadas por vetores, comuns na região, indicando uma questão de saúde pública.

A respeito dos estabelecimentos de saúde mais procurados, cada um dos entrevistados pôde declarar mais de um tipo de atendimento na área da saúde já que a mesma abrange várias formas de combinação.

ESTABELECEMENTOS DE SAÚDE MAIS PROCURADOS	
Estabelecimento de saúde	Nº de respostas
Posto de saúde	26
Hospital	13
Farmácia	10

**TABELA 14** – Estabelecimentos de saúde mais procurados.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Os estabelecimentos de saúde mais procurados são os postos de saúde, tanto exclusivamente quanto combinados com outros centros (hospitais e farmácias), seguido por hospitais e farmácias. Vale ressaltar que esses atendimentos se encontram nas respectivas cidades de residência das famílias.

Para determinar a distância foram apresentadas para os entrevistados quatro classificações de respostas: “próxima” (para distâncias de até 30 km), “longe” (entre 31 e 50km), “muito longe” (acima de 50km). As respostas foram calculadas por cada estabelecimento citado, sendo assim serão apresentados os números de respostas no gráfico abaixo.

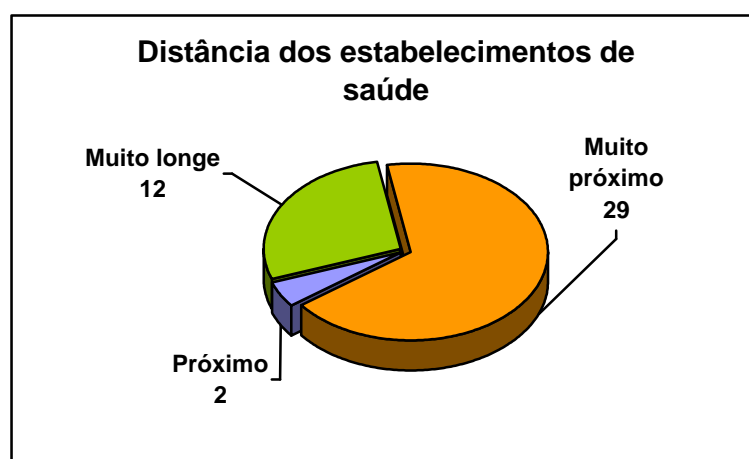


GRÁFICO 2 – Distância dos estabelecimentos de saúde.

Nota-se um aspecto positivo em relação às localidades dos centros de saúde, sendo que a maioria das famílias entrevistadas apresenta fácil acesso aos estabelecimentos que recorrem.

As principais atividades de recreação e formas de lazer mencionadas pelos entrevistados estão listadas na tabela 15.

Atividades de recreação e formas de lazer	Entrevistados
Eventos sociais (bailes/festas/bares)	15
Pesca	16
Banhos de rio/cachoeira	12
Eventos religiosos (cultos/missas)	20
Futebol	07
Outros	05

TABELA 15 – Principais atividades de recreação e formas de lazer dos entrevistados.

### c) Acesso à infraestrutura básica

O acesso aos serviços de infraestrutura básica são um dos indicadores da situação socioeconômica de determinada comunidade ou grupo social, visto que estes podem refletir aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida. A falta de saneamento básico e coleta de lixo, além de prejudicar a saúde da população, elevam os gastos com a saúde pública considerando o tratamento às vítimas de doenças causadas pela falta de abastecimento de

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

água adequada, sistema de tratamento de esgoto e coleta de lixo. O fornecimento de energia elétrica contribui para o bom funcionamento dos demais setores de prestação de serviços.

Estes indicadores revelam uma relação ao grau de concentração ou dispersão da renda, pois à medida que a renda, mesmo não sendo elevada em termos per capita, estiver sendo distribuída de forma mais equitativa, a disponibilidade para o conjunto da população de bens e serviços de infraestrutura consequentemente tende a ser maior.

A tabela 16 a seguir traça um retrato em relação à oferta de serviços públicos por famílias. Estas representadas pelo pescador cadastrado.

**Cadastro Socioeconômico dos Pescadores**

ACESSO A INFRAESTRUTURA BÁSICA					
Famílias	Tipo de serviço				
	Abast. Água	Energia elétrica		Esgot. Sanitário	Coleta de lixo
		Sim	Não		
ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
AMAURI JUSTINO GONÇALVES	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
ANTONIO FERREIRA DE JESUS	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
CEDENIR MACHADO AUGUSTO	RIO TELES PIRES	-	X	A CÉU ABERTO	QUEIMADO
DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	RIO TELES PIRES	-	X	A CÉU ABERTO	ENTERRADO
EDINALDO RAMPAZO	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
ELEUTERIO COUTO DE MELO	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
FRANCISCO TARGANSKI	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
HELI ROBERTO DOS SANTOS	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
JACKSON CHAVES ELIAS	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
JOÃO BILISSTKI	POÇO ARTESIANO	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
JORGE VICENTE DA SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
JOSÉ ROBERTO FREIRE	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
LEOPOLDINO RIBEIRO	POÇO TUBULAR	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
MANOEL FRANSCISCO DE SALES	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
MANOEL GICELIO DA SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	QUEIMADO
MARCONDES CASTILHO	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	POÇO TUBULAR	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
NATALINO CARDOSO	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
NELSON MACHADO	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
RAFAEL AUGUSTO	RIO TELES PIRES	-	X	A CÉU ABERTO	QUEIMADO
RAIMUNDO NONATO MIRANDA	RIO TELES PIRES	-	X	A CÉU ABERTO	QUEIMADO
REINALDO GOMES DA SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
ROBERTO CARLOS DA SILVA	FONTE NATURAL	X	-	FOSSA NEGRA	QUEIMADO
ROBERTO LEME DA SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA SÉPTICA	COLETA PÚBLICA
SEBASTIÃO AROLDO RODRIGUES SILVA	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
SEBASTIÃO DOMINGOS	REDE PÚBLICA	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
SIDNEI MACHADO AUGUSTO	RIO TELES PIRES	-	X	A CÉU ABERTO	QUEIMADO

Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

TADEU WILCZAK	POÇO TUBULAR	X	-	FOSSA NEGRA	COLETA PÚBLICA
---------------	--------------	---	---	-------------	----------------

**TABELA 16** – Acesso a Infraestrutura básica.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

De acordo com a tabela acima, é possível observar que a maioria das famílias e suas residências se encontram em condições favoráveis no tocante ao acesso aos serviços de infraestrutura básica, contando com fornecimento de água pela rede pública ou poço (artesiano ou popular), energia elétrica e coleta pública de lixo.

Contudo, os índices referentes ao esgotamento sanitário revelam-se críticos, uma vez que nenhum dos domicílios tem assistência de rede ou tratamento de esgoto, sendo assim utilizam de fossas sépticas ou rudimentares (negras).

Salienta-se que as famílias dos pescadores Cedenir Machado Augusto, Sidnei Machado Augusto, Raimundo Nonato Miranda, Rafael Augusto e Diocil Tavares dos Santos se destacam à margem destes serviços pela localização de suas residências não possuindo acesso a essas infraestruturas.

A mérito de visualização dos dados expostos na tabela 16, são apresentados os gráficos para ilustrar proporcionalmente as informações coletadas.

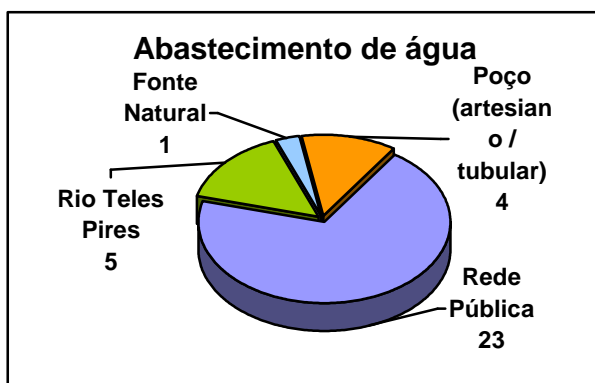


GRÁFICO 3 - Abastecimento de água.



GRÁFICO 4 – Esgotamento Sanitário.

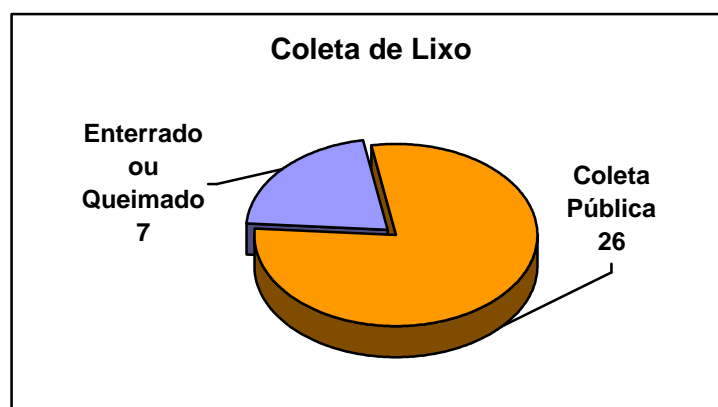


GRÁFICO 5 – Coleta de lixo.



### **6.3. ATIVIDADE PESQUEIRA**

Este tópico abordará as principais características da atividade pesqueira praticada, contemplando os modos de produção, os métodos utilizados e a etapa de comercialização.

#### **a) Características da atividade**

Este tópico é basilar para embasar o monitoramento da atividade pesqueira, fornecendo os instrumentos necessários para a compreensão da atividade em suas diversas dimensões. Primeiramente expõe-se uma caracterização da prática, envolvendo os aspectos da produção e as condições disponíveis pelos pescadores. Logo após, tratar-se-á da forma que se dá a preparação dos produtos para posterior comercialização.

Primeiramente, aponta-se que entre os 33 pescadores, 26 trabalham individualmente, 04 trabalham em conjunto com seus familiares e 03 pescam em grupo, indicando que a prática não é caracterizada como instrumento de socialização ou integração.

A tabela 17 a seguir, apresenta as principais características dos equipamentos e infraestrutura que os pescadores dispõem para o desenvolvimento da prática.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS						
Pescador	Possui instalações de pesca (quant.)	Condição de posse	Possui barco	Condição de posse	Propulsão utilizada	Capacidade da embarcação (kg)
ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA	500
AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA	500
AMAURI JUSTINO GONÇALVES	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	200
ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	-	-	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	200
ANTONIO FERREIRA DE JESUS	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	120
CEDENIR MACHADO AUGUSTO	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	150
DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	200
EDINALDO RAMPAZO	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA	600
ELEUTERIO COUTO DE MELO	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	250
FRANCISCO TARGANSKI	-	-	NÃO	EMPRESTADO	MOTOR DE RABETA	500
HELI ROBERTO DOS SANTOS	- *	-	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA/RABETA	1000
JACKSON CHAVES ELIAS	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	300
JOÃO BILISSTKI	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	500
JORGE VICENTE DA SILVA	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	200
JOSÉ ROBERTO FREIRE	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	600
LEOPOLDINO RIBEIRO	-	-	NÃO	EMPRESTADO	MOTOR DE RABETA	250
MANOEL FRANCISCO DE SALES	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA/RABETA	600
MANOEL GICELIO DA SILVA	02	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA/RABETA	800
MARCONDES CASTILHO	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	700
MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	500
NATALINO CARDOSO	02	PRÓPRIA/TERCEIRO **	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	300
NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	500
NELSON MACHADO	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA	200
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	300
RAFAEL AUGUSTO	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	100
RAIMUNDO NONATO MIRANDA	-	-	NÃO	ALUGADA	MOTOR DE RABETA	200
REINALDO GOMES DA SILVA	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	400
ROBERTO CARLOS DA SILVA	-	-	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA/RABETA	1000
ROBERTO LEME DA SILVA	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	400
SEBASTIÃO AROLDO RODRIGUES SILVA	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	300
SEBASTIÃO DOMINGOS	01	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA/RABETA	400

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

SIDNEI MACHADO AUGUSTO	01	TERCEIRO	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE RABETA	150
TADEU WILCZAK	02	PRÓPRIA	SIM	PRÓPRIO	MOTOR DE POPA	350

\* Não possui instalações de pesca

\*\* No caso do Sr. Natalino a sua 1ª instalação pesqueira é própria, já a 2ª declarada pertence à terceiros.

**TABELA 17** – Características dos equipamentos necessários para a pesca.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

A maioria dos pescadores apresenta boas condições econômicas para exercer o ofício no tocante aos equipamentos, sendo que 28 possuem instalações pesqueiras (próprias ou emprestadas) e 29 possuem barcos próprios.

De acordo com os dados acima é possível inferir que alguns dos pescadores se encontram em situação vulnerável profissionalmente, visto que não possuem completa autonomia no que consta aos principais equipamentos utilizados; dentre estes se destaca o Sr. Raimundo Nonato Miranda que já aparece em situação vulnerável também em relação ao acesso às infraestruturas básicas.

Por meio da análise da capacidade de embarcação é possível também perceber o porte da produção de cada um, o que pode justificar a condição econômica de cada família. A tabela que se segue mostra a produção anual em quilos e valor, bem como a área de abrangência da pesca realizada.

PRODUÇÃO PESQUEIRA ANUAL			
Pescador	Produção anual (kg)	Produção anual (R\$)	Área em que é realizada a pesca (km)
ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	1.060	9.720	04
AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	1.621	38.126	02
AMAURI JUSTINO GONÇALVES	570	4.470	03
ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	3.370	30.140	14
ANTONIO FERREIRA DE JESUS	3.760	35.754	1,5
CEDENIR MACHADO AUGUSTO	890	6.090	03
DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	1.750	15.000	04
EDINALDO RAMPAZO	1.160	16.378	01
ELEUTERIO COUTO DE MELO	7.324	31.480	05
FRANCISCO TARGANSKI	3.744	32.824	08
HELI ROBERTO DOS SANTOS	2.500	21.200	10
JACKSON CHAVES ELIAS	1.108	8.812	NÃO INFORMADO
JOÃO BILISSTKI	1.850	15.700	05
JORGE VICENTE DA SILVA	590	4.488	05
JOSÉ ROBERTO FREIRE	2.000	15.040	05
LEOPOLDINO RIBEIRO	570	4.980	06
MANOEL FRANCISCO DE SALES	13.800	136.600	04
MANOEL GICELIO DA SILVA	2.900	22.100	03
MARCONDES CASTILHO	2.500	23.300	05
MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	14.000	48.400	03
NATALINO CARDOSO	770	3.850	01
NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	2.042	17.804	05
NELSON MACHADO	1.307	10.808	20
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	1.240	17.120	06
RAFAEL AUGUSTO	1.050	5.200	02
RAIMUNDO NONATO MIRANDA	1.200	10.800	02
REINALDO GOMES DA SILVA	16.732	78.252	01
ROBERTO CARLOS DA SILVA	4.170	36.370	02
ROBERTO LEME DA SILVA	360	3.200	03
SEBASTIÃO AROLDI RODRIGUES SILVA	3.251	15.358	04
SEBASTIÃO DOMINGOS	4.150	28.350	60
SIDNEI MACHADO AUGUSTO	890	6.930	03

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

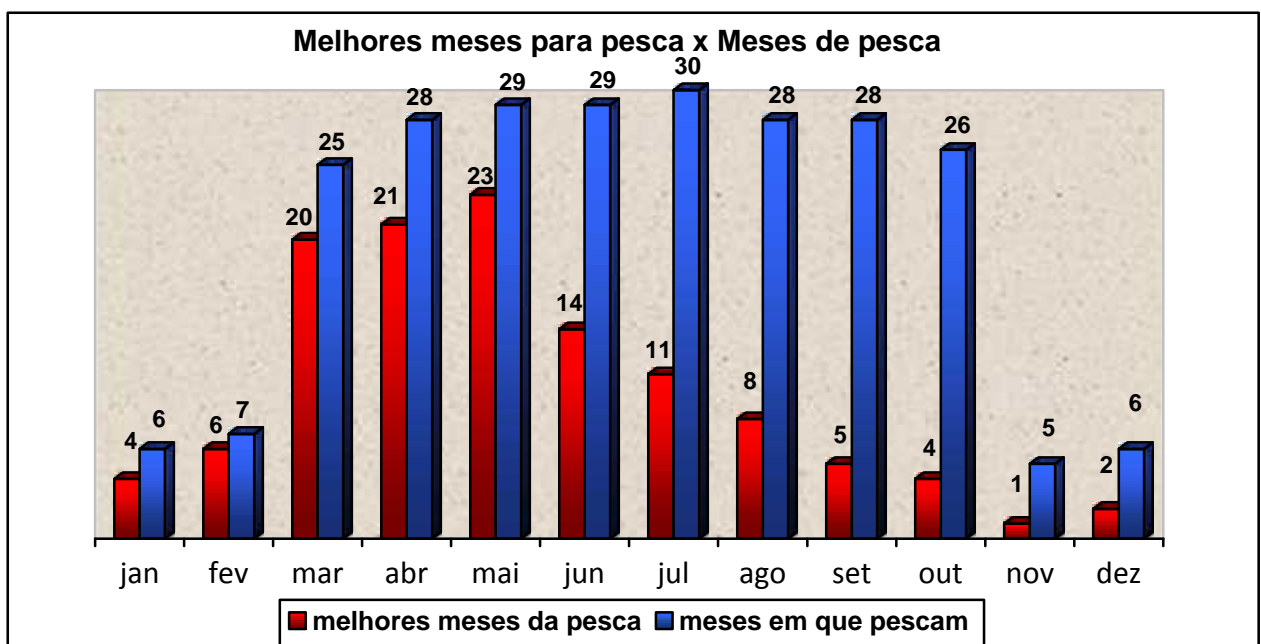
TADEU WILCZAK	830	6.259	01
---------------	-----	-------	----

**TABELA 18** – Relação dos pescadores e a produção anual.

A produção em quilos e os ganhos anuais entre os pescadores revelam-se díspares, apontando para a desigualdade socioeconômica entre as famílias entrevistadas. Por outro lado analisando a área utilizada para a pesca, não se observou relação com os demais dados mencionados acima, revelando que a abrangência espacial de atuação não está necessariamente ligada aos ganhos advindos da prática.

É necessário lembrar que a discrepância de produção e ganhos para alguns pescadores, a exemplo do Sr. Manoel Francisco de Sales, Mario Luiz de Serqueira e Reinaldo Gomes da Silva, serão avaliados no momento do monitoramento, sendo que este estudo registrou o que foi declarado durante a entrevista.

A seguir, são registrados os melhores meses para pesca segundo os pescadores, bem como os meses que estes de fato pescam. Como os entrevistados podiam declarar mais de um mês ou um período do ano, o total corresponde ao número de respostas e não de entrevistados.



**GRÁFICO 6** – Melhores meses para a pesca x meses que pescam.

Considerando o período de Piracema do Rio Teles Pires, que vai de novembro a fevereiro, constata-se que a maioria dos pescadores pesca nos meses restantes, sendo que 04 dos 33 pescadores declaram pescar durante o ano todo. No que diz respeito aos dias da semana dedicados à atividade, dos 33 pescadores, 23 declaram atuar de segunda a sexta, 09 todos os dias e 01 aos fins de semana.

Quanto aos métodos de pesca mais utilizados, observa-se que 48,5% utilizam exclusivamente anzol, 45,5% utilizam anzol e espinhel, e 6% utilizam anzol e rede, conforme o gráfico abaixo indica.

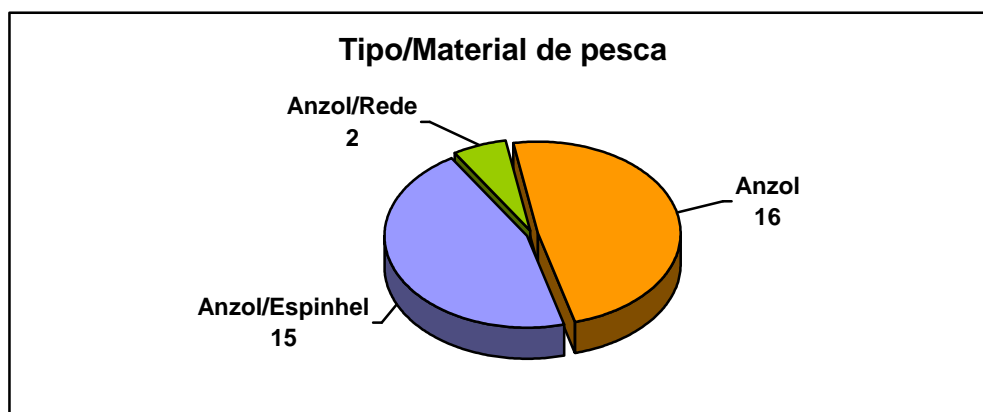


GRÁFICO 7 – Tipo/Material de pesca.

O gráfico revela que todos os pescadores utilizam o anzol, exclusivamente ou combinado a outros métodos. O uso do espinhel, apesar de ser proibido pela Lei nº 9.096 de 16/01/2009, Artº 25 do Capítulo VI referente à Pesca Depredatória, ainda é empregue largamente na região, entre os entrevistados representa aproximadamente 50%. A utilização deste método confere ilegalidade à prática, classificando-se como infração e sujeitando os infratores às penalidades previstas em lei.

A respeito dos peixes mais capturados ou visados pelos entrevistados, a tabela abaixo os identifica por número de respostas, visto que se possibilitou elencar os preteridos.

OS PEIXES MAIS PESCADOS		
Peixes		Nº de respostas
1º	MATRINXÃ	32
2º	PACÚ	30
3º	JAÚ	28
4º	PIAU/TRAIRÃO	26/25
5º	PIRÁIBA	23
6º	PINTADO	18
7º	CACHARA	16
8º	CURVINA/TUCUNARÉ	12
9º	BICUDA/CACHORRA	09/08
10º	OUTROS*	13
<b>Total</b>		<b>252</b>

\* A Categoria Outros Inclui os peixes: Curimba, Lambari, Paratipinga, Piau-Zebra, Piranambu, Piranha, Tabari e Tambaqui.

TABELA 19 – Peixes mais visados pelos pescadores.

Os dados acima expõem os peixes mais procurados pelos pescadores, estes são: o Matrinxã, Pacú, Jaú, Piau e Trairão, aparecendo com número de respostas equivalentes. Sendo assim, são estas as espécies que se devem atentar durante o monitoramento, tanto no âmbito da preservação da comunidade ictia, quanto na manutenção da condição de pesca do público alvo.

**b) Modos de produção e comercialização.**

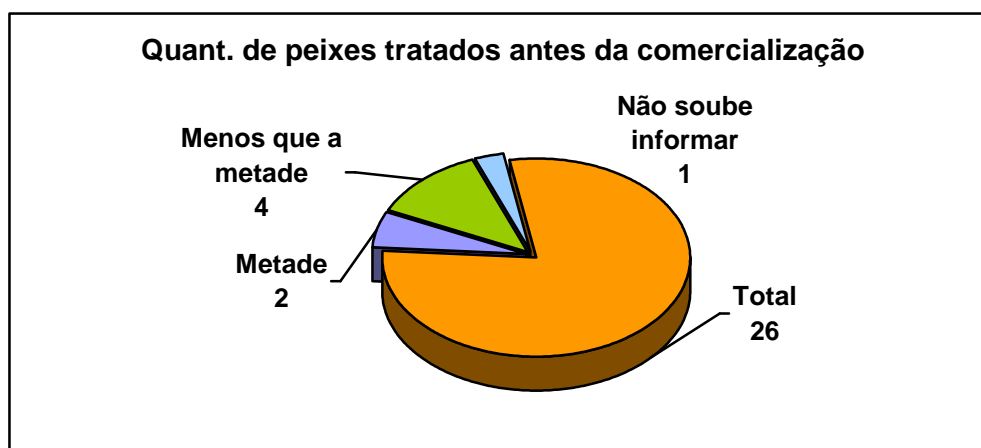


## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Neste tópico, são descritos os principais métodos adotados para o tratamento da produção, incluindo aspectos de conservação, os fornecedores para beneficiamento entre outros; logo após será abordada a comercialização do pescado.

Todos os pescadores entrevistados declararam que realizam o tratamento do peixe antes da comercialização do mesmo, no entanto as respostas diferem quando se trata das formas em que este processo é executado.

A respeito da quantidade de peixes que são tratados antes da comercialização, o gráfico 8 retrata a proporção das respostas.



**GRÁFICO 8** – Quantidade de peixes tratados antes da comercialização.

Logo, constatou-se que a maioria (correspondente a 79%) faz o tratamento total do pescado antes da comercialização, 12% trata menos da metade do pescado, 6% tratam metade e somente 01 pescador (3%) não informou a quantidade.

No tocante ao local onde os peixes são tratados antes da sua comercialização, a maioria dos entrevistados (72%) declarou que o fazem durante a pesca, 18% em casa e 9% tratam parte durante a pesca e parte em casa, conforme ilustra o gráfico 9.



**GRÁFICO 9** – Local de tratamento da pesca.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

Tratando-se da preparação dos produtos, uma vez feita a captura dos peixes, 31 indivíduos entre os pescadores declaram conservar o pescado em gelo, e dos 02 pescadores restantes, 01 afirmou conservar o pescado em freezer e o outro não informou.

Entre os entrevistados que utilizam gelo para conservação, 09 recorrem às fábricas de gelo, sendo que a mais mencionada foi a Fábrica de Gelo Zero Grau, presente em Alta Floresta e Paranaíta, e 08 indicaram os Mercados Triunfo e Quero Mais, em Paranaíta. As demais respostas foram para postos de gasolina e peixarias locais.

A comercialização da pesca é outro item fundamental para a finalidade deste relatório, sendo que é necessário conhecer os principais pontos de venda procurados pelos pescadores para que se possam aferir as possíveis interferências causadas pela implantação do empreendimento.

A tabela 20 que segue identifica os principais pontos de venda, bem como o município a que pertence. Vale lembrar que um pescador pode comercializar seus produtos para mais de um local e que 10 pescadores declararam comercializar seus produtos em suas residências, portanto não constam na tabela.

LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	
Paranaíta	
Locais de comercialização	Nº de respostas
MERCADO OU FEIRA	06
ATRAVESSADOR	03
PEIXARIA	01
CASA	04
Alta Floresta	
MERCADO OU FEIRA	06
ATRAVESSADOR	05
PEIXARIA	08
LANCHONETE	01
RESTAURANTE	02
CASA	06

TABELA 20 – Locais de comercialização.

Logo, observa-se que os principais locais para a comercialização da pesca são os mercados, feiras e peixarias, não obstante o papel do atravessador, que tem a função de mediador entre o pescador e o destino final de sua produção.

A seguir, a tabela 21 identifica a forma pela qual cada pescador registra as suas vendas, bem como há quanto tempo utilizam este método.

FORMA QUE É REALIZADO O REGISTRO DE VENDA			
Pescador	Registro de venda	Tempo de utilização do recurso	Local de Desembarque
ADRIANO ROBERTO JOCHIMES	NÃO REGISTRA	-	RIO TELES PIRES
AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	NÃO REGISTRA	-	DIRETO COM O ATRAVESSADOR

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

AMAURI JUSTINO GONÇALVES	NÃO REGISTRA	-	PORTO DA Balsa CAJUEIRO
ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	CADERNETA	MAIS DE 24 MESES	PARANAÍTA/ALTA FLORESTA
ANTONIO FERREIRA DE JESUS	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	Balsa DA VACA BRANCA
CEDENIR MACHADO AUGUSTO	NOTA FISCAL	NÃO INFORMOU	PEIXARIA
DIOCIL TAVARES DOS SANTOS	NÃO REGISTRA	-	PORTO DA Balsa CAJUEIRO
EDINALDO RAMPAZO	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	RESTAURANTE
ELEUTERIO COUTO DE MELO	NOTA FISCAL	NÃO INFORMOU	Balsa DA VACA BRANCA
FRANCISCO TARGANSKI	NÃO REGISTRA	-	PORTO DA Balsa CAJUEIRO
HELI ROBERTO DOS SANTOS	NOTA FISCAL	1 A 6 MESES	MERCADO
JACKSON CHAVES ELIAS	NÃO REGISTRA	-	Balsa DA VACA BRANCA
JOÃO BILISSTKI	NÃO REGISTRA	-	PARANAÍTA
JORGE VICENTE DA SILVA	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	PEIXARIA SÃO PEDRO
JOSÉ ROBERTO FREIRE	D.P.I.*	-	Balsa DA VACA BRANCA
LEOPOLDINO RIBEIRO	NÃO REGISTRA	-	ALTA FLORESTA
MANOEL FRANCISCO DE SALES	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	PARANAÍTA/ALTA FLORESTA
MANOEL GICELIO DA SILVA	NÃO REGISTRA	-	Balsa DA VACA BRANCA
MARCONDES CASTILHO	NÃO REGISTRA	-	ALTA FLORESTA
MARIO LUIZ DE SERQUEIRA	NOTA FISCAL	1 A 6 MESES	Balsa DA VACA BRANCA
NATALINO CARDOSO	NÃO REGISTRA	-	PORTO DA Balsa CAJUEIRO
NELSON LUIZ RODRIGUES SILVA	NOTA FISCAL	6 A 12 MESES	ALTA FLORESTA
NELSON MACHADO	NÃO REGISTRA	-	Balsa DA VACA BRANCA
OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	PORTO DA Balsa CAJUEIRO
RAFAEL AUGUSTO	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	Balsa DA VACA BRANCA
RAIMUNDO NONATO MIRANDA	NÃO REGISTRA	-	PORTO DA Balsa CAJUEIRO
REINALDO GOMES DA SILVA	CADERNETA	1 A 6 MESES	ALTA FLORESTA
ROBERTO CARLOS DA SILVA	NOTA FISCAL	1 A 6 MESES	ALTA FLORESTA
ROBERTO LEME DA SILVA	CADERNETA	MAIS DE 24 MESES	ALTA FLORESTA
SEBASTIÃO AROLDI RODRIGUES SILVA	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	PEIXARIA
SEBASTIÃO DOMINGOS	NÃO REGISTRA	-	NO COMÉRCIO
SIDNEI MACHADO AUGUSTO	NOTA FISCAL	MAIS DE 24 MESES	PEIXARIA
TADEU WILCZAK	NÃO REGISTRA	-	PORTO DA Balsa CAJUEIRO

\* Declaração de Pesca Individual – DPI (Art. 14 Lei nº 9.096 de 16/01/2009)

**TABELA 21** – Como é feito o registro de vendas.

De acordo com a tabela acima, dos 33 entrevistados, 15 (45,5%) não fazem registro de suas vendas, 14 (42,4%) utilizam nota fiscal e 03 (9,1%) utilizam caderneta somente 01 (3%)

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

entrevistado declarou utilizar DPI. Estes dados apontam que uma parte significativa dos entrevistados não possui registro oficial de suas vendas, conferindo informalidade ao processo.

A regularização da comercialização do pescado é preconizada como fundamental para a legalidade do ofício do pescador profissional, de acordo com a Lei nº 9.096 mencionada anteriormente, Capítulo V:

**Art. 23.** O produto pesqueiro será preservado de modo que permita sua fiscalização, devendo os exemplares ser mantidos com cabeça, escamas, couro e em local de fácil acesso.

§ 1º Excetua-se das exigências do caput deste artigo o estoque de até 100 Kg (cem quilogramas) de pescado para comercialização ou utilização final, mantida a exigência da Guia de Controle de Pescado ou Nota Fiscal

Sobre o local de desembarque a tabela mostrou respostas diversificadas. Enquanto alguns entrevistados foram mais específicos, identificando os locais, outros pescadores se limitaram a identificar o município onde se centraliza os pontos de desembarque. É importante ressaltar que a Balsa da Vaca Branca e o Porto da Balsa do Cajueiro localizam-se em Paranaíta.

### c) Perspectivas e percepções sobre a atividade.

Para finalizar este tópico, os entrevistados foram questionados sobre a dificuldade para comercialização da produção e as respectivas justificativas das respostas, sendo assim 17 deles declararam que sim, encontram dificuldade (correspondendo a 51,5%) e 16 que não encontram dificuldades, (correspondendo a 48,5%) o que revela pontos de vista equitativos.

A respeito das justificativas, dos 17 pescadores que afirmaram ter dificuldades para comercialização, o gráfico 10 ilustra as respostas mais recorrentes, lembrando que nesta questão foi possível assinalar mais de uma resposta.



De acordo com o gráfico apesar de duas categorias terem se sobressaído (a dificuldade nas vendas e a falta de financiamento), não há grandes disparidades entre as respostas.

A próxima questão inquiriu se algum membro do núcleo familiar já participou de cursos de especialização relacionados à atividade pesqueira, revelando que somente 06 pescadores

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

declararam que sim, sendo que 05 realizaram curso de Pilotagem de Embarcação e 01 indivíduo participou de um curso de Pesca Profissional.

A respeito do interesse em participar de algum curso de capacitação de qualquer natureza, 25 pescadores (75,7%) se manifestaram positivamente, entre as principais preferências destacam-se as que tiveram mais ocorrências:

PREFERÊNCIA POR CURSOS DE CAPACITAÇÃO	
Curso	Nº de respostas
Relacionados à pesca e embarcações	16
Motorista e operação de máquinas pesadas	04
Turismo e artesanato	04
Outros	06

\* A categoria Outros inclui cursos de Informática, Culinária, Pedreiro, Preservação do Meio Ambiente e Vigilante.

**TABELA 22** – Preferências por cursos de capacitação.

De acordo com os dados expostos, foram poucas ocorrências de indivíduos que tenham participado de algum curso relacionado à pesca, por outro lado 48,5% manifestaram interesse, fato significativo para planejamento de projetos futuros. É interessante salientar também que além dos cursos que apresentaram maior recorrência, houve diversidade de respostas entre as preferências, fato que deverá ser levado em consideração, principalmente considerando a população dos entrevistados (incluindo as famílias) que totalizam 102 indivíduos.

#### 6.4. EXPECTATIVAS DOS PESCADORES

Este tópico foi abordado com questões abertas para saber qual a expectativa dos entrevistados quanto à implantação da UHE Teles Pires, contemplando respostas de caráter subjetivo o que possibilita conhecer o ponto de vista deste público. As perguntas serão apresentadas em sua íntegra e as respostas mais recorrentes ou pertinentes para esta análise são expostas.

##### **Se sentem satisfeitos com a atividade exercida?**

Nesta questão 26 pescadores afirmaram que sim, mostrando um alto índice de contentamento e 07 afirmaram que não estão satisfeitos. Quanto às justificativas mais citadas, duas se destacaram equivalentemente no tocante a recorrência: que a pesca é a fonte de renda pessoal ou da família e a outra é que simplesmente gostam do que fazem e do ambiente de trabalho. Outras que apareceram com menos frequência baseavam-se no fato que a pesca ajuda nas despesas, ganhando o suficiente para sobreviver.

Entre aqueles que responderam não estarem satisfeitos as respostas variaram entre: baixo rendimento, a renda que obtinham antes não é a mais a mesma de antigamente, falta de peixes e que com a implantação de hidrelétricas na região, os peixes estão sumindo.

##### **Quais os planos futuros para a família?**

Entre as respostas mais recorrentes destacaram-se os planos referentes à aquisição ou construção de residência própria, ou a reforma da residência, seguido do aprimoramento dos estudos, tanto para si próprio, quanto para garantir a educação dos filhos; compra de carro ou barco e almejar uma colocação profissional melhor da atual exercida por meio do emprego formal assalariado.



**Acha que o empreendimento pode provocar alguma mudança nas condições de vida de sua família? Quais?**

Entre os pescadores, 30 acreditam que haverá mudanças para as famílias tendo em vista a implantação da UHE Teles Pires. A maioria dos entrevistados acredita que ocorrerão efeitos negativos para a atividade pesqueira, prejudicando sua fonte de renda. As demais respostas foram esparsas, cita-se o exemplo do pescador Raimundo Nonato Miranda que trabalha também como piloto de balsa (conforme mencionado na tabela 5) e acredita que essa sua função também será prejudicada.

**Quais os principais problemas e/ou conflitos levantados pela comunidade pesqueira?**

Entre os pescadores entrevistados, 07 não souberam ou não quiseram responder a pergunta, 13 afirmaram que não existem problemas na região, restando 12 pescadores que informaram problemáticas.

A resposta mais recorrente, mencionada por 06 entrevistados foi a respeito da falta de segurança no local, o que inclui roubo de pertences e “falta de respeito”; 02 pescadores mencionaram a existência de pescadores clandestinos e as demais respostas foram variadas incluindo um conflito pessoal entre dois pescadores envolvendo limites territoriais.

**Sugestões para a melhoria da atividade pesqueira na região**

As respostas para esta questão foram variadas, sendo que se repetiram equivalentemente as que se referem à cursos de capacitação e profissionalizantes, ações de preservação da ictiofauna, (suspender a pesca por determinado tempo e campanhas de soltura de alevinos nos rios), investimentos governamentais para a pesca, maior apoio da cooperativa, financiamento para compra de material, instalação de tanques de peixe e facilidades para tirar a carteira de pescador. 09 pescadores não quiseram/souberam opinar.

**Sugestões de opções de lazer para quando o reservatório for formado?**

A criação de praias artificiais foi a sugestão mais citada, por 22 entrevistados, seguida de criação de clubes, quiosques e quadras para a prática de esportes com 06 ocorrências e 02 pescadores mencionaram a instalação de um tanque de peixes.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve a finalidade de caracterizar os pescadores que atuam na área potencialmente atingida pela implantação da UHE Teles Pires e suas respectivas famílias, bem como a atividade pesqueira praticada por este grupo. As informações e análises contidas neste relatório serão basilares para o desenvolvimento do P-43 e o planejamento de ações referentes ao Programa.

Foram constatados 33 pescadores potencialmente afetados pela instalação da usina, 12 destes participam da cooperativa Colônia Z-16, que auxiliou na identificação e localização dos entrevistados, e, considerando as famílias totaliza-se uma população de 102 pessoas. Entre os pescadores entrevistados, 16 declararam a pesca como a única fonte de renda e 29 como a atividade comercial principal.

A localidade da residência dos pescadores e suas famílias dividem-se equivalentemente entre Paranaíta e Alta Floresta, sendo que 48% destes são ribeirinhos do rio Paranaíta, do rio Teles Pires ou de ambos.

Referente à obtenção da licença de pescador revelou-se que 16 pescadores possuem registro oficial, 02 tem licença de pescador amador e o restante não possui registro, contudo é importante ressaltar que a maioria dos pescadores já pratica este ofício há um longo período, visto que 26 trabalham na área há no mínimo 10 anos.

Tratando-se da situação socioeconômica das famílias, os dados levantados mostram que renda familiar concentra-se entre 1 e 2, e 2 e 5 salários, demonstrando uma condição favorável, essa informação convém para a compreensão do panorama geral não evidenciando, no entanto, a particularidade de cada família que pode ter mais ou menos integrantes que as outras. Outro fator que corrobora para esta análise é que a maioria das famílias possui casa própria o que confere estabilidade financeira.

No que diz respeito aos índices de escolaridade e alfabetização, a população entrevistada acompanha o padrão do estado do Mato Grosso, sendo cerca de 8% dos entrevistados que se declaram analfabetos e 8,5% no estado (IBGE, 2010).

O estudo permitiu perceber que a maioria das famílias tem acesso aos serviços básicos de infraestrutura, com exceção dos pescadores que se localizam mais distantes dos núcleos urbanos.

Sobre a atividade pesqueira, foco desse relatório, grande parte dos pescadores dispõe de estrutura própria para desempenho das atividades, como instalações pesqueiras e barcos, por outro lado a produção de cada um é distinta, apontando as possíveis disparidades socioeconômicas entre as famílias.

Os peixes mais procurados pelo público alvo são o Matrinxã, Pacú, Jaú, Piau e Trairão, que obtiveram praticamente o mesmo número de respostas, logo estas espécies deverão ter atenção especial durante o monitoramento. Todos os entrevistados afirmaram fazer o tratamento de todo o pescado antes da comercialização, sendo que a maioria o faz durante a pesca.

## Cadastro Socioeconômico dos Pescadores

---

De acordo com as informações levantadas, o período de março à outubro é considerado o melhor para a pesca e é quando a maioria dos pescadores se dedica a atividade, evidenciando coerência com o período de Piracema na região.

Outro aspecto significativo refere-se aos locais procurados para a compra de matéria prima para o tratamento e conservação da produção, os locais mais citados entre os entrevistados foram a Fábrica de Gelo Zero Grau, o Mercado Triunfo e o Mercado Quero Mais. Os principais locais para a comercialização são mercados, feiras e peixarias, visto que o município mais procurado é Alta Floresta; os atravessadores também tem papel de destaque neste processo.

A respeito do controle da comercialização, destaca-se que 45% dos pescadores não fazem registro de suas vendas e dos que fazem 42% utilizam nota fiscal; quanto à questão das principais dificuldades encontradas na comercialização as justificativas mais recorrentes levantadas foram sobre a dificuldade de venda, falta de financiamento e o baixo preço dos produtos.

É importante destacar que 25 pescadores se manifestaram positivamente para participar de cursos de capacitação e/ou profissionalizantes, uma vez que 16 destes indicaram preferência na área da pesca e embarcações.

Por fim, é possível perceber que, salvo alguns casos, as condições socioeconômicas do grupo sob análise não são de extrema vulnerabilidade e que a pesca representa um papel central para a manutenção dos modos de vida das famílias, social, econômica e culturalmente, lembrando que ao todo 26 pescadores afirmaram se sentirem satisfeitos com o ofício.

Esse estudo de maneira geral caracteriza-se como um levantamento inicial que servirá de subsídio para o desenvolvimento do monitoramento da atividade pesqueira, visto que indica para a avaliação posterior algumas questões que poderão ser acompanhadas e confirmadas pela equipe competente.

## 8 REFERÊNCIAS

COSTA, Reginaldo Vieira da. **Percepção ambiental de pescadores do rio Teles Pires em Alta Floresta-MT: Um diálogo com a educação ambiental**. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais, 112 p. Cáceres: UNEMAT, 2009.

IBGE, 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: maio, 2007.

EPE/LEME-CONCREMAT – **EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da UHE Teles Pires**. Setembro de 2010.

JGP – Consultoria e Participações Ltda. **P-43 – Programa de monitoramento da Atividade Pesqueira**. Companhia Hidrelétrica Teles Pires. Julho de 2011.

## 9 ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Questionário do CSE

**Anexo 1 – Modelo de Questionário do CSE**



## QUESTIONÁRIO CADASTRO SOCIOECONÔMICO DE PESCADORES

### UHE TELES PIRES

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

Cadastro n°: \_\_\_\_\_ Município do cadastramento: \_\_\_\_\_

Cadastrador(a): \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Digitador(a): \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsáveis Técnicos:

Denise Marie Gerent – Assistente Social – Registro: CRESS SC 4475 – CTF IBAMA 3593910

Fabian Busnardo – Engenheiro Agrônomo – Registro: CREA 089285-4 – CTF IBAMA 5252610

#### 2. DADOS CADASTRAIS

Nome Completo (Apelido): \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

(DDD) Celular: \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ (DDD) Residencial: \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Outro: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município/Estado: \_\_\_\_\_

A propriedade está situada na área: ( ) Urbana ( ) Rural

É assentado do INCRA? ( ) Sim ( ) Não

Coordenas (GPS) \_\_\_\_\_

a) É ribeirinho do rio Teles Pires? ( ) Sim ( ) Não

b) É ribeirinho do rio Paranaíta? ( ) Sim ( ) Não

Tempo de residência neste endereço:

( ) < 1 ano ( ) 1 ano ( ) 2 anos ( ) 3 anos ( ) 4 anos ( ) 5 anos ( ) > 5 anos

( ) > 10 anos ( ) > 20 anos

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



#### 4. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE DE RESIDÊNCIA

a) Área total da Propriedade de residência: \_\_\_\_\_ ( ) hectares ou ( ) m<sup>2</sup>

b) Condições de moradia: ( ) Casa Própria ( ) Casa Alugada

c) Tamanho da casa: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> N° de cômodos da casa: \_\_\_\_\_

d) Tipologia:

- Alvenaria  
 Madeira  
 Mista  
 Outra \_\_\_\_\_

e) Luz elétrica:

- Sim  
 Não

f) Abastecimento de água:

- Rede pública  
 Poço artesiano  
 Poço tubular  
 Poço cacimba  
 Fonte natural (riacho)  
 Fonte natural (vertente)  
 Outra forma: \_\_\_\_\_

g) Esgoto:

- A céu aberto  
 Fossa séptica  
 Fossa negra  
 Rede comunitária  
 Direto no rio

h) Lixo doméstico:

- Enterrado  
 Coleta pública  
 Queimado  
 Jogado no mato/roça

i) Possui Instalações pesqueiras? ( ) Sim ( ) Não

Quantidade \_\_\_\_\_

Área total da 1ª instalação: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> Propriedade ( ) própria ( ) de terceiro \_\_\_\_\_

Área total da 2ª instalação: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> Propriedade ( ) própria ( ) de terceiro \_\_\_\_\_

Área total da 3ª instalação: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> Propriedade ( ) própria ( ) de terceiro \_\_\_\_\_

Área total da 4ª instalação: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> Propriedade ( ) própria ( ) de terceiro \_\_\_\_\_

Área total da 5ª instalação: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> Propriedade ( ) própria ( ) de terceiro \_\_\_\_\_

i) Despesas mensais da residência:

Aluguel: R\$ \_\_\_\_\_ Alimentação: R\$ \_\_\_\_\_ Água: R\$ \_\_\_\_\_

Energia: R\$ \_\_\_\_\_ Medicação: R\$ \_\_\_\_\_ Gás: R\$ \_\_\_\_\_

#### 5. ATIVIDADE PESQUEIRA

a) Esta atividade é:  Atividade comercial principal  Atividade comercial complementar  
 Lazer  Consumo Familiar: \_\_\_\_\_ kg/dia

b) Possui registro oficial de pescador? ( ) Sim Nº \_\_\_\_\_ ( ) Não

c) Informar:

Peixe (espécie)	Tipo de pesca				Local		Média anual vendida (kg)	Valor anual vendido (R\$)
	Anzol	Rede	Espinhel	Tarrafa	Rio*	Açude/Tanque		
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								
9.								
10.								
<b>TOTAL</b>								

\* Local de pesca: (1) Rio Paranaíta (2) Rio Teles Pires (3) Outros

d) Qual a dimensão da área do rio em que a atividade pesqueira é realizada? \_\_\_\_\_ km

e) Local em que é desenvolvida a pesca:

Gleba \_\_\_\_\_, Lote \_\_\_\_\_,  
 Localidade \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_,  
 Coordenadas (GPS) \_\_\_\_\_

f) Utiliza gelo para a conservação do pescado? ( ) Sim ( ) Não

Caso a resposta seja afirmativa, esse gelo é originário de: ( ) Casa

( ) Fábrica de gelo do município de: \_\_\_\_\_

g) Caso o beneficiamento seja feito na propriedade, quais são os fornecedores de matéria-prima?

Nome: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

h) Tempo que exerce a Atividade:

( ) < 1 ano ( ) 1 ano ( ) 2 anos ( ) 3 anos ( ) 4 anos ( ) 5 anos ( ) > 5 anos

( ) > 10 anos ( ) > 20 anos

i) Tempo gasto da sua casa ao ponto de pesca: \_\_\_\_\_ hs

j) Permanece no local por quanto tempo: ( ) 1 dia ( ) 2 dias ( ) 3 dias ( ) > de 3 dias

**k) Período da pesca:**

( ) Manhã Início: \_\_\_\_\_ hs Fim: \_\_\_\_\_ hs

( ) Tarde Início: \_\_\_\_\_ hs Fim: \_\_\_\_\_ hs

( ) Noite Início: \_\_\_\_\_ hs Fim: \_\_\_\_\_ hs

**l) Prática pesca:** ( ) Todos os dias ( ) Segunda a Sexta ( ) Somente nos finais de semana

**m) De que forma:** ( ) Individualmente ( ) Em grupo ( ) Com familiares

**n) Quais os meses considerados bons para a pesca na região?**

( ) Janeiro ( ) Fevereiro ( ) Março ( ) Abril ( ) Maio ( ) Junho ( ) Julho ( ) Agosto

( ) Setembro ( ) Outubro ( ) Novembro ( ) Dezembro

**o) Quais os meses que você costuma pescar?**

( ) Janeiro ( ) Fevereiro ( ) Março ( ) Abril ( ) Maio ( ) Junho ( ) Julho ( ) Agosto

( ) Setembro ( ) Outubro ( ) Novembro ( ) Dezembro ( ) Todos os meses

**p) Utiliza barco?** ( ) Sim ( ) Não

Utiliza outro maquinário, apetrecho ou equipamento? ( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

## 6. DADOS DA EMBARCAÇÃO

**a) Caso utilize barco, o mesmo é:**  Próprio  Alugado  Emprestado

**b) Propulsão utilizada:**

( ) Motor de popa: \_\_\_\_\_ hp ( ) Motor de rabeta: \_\_\_\_\_ hp ( ) Remo

( ) Outros \_\_\_\_\_

**c) Tamanho:** \_\_\_\_\_ m Capacidade da embarcação: \_\_\_\_\_ Kg

**d) Funções na embarcação:**

( ) Pesca ( ) Piloteiro ( ) Guia ( ) Preparador de equipamento ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**e) Caso pilote a embarcação, possui documentação (ARAIIS):** ( ) Sim ( ) Não

## 7. MODOS DE PRODUÇÃO (ATIVIDADE PESQUEIRA) Somente se atividade for comercial

**a) Os peixes são tratados antes de serem comercializados?** ( ) Sim ( ) Não

Quantidade: ( ) Total ( ) Metade ( ) Menos que a metade

**b) Onde o peixe é tratado:**

- ( ) Durante a pesca ( ) No local de comercialização ( ) Em casa ( ) No desembarque  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**c) Locais de comercialização:**

- ( ) Mercado ou feira ( ) Residência ( ) Indústria ( ) Atravessador  
 ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Quais municípios? \_\_\_\_\_

**d) Como é feito o registro da venda, a quanto tempo:**

- ( ) Nota fiscal: ( ) 1 a 6 meses ( ) 6 a 12 meses ( ) 12 a 24 meses ( ) mais de 24 meses  
 ( ) Caderneta: ( ) 1 a 6 meses ( ) 6 a 12 meses ( ) 12 a 24 meses ( ) mais de 24 meses  
 ( ) Não registra

**e) Existe dificuldade na comercialização do pescado? ( ) Sim ( ) Não**

- Se a resposta for afirmativa, justifique: ( ) Falta de financiamento ( ) Dificuldade na venda  
 ( ) Falta na mão de obra ( ) Dificuldade de armazenamento ( ) Baixo preço dos produtos  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

**f) Local do desembarque do pescado:** \_\_\_\_\_

Horários: \_\_\_\_\_

**g) Na sua opinião, qual a quantidade em quilos de pescado capturado por dia é considerada:**

- i) Boa: ( ) < 10 kg ( ) 10 a 30kg ( ) 30 a60kg ( ) 60 a90 kg ( ) 90 a120 kg ( ) > de 120 Kg  
 ii) Regular: ( ) < 10 kg ( ) 10 a 30kg ( ) 30 a60kg ( ) 60 a90 kg ( ) 90 a120 kg ( ) > de 120 Kg  
 iii) Ruim: ( ) < 10 kg ( ) 10 a 30kg ( ) 30 a60kg ( ) 60 a90 kg ( ) 90 a120 kg ( ) > de 120 Kg

## 8. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1) A propriedade possui produção agrícola?  Sim  Não

Plantação	Área plantada (ha)	Produção consumida	Produção vendida	Total da Produção	Valor da venda (R\$)
Milho (saca)					
Feijão (saca)					
Soja (saca)					
Arroz (saca)					
Hortaliças (kg)					
Mandioca (tonelada)					
Cana-de-açúcar (t)					
Laranja (tonelada)					
Outro:					
<b>TOTAL</b>					

2) A propriedade possui produção pecuária?  Sim  Não

Tipo		Quantidade	Consumido	Comercializado	Valor da venda (R\$)
Bovinos de corte (cabeças)					
Bovinos de leite (cabeças)					
Suínos (cabeças)					
Suínos de Integração (Lotes/ano)					
Aves (cabeças)					
Aves de Integração (Lote/Ano)	Frango				
	Perú				
Outro:					

3) Produtos beneficiados pela família:

Produto	Valor da Venda Anual (R\$)	Comercializa
Mel		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Compota de doces		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Melado de Cana		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ovos		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Açúcar mascavo		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cachaça		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Vinhos		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Sabão		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Outros:		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

4) Produção pecuária e derivados:

Produto	Valor da Venda Anual (R\$)	Comercializa
Banha		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Torresmo		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lingüiça		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Queijo		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Leite		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Manteiga		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Outro:		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

## 9. SAÚDE

a) Doenças que já ocorreram na família:

- Dengue     
  Doença respiratória     
  Doença mental     
  Derrame cardiovascular  
 Câncer     
  Tuberculose     
  Hanseníase     
  Febre Amarela  
 Malária     
  Hepatite     
  Não ocorreram doenças

Outras \_\_\_\_\_



b) Atendimento Médico mais utilizado pela família: (utilizar código de distância referente à questão “e”)

Tipo		Localidade	Município	Distância da residência
Particular				
Posto de Saúde				
Hospital				
Farmácia				
Outros:				

1. Muito próximo (Até 5 km)
2. Próximo (6 a 15 km)
3. Longe (16 a 30 km)
4. Muito longe (acima 30 km)

## 10. EDUCAÇÃO

a) Possui estudantes na família?  Sim  Não

Em caso afirmativo, identificar os membros da família que estudam e o local:

Nome do estudante	Série	Nome da Escola	Rede	Localidade	Município

b) Utiliza transporte escolar?  Sim  Não

Se a resposta for afirmativa, a qualidade do transporte é considerada:

( ) Ótima      ( ) Boa      ( ) Regular      ( ) Ruim      ( ) Péssima

Qual o tempo de deslocamento até a escola?

( ) < 10 min.      ( ) 10 a 40 min.      ( ) 40 a 60 min.      ( ) 90 min.      ( ) > 90 min.

c) Considera importante que seus filhos concluam os estudos?  Sim. Por quê?

- ( ) Capacitação para administrar atividades;
- ( ) Aquisição de novos conhecimentos;
- ( ) Ter um emprego formal;
- ( ) Melhor capacitação para participar da vida comunitária;
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Não. Por quê?

- ( ) Estudar vai prejudicar o trabalho familiar;
- ( ) Não adianta estudar para aqueles que pescam;
- ( ) Os filhos não gostam de estudar;
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

d) Alguém da família já realizou algum curso relacionado à atividade pesqueira: ( ) Sim ( ) Não

- ( ) Pesca esportiva;
- ( ) Conservação do pescado;
- ( ) Curso de pilotagem de embarcação;
- ( ) Artesanato/Turismo;
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

e) Teria interesse em participar de algum curso de capacitação? ( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

f) Há possibilidade de seus filhos continuarem trabalhando na atividade pesqueira?

- Sim  Não Por quê? ( ) Dificil conservação do pescado
- ( ) Baixa renda
  - ( ) Baixa produtividade
  - ( ) Falta de alternativa
  - ( ) Outro: \_\_\_\_\_

## 11. LAZER E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

a) Lazer que a família participa:

- |  |                                       |  |
|--|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Festas                | <input type="checkbox"/> Bailes       | <input type="checkbox"/> Bocha         |
| <input type="checkbox"/> Futebol               | <input type="checkbox"/> Banho de rio | <input type="checkbox"/> Bares         |
| <input type="checkbox"/> Cachoeiras            | <input type="checkbox"/> Dominó       | <input type="checkbox"/> Pesca         |
| <input type="checkbox"/> Reuniões comunitárias | <input type="checkbox"/> Culto/Missa  | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

Em sua opinião o que falta para o lazer e diversão no local/região:

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Quadra de esportes     | <input type="checkbox"/> Campo de Futebol  | <input type="checkbox"/> Bailes/Festas |
| <input type="checkbox"/> Rampa no rio p/ barcos | <input type="checkbox"/> Locais p/ a pesca | <input type="checkbox"/> Ecoturismo    |
| <input type="checkbox"/> Não falta nada         | <input type="checkbox"/> Outros: _____     |  |

b) Alguém da família participa de grupos comunitários?  Sim  Não

Caso a resposta seja positiva, quem da família?

- Chefe da família  Cônjuge  Filhos  Família  Outros \_\_\_\_\_

c) Qual o grupo comunitário?

- Associação comunitária  Clube de mães  Grupo de idosos  Grupo de jovens  
 Grupo de igreja  Outros: \_\_\_\_\_

d) Qual a rádio mais ouvida pela família? \_\_\_\_\_

e) Alguém da família lê jornal?

- Frequentemente  Raramente  Não lê

Qual? \_\_\_\_\_

## 12. RELIGIÃO

- |  |                                       |                                  |
|--|---------------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Católica                  | <input type="checkbox"/> Protestante  | <input type="checkbox"/> Ateu    |
| <input type="checkbox"/> Evangélica                | <input type="checkbox"/> Espírita     | <input type="checkbox"/> Budista |
| <input type="checkbox"/> Assembléia de Deus/Crente | <input type="checkbox"/> Outra: _____ |                                  |

## 13. ACESSIBILIDADE À PROPRIEDADE DE RESIDÊNCIA

1) O acesso ao local é servido por:

1.a) Ônibus?

- 1 - Sim, transporte escolar diariamente.  
 2 - Sim, transporte público coletivo diariamente.  
 3 - Sim, transporte público coletivo semanalmente.  
 4 - Não.

1.b) Barco?

- 1 - Sim, balsa de travessia.  
 2 - Sim, barco próprio  
 3 - Sim, barco da associação ou cooperativa  
 4 - Sim, barco alugado  
 5 - Não.

**2) Qualidade do acesso:**

- Ótimo (asfalto), considerando ( ) período de seca ( ) período chuvoso
- Bom (estrada de terra, com manutenção) - ( ) período de seca ( ) período chuvoso
- Regular (estrada de terra, sem manutenção) - ( ) período de seca ( ) período chuvoso
- Péssimo (estrada sem cascalho), considerando ( ) período de seca ( ) período chuvoso

**3) Possui veículo? ( ) Sim ( ) Não**

- Carro  Caminhonete
- Motocicleta  Barco a ( ) motor ou ( ) sem motor
- Caminhão  Jirico

**4) Distância do Núcleo Urbano**

**Núcleo Urbano:** \_\_\_\_\_

1. Próximo (até 30 km)
2. Longe (31 a 50 km)
3. Muito longe (acima de 51 km)

**3) Distância do Núcleo Comunitário:**

**Núcleo Comunitário:** \_\_\_\_\_

1. Próximo (até 30 km)
2. Longe (31 a 50 km)
3. Muito longe (acima 51 km)

**14) MÃO DE OBRA NA ATIVIDADE PESQUEIRA: (Além da família)**

**1) Utiliza outra mão de obra, sem ser da família, para auxiliar nas atividades?**

- Sim, Temporária.  Sim, Permanente.
- Não.  Sim, Temporária e permanente.

Se houver mão de obra permanente, os empregados possuem vínculo empregatício com o proprietário?

- Sim  Não

**2) Qual a forma de remuneração da mão de obra contratada?**

- Troca de serviços.  Dinheiro.
- Outros: \_\_\_\_\_

**3) Nº de empregados: \_\_\_\_\_**

- São pessoas da família
- São pessoas da comunidade
- São pessoas de comunidades vizinhas. Quais? \_\_\_\_\_
- São pessoas de outra região. Qual? \_\_\_\_\_

### 15) ASSOCIATIVISMO/INTEGRAÇÃO

1) Filia-se a algum sindicato?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

2) Filia-se a alguma cooperativa?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

3) Recebe assistência técnica?  Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

### 16) FINANCIAMENTO

1) Obteve algum financiamento no último ano?  Sim  Não

2) Se sim, qual?  Cooperativa  Incra  Pronaf  Banco da Amazônia

Banco do Brasil      Outro: \_\_\_\_\_

3) Crédito utilizado para: \_\_\_\_\_

4) Saldo devedor atual: R\$ \_\_\_\_\_

### 17) RENDA FAMILIAR

1) A pesca se constitui como única fonte de renda da família?  Sim  Não

1.a) Se não, quais as outras fontes de renda?

Aposentadoria: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

Venda de Produtos artesanais: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

Trabalho em outras propriedades rurais: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

Trabalho assalariado urbano: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

Trabalho em comércio da região: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

Bolsa Família: Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_ Valor Médio Mensal = R\$ \_\_\_\_\_

2) Qual a Renda Mensal da família?

Menos de 1 SM     de 1-2 SM     de 2,5-5 SM     de 5-10 SM     + de 10 SM

Não quis informar

## 18 BENS DOMÉSTICOS DA FAMÍLIA

### 1) Eletrodomésticos

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Rádio             | <input type="checkbox"/> Aparelho de Som                     |
| <input type="checkbox"/> Televisão P&B     | <input type="checkbox"/> Televisão a Cores                   |
| <input type="checkbox"/> Antena Parabólica | <input type="checkbox"/> Aparelho de DVD                     |
| <input type="checkbox"/> Telefone          | <input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupa              |
| <input type="checkbox"/> Fogão a Gás       | <input type="checkbox"/> Máquina de Secar Roupa (Centrífuga) |
| <input type="checkbox"/> Fogão a Lenha     | <input type="checkbox"/> Máquina Lavar Louça                 |
| <input type="checkbox"/> Geladeira         | <input type="checkbox"/> Filtro de Água                      |
| <input type="checkbox"/> Freezer           | <input type="checkbox"/> Forno Elétrico                      |
| <input type="checkbox"/> Liquidificador    | <input type="checkbox"/> Forno Metálico a Lenha              |
| <input type="checkbox"/> Batedeira         | <input type="checkbox"/> Forno de Barro                      |
| <input type="checkbox"/> Micro-ondas       | <input type="checkbox"/> Computador                          |

## 19 . ASPECTOS PSICOLÓGICOS E EXPECTATIVAS

1) Você está satisfeito com a atividade exercida?  Sim  Não

Por quê? (deverá ser justificado tanto para a resposta positiva quanto negativa)

---

---

---

2) Quais os planos futuros da família?

---

---

---

---

3) Acha que o empreendimento pode provocar alguma mudança nas condições de vida de sua família? Quais?

---

---

---

---

4) Principais problemas e/ou conflitos levantados pela comunidade de pesca:

---

---

---





**18. FOTOS DA FAMÍLIA PESQUEIRA, DA RESIDÊNCIA E DO LOCAL DE PESCA:**

---

Assinatura do Entrevistado

<p><b>d) Principal Atividade Produtiva</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Pesca</li> <li>2) Agricultura</li> <li>3) Pecuária</li> <li>4) Outros</li> </ol> <p><b>e) Vínculo c/ a propriedade</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Proprietário</li> <li>2) Posseiro</li> <li>3) Arrendatário</li> <li>4) Assalariado</li> <li>5) Agregado</li> <li>6) Parceiro/Meeiro</li> <li>7) Parente ou cônjuge do proprietário</li> <li>8) Parente ou cônjuge do arrendat/parceiro</li> <li>9) Parente ou cônjuge do posseiro</li> <li>10) Parente ou cônjuge do assalariado</li> <li>11) Parente ou cônjuge do agregado</li> <li>12) Herdeiro</li> <li>13) Residente (só mora)</li> <li>14) Gerente/administrador</li> <li>15) Outros</li> </ol> <p><b>f) Parentesco com o titular da propriedade</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Titular</li> <li>2) Cônjuge</li> <li>3) Filho (a) enteado (a)</li> <li>4) Irmão</li> <li>5) Pais</li> <li>6) Sogro</li> <li>7) Avós</li> <li>8) Genros/noras</li> <li>9) Netos (as)</li> <li>10) Cunhados</li> <li>11) Primos</li> <li>12) Sobrinhos</li> <li>13) Tios</li> <li>14) Não há parentesco</li> </ol>	<p><b>i) Estado civil</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Casado</li> <li>2) Amasiado/juntado</li> <li>3) Solteiro</li> <li>4) Desquitado/separado</li> <li>5) Viúvo</li> </ol> <p><b>j) Escolaridade</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Analfabeto</li> <li>2) Assina o nome</li> <li>3) Ainda não estuda (menor de 3 anos)</li> <li>4) Creche</li> <li>5) Cursando pré-primário</li> <li>6) Cursando 1ª a 4ª série</li> <li>7) 1ª a 4ª série incompleta</li> <li>8) 1ª a 4ª série completo</li> <li>9) Cursando 5ª a 9ª série</li> <li>10) 5ª a 8ª série incompleta</li> <li>11) 5ª a 8ª série completo</li> <li>12) Cursando Ensino Médio</li> <li>13) Ensino Médio completo</li> <li>14) Ensino Médio incompleto</li> <li>15) Cursando Superior</li> <li>16) Superior incompleto</li> <li>17) Superior completo</li> <li>18) Cursando supletivo</li> <li>19) Supletivo incompleto</li> <li>20) Supletivo completo</li> <li>21) Não sabe/não declarado</li> <li>22) Outros</li> </ol>	<p><b>l) Local de Trabalho</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Trabalha na propriedade</li> <li>2) Trabalha nesta e em outra prop. atingida</li> <li>3) Trabalha nesta e em outra prop. ã atingida</li> <li>4) Trabalha em outra prop. atingida</li> <li>5) Trabalha em outra prop. não atingida</li> <li>6) Trabalha na área urbana</li> <li>7) Trabalha na Balsa de Garimpo</li> <li>8) Trabalha no Garimpo sequeiro</li> <li>9) Rio Teles Pires</li> <li>10) Rio Paranaíta</li> <li>11) Não trabalha</li> <li>12) Outros</li> </ol> <p><b>m) Tempo de vínculo com a propriedade.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Menos de 1 ano</li> <li>2) 1 a 5 anos</li> <li>3) 6 a 10 anos</li> <li>4) 11 a 15 anos</li> <li>5) 16 a 25 anos</li> <li>6) 26 a 35 anos</li> <li>7) Mais de 35 anos</li> </ol> <p><b>n) Forma empregatícia</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Produtor rural – proprietário</li> <li>2) Produtor rural – parceiro (meeiro, terceiro)</li> <li>3) Produtor rural – arrendatário</li> <li>4) Do lar</li> <li>5) Em idade escolar</li> <li>6) Empregado permanente c/cart. assinada</li> <li>7) Empregado permanente s/cart.assinada</li> <li>8) Empregado temporário (diarista)</li> <li>9) Autônomo</li> <li>10) Trabalhador não remunerado da família</li> <li>11) Desempregado</li> <li>12) Não trabalha (inativo)</li> <li>13) Aposentado/pensionista</li> <li>14) Vive de juros</li> <li>15) Locador de imóveis</li> <li>16) Outros</li> </ol>
---	---	---